



ISSN: 2238-1651

Janeiro-Julho 2021

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campus de Três Lagoas

REVISTA ELETRÔNICA **TRILHAS** DA HISTÓRIA

VOLUME 10, N.º. 20

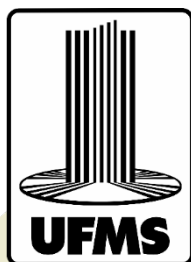




REVISTA ELETRÔNICA
TRILHAS DA
HISTÓRIA

**Revista do Curso de História da Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três**

Editoração:



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**



Apoio:



Indexação:

latindex



LatinREV
Red Latinoamericana de Revistas en Ciencias Sociales


REDIB
Red Iberoamericana
de Innovación y Conocimiento Científico


LivRe
Revistas de livre acesso

Revista Eletrônica Trilhas da História
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Curso de Licenciatura em História
Volume 10, Número 20, janeiro a julho de 2021
ISSN: 2238-1651
<https://trilhasdahistoria.ufms.br/>



EDITORES RESPONSÁVEIS

Prof. Dr. Luiz Carlos Bento, UFMS, Brasil
Prof. Dr. Rafael Athaides, UFMS, Brasil

EDITORES ASSISTENTES

José Walter Cracco Junior, Unesp, Brasil
Ane Mayume Terra Santos, UFMS, Brasil
Douglas Chaves dos Reis, UFMS, Brasil
João Paulo Pereira dos Santos, UFMS, Brasil
Gabriela Natália Corrêa, UFMS, Brasil
Gabriela Alves Costa Fernandes Ferreira, UFMS, Brasil

PROJETO GRÁFICO

Prof. Dr. Rafael Athaides, UFMS, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Aureo Busseto, UNESP/Assis, Brasil
Prof.^a Dr.^a Cintia Lima Crescêncio, UFMS, Brasil
Prof.^a Dr.^a Carmen Norambuena Carrasco, Universidad del Chile, Chile
Prof. Dr. Erlando da Silva Reses, UnB Faculdade de Educação, Brasil
Prof. Dr. Eudes Fernandes Leite, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Jaime de Almeida, UnB, Brasil
Prof. Dr. Leandro Hecko, UFMS, Brasil
Prof.^a Dr.^a Maria Celma Borges, UFMS, Brasil
Prof.^a Dr.^a Márcia Maria Menendes Motta, UFF, Brasil
Prof.^a Dr.^a Mariana Estevez de Oliveira, UFMS, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Rivan Menezes Dos Santos, Collonges sous Salève França, França
Prof. Dr. Alejandro Schneider, Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Prof. Dr. Ângelo Priori, UEM, Brasil
Prof.^a Dr.^a Alzira Salete Menegat, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Antônio Dari Ramos, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Carlos Barros Gonçalves, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão, UNICAMP, UFU, Brasil

Prof.^a Dr.^a Celia Regina da Silveira, UEL, Brasil
 Prof. Dr. Edvaldo Correa Sotana, UFMT, Brasil
 Prof. Dr. Fernando Perli, UFGD, Brasil
 Prof. Dr. Fortunato Pastore, UFMS, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Fulvia Zega, Universidade Ca' Foscari di Venezia, Itália
 Prof.^a Dr.^a Doutora Isabel Drumond Braga, Universidade de Lisboa, Portugal
 Prof. Dr. José Antonio Mateo, Consejo nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina
 Prof.^a Dr.^a Laura Gabriela Caruso, IDAES/UNSAM-CONICET, Argentina
 Prof.^a Dr.^a Lúcia Helena Oliveira Silva, UNESP/Assis, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Lucimar Rosa Dias, UFPR, Brasil
 Prof. Dr. Luiz Antônio Castro Santos, UERJ, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Mara Burkart, Univerisdad Nacional de San Martín/Universidad de Buenos Aires/ Consejo Nacional de Investigaciones Científicos y Técnicos, Argentina
 Prof.^a Dr.^a Marisa de Fatima Lomba de Farias, UFGD, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Nauk Maria de Jessus, UFGD, Brasil
 Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos, UNASP, UNISA, Brasil
 Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, UFGD, Brasil
 Prof. Dr. Rafael Athaides, UFMS, Brasil
 Prof. Dr. Rivan Menezes Dos Santos, Collonges sous Salève França, França
 Prof.^a Dr.^a Rosemeire Aparecida de Almeida, UFMS, Brasil
 Prof. Dr. Sergio Augusto Queiroz Norte e Silva, UNESP/Assis, Brasil
 Prof. Dr. Sidnei José Munhoz, UEM, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Tania Regina de Luca, UNESP, Brasil
 Prof. Dr. Vitor Wagner Neto de Oliveira
 Prof.^a Dr.^a Yara Nogueira Monteiro, USP, Brasil
 Prof.^a Dr.^a Zueleide Casagrande de Paula, UEL, Brasil

FOCO E ESCOPO

A Revista Eletrônica Trilhas da História foi pensada e elaborada com o objetivo de promover o debate acadêmico, tendo o propósito de enriquecer as pesquisas em andamento no curso de História da UFMS, campus de Três Lagoas, bem como, agregar produções de outros lugares, instituições e sujeitos. Com esse objetivo, esperamos alcançar, além de professores da universidade e da rede pública e privada de ensino, alunos graduandos de nosso curso e de outras universidades, tendo por intuito incentivar novas pesquisas e a busca por conhecimentos produzidos pela História e áreas afins. Se a proposta é interdisciplinar, disciplinas como a Filosofia, Geografia, Ciências Sociais, Antropologia, Arqueologia, entre outras, encontrarão espaço para veicular as suas produções, desde que concernentes aos temas sugeridos pela Revista. A Revista se constitui de Dossiês; Artigos livres; Ensaio de Graduação; Resenhas e Fontes.

HISTÓRICO DO PERIÓDICO

Trilhas são frestas costumeiramente abertas em lugares ditos ermos, quando buscamos construir novos caminhos ou mesmo encurtar aqueles já existentes. Elas se desenham pelo percurso de muitos passos e na tentativa de romper com as vias oficiais que se instauram,

como, por exemplo, os traçados de trilhos arquitetados para transportar transeuntes, escoar a produção, levar o “progresso”, modificando e impactando a vida pelos centros e rincões do Brasil, ao trazer o peso do desenvolvimento e da oficialidade. Mas não podemos nos esquecer que os trilhos também nasceram das trilhas. As trilhas buscam apontar para as brechas que podemos abrir em meio aos traçados da história.

Nossos campos, entretanto, não são ermos, pois já foram semeados e cultivados por inúmeras pessoas e experiências, por professores e alunos que percorreram os caminhos do Curso no Campus de Três Lagoas. Nesse percurso foram deixando marcas na tessitura do que se construiu ao longo de 50 anos.

A proposta da Revista Eletrônica Trilhas da História não é, então, a “invenção” da roda, nem mesmo de um novo “caminho”. É o resultado e o reconhecimento de que os traçados já existem e que é preciso ampliá-los, sem perder de vista as veredas sulcadas a muito custo, para que as trilhas possam hoje ser abertas.

Este trabalho implica olhar para os sujeitos e as paisagens de outrora, tal como do presente, partindo da premissa de que se não reconhecermos isto e desconhecermos nossa história, natimortas as trilhas já seriam. O título Trilhas da História, escolhido coletivamente pelos discentes e docentes do curso, busca sugerir os meandros das novas abordagens e novos sujeitos. É com este intuito que a Revista nasce, desejando ser mais uma ferramenta de divulgação da produção de saberes históricos e de áreas afins, os quais possam contribuir para a escrita de uma história comprometida com o meio em que está inserida.

A Revista Trilhas da História nasce democrática e esperamos que permaneça dessa maneira. Desejamos que tenha longevidade como mais um instrumento de questionamento e de denúncia da reprodução da história e da condição de “ventríloquos” – ou mesmo da separação frágil do ensino e da pesquisa –, propondo, em suas publicações, uma relação dialógica entre o ser professor e o ser pesquisador.

Hélio Augusto de Souza e Amanda Beatriz Riedlinger Soares	111-136
BRASIL E PARAGUAI: O AGRAVAMENTO DAS TENSÕES E O PRELÚDIO DA GUERRA	
<i>BRAZIL AND PARAGUAY: THE ESCALATION OF TENSIONS AND THE PRELUDE TO WAR</i>	
Alexandre Borella Monteiro	137-154
“PROSTRADA AOS REAIS PÉS DE VOSSA MAJESTADE”. ESMOLAS DE D. JOSÉ I, REI DE PORTUGAL, NA PÁScoa DE 1758	
<i>"KOWTOWED AT HIS MAJESTY'S FEET": ALMS BY D. JOSÉ I, KING OF PORTUGAL, EASTER OF 1758</i>	
Paulo Drumond Braga	155-165
ENSAIO DE GRADUAÇÃO	166
NORMA E NORMAN?: MATERNIDADE NA SÉRIE BATES MOTEL (2013-2017)	
<i>NORMA AND NORMAN?: MATERNITY IN THE BATES MOTEL SERIES (2013-2017)</i>	
Isabela Rodrigues Regagnan	167-183

APRESENTAÇÃO

A Revista Trilhas da História, periódico vinculado ao curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, completa em julho de 2021 uma década de contribuições para a pesquisa histórica em Mato Grosso do Sul. Seu propósito, desde o primeiro número, foi de atuar como uma via de mão dupla para a divulgação das pesquisas e atividades produzidas por docentes e discentes do curso de História do CPTL, ao mesmo tempo em que se oportuniza ao público nacional uma possibilidade de divulgação científica de qualidade, pautada em ética e compromisso profissional.

Na apresentação do Dossiê Cultura e Poder, de junho de 2011, fica expresso de forma clara, a intenção de ser um espaço plural, que, assim como as trilhas, possui o potencial de se abrir ao novo e ao desconhecido, ampliando espaços de conhecimentos que potencializem a vida humana em todas as suas dimensões;

As trilhas da história fazem com que sujeitos e tramas se entrelacem, em lugares e tempos diversos: na antiguidade e no presente; na graduação e pós-graduação. Produções advindas de outras áreas, como a Geografia e a Antropologia, contribuem para a confecção de saberes que vão além das especificidades das disciplinas, por possibilitarem um diálogo rico e constante, num exercício interdisciplinar. Que nossas trilhas permaneçam assim, entrelaçando áreas e conhecimentos [...] em caminhos que somente se efetivam no desafio da escrita e no sabor da pesquisa (BORGES, 2011, p. 8).

Uma década depois, podemos afirmar que esse esperançar que orientou os trabalhos dos(as) organizadores(as) e colaboradores(as) do primeiro número da revista foi atingido e que a revista Trilhas da História, mantendo sua periodicidade e compromisso com a qualidade e diversidade das pesquisas por ela publicada, deitou raízes solidas na produção historiográfica regional, tornando-se um veículo de comunicação e divulgação científica de grande valor na historiografia sul-mato-grossense e nacional.

O número atual, v. 10 n. 20 (2021), traz grande diversidade de temas abordados a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, cumprindo com sua missão de entrelaçar áreas e conhecimentos que evidenciem, sujeitos, lugares e tempos diversos, como professava Maria Celma Borges na primavera de 2011, no texto que apresentou a revista Trilhas da História nos caminhos de Clio. O texto de abertura do presente número *Michel Foucault e as (in)certezas da História*, de Alexandre Carvalho e Ceres Luz, faz um balanço historiográfico desse importante filósofo francês, que a partir dos anos de 1960 questionou os cânones epistemológicos da história social científica, com foco especial para as questões relacionadas com a verdade, rupturas e relações de poder, introduzindo novos regimes discursivos no seio da análise historiográfica por meio de uma história do

pensamento. O texto contribui para a compreensão do pensamento histórico como um processo aberto e em constante movimento, no qual as certezas e incertezas se fazem presentes no processo de escrita da história.

Rita de Cássia Ribeiro Benites, em seu texto *A desvalorização do ensino de arte no Brasil: origens e alguns aspectos*, nos apresenta outra perspectiva/trilhas temáticas, que refletem sobre os principais fatos históricos que contribuíram para a construção do ensino de arte e apresenta os aspectos que influenciaram na concepção da arte-educação no Brasil. Raquel Silva Maciel em seu texto *O que quer uma carta? uma sistematização acerca da epistolografia de intelectuais*, nos apresenta uma reflexão sobre as cartas como espaços discursivos distintos e permeados por debates, polêmicas, ideias e projetos que possibilitam perscrutar vários aspectos da vida de intelectuais, que a historiografia numa perspectiva geral não questiona, o que faz das correspondências individuais elementos significativos para a pesquisa histórica no século XXI.

O texto de Lucas Klever intitulado *A representação da elite de Copacabana, Ipanema, Leme (cil) no jornal Beira-Mar durante a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial*, aborda aspectos das representações sobre as elites no periódico *Beira Mar* entre 1937 e 1945, propondo um exercício de revisão bibliográfica sobre o tema a partir dessa base documental. O texto *Uma cidade entre narrativas: construções históricas sobre a história de Orlandia-SP* de Bruno César Pereira, realiza uma análise de duas narrativas que constroem a história do município de Orlandia, localizado no noroeste do Estado de São Paulo, apresentando uma importante reflexão sobre as formas possíveis de apropriação dos espaços urbanos no Brasil.

No texto *Fidel Castro e Salvador Allende: relações políticas e institucionais do Caribe ao Cone Sul (1959-1972)*, os autores Amanda Beatriz Riedlinger Soares e Hélio Augusto de Souza Alves investigam alguns aspectos que marcaram a relação política e institucional desses dois personagens de destaque na cena latino-americana com ênfase para questões políticas, sociais e econômicas que tem o potencial de permitir ao leitor uma ampliação de suas perspectivas sobre o nosso labirinto latino-americano. Perseguindo trilhas do conhecimento histórico na América Latina, o texto *Brasil e Paraguai: o agravamento das tensões e o prelúdio da guerra* de Alexandre Borella Monteiro, analisa o cenário que antecedeu à Guerra do Paraguai. Adentrando na questão do agravamento das tensões envolvendo Brasil e Paraguai que desencadeariam a guerra travada entre 1864 e 1870.

Fechando a sessão de artigos livres do presente número, o texto *“Prostrada aos reais pés de Vossa Majestade”: Esmolas de D. José I, rei de Portugal, na páscoa de 1758*, traz uma importante contribuição internacional do professor e pesquisador português Paulo

Drumond Braga, o que afirma a importância local, nacional e internacional da revista Trilhas da História, demonstrando que o conhecimento não respeita fronteiras, nem se dobra diante das atrocidades e dificuldades impostas pelo nosso tempo presente, tão triste e atribulado por essa pandemia mundial.

Encerrando o presente número, temos o ensaio de graduação *Norma e Norman?: maternidade na série Bates Motel (2013-2017)*, de Isabela Rodrigues Regagnan que apresenta uma reflexão sobre a importância de pensarmos o audiovisual em formato de série como fonte histórica, que permitem desnudar diversas questões e temáticas fundamentais para a pesquisa histórica no século XXI, como por exemplo as relações de gênero e a ideia do feminino, que são a preocupação que norteia a análise da autora no presente texto.

Uma década depois de seu primeiro número a Revista Trilhas da História continua a tecer as trilhas da história, esperando que elas possam ser sempre ampliadas com a participação de múltiplos sujeitos, sempre motivados e constantemente impelidos a explorarem as trilhas do conhecimento no campo das ciências humanas através da pesquisa histórica, sempre com ética, responsabilidade e respeito a vida e a dignidade humana.


Os Editores

ARTIGOS


MICHEL FOUCAULT E AS (IN)CERTEZAS DA HISTÓRIA

MICHEL FOUCAULT AND THE (UN)CERTAINTIES OF HISTORY

CARVALHO, Alexandre*

<https://orcid.org/0000-0002-4990-0742> 

LUZ, Ceres**

<https://orcid.org/0000-0003-0874-1586> 

RESUMO: No final dos anos 1960, a historiografia moderna passa por transformações advindas das mudanças sociais que colocaram em xeque os parâmetros da história social. No bojo desse processo, Michel Foucault, filósofo francês, questiona os cânones epistemológicos da história social científica, em particular, as questões relacionadas com a verdade, rupturas e relações de poder, introduzindo os regimes discursivos no seio da análise historiográfica por meio de uma história do pensamento. A trajetória da “arqueologia” foucaultiana será investigada neste artigo em uma perspectiva dialógica com a historiografia, em especial, a francesa, com o fito de perceber as ressonâncias do pensamento foucaultiano na renovação conceitual e empírica da prática e do pensamento historiográficos.

Palavras-chave: Michel Foucault; Historiografia; “Arqueologia” Foucaultiana.

ABSTRACT: In the late 1960s, modern historiography undergoes transformations from social changes that keep in check the parameters of social history. In the midst of this process, Michel Foucault, a French philosopher, questions the epistemological canons of scientific social history, in particular, issues related to truth, ruptures and power relations, introducing discursive regimes within historiographical analysis through a history of thought. The trajectory of Foucauldian “archeology” will be investigated in this paper in a dialogical perspective with historiography, especially French one, with the aim of perceiving the resonances of Foucauldian thinking in the conceptual and empirical renewal of historiographical practice and thought.

Keywords: Michel Foucault; Historiography; Foucauldian “Archeology”.

* Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1992), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1997) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é professor pleno do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Antiga e Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: economia antiga, historiografia do mundo antigo. Antiguidade Oriental, Reciprocidade. E-mail: galvaocarvalho1967@gmail.com.

** Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - PPGMLS da UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Formada em História pela Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Campus de Franca. E-mail: ceresluz@gmail.com.



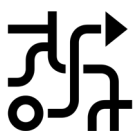
INTRODUÇÃO

Este artigo parte da compreensão de que a História, como ciência, passou por uma grande crise na década de 1970. Segundo Cardoso (2005), a chamada História Cultural foi a protagonista de um processo de desconstrução sistemática dos grandes objetos de estudo da história, um dos elementos fundamentais da unidade da cultura ocidental. Na opinião deste autor, a mudança historiográfica, que ocorreu principalmente a partir da década de 1970, é consequência tanto do desenvolvimento interno da disciplina, quanto das modificações profundas que o mundo vem sofrendo. (CARDOSO, 2005, p. 164-166).

Isso significa que a relação entre um mundo industrial e moderno, no qual a ciência e a tecnologia apontavam para um crescimento e um desenvolvimento, era necessária para a existência da história como ciência. Entretanto, esta noção de desenvolvimento e progresso já vinha sendo questionada desde a década de 1960, surgindo, principalmente, dos diversos movimentos sociais que começaram a ganhar força, por exemplo: os movimentos de desobediência civil, de direitos civis etc. Estes movimentos, desencadeados nos EUA, tiveram, como foco, além das críticas sociais e políticas, a qualidade de vida em uma sociedade extremamente industrializada. A partir deste momento, a sociedade começou a contestar a fé no progresso e na ciência, bases da Nova História Econômica quantitativa e do marxismo, levando em consideração os perigos e a brutalidade com que a tecnologia transformava os países industrializados e as nações em desenvolvimento. Estes fatores são importantes para pensar as transformações da historiografia, pois nem o modelo científico-social, nem o marxismo lhes pareciam convincentes (IGGERS, 2012, p. 161-163).

A perspectiva macro-histórica, com seus grandes objetos - Estado, mercado, capitalismo etc. - não respondia à complexidade da vida cotidiana, que envolve não apenas a dimensão material, mas também emocional e identitária. Nesse contexto, surgem novas inquietações e, por conseguinte, novas ideias para tentar respondê-las, como, por exemplo, a noção de que a exploração e a dominação não eram fundamentalmente oriundas das estruturas institucionais, da esfera política ou econômica, mas, como observou Foucault, em toda e qualquer relação humana (IGGERS, 2012, p. 164).

O *status* da história como ciência – consolidada no final do século XIX até a segunda metade do século XX – estava calcado na apreensão da realidade histórica de forma objetiva, por meio das grandes narrativas. Nos anos 1960 emerge o movimento conhecido como “giro



linguístico”¹ (*linguistic turn*) no âmbito da filosofia e crítica literária anglo-saxã e a *posteriori* na História. Um dos desdobramentos vitais para a escrita da história do “giro linguístico” é a dispersão de ideias e a ausência de um centro aglutinador que as unifique de fato (CEZAR, 2015, p. 441 - 445). O giro linguístico pode ser observado como um deslocamento histórico-estrutural mais amplo, definido em torno da crise da representação descrita por Foucault em sua obra *As palavras e as coisas* (RANGEL; ARAÚJO, 2015, p. 319).

Em meados do século XIX emerge a possibilidade de uma objetividade científica, apesar das palavras “objetividade” e “subjetividade” já aparecerem nos dicionários alemães, franceses e em ingleses no início do século XIX. Em 1820, Kant começa a suscitar a oposição entre os dois termos, sendo “objetivo” o que se refere a um objeto exterior e “subjetivo”, o que se refere a um objeto pessoal (DASTON, 2017, p. 73). A partir da década de 1970, a objetividade da História é questionada. Em 1979, o ensaio *The revival of narrative: reflections on a new old history*, escrito por Lawrence Stone, esclarece que a crença em uma explicação científica do passado foi amplamente rechaçada e, em seu lugar, surgiu o interesse pela pesquisa dos mais variados aspectos da vida humana. O artigo suscitou um intenso debate sobre novos objetos, novas abordagens e novas perspectivas. No rastro dessas indagações, são feitas críticas mais radicais à cientificidade da história, como as realizadas por Roland Barthes (1967), Hayden White (1973), Jacques Derrida (1967) que questionam a distinção entre fato e ficção/história e poesia. Entretanto, a repercussão das posições extremistas desses pensadores não reverberou com a mesma contundência na escrita da História, contudo, a crítica à objetividade da ciência histórica tomou corpo e muitas das questões levantadas a partir desse momento significaram uma inflexão sobre o campo de conhecimento da História.

É neste contexto de transformações do conhecimento e da escrita da história que nos propomos a analisar a trajetória intelectual de Michel Foucault (1926-1984) desde meados da década de 60 até os dias atuais. Procuraremos mostrar o desenvolvimento de algumas linhas mestras da reflexão foucaultiana, elucidando o método de análise intitulado “arqueologia”², a ser investigado por meio de seus escritos ao longo do tempo. Foucault

¹De acordo com Sampaio (2017), a expressão “virada linguística” se tornou corrente em 1967 após a publicação de uma coletânea intitulada *The Linguistic Turn: Essays in Philosophical Method*, organizada por Richard Rorty. O termo é designado como um paradigma pelo qual a investigação dos problemas filosóficos não se distingue de um exame da estrutura lógica ou discursiva que os enuncia.

²O termo método arqueológico não significa um método histórico imutável, visto que a “arqueologia”, ao longo do tempo, apresentou múltiplas definições e foi instruída pelos temas de pesquisa (MACHADO, 2006, p. 8).



promove uma crítica à racionalidade³ ao desenvolver uma história conceitual mais ampla no âmbito dos saberes, a fim de refletir sobre o sujeito, objeto central de suas discussões (MACHADO, 2006, p. 6).

Procuraremos tornar visível o sentido dado ao passado por Foucault, de acordo com as orientações culturais vigentes. Assim, elucidar-se-á sob quais circunstâncias se desenvolvem suas formulações, desafios e funções no âmbito da historiografia. Desse modo, nosso objetivo neste artigo é analisar parte de sua obra e suas repercussões no âmbito da historiografia, ressaltando algumas questões que consideramos fundamentais da reflexão foucaultiana para a História: as descontinuidades; a questão da verdade e o papel das relações de poder.

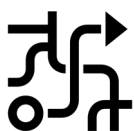
OS ANOS 60

Antes de analisarmos a trajetória da “arqueologia”, é necessário apresentar uma forte influência sobre o pensamento foucaultiano: Georges Canguilhem (1904-1995), que em sua reflexão sobre os procedimentos de produção do conhecimento científico, tomou a ciência como um discurso com proposições articuladas de forma sistemática com pretensão de verdade, não havendo critérios universais ou exteriores para se julgar a ciência, pois cada ciência produz a sua verdade ou *veridicidade*, cujos métodos de verificação se modificam no tempo. Daí, a provisoriedade da verdade científica, já que Canguilhem parte da atualidade científica como norma de julgamento, manifestando a sua historicidade. Sendo assim, uma ciência institui sua própria racionalidade em um determinado momento e se desenvolve por meio de sucessivas rupturas, de reformulações incessantes de conceitos, de filiações conceituais descontínuas (MACHADO, 2006, p. 12-29).

Na introdução de sua obra *O Conhecimento da Vida*, Canguilhem problematiza o objetivo do conhecimento, o “saber por saber”, visto que o saber deve buscar um sentido fora de “si mesmo”. Assim, a ciência não deve ficar presa apenas à descrição, ao conhecimento biológico, mas sim, ir além e compreender as razões que levam os corpos biológicos a fazerem determinadas escolhas ao invés de outras tão pertinentes quanto. (CANGUILHEM, 2012, p. 2-5).

Os temas – saber, descontinuidade e verdade – discutidos por Canguilhem, permeiam as reflexões da arqueologia foucaultiana. Em *História da loucura*, cuja primeira

³ De acordo com Machado (2006, p. 5), a ciência, na perspectiva da epistemologia, é um discurso normatizador, o lugar por essência da verdade, instauradora da razão.



edição é de 1961, Foucault percorre os saberes sobre a loucura a fim de estabelecer historicamente as condições dos discursos e das práticas da doença mental, em particular, da psiquiatria. Analisando a loucura em uma longa duração, Foucault elucida o domínio da loucura pela razão, em vários momentos da história. De acordo com Machado (2006, p. 38), além da abordagem do objeto por meio do discurso teórico, do saber científico, Foucault explora a loucura por meio de uma percepção social sobre o louco, estabelecida no âmbito das instituições, misturando-o com outros excluídos da sociedade, caracterizando-o como sem razão.

Da ausência de razão à alienação, Foucault problematiza a pretensão à verdade do discurso científico ao investigar as condições de possibilidade da psiquiatria, sem abrir mão do conjunto heterogêneo dos discursos sobre a loucura. O “outro da razão” é procurado em todos os discursos sobre a loucura. A verdade encontra-se nas lacunas e silêncios escondidos de uma sociedade, possibilitando Foucault, ao tomar a loucura como objeto, promover uma crítica radical à modernidade (DOSSE, 2001, p. 203). A psiquiatria radicaliza e aprofunda o controle social da razão sobre a loucura por meio de sua patologização, sendo atravessada historicamente por experiências, e não pela evolução de um conceito teórico. Assim, o discurso científico possibilita o domínio da razão sobre a loucura, estabelecido por meio das resistências, descontinuidades e erosões dos saberes que o antecederam.

As rupturas em *História da loucura* emergem por meio de novas práticas políticas de controle tanto do louco quanto dos saberes e constituem os conceitos de loucura em diferentes momentos da história, pois, a psiquiatria herda as relações da cultura clássica, modificando e deslocando-as. A recepção dessa obra pelos historiadores franceses foi marcada pelo entusiasmo e afinidades, em especial, de Fernand Braudel (1962)⁴, que a avaliou como uma experiência na história das mentalidades, um projeto intelectual que se inscrevia na longa duração. Braudel apontou a problematização do conceito de verdade, um tema a ser explorado pelos historiadores, vinculado à estrutura histórica e não a uma verdade singular (FOUCAULT, 2010, p. 181; PEREIRA, 2017, p. 54).

É em *O nascimento da clínica* (1963) que Foucault aprofunda a relação entre ruptura e verdade. Ao investigar a medicina moderna, Foucault procura desvendar os elementos de uma ruptura em relação ao período pré-moderno, ou como ele chama, clássico. Este novo domínio, novo espaço e novo conhecimento traduz uma nova linguagem do discurso médico

⁴ Braudel escreveu uma resenha do livro *História da Loucura* no quarto número, em 1962, nos *Annales*. Ver: BRAUDEL, 1962.



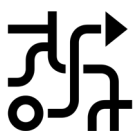
que, nas palavras de Foucault, repousa sobre um postulado: “que todo o *visível* é ‘enunciável’ e que é ‘inteiramente’ visível, porque é integralmente ‘enunciável’” (FOUCAULT, 1977, p. 131). Assim, a ruptura ou a descontinuidade que a medicina moderna inaugura é o deslocamento de uma perspectiva ideal de visibilidade de sintomas, para uma investigação do organismo doente. Foucault define a normatividade (verdade) intrínseca da medicina, em diferentes momentos, por meio da reorganização epistemológica da doença e pelo estudo dos diversos tipos de espacialização e verbalização fundamentais do patológico, fazendo da ruptura o momento de instauração de uma nova normatividade. Daí ele iniciar o livro afirmando que o mesmo “trata do espaço, da linguagem e da morte; trata do olhar” (MACHADO, 2012, p. 73-77; FOUCAULT, 1977, p. VII).

Apesar da perspectiva descontinuísta ser comum tanto aos *Annales* quanto à obra foucaultiana, a tradição dos *Annales* aborda as rupturas de forma diferente em relação ao modelo foucaultiano apresentado em *História da loucura* e no *Nascimento da clínica*. Enquanto a História das mentalidades, nos *Annales*, ampara-se em sistemas coerentes e homogêneos, cujos horizontes mentais são compreendidos em camadas sedimentares, separadas por rupturas - “revoluções” -, o modelo foucaultiano ampara-se em camadas de discursos recentes, separadas de configurações mais antigas: um discurso emerge excluindo e aproveitando resíduos (REVEL, 2010, p. 161-162).

Em 1966, Foucault publica *As palavras e as coisas* e inaugura um novo momento da “arqueologia”, que agora procura perceber o saber implícito de uma determinada sociedade que torna possível o surgimento de uma teoria, de uma opinião, de uma prática (FOUCAULT, 2011a, p. 138). Sem abandonar o estudo histórico da periodização estabelecida em seus livros anteriores, Foucault analisa, em *As palavras e as coisas*, as mudanças dos saberes ocorridas entre os séculos XVIII e XIX que levaram ao surgimento das ciências humanas. Foucault chama a atenção para a existência de uma rede que estabelece uma disposição coerente dos saberes, uma compatibilidade fundamental dos saberes em uma dada época, nomeada por ele de *episteme*⁵.

A constituição histórica dos saberes sobre o homem na modernidade pode ser explicada pela relação com as ciências empíricas e a filosofia, estabelecendo o *a priori*

⁵ Em *As palavras e as coisas*, *episteme* possui um sentido monolítico, posteriormente, em *Arqueologia do saber* (1969), o termo passará a ser formulado a partir de outras noções - formações discursivas, enunciado, arquivo - e, mais tarde, no decorrer de suas obras, o conceito será substituído por dispositivo e depois por prática (PEREIRA, 2017, p. 60-61; CASTRO, 2009, p. 139).



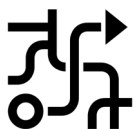
histórico⁶ para o aparecimento das ciências humanas a partir da Revolução Industrial, ampliadas no decorrer do século XIX. Portanto, com esta relação, o homem passa a desempenhar duas funções do saber que se completam. No campo das ciências empíricas, a vida, o trabalho e a linguagem manifestam uma atividade humana; já a filosofia apresenta o homem como fundamento, aquilo que torna possível qualquer saber. É neste cenário que, pela primeira vez, o homem se tornou objeto de ciência, acontecimento este da ordem do saber que prescreveu o aparecimento das ciências humanas (MACHADO, 2006, p. 79-81; FOUCAULT, 2007, p. 485).

Quando Foucault utiliza o termo “História” não se refere à historiografia acadêmica, essa “compilação das sucessões factuais e seqüências do modo como possam ter ocorrido”, (FOUCAULT, 2007, p. 219). Por “História” ele entende o “modo fundamental de ser das empiricidades”, de tal modo que as coisas sejam concebidas existindo exteriormente umas às outras, diferente do quadro espacializado da idade clássica, pois a contiguidade espacial sugere uma rede de relações por meio da qual é possível reunir as coisas em um campo atemporal (WHITE, 1994, p. 267). A partir das descontinuidades entre as *epistemes*, é possível estabelecer as diferenças entre os conjuntos de saberes de determinadas épocas. Neste sentido, a *episteme*⁷ estabelece sistemas de simultaneidades e séries de mutações entre os saberes, proporcionando novas *epistemes* por meio de rupturas ou descontinuidades. A arqueologia de Foucault abandona os critérios de verdade e atualidade estabelecidos pela ciência, pois a ordenação dos saberes de uma época é constitutiva da sua verdade, considerando sua generalidade, profundidade e contemporaneidade (MACHADO 2012, p. 98-101). Sendo assim, as descontinuidades passam a fazer parte das análises das ciências humanas observadas a partir da norma, da coerência e da validade interna, permitindo que as análises possam ser pensadas por meio da ordem do sistema, da regra e da norma de forma descontínua (FOUCAULT, 2007, p. 498-499).

Em 1967, Foucault deu uma entrevista para a revista *Les lettre françaises*, na qual ele fala sobre as maneiras de se escrever a História e comenta o impacto de seu livro *As palavras e as coisas* junto aos historiadores. Nesta entrevista, Foucault discorre sobre as novidades

⁶ O *a priori histórico* designa as condições históricas, as condições de emergência do enunciado; é a regularidade que torna historicamente possível os enunciados (CASTRO, 2009, p. 21).

⁷ Segundo Ragusa (2017), Foucault usou um método estruturalista em *As palavras e as coisas* para pesquisar as sucessões e rupturas na *episteme*. Sobre a relação entre Foucault e o estruturalismo, ver Dosse (2001), cujo capítulo explora a apropriação do paradigma estrutural, então predominante nas ciências humanas na França nos anos 60, sobre o pensamento de Foucault.

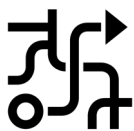


dos trabalhos históricos dos quais ele tende a se aproximar, interrogando as periodizações a partir dos acontecimentos escolhidos. Essas periodizações podem ser pensadas em diferentes níveis, criando inúmeras séries, a partir de diferentes recortes de acontecimentos. Este problema o leva à metodologia da descontinuidade.

Diferente da história das ideias, Foucault aborda o conjunto de transformações do discurso científico do século XVIII ao XIX, descrevendo grupos de enunciados, a fim de definir a regra de passagem de um estado ao outro, criando uma continuidade na análise e não um corte abrupto (FOUCAULT, 2008d, p. 67-68). De acordo com Le Goff, em *História e Memória* (2012), Foucault realizou um diagnóstico sobre a renovação da História, centrada em três pontos: a crítica ao documento, a importância da descontinuidade e a possibilidade de um novo fazer histórico, diagnóstico presente na introdução da obra *A Arqueologia do saber*, publicada em 1969.

Em *A Arqueologia do saber*, Foucault relaciona ruptura com sua teoria do discurso, por meio de transformações no seio das formações discursivas, pois as rupturas dizem respeito a um conjunto de saberes caracterizado a partir de inter-relações conceituais de determinadas épocas (MACHADO, 2006, p. 116-118). A noção de descontinuidade, apresentada sobre a natureza de acontecimentos dispersos, se torna uma operação deliberada do historiador, ao distinguir os níveis possíveis de análise, seus métodos e periodizações adequadas. Esse deslocamento é um conceito operatório, no qual os documentos são transformados em monumentos, já que os historiadores se voltarão para os documentos a fim de estabelecer séries, fixando seus limites e o tipo de relações que lhe é específico, além das relações entre diferentes séries. Portanto, revela que não é tarefa primordial do historiador reconstituir um dado acontecimento por meio da interpretação do documento, mas transformar o documento em monumento, trabalhá-lo em seu interior (FOUCAULT, 2012a, p. 7-9). Os documentos científicos, filosóficos, literários ou outros, considerados como formações discursivas, definem o saber e são redimensionados pela arqueologia foucaultina.

Foucault define arqueologia, em *A Arqueologia do saber*, como sendo uma análise de discursos, a fim de formular “regras de formação”, responsáveis pelas condições de existência, pelo aparecimento e distribuição de um determinado discurso, visto como prática discursiva (MACHADO, 2012, p. 104-105). A noção de discurso é central no livro e é descrito por Foucault como sendo um conjunto de enunciados, de modo que, compreender o enunciado nos leva à compreensão do discurso.



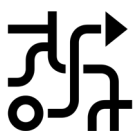
De acordo com Foucault, descrever o enunciado é realizar uma análise histórica, levando-se em consideração o referencial teórico, a posição de sujeito, o domínio associado e uma materialidade repetível. O referencial teórico, ou as condições de possibilidade de existência do enunciado, relaciona-se com uma determinada posição de sujeito, que pode ser ocupada por diferentes indivíduos sob certas condições, podendo se modificar ao longo da história. Os enunciados possuem uma existência material, podendo se repetir, de diferentes formas, conectando-se com outros enunciados (FOUCAULT, 2012a, p. 113-121).

Portanto, Foucault estabelece, em seus trabalhos da década de 60, uma relação entre descontinuidade, verdade e saberes. Partindo do pressuposto que o saber não está investido apenas em demonstrações, mas também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais e decisões políticas, desaparece da análise arqueológica a teleologia do conhecimento científico (FOUCAULT, 2012a, p. 239), pois desvincula a verdade da ciência e da sua atualidade, caracterizando-a como uma configuração histórica, produzida a partir das normas internas dos saberes de um dado período. Assim, é possível estabelecer uma pluralidade de rupturas que revelam os princípios de organização dos saberes e as condições de existência de diferentes saberes. Em vez da atualidade das ciências como critério de verdade, a arqueologia trabalha com a contemporaneidade dos saberes, compreendendo a verdade como uma construção histórica, remetendo a sua análise às suas regras de aparecimento, organização e sua transformação no nível do saber (MACHADO, 2006, p. 119).

OS ANOS 70

Em 1970, Foucault assume uma cátedra no College de France, intitulada por ele de “História dos sistemas de pensamento” e, em sua aula inaugural, publicada em 1971, sob o título de *A ordem do discurso*, o filósofo faz um balanço de suas obras da década de 60. O autor levanta novas possibilidades em relação à análise do discurso, complementado agora por um novo conjunto, denominado genealógico, preocupado com a formação efetiva dos discursos. Se antes, ele estava mais voltado para uma análise estrita do discurso, agora ele enfoca o que condiciona, limita e institucionaliza as formações discursivas (DREYFUS; RABINOW, 2013, p. 139).

Em sua aula inaugural, Foucault discorre sobre o controle do discurso, pois, em toda a sociedade, ele é controlado, selecionado, organizado e redistribuído a partir de alguns procedimentos. A relação entre o verdadeiro e o não verdadeiro, remetida para o interior do



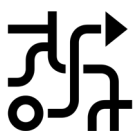
discurso, é a vontade de verdade, uma das formas de regulação do discurso, que se modifica de acordo com as relações de poder. A vontade de verdade do discurso científico do século XIX se difere pela forma, pelos domínios de objeto, pelas técnicas, da vontade de saber da cultura clássica. Se por um lado a vontade de verdade apoia-se em uma base institucional, por outro ela exerce uma coerção sobre os outros discursos. Um exemplo foi a teoria genética de Mendel que não seguia os cânones do discurso biológico, porém, quando houve uma modificação na vontade de verdade, sua teoria entrou no campo do verdadeiro. Sendo assim, a vontade de verdade é uma construção histórica da verdade, não havendo uma verdade única, universal, mas uma vontade de verdade de uma dada época, que pode ser modificada e transformada (FOUCAULT, 2012b, p. 35-36).

A relação entre a história dos sistemas de pensamento e a prática dos historiadores aproxima Foucault da Nova História⁸, em particular, na reflexão sobre a longa duração e os acontecimentos, a fim de estabelecer as séries que permitem circunscrever o “lugar” do acontecimento, as condições de sua aparição e as margens de sua contingência.

Em uma conferência na universidade de Keio, no Japão, em 1970, Foucault discorre sobre *Rekisho heno kaiki* (o retornar à história), sai em defesa do método da história serial, cujo tema central é o acontecimento e conjunto de acontecimentos. Fundamentada na investigação de séries de documentos para estabelecer relações internas e externas a este *corpus*, o seu método permite a emergência de extratos de acontecimentos perceptíveis e imperceptíveis aos contemporâneos, sendo a função do historiador relacioná-los, conectá-los, criando séries de séries, quadros de quadros, e uma continuidade na descontinuidade. Assim, a noção de duração múltipla destrói a ideia de um tempo único, homogêneo e linear, construindo, a partir do modelo de multiplicidade dos tempos sociais de M. Halbwachs e Georges Gurvitch, conceitos operacionais, uma nova cronologia científica que apreende o acontecimento por meio de sua duração e eficácia ao longo da história, ao invés de sua data de ocorrência (FOUCAULT, 2008c, p. 291-294; LE GOFF, 1993, p. 54-55).

Em um artigo de 1971, intitulado *Nietzsche, a Genealogia, a História*, Foucault parte do conceito nietzschiano de genealogia, para introduzir sua reflexão sobre as formas de exercício do poder. Ao interpretar Nietzsche, Foucault compreende que a genealogia não busca uma origem, não pretende recuar no tempo com o intuito de estabelecer uma grande

⁸ Na apresentação do livro *História nova*, de 1978, Jacques Le Goff afirma que a história nova não depende de nenhuma ortodoxia ideológica e se inscreve na longa duração, longe de modismos ou novidades efêmeras (LE GOFF, 1993, p. 21).



continuidade, mas encontrar as divergências, descobrindo que não há uma verdade absoluta (FOUCAULT, 2008b, p. 260-281).

Em nossa sociedade, a verdade é centralmente um discurso científico e institucional, submetida a incitações de caráter econômico e político, objeto de difusão, consumo e debate, produzida e transmitida sob o controle de grandes aparelhos políticos ou econômicos. Realidades, domínios de objeto e rituais de verdade são produzidos pelo poder. A “verdade” é, portanto, um conjunto de procedimentos regulados para a produção, funcionamento e circulação dos enunciados, ligado a sistemas de poder, que a produzem e lhe dão suporte, sendo, portanto, um “regime” de verdade (FOUCAULT, 2012e, p. 52-54).

A análise de Nietzsche se fundava na moralidade e nas práticas sociais a partir de atores individuais, já Foucault considera as motivações individuais como resultado de estratégias sem estrategistas (DREYFUS; RABINOW, 2013 p. 145). Em sua análise do termo *entestehung*, cujo significado é emergência, ponto de surgimento, ele procura mostrar como a genealogia se volta para o jogo casual das dominações, pois a emergência se produz em um determinado estado de forças. O acontecimento seria, então, produto de uma relação de forças, pois a irrupção de um novo acontecimento é produto de uma relação de forças que se inverte, de uma dominação que se enfraquece e uma nova que adentra (FOUCAULT, 2008b, p. 260-281). Se antes Foucault está preocupado com a descrição dos saberes, em suas condições de possibilidades intrínsecas, agora ele situa os saberes em suas novas pesquisas, como elementos constituídos pelas relações de poder.

Os livros seguintes *Vigiar e punir* e *A vontade de saber*, primeiro volume de *História da sexualidade*, destacam o poder e sua importância para a constituição dos saberes. Nestes livros, ele identifica o panóptico de Bentham e o confessional como lugares específicos, onde as relações de poder funcionam como micropoderes, inscritas nas leis universais da humanidade. Assim, a existência de formas de poder diferentes do Estado, apesar de articuladas com ele, é privilegiada, pois atinge a realidade mais concreta dos indivíduos. A história, por meio de rituais de poder, interpretada por certos grupos, avança de dominação em dominação (DREYFUS; RABINOW, 2013 p. 147-148; MACHADO, 2006, p. 120-121).

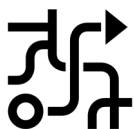
O que Foucault chama de “microfísica do poder” é um deslocamento do espaço e do nível de análise, no qual os poderes saem da esfera exclusiva do Estado e são estendidos para diferentes redes sociais, que mantêm certa autonomia em relação ao Estado. Os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da sociedade, mas dispersos, como uma rede de dispositivos que todos estão sujeitos. Portanto, não existe uma unidade de poder, mas sim relações de poder (MACHADO, 2012, p. 17-18).



Em *Vigiar e punir*, Foucault procura mostrar como novas técnicas de poder, instauradas a partir dos séculos XVII e XVIII, são tão ou mais eficazes do que os aparelhos de Estado. Essa “nova economia do poder” - “o poder disciplinar” - estabelece procedimentos que permitem fazer circular os seus “efeitos de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e ‘individualizada’ em todo o corpo social” (FOUCAULT, 2012e, p. 45). O autor divide o livro em quatro partes (suplício, punição, disciplina e prisão), abordando acontecimentos do século VI até a consolidação do sistema penal no século XVIII. Foucault, por meio de exemplos históricos, nos mostra a transformação da tendência, mesmo que não uniforme, da redução do suplício para um castigo em que a pena se centraliza na perda de um bem ou de um direito (FOUCAULT, 2011b, p. 19-27).

O poder disciplinar, observado através de uma multiplicidade de processos, de origens diversas, que se conectam e se apoiam, tem a função maior de “adestrar” para se apropriar de maneira mais eficiente, ao fabricar indivíduos por meio de pequenas células separadas. Pode ser visto nas escolas, nos hospitais, na prisão etc. Não se deve confundir sociedade disciplinar com uma sociedade disciplinada, pois o fato de existir instrumentos para a normalização e a disciplinarização não significa que havia um plano de uma normalização maciça, ou que toda uma sociedade seja disciplinada (FOUCAULT, 2011b, p. 180-260; FOUCAULT, 2012c, p. 323).

Em *História da sexualidade I*, publicado em 1976, Foucault se opõe a uma hipótese repressiva do poder, vista apenas como constrangimento, de forma negativa e coercitiva, com a função de suprimir a verdade e distorcer o saber. Assim, a ideia de verdade é oposta ao poder, sendo inteiramente externa um ao outro, pois tudo que o poder faz é reprimir. A genealogia foucaultiana reformula a hipótese repressiva, centrando seu trabalho nos regimes modernos de poder e no funcionamento prático da “verdade” (DREYFUS; RABINOW, 2013, p. 168-176). A partir do século XVII, emerge uma tecnologia política coerente, o biopoder, um poder sobre a vida, intermediado por relações de duas formas: a primeira, centralizada no corpo como máquina, assegurada por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas; a segunda, formada um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, destacou o corpo-espécie, transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos. Estes procedimentos do poder, elaborados a partir do século XVII, foram postos em ação no século XIX (FOUCAULT, 1988, p. 130-138), explicitando a ideia de que o saber na sociedade é produto de determinado poder, mas nem toda produção de saber funciona como efeito de poder; não são idênticos. O que Foucault quer mostrar é a especificidade histórica e a materialidade de suas correlações,



questionando os regimes de saber, o modo como eles circulam e funcionam, ou seja, suas relações com o poder. Em *Vigiar e Punir* e *História da sexualidade*, Foucault estudou como esse biopoder se materializa em instituições específicas (escolas, hospitais e prisões), demonstrando como as práticas disciplinares e confessionais atuaram sobre a sociedade, apesar de deixar claro que nem todas as práticas de nossa cultura se resumem a estas.

Em 1982, Foucault faz um balanço e síntese de suas reflexões ao longo de suas obras, afirmando que, em todo seu trabalho, ele procura compreender como, em nossa sociedade, os seres humanos tornaram-se sujeitos. Dessa maneira, ele estuda o poder para apreender a objetivação do sujeito por meio da sua investigação no discurso científico; de sua divisão interior e em relação aos outros e finalmente pelo modo como podemos nos tornar sujeitos. O poder é uma relação entre indivíduos ou entre grupos, na qual o sujeito se relaciona ao outro por meio do controle e da independência, de uma consciência ou autoconhecimento, que o subjuga e o sujeita. Por conseguinte, impõe-se uma forma de poder ao indivíduo que o transforma em sujeito. Dessa forma, ao estudar as relações de poder, Foucault se propõe a investigar as formas de resistência e os mecanismos de sujeição, associados com procedimentos de exploração e dominação. Assim, a disciplinarização das sociedades não significa um aumento da obediência, mas um ajuste progressivamente controlado entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e o jogo das relações de poder. Neste cenário, o exercício de poder é um conjunto de ações sobre ações possíveis em um terreno de possibilidades onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos. Daí, o termo “estratégia” como um conjunto de meios para concretizar um dispositivo de poder. Portanto, a dominação de um grupo e suas resistências são reveladas pelo entrelaçamento das relações de poder com as relações estratégicas e seus efeitos de interação recíproca (FOUCAULT, 2013, p. 273-290).

FOUCAULT E OS HISTORIADORES

Não há dúvida que Foucault é um pensador paradigmático para os historiadores de sua época, em particular, para aqueles e aquelas envolvidos com a Nova História, cujo diálogo é mais fortuito entre 1965 e 1974. As convergências entre o filósofo e os historiadores e historiadoras da Nova História são: a fuga do etnocentrismo; a perspectiva historiográfica, sujeita a rupturas e discontinuidades em contraposição a uma história tradicional; a simpatia com a “longa duração”, próxima da perspectiva de Bloch, mais complexa - em razão da heterogeneidade e multiplicidade dos tempos da história - do que a de Braudel em relação

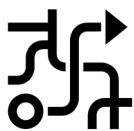


aos ritmos temporais da história; pensar a história a partir do presente como procedimento metodológico para criticar a busca das origens; e finalmente, o interesse pelos novos objetos da história, com o objetivo de sacudir as estruturas e inserir no campo histórico os não-ditos da história tradicional, daí o interesse por temas como o corpo, o sexo, a morte e o medo. Foucault refletiu e teorizou sobre a prática dos historiadores da Nova História, que modificaram a concepção metodológica da história ao transformar monumento em documento, apesar de preocupar-se e temer que os historiadores da Nova História, que defendiam uma história total, caíssem na perspectiva de unidade, característica da história tradicional, em detrimento da perspectiva de dispersão (LE GOFF, 2003, p. 197-209).

Por outro lado, há um diálogo entre o “giro linguístico” com os trabalhos de Foucault, que transita em meio às duas tradições que ensejam o “giro linguístico”: a fenomenológico-hermenêutica e a neo-historicista (ou pós-moderna)⁹. O diálogo aparece no pressuposto, presente nas duas tradições, de que o sujeito do conhecimento não produz enunciados privilegiados em relação à realidade. Foucault apresenta o sujeito como sendo um “efeito” do discurso, não como um indivíduo, mas sim constituído pelas práticas discursivas. (RANGEL; ARAÚJO, 2015, p. 319; SPIEGEL, 2006, p. 48). É nessa perspectiva que alguns autores e autoras próximos do giro linguístico, como, por exemplo, Lyn Hunt vão utilizá-lo.

Mais importante do que a originalidade de seus temas, o impacto de Foucault na historiografia a partir da década de 1970 foi a forma de interrogar a história, ao propor um deslocamento das práticas para os objetos e não o inverso. Ao invés de partir da famosa estrutura social, representada enquanto “realidade objetiva”, ele propõe pensar como foram “instituídas culturalmente as referências paradigmáticas da modernidade em relação ao próprio social, à posição dos sujeitos, ao poder e às formas de produção do conhecimento”. Este tipo de metodologia permitiu trabalhos de pesquisadores do campo do feminismo. A noção de genealogia, a domesticação de corpos dóceis do poder disciplinar, a

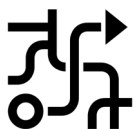
⁹ De acordo com Rangel e Araújo (2015, p. 322-323), a tradição fenomenológico-hermenêutica está associada a Husserl, Heidegger, Gadamer, Paul Ricoeur, Koselleck e Gumbrecht, Walter Benjamin, Jörn Rüsen e François Hartog. Apesar das divergências entre estes pensadores, esta tradição sustenta que todo e qualquer pensamento e ação do presente é orientado e determinado pela relação entre passados e futuros. A tradição neo-historicista ou pós-moderna está vinculada a autores como Wittgenstein, Roland Barthes, Lyotard, Jean Baudrillard, Hayden White, Frank Ankersmit, Keith Jenkins, Stephen Greenblatt etc. Essa tradição compreende que há uma autonomia radical do presente em relação ao passado.



noção de dispositivo, a subjetivação e a reformulação do conceito de sujeito são conceitos importantes utilizados em trabalhos que repensaram o papel da mulher a partir de um viés feminista (RAGO, 1995, p. 72-74; 2014, p. 5-18). Além disso, o pensamento de Michel Foucault pode ser enredado em estudos de gênero, por exemplo, o *queer*, que se vinculam a vertentes do pensamento contemporâneo que problematizam noções clássicas de sujeito, de identidades e de agência; as noções de poder e resistência; o estudo das normas regulatórias da sociedade; a normatização dos gêneros, a heteronormatividade e os discursos que a constituíram historicamente como uma verdade universal (LOPES, 2017, p. 134).

Por outro lado, há resistências entre os historiadores profissionais em aceitar a maneira como Foucault pratica a história. Tais dificuldades são produto, segundo Albuquerque Júnior, do costume de pensar o processo histórico como uma totalidade coerente e racional, cuja busca pela verdade é sempre reafirmada (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2004, p. 91). Dessa maneira, o trabalho de Foucault foi motivo de fortes críticas, como, por exemplo, o historiador italiano Carlo Ginzburg (2006) e, no Brasil, Ciro Flamarion Cardoso (2005). Cardoso critica Foucault por sua visão desconstrucionista em relação à história científica, por entender que as ciências sociais são saberes constituídos por certos discursos delimitados pelas esferas do saber/poder de que se oriundam. Cardoso (1988) acredita que os temas tratados por Foucault são relevantes, mas o seu método seria ilegítimo e de caráter reacionário. A crítica se centra na seleção das fontes e na noção de condições de possibilidade. Assim, Foucault é relacionado com o antirrealismo epistemológico e com a epistemologia pós-moderna ao abandonar os “grandes objetos” em favor da chamada “história em migalhas”, apesar de Foucault, segundo Cardoso, não se enquadrar na perspectiva pós-moderna de que não há nada fora do texto, já que este admite a existência de práticas e de dispositivos (CARDOSO, 1988, p.110-111; CARDOSO, 2005, p. 79-85).

Em posição diversa a de Ciro Cardoso, Durval Muniz Albuquerque Junior não concorda com a generalização estereotipada da pós-modernidade articulada com o adjetivo de reacionário e irracional. Para o autor, irracionalismo seriam outras maneiras de descrever e praticar a racionalidade; práticas e discursos de experiências que foram silenciadas pela racionalidade ocidental iluminista. O debate carece de uma concepção compreensiva da historiografia foucaultiana ao não explorar o questionamento de Foucault à racionalidade moderna, atribuindo-lhe de forma simplificadora a pecha de irracional, esquecendo-se de que essa racionalidade moderna foi estabelecida às custas de exclusões. Para Albuquerque Junior não existe a Razão, mas “maneiras de racionalizar o mundo, que são características de cada época e de dadas sociedades.” Em relação à crítica a Foucault de

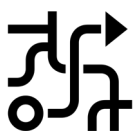


antirealista, Albuquerque Junior considera a produção da realidade gerida socialmente, com instâncias responsáveis por produzir socialmente a realidade. O historiador reconstrói as versões sobre o passado, a partir de signos que precisam ser significados ou que possuem sentido advindo de uma época e por homens que nela viveram e foram capazes de construir. Assim, o historiador trabalha com a realidade construída pelos homens em suas diversas práticas, discursivas ou não. Dessa forma seria impossível negar a realidade. (ALBURQUERQUE JÚNIOR, 2006, p. 10 - 13)

Ginzburg (2006) contestou os estudos científicos sociais em grande escala por distorcer a realidade, defendendo a micro-história, que implicava, por um lado, abrir a história para pessoas marginalizadas, usando outros métodos, por outro, elucidar o devir ao nível dos pequenos grupos, em particular, por meio de estudos sobre a cultura popular como em *O queijo e os vermes* (2006). Neste livro, Ginzburg critica a pesquisa coletiva levada a cabo por Foucault no livro *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão* (1973), ao não colocar, em primeiro plano, as memórias do assassino e privilegiar uma descrição dos autos, caindo em um “irracionalismo estetizante”.

Em uma resposta às críticas de historiadores¹⁰ de que suas pesquisas tratavam os dados, datas e documentos de forma despojada, Foucault afirma que seu objetivo não é restituir a instância global do real como totalidade, mas partir de um problema observado em um dado momento. Assim não é necessário compreender e examinar todo o material de um determinado período, mas analisar os elementos que colaboram para resolver o problema proposto, estabelecendo relações que permitam solucioná-lo, já que, sua história-problema, uma ferramenta intelectual, almeja construir hipóteses para a resolução de um questionamento. Foucault interroga o princípio de que a única realidade a ser investigada é a própria sociedade e defende a legitimidade de análise de elementos, como por exemplo, a elaboração do panóptico de Bentham, que é uma maneira de pensar, um objetivo a ser perseguido, mesmo que não tenha se concretizado na realidade. Foucault se volta para o comportamento dos atores sociais e para as modalidades de suas ações ao reconhecer que os agentes se moviam em uma pluralidade de contextos, cujos recursos e lógicas são construções sociais. Ao invés de partir da famosa estrutura social, ele procura pensar como foram instituídas culturalmente as referências paradigmáticas da modernidade em relação

¹⁰ Em relação a essas críticas, ver Michel de Certeau (2013, p. 105-110); Pierre Villar (1995, p. 161-163); Jacques Léonard (1980, p. 163-181).



ao próprio social, à posição dos sujeitos, ao poder e às formas de produção do conhecimento (FOUCAULT, 2012c, p. 319-321; REVEL, 2010, 167-174; RAGO, 1995, p. 72).

Paul Veyne¹¹ não concorda com as críticas de que Foucault teria uma postura relativista em relação à verdade, na medida em que a verdade é perfeitamente explicável e não uma flutuação indeterminada, pois o que Foucault defende é que os objetos da ciência e a própria ciência não são verdades eternas. Tal postura não tem nada de cético ou relativista, mas sim na crença de que toda ciência é provisória. Foucault propôs outros questionamentos à história, vendo-a em seu conjunto, correlacionando os objetos às práticas datadas, delineando-a a partir das objetivações, - constituição de domínios de objetos e de subjetivação. Foucault não compreende o acontecimento dado como fato, mas como algo que surge em um campo de força, com configurações específicas (VEYNE, 2014, p. 251-280; RAGO, 1995, p. 76). Dessa forma, a reflexão foucaultiana corrói as pretensões universais e as justificações teleológicas de uma história social, regida pelo conhecimento objetivo.

Foucault, em sua perspectiva genealógica da história, não põe de lado a sociedade, a economia, etc., mas, as estruturas, por meio das práticas. Na verdade, seus estudos são uma gênese das práticas sociais e discursos que dão lugar a formas múltiplas de subjetividade. Neste sentido, as práticas, estudadas por Foucault, também são objetos dos historiadores, pois o método foucaultiano consiste no entendimento de que as coisas são objetivações de práticas determinadas (GARCÍA, 1997, p. 147; LE GOFF, 2012, p. 105; VEYNE, 2014, p. 251).

Os historiadores, de acordo com Foucault, devem privilegiar a noção de prática frente às do objeto -, resultado das práticas sociais e culturais - e do sujeito - efeitos de práticas mutantes, construções variáveis e difusas - a fim de relacionar os seres humanos entre si e não justificar uma certa visão do presente, apagando as diferenças do passado, não levando em consideração à descontinuidade, por se encontrarem em uma posição privilegiada: por conhecer o passado, o historiador tem poder. Assim, o filósofo aspira alterar a posição do historiador de que não se deve legitimar o presente, ao cotejar no passado os significados que dão suporte a uma inevitabilidade do presente (GARCÍA, 1997, p. 148; POSTER, 1982, p. 118-122).

¹¹ Paul Veyne ingressou no CF no ano de 1976 e, a partir dos cursos ministrados por Foucault, no período de 1976-1978, ele escreveu um texto intitulado “Foucault revolutionne l’histoire”, para a segunda edição do livro *Comment on écrit l’histoire: essai d’épistémologie*, publicado em 1978.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões relacionadas com a verdade, descontinuidade e relações de poder se interconectam em toda reflexão foucaultiana. Procuramos mostrar/situar a obra de Foucault no seio da historiografia dos anos 60 e 70, em particular, com as transformações no âmbito da História social. O legado de Foucault é extremamente relevante no campo epistemológico e na redefinição de novos objetos de pesquisa.

Depois do trabalho de Foucault, o realismo social sofreu um forte abalo e conseqüentemente, a própria história social. A reflexão foucaultiana colocou em xeque as certezas da apreensão científica da realidade, no momento em que os objetos da macro-história estavam sendo questionados pela própria realidade. O estatuto do acontecimento, impregnado de conotação factual, foi alocado no âmbito das rupturas de uma dada formação discursiva, vista como multiplicidades no seio dos acontecimentos, redistribuídos em diferentes zonas de visibilidade. Os recortes dos campos de saber (filosofia, história, literatura, entre outros), unidades do livro, da obra e do tempo são interpretados como fatos discursivos em um determinado campo de referência e em um momento histórico dado. Foucault procura conjugar a descrição de dispersões com a exigência de unidade(s) de um determinado campo discursivo, por meio da descrição das regras que presidem um “sistema de dispersão”. Portanto, Foucault reordena as unidades pré-estabelecidas em uma massa discursiva que lhe permite descrever regularidades entre objetos, modalidades enunciativas, conceitos, temas/teorias (estratégias) (FOUCAULT, 2012a, p. 40; OLIVEIRA, 2008, p. 172).

O dualismo estanque entre o social e o discurso tornou-se insustentável e a perspectiva de verdade não poderia mais ser desarticulada da relação de saber com poder, na medida em que a mediação simbólica do social, constituído e organizado pelo discurso, analisado como prática no marco de outras práticas, discursivas e não discursivas, passa a ser fundamental na análise histórica. Tal perspectiva ressoou na nova história cultural, no novo historicismo e nos micro-historiadores (GARCÍA, 1997, p. 156-157).

As transformações na historiografia também têm conduzido à maior diversidade de interpretações e ao reconhecimento de um diálogo contínuo. Foucault contribuiu nestes dois aspectos, apesar de seus trabalhos serem utilizados por historiadores¹², em especial, estadunidenses, para refutar a História Social em defesa de novos modelos derivados do

¹² Gérard Noiriel (1994), cita a historiadora Lynn Hunt como um exemplo que utiliza conceitos repudiados por Foucault.



“giro linguístico” (*linguistic turn*). Contudo, mesmo repelindo a História Social, continuam repetindo práticas e usando conceitos empiristas, repudiados por Foucault. De fato, o “giro linguístico” nos estudos históricos rompe com o determinismo dos enfoques socioeconômicos e enfatiza os fatores culturais, nos quais a linguagem tem um papel chave, porém, articula a interpretação social com a linguística. Além disso, não devemos confundir o trabalho de Foucault com o desconstrucionismo textualista, pois ele não reduz o social ao discurso. Sua contribuição deve se relacionar com a ideia de que a realidade aparece configurada pelos regimes discursivos, perspectiva que abalou algumas das certezas da História Social e abriu caminho para pesquisas e reflexões presentes até os dias atuais no pensamento histórico.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A História em Jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. In: *Anos 90* (UFRGS). Porto Alegre, v. 11, n.19/20, p. 79-100, 2004.
- _____. O historiador Naif ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 193-215.
- BARTHES, Roland. Le discours de l'histoire. In: *Information Sur les Sciences Sociales*, Paris, VI, n. 4, p. 65-75, 1967.
- BRAUDEL, Fernand; MANDROU, Robert. Trois clefs pour comprendre la folie à l'époque classique. In: *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, n. 4, p. 761-772, 1962.
- CANGUILHEM, Georges. *O conhecimento da vida*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaio Racionalistas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- _____. *O historiador fala de teoria e de metodologia*. 1. ed. Bauru: Edusc, 2005.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte-Mg: Autêntica Editora, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 20.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- CEZAR, Temistocles. Hamlet Brasileiro. Ensaio sobre giro-linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). In: *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 17, abril/2015.
- DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. 1.ed. São Paulo: LiberArts, 2017.
- DERRIDA, Jacques. *De la Grammatologie*. Paris: Les éditions de Minuite, 1967.
- DOSSE, François. *A História à prova do tempo: da História em migalhas ao resgate do sentido*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.



DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

DROYSEN, Johan Gustav. *Manual de Teoria da História*. Petrópolis: Vozes, 2009.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. Nietzsche, a Genealogia, a História. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b. p. 260-281.

_____. Retornar à História. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c. p. 282-295.

_____. Sobre as maneiras de escrever a História. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008d. p. 62-77.

_____. *História da loucura: na Idade clássica*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. Michel Foucault: as palavras e as coisas, In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ditos e escritos VII: arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011a. p. 138-144.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011b.

_____. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

_____. *A ordem do discurso*. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012b.

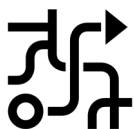
_____. A poeira e a nuvem. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder e saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012c. p. 316-327.

_____. O cuidado com a verdade. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012d. p. 234-245.

_____. Verdade e Poder. In: MACHADO, Roberto (Org.). *Microfísica do Poder*. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012e. p. 35-54.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 273-295.

GARCÍA, Vazquez Francisco. Foucault y la historia social. In: *Historia Social*, Valencia, n. 29, p. 145-159, 1997.



GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

IGGERS, George. *La historiografía del siglo XX: desde la objetividad científica al desafío posmoderno*. 1. ed. Chile: Fondo de Cultura Económica, 2012.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. Foucault e a nova história. *Plural*, Revista de ciências sociais da USP, v. 10, p. 197-210, 2003.

_____. *História e memória*. 6. ed., Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012.

LÉONARD, Jacques. L'historien et le philosophe: a propos de: surveiller et punir; naissance de la prison. In: PERROT, Michelle. *L'impossible prison*. Paris: Seuil, 1980. p. 163-181.

LOPES, Fábio Henrique. Possibilidades de conexão. Michel Foucault, relações de gênero e estudos queer. In: BAGOAS - *Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*, v. 16, p. 162-196, 2017.

MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. Introdução: por uma genealogia do poder. In: _____ (Org.). *Microfísica do Poder*. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

NOIRIEL, Gérard. Foucault and History: the lessons of a disillusion. In: *The Journal of Modern History*, Chicago, v. 66, n. 3, p. 547-568, set./1994.

OLIVEIRA, Cristiane. A vertigem da descontinuidade: sobre os usos da história na arqueologia de Michel Foucault. *História, Ciências e Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 169-181, 2008.

PEREIRA, Lucas de Almeida. *Da filosofia à História: os diálogos entre Foucault e os Annales*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2017.

POSTER, Mark. Foucault and History. In: *Social Research*, v. 49, n. 1, p. 116-142, 1982.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social*. In: *Revista de Sociologia*, São Paulo, v. 7, p. 67-82, out./1995.

_____. O feminismo acolhe Foucault. In: *Labrys*, estudos feministas, v. 2014, p. s/n, 2014.

RAGUSA, Pedro. O Estruturalismo na arqueologia do saber: episteme como estrutura-histórica. In: *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia-MG, v. 14, n. 2, jul.-dez./2017.

RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes de. Do giro linguístico ao giro ético-político. In: *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 17, abril /2015.

REVEL, Jacques. *História e historiografia: exercícios críticos*. 1. ed. Curitiba: Ed.UFPR, 2010.

SAMPAIO, Evaldo. A virada linguística e os dados imediatos da consciência. In: *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 40, n. 2, p. 47-70, Junho 2017.



SPIEGEL, Gabrielle M. La historia de la práctica: nuevas tendencias en historia tras el giro lingüístico. In: *Ayer*, n. 62, p. 19-50, 2006.

STONE, Lawrence. The revival of narrative: reflections on a new old history. In: *Past and Present*, Londres, n. 85, p. 3-24, 1979.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4. ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

VILLAR, Pierre. História Marxista, história em construção In: LE. GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). *História: novos problemas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 146-178.

WHITE, Hayden. *Metahistory: The historical imagination in nineteenth-century Europe*. 1. ed. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1973.

_____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 1. ed. São Paulo: Edusp, 1994.


Recebido em: 21/11/2020

Aprovado em: 19/05/2021

A DESVALORIZAÇÃO DO ENSINO DE ARTE NO BRASIL: ORIGENS E ALGUNS ASPECTOS

THE DEVALUATION OF ART TEACHING IN BRAZIL: ORIGINS AND SOME ASPECTS

BENITES, Rita de Cássia Ribeiro *

<https://orcid.org/0000-0003-3240-7713> 

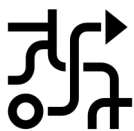
RESUMO: O presente artigo discute os principais fatos históricos que contribuíram para a construção do ensino de arte no Brasil e apresenta os aspectos que influenciaram na concepção da arte-educação no país a partir das principais fontes teóricas. O texto discute a desvalorização que a sociedade possui frente à esta disciplina entendendo suas origens desde o período colonial e seus desdobramentos a partir disto, atingindo as tendências modernas e reformas recentes. O levantamento dos questionamentos é referido diante da também experiência profissional da interlocutora. O objetivo é analisar a historicidade do ensino de arte no Brasil desde os primórdios de forma a compreender os problemas que os arte-educadores da educação básica enfrentam, e partir de aí refletir sobre perspectivas futuras.

Palavras-chave: Arte; Ensino; Desvalorização.

ABSTRACT: This article discusses the main historical facts that contributed to the construction of art education in Brazil and presents the aspects that influenced the conception of art education in the country from the main theoretical sources. The text deals mainly with the depreciation that society has regarding the discipline of art understanding its origins since the colonial period and its unfolding from this, reaching the modern trends and recent reforms. The survey envisioned based on the professional experience of the interlocutor. The objective is to analyze the history of art teaching in Brazil since its prelude, in order to understand the problems that art-educators of basic education face and from that point reflect on future perspectives.

Keywords: Art; Education; Devaluation.

* Mestra em Educação no Programa de Pós-Graduação em educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul na linha de pesquisa Formação de Professores e Diversidade com ênfase em políticas públicas (2021). Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2017). Graduada em Artes Visuais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul com graduação sanduíche pelo Instituto Politécnico de Setúbal/ Portugal (2013). E-mail: rbenites@gmail.com.



INTRODUÇÃO

A história do ensino de arte no Brasil foi construída por inúmeros aspectos que se divergiram ao longo do caminho enquanto objetivo, mas que consolidaram o que conhecemos hoje por arte-educação¹. Este artigo busca, através de análise bibliográfica, dialogar sobre a trajetória da arte-educação, buscando compreender o espaço que a arte ocupa na estrutura curricular nacional da educação básica partindo da observação de que a arte como disciplina configura-se como desprestigiada quando comparada as outras frentes de ensino.

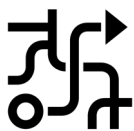
Esta constatação vem através da observação dos baixos índices de ingresso na universidade nos cursos de bacharelado em artes, a abordagem da própria escola como instituição, os processos de avaliação subjetivos do ensino de arte (que ampliam a incompreensão não científica da valorização da disciplina), a desvalorização dos estudantes diante da figura do professor/aula em comparação a outras disciplinas.

Entende-se por arte, como proposta de ensino, o estudo das diversas linguagens artísticas como a música, as artes visuais composta pela fotografia, o audiovisual, o desenho, a escultura, a pintura, a gravura, etc., e as artes cênicas, formada pela linguagem do teatro e da dança (ZAGONEL, 2008, p. 21), que por razões variáveis são ensinadas, concomitantemente, de modo misto e separado nas escolas brasileiras, sem observar uma concordância conjuntural. Se hoje o ensino de arte existe como requisito essencial e obrigatório no currículo é devido as conquistas e incessantes lutas de arte-educadores e intelectuais da área para que ela conquistasse um lugar merecido dentro dos pilares do ensino básico brasileiro pela Lei nº9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - de 1996.

Um processo que perdurou séculos até se consolidar como disciplina obrigatória, traz em sua essência um ensino ligado as artes manuais, e sobretudo ao desenho, mais tarde aliado ao tecnicismo. O que sabe é que o ensino de arte seguiu as tendências pedagógicas nascidas até então, espelhando em sua interface o que a sociedade entendia por ela.

Desse tema, Efland (2005) cita como exemplo que a arte/educação foi influenciada diretamente pelas vertentes que a direcionavam: quando era vinculada ao design, o ensino

¹ O termo arte-educação é inserido neste texto com hífen justificado pelo conceito atribuído pela estudiosa do ensino de arte Ana Mae Barbosa na década de 1970, a qual justificou este emprego gráfico para estabelecer um diálogo entre a concepção dos termos e mutualidade entre as duas áreas. Esta foi a forma que a educadora encontrou de reafirmar a importância da área no ensino básico quando em ocasião, o ensino obrigatório de arte ainda era malquisto por outros educadores.



era formal, quando passa então a ser vista como o princípio do artista, o ensino de arte passa a valorizar a autoexpressão e a criatividade.

Ao caminhar da história, a arte teve sua consolidação de linguagem como disciplina obrigatória, permeando os principais documentos norteadores da educação nacional, como os Parâmetros Curriculares Nacionais - direcionados nas décadas anteriores- e a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

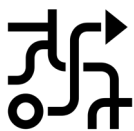
Em 2016, no auge das reformas educacionais, a discussão sobre a obrigatoriedade da disciplina foi novamente abordada, revelando que mesmo após os avanços na luta pela preservação e compreensão da importância do ensino de arte, a concepção macro da sua “não funcionalidade” ainda é um marco na nossa sociedade. A arte e o ensino dela sempre fora um reflexo das transições que a sociedade passou ao longo dos séculos, atribuindo seu lugar desfavorável ao processo histórico o qual foi construída.

Mesmo sendo ela figura constante e obrigatória dentro do currículo, ainda carrega resquícios de sua historicidade, sendo relegada dentro da estrutura curricular, permanecendo aos olhos de muitos como uma disciplina desprestigiada. Essa desvalorização se configurou não como uma ação nova, mas por um processo construído historicamente, marcada por um Brasil escravocrata, explorador e colonizado. Os próximos tópicos tentam compreender as origens e aspectos mais relevantes desta história, buscando os pontos que marcaram conquistas e retrocessos vinculados as tendências pedagógicas da educação brasileira com objetivo de compreender a visão que a arte ocupa hoje no espaço educacional aos olhos da lei, do professor, do aluno, do currículo e da sociedade brasileira.

AS ORIGENS DO ENSINO DE ARTE NO PERÍODO COLONIAL: DA CONTRIBUIÇÃO JESUÍTICA AO BARROCO BRASILEIRO

Há uma grande crítica sobre a influência dos jesuítas na construção da história brasileira, principalmente na educação, devido aos aspectos dominantes introduzidos por eles a população local. Porém, analisemos aqui o que de resquícios e contribuições no ensino de arte eles deixaram, não como forma de julgamento, mas de análise crítica sobre o que esses religiosos ajudaram a implantar, mesmo que de maneira pueril no ensino de arte que conhecemos hoje.

A missão Jesuítica chegou ao Brasil em 1549 na contramão da crise que a Igreja Católica sofria no mundo sobre aspectos ideológicos, incitados pela reforma protestante. O objetivo central das missões jesuíticas era, sobretudo, catequizar os povos indígenas e



afirmar a presença do catolicismo no mundo, para não perder a centralidade do poder e referência religiosa (ALVES, 2005, p.620). Essa primeira missão foi trazida pela Companhia de Jesus que em Portugal, mais especificamente na Universidade de Coimbra, gerenciava o colégio de artes e humanidades. Porém, embora carregue Artes no nome, este colégio não se relaciona com as artes plásticas tais como conhecemos e sim com a cultura literária: poesia, retórica, gramática, linguística, filosofia, etc., que teve grande importância até a virada do século XX (SOUZA, 2008, p.29).

Neste contexto, no que podemos conceituar como arte, é de grande relevância a função didática que ela tinha na catequização dos indígenas, e que até hoje estampa as paredes das mais diversas igrejas católicas no mundo. Uma herança medieval de forma didática de aprendizagem para àqueles que não sabiam ler, ou seja, absorver o culto litúrgico através da leitura de imagem. Essa inserção na imagem já caracteriza um aspecto relevante na construção do que seria o ensino de arte-educação, pois a importância da imagem como facilitadora da aprendizagem/catequização configurou uma abertura a arte no sentido geral, não com a magnitude merecedora, mas com presença e circunstância. De acordo com Marcia Cappellari (2011) os artistas esculpiam as esculturas e pintavam as paredes como forma de consolidar a imagem cristã diante dos fiéis e de toda a sociedade. Logo, o cristianismo ao longo dos anos deu-se conta da relevância da associação entre imagem e fé, e passou a estimular a criação artística para estes fins. Assim, podemos coligir que o cristianismo teve papel fundamental na ampliação dos estudos artísticos ainda que rudimentares e de preceptorado.

Deste fato entendemos a ligação entre a religião católica com a arte, no sentido prático, ou seja, da Igreja utilizar-se das artes visuais para estender seus dogmas, e essa dependência se estenderia mais predominantemente na Idade Média e no Brasil colonial. O que podemos salientar deste período como ensino propriamente dito, seriam o canto orfeônico e a música instrumental, que fazia parte dos planos de ensino criados pelo Padre Manoel da Nóbrega (SAVIANI, 2010, p.43). Mas com as necessidades precárias das colônias, o plano não foi muito eficaz cedendo lugar para a configuração do *Ratio Studiorum*.

No que podemos destacar de aproximação ao ensino de arte no *Ratio Studiorum* são os cursos das humanidades que se relacionavam as artes literárias. Porém, as artes práticas e manuais não eram consideradas significativas e não eram ofertadas nas escolas ditas formais, assim foram desenvolvidas principalmente pelas mãos dos indígenas e dos escravizados.



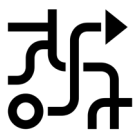
De acordo com os estudos de Ana Mae Barbosa, a arte no período colonial era considerada como um “[...] acessório, um instrumento para modernização de outros setores e não como uma atividade com importância em si mesma” (BARBOSA, 2002, p.21). E relacionando-a também com a ascensão capitalista, compreendemos que a divisão do trabalho superou o labor artesanal, fazendo a “[...] reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional” (SAVIANI, 2009, p.11). Essa reconfiguração segundo Saviani exemplifica a citação anterior de Barbosa, pois o artesanato já não terá a característica de primazia, posição esta que será revalorizada séculos depois na valorização da expressão pessoal e na consolidação da figura do artista: “A autonomia da arte é uma concepção surgida no século XIX, pois, até então, ela fora vista como finalidade moral, educativa ou religiosa...” (ZAGONEL, 2005, p. 38). Dizemos, pois que a arte vai tomar um status de “arte pela arte²” em sua funcionalidade muito tempo depois.

Até então no Brasil Colônia, muito se predominou o estilo barroco instaurado pelos jesuítas, na produção de peças e ornamentos religiosos com intuito de catequização: Esta forma de produção se estendeu nas mãos de artesãos e escravizados que mantinha um caráter de produção e não de criação propriamente dita, distanciada do estilo academicista.

Essa configuração de estilo se difundiu durante os séculos XVI e XVII e corresponde o de mais significativo dentro do nosso “passado artístico” e que teve em suas mesclas estilo europeu e mão de obra escravizada, resultando em um barroco de estilo unicamente brasileiro, como observado nas obras do Mestre Ataíde e seus anjos mulatos na Igreja de São Francisco, em Ouro Preto- MG.

Mas no que o barroco jesuítico influenciou na história da arte-educação? Essa relação estabelecida entre o mestre, que em suma, era a figura do jesuíta, com o artesão ou o escravizado, estabelece uma ordem de ensino e aprendizagem de técnicas de produção artesanal que configuraria os preceitos das escolinhas de artes e ofícios do que seria o princípio do ensino de arte. Neste período Barbosa também analisa que a figura do artista jamais tivera a mesma posição social do poeta ou escritor, pois as artes manuais tinham uma escala de valor inferior às outras, muito relacionada ao trabalho dos escravizados e dos indígenas.

² O termo “arte pela arte” refere-se ao entendimento de que a arte ou objeto artístico só tem compromisso com ela mesma, não obedecendo a uma lógica ou a critérios exógenos a ela, ou seja, sua valorização está conjugado em sua própria intenção enquanto arte.



Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, formou-se um grande problema, pois não se instaurou ou planejou-se algo devido que pudesse suprir as práticas dos religiosos, porém arquitetaram-se novos planos de ensino estendendo os estudos às artes manuais e técnicas, o que posteriormente faria a inserção do ensino do desenho nos currículos, o que também foi possível através das aulas régias de desenho pelo compositor Manoel Dias de Oliveira (BARBOSA, 2002, p.19). Estas aulas régias, mesmo que singelas tiveram sua contribuição, pois configuraria uma ponte para novas propostas de ensino.

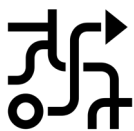
Neste período, do século XVIII, com a influência maciça do Neoclassicismo, sabe-se que estas aulas eram basicamente de desenho de observação, sobretudo, a do nu, obedecendo a regras e cânones greco-romanos que dominavam a Europa neste período (BARBOSA, 2002, p.19). É importante salientar que, apesar dos desenhos estamparem o nu, não configura aqui uma supressão do conservadorismo religioso. Os desenhos eram praticamente sagrados, respeitando regras acadêmicas de proporção e rigidez que se não estivessem vinculados a elas, eram considerados profanos. Seria uma “idealização da arte”, um conceito difundido até hoje, sendo o contrário disso a “falsa arte ou má moral” (BARBOSA, 2002, p. 24).

O ensino da geometria teve uma fase expressiva em 1771 na abertura de aulas públicas e depois com a chegada da família real no Brasil em 1808. É interessante este aspecto, pois durante muitos anos, principalmente no século XX, o ensino de arte foi predominantemente, o ensino de desenho.

A MISSÃO ARTÍSTICA FRANCESA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO PERÍODO IMPERIAL

Com o estabelecimento da família real no Brasil grandes inovações chegaram com a demanda da corte, principalmente no que se refere ao campo das artes em um esforço para tornar a colônia um ambiente mais sofisticado e próspero, então a educação se desenvolveu de forma significativa.

Em 1818, foram criados diversos cursos e instituições, dentre eles, o de desenho técnico, mas que não tiveram tanta repercussão. A maior expressão das artes neste período foi a vinda da Missão Artística Francesa, que depois de restabelecidos laços entre Brasil e França, chegou ao Brasil com um plano definido: artistas, arquitetos franceses tinham como missão ampliar o conhecimento artístico da colônia em sobreposição aos aspectos pueris desenvolvidos em grande parte pelas mãos grossas de artesãos e escravizados, o que fazia do



Brasil e Portugal lugares muito distantes da evolução plástica que se desenvolvera em outros países europeus.

Com estilo Neoclássico forte, artistas como Jean-Baptiste Debret e Nicolas-Antoine Taunay criaram em 1816 a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Porém, esta absorção de uma nova abordagem neoclássica, aliada a conflitos entre a população e os franceses, acabaram por dificultar o ensino propriamente dito desta instituição. Isto explica também que o Brasil desta época não via nas propostas francesas uma utilidade material, pois a grande massa da população não era “civilizada”, necessitando mais de mão de obra do que de artistas, concepção esta inteirada pelo entendimento de arte como adorno, acessório, etc. (BARBOSA, 2002, p.26). Logo, o que deveria ser um ensino ligado às belas artes transformou-se em um espaço de ensinamentos mecânicos e técnicos.

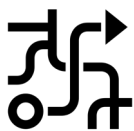
Porém, analisando no sentido geral, nessa sociedade ainda de pensamento colonial, significou uma ruptura de modo de vida. Outras tantas instituições de ensino foram criadas, o que pode desenvolver no país uma série de processos educacionais significativos. A arte então se configurou sem grandes protagonismos, sobre isso:

Restou à Arte apenas o caminho estreito e pouco reconhecido de se firmar como símbolo de distinção e refinamento, e este foi na prática, aberto pelo próprio D. João VI, quando transpôs para o Brasil o hábito das cortes europeias de incluir as Artes na educação dos príncipes. (BARBOSA, 2002, p.26).

De acordo com autora, esta prática de trazer mestres e artistas para ensinar os nobres abriria espaço nos currículos para inserção de desenho e pintura posteriormente. Deste vínculo traça-se então a dualidade da arte no Brasil: arte como entretenimento da corte e refinamento da elite (valorizada) e as artes manuais, dos escravizados, artesãos (desvalorizada):

Uma vez a arte como criação, embora a atividade manual, chegou a ser moderadamente aceita pela sociedade como símbolo de refinamento, quando praticada pelas classes abastadas para preencher as horas de lazer, acreditamos que, na realidade, o preconceito como atividade manual, teve uma raiz mais profunda, isto é, o preconceito contra o trabalho, gerado pelo hábito português de viver de escravos. (BARBOSA, 2002, p.26).

Nestes caminhos de tropeços e avanços, a arte e ensino só irão se consolidar de fato ao final do século XX. Porém encontramos na história pontos cruciais para compreender o caminho percorrido pela arte no ensino brasileiro: a arte como mecanismo da evangelização, arte como entretenimento da corte e de modo tardio em contrapartida com as artes manuais produzidas pelos escravizados, artesãos e indígenas que vincula a valorização versus a desvalorização ainda tão presente em nossa sociedade.



A INFLUÊNCIA DO LIBERALISMO E DE RUI BARBOSA NA CONSTRUÇÃO DO ENSINO DE ARTE DO SÉCULO XX

O final do século XIX e início do século XX trouxeram algumas mudanças significativas no ensino do cidadão brasileiro, estabelecendo novas regras para o ensino primário e secundário que correspondia às influências internacionais:

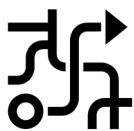
A centralidade atribuída pelos republicanos à educação na transição do século XIX para o século XX, nutriu-se dos ideais liberais e dos modelos de organização educacional em voga nos países ditos civilizados, ratificando a distinção entre educação do povo e educação das elites e estabelecendo clivagens culturais significativas. (SOUZA, 2008, p. 19).

Nesta época já se discutia que tipo de educação se daria para a massa trabalhadora. Os avanços não correspondiam aos direitos elementares, nem tão poucos a uma preocupação súbita do Estado com o povo, mas sim como resposta a uma onda internacional que buscava uma escola que “[...] favoreceu a visão mais racional do mundo”, que preparasse este “homem moderno” para essa nova sociedade que nascia (SOUZA, 2008, p.20). Visto isso, acarretou, no ensino primário, a inserção de novas disciplinas como desenho, música, geometria e trabalhos manuais, que julgavam ser pertinente na construção deste novo ser.

Estas ideias são também fruto do pensamento liberal trazido por Rui Barbosa, que esperava uma evolução econômica do país. Percebe-se uma grande influência de um modelo norte-americano de ensino. Ele acreditava que essas disciplinas basilares fariam com que o cidadão brasileiro tivesse mais capacidade para produzir e alavancar o desenvolvimento do país:

Os liberais como Rui Barbosa e André Rebouças tiveram muita influência na valoração do Desenho e na mudança dos métodos de ensino neoclássicos e românticos para uma introdução ao Design que preparasse para o trabalho na Escola Pública. Rui Barbosa (1941; 1947) escreveu os Projetos de Reforma do Ensino Primário e Secundário mais bem explicitados de todos os tempos, e André Rebouças divulgava em seus artigos especialmente no jornal *O Novo Mundo* as razões da necessidade do ensino de Desenho para a industrialização do país e para o desenvolvimento da inteligência. (BARBOSA, 2018, p.332).

Rui Barbosa é uma figura de grande destaque no que se fala sobre história da arte-educação. Isto porque ele elevou o estudo da arte não só ao tecnicismo ou como modo de produção, mas como algo importante. Ele enxergava no desenho e na arte uma utilidade dual e estruturou metodologias no ensino que ancoraram métodos até hoje utilizados. Nesta época “O desenho era concebido como preparação para o trabalho, de maneira que,



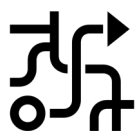
libertados da ignorância, fossem capazes de produzir suas invenções” (BARBOSA, 2016, p. 675).

É importante ressaltar que paralelamente aos ideais liberais existia uma onda de pensadores que defendiam um ensino de arte ligado ao pensamento positivista, mas que encontraram uma grande represália, pois para eles a arte deveria ser um meio para chegar-se ao pensamento científico, e não uma finalidade em si mesma. Para os positivistas mais radicais a arte estava ligada a cópia e observação do modelo e não da natureza, respeitando os ideais próprios do positivismo. Esse ideal levou alguns professores a instaurarem a ideia de desenho como cópia e em algumas escolas, este “copismo” perdurou até nas primeiras décadas do século XX (BARBOSA, 2002, p.27).

No que se resume, o ensino de arte deste período corresponde ao ensino profissionalizante, em busca de produção e domínio da técnica, acentuando a diferença entre as belas artes e a artes manuais oferecidas como: disciplinas independentes “[...] sem articulação entre si e com objetivos nem sempre artísticos, como no caso do ensino do Desenho, cuja a característica era muito mais voltada ao aprendizado do desenho técnico do que da expressão artística” (ZAGONEL, 2005, p. 48). O que já configurava o pensamento da época e, sobretudo o de Rui Barbosa, que defendia a criação de uma escola de artes aplicada à indústria e outra de Belas artes de pintura e desenho e curso superior. Neste sentido “De fato, o desenho não se constituía como ciência, e sim como um conhecimento prático vinculado às artes e a indústria” (SOUZA, 2008, p. 29) assim, aqui ele ainda tem um caráter muito mais técnico do que sensível, ou seja, uma dicotomia que seria revisitada pelos intelectuais no período subsequente e ainda escancarada na sociedade atual, onde as artes manuais como o artesanato ainda é considerado um serviço desprestigiado, ligado a força braçal e o artístico (pela figura do artista) às artes superiores, prestigiadas, ligada a elite, salientando a diferença entre artesão e artista.

AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS DO SÉCULO XX E DESAFIOS ATUAIS

O final do século XX trouxe as maiores manifestações da arte-educação no Brasil, carregando grandes reformas e com grande influência do modernismo que inspirou artistas e obras em todo o mundo.



As manifestações modernistas, sobretudo, as influências pós semana de 22³ foram cruciais para o desenvolvimento efetivo da disciplina no Brasil. Até então “O ensino e aprendizagem da arte concentram-se apenas na transmissão de conteúdos reprodutivistas, desvinculado da realidade social e diferenças individuais” (FUSARI & FERRAZ,1999, p.30). Essa visão é característica da pedagogia tradicional que ganhou fortes raízes na educação brasileira, arrastada até hoje por alguns professores mais conservadores.

Em oposição a esta realidade, surge na década de 30 o Movimento da Escola Nova vindo da Europa e EUA, com centralidade na expressão, espontaneidade e processo do aluno. Teve como grandes influências a psicologia e nomes como Herbert Read e John Dewey, este último foi o grande contribuinte na construção do que seria o movimento de arte-educação no Brasil: “Mudou o mundo, a arte, a educação, e para repensar o nosso tempo, educadores, críticos de arte e até economistas têm buscado nas ideias de Dewey uma experimentação mais consciente da ação e uma construção de valores mais flexíveis culturalmente” (BARBOSA, 2014).

Em 1932 cria-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova por Fernando de Azevedo que trazia todos seus princípios muito bem norteados por esta atmosfera nova que circulava o universo dos grandes centros, como São Paulo, sob um ideal de renovação e evolução:

[...] não é somente a indústria que se desenvolveu, organizando-se o mundo das máquinas, para um acréscimo de riqueza social que resulta da utilização cada vez mais extensa das forças naturais; é a humanidade também que evoluiu, libertando-se da servidão de preconceitos, adquirindo uma consciência mais profunda da solidariedade necessária dos interesses e dos sentimentos dos homens e ampliando para círculos sociais, cada vez mais vastos, os benefícios e as utilidades que acumulou. (AZEVEDO, 2010, p.13).

Embora promissor, o movimento escolanovista não foi tão frutífero na época, muito impedido pelas manifestações contrárias e pela nova constituição de 1937 que bloqueou o pensamento democrático no Brasil por quase 30 anos. Porém, a chama de discussões e levantamento de informações e debates entre os educadores foi acendida como nunca antes, provocando um avanço no que tange os estudos sobre qualidade de ensino e pensamento crítico do educador:

É precisamente o argumento de que a arte é uma forma de liberação emocional, que permeou o movimento de valorização da arte da criança no período que se seguiu a

³ A semana de arte moderna de 1922 aconteceu em São Paulo, mais precisamente no teatro Municipal e reuniu artistas, escritores, poetas em uma grande manifestação cultural, com apresentações e exposições que marcaram o início do modernismo no Brasil. Os participantes, sobretudo, buscavam uma identidade brasileira em uma tentativa de modernizar as artes nacionais, mas atribuindo um caráter próprio à influência europeia.



Estado Novo, que não por coincidência terminou junto com Segunda Guerra mundial em 1945. A partir de 1947, começaram a parecer ateliês para crianças em várias cidades do Brasil, em geral orientados por artistas que tinham como objetivo liberar a expressão da criança, fazendo com que ela se manifestasse livremente sem interferência do adulto. (BARBOSA, 2019, p.681).

Na arte, o movimento foi crucial para transformar as metodologias tradicionais. O desenho e arte, até então como meios de técnica, ligados a geometria, a funções práticas, técnicas, profissionais e científicas, ganham um caráter de status com centralidade na *criação*, com destaque muito mais no processo do que no fim.

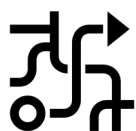
O legado escolanovista transformou principalmente a metodologia do ensino de arte. Há uma alternância entre o ensino técnico a valorização da sensibilidade individual. Foi no século passado que este conceito passa a ser incorporado, ligado a livre-expressão:

Até o início dos anos 80 o compromisso da Arte na Escola era apenas com o desenvolvimento da expressão pessoal do aluno. Hoje, à livre-expressão, a Arte-Educação acrescenta a livre-interpretação da obra de arte como objetivo de ensino. O slogan modernista de que todos somos artistas era utópico e foi substituído pela ideia de que todos podemos compreender e usufruir da arte (BARBOSA, 2005, p.17).

Este “prazer deliberado” foi motivo de muita discussão entre os arte-educadores, pois ao mesmo tempo que dá ao aluno uma liberdade de expressão e a possibilidade de participação ativa no processo de criação, pode fugir do conhecimento de arte, quando ligado a ele de modo mais espontâneo. Essa valorização da espontaneidade e criatividade, no cenário educativo brasileiro, irá distorcer o sentido estético-científico da disciplina: “A criatividade é tal ponto disseminada e, na maioria das vezes, mal compreendida que chega a banalização, levando ao enfraquecimento de sua própria importância” (ZAGONEL, 2008, p. 52).

A relegação da disciplina ao rigor técnico, científico mais sistematizados contribuem para uma desvalorização da disciplina. Essa tendência não é só explicada pela má compreensão dos escolanovistas, mas pela mistura de tendências pedagógicas ao capitalismo emergente diante do cenário sucateado das escolas, sobretudo públicas brasileiras, reiterado por Saviani, quando fala que o escolanovismo serviu para elitizar mais ainda os filhos da elite brasileira enquanto segregava mais os filhos dos trabalhadores (SAVIANI, 2009, p.15).

Em 1948, Augusto Rodrigues liderou o movimento da “Educação através da arte” que resumia os pensamentos da escola nova: “Ver o aluno como um ser criativo, a quem se devia oferecer todas as condições possíveis de expressão artística, supondo-se que assim, ao



aprender fazendo, saberiam fazê-lo, também, cooperativamente, na sociedade” (FUSARI & FERRAZ,1999, p.32).

Em 1959 há uma retomada no movimento da escola nova e um novo manifesto é escrito que foram decisivos na implantação da LDB nº 4.024 de 1961 que já se arrastava há anos no congresso, porém nesta primeira LDB no que tange a arte, não foram implantadas leis significativas, mas no currículo das escolas a arte continuou a existir, mas de cunho geométrico e relacionado ao desenho.

A partir da ditadura militar que se instaurou durante quase 20 anos a partir de 1964, o que se predominou foi o ensino tecnicista, fazendo com que o ensino de arte fosse fortemente aliado a práticas profissionalizantes. Já nos anos 80 o movimento da arte-educação tomou força, muito influenciados por Paulo Freire e a pedagogia libertadora que preza uma escola com um “[...] desafio e compromisso com as transformações na sociedade” (FUSARI & FERRAZ,1999, p.33).

Na segunda reformulação da LDB, em 1971 a arte aparece agora como “Educação Artística” e como “atividade educativa” e não como disciplina propriamente dita, mas como componente obrigatório. Ao longo dos anos muitos debates foram ocorrendo e com a constituição de 1988, discute-se também uma nova LDB que viria a ser sancionada em 1996 de nº 9.394. Nesta, o ensino de arte é bem definido graças às incessantes discussões de arte-educadores nos anos 80: “O ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (art. 26, § 2º). Retoma-se os ideais escolanovistas e a criatividade a livre-expressão mais do que nunca, tomam lugar do confinamento expressivo antes instaurado. Sobre isso:

Mas talvez a valorização dada à livre expressão e a espontaneidade da criança no ensino de Arte se deva ao fato de que o País estava saindo do regime de ditadura, que justamente impedia, ou melhor dizendo, proibia a livre expressão do cidadão (ZAGONEL, 2008, p. 52).

Assim, as tendências modernas dos anos 80 e 90 valorizam a livre expressão, definem uma prática com muito mais diálogo entre o professor e o aluno, na busca da consciência crítica em detrimento da “cópia”. Hoje a maioria dos cursos de licenciatura, sejam eles nas artes cênicas, nas visuais ou até mesmo na música, tendem a seguir estas linhas pedagógicas mais leves, buscando uma aprendizagem processual e lúdica, evoluídas em comparação ao ensino tradicional.

A criação de licenciaturas neste período também englobou o que chamamos por polivalência, pois formava professores em “Educação Artística” que em sua maioria



englobavam as várias linguagens em uma única formação. Hoje vemos um movimento contrário a polivalência, muitas prefeituras e instituições estaduais de ensino tem modernizado a concepção de que o professor deva ministrar aulas de acordo com sua formação específica. Mas não é o que acontece muitas vezes na prática: os professores de música são obrigados a lecionar prioritariamente aulas de artes visuais, por exemplo.

Essa polivalência acarreta a precarização do ensino que também não leva em conta a falta de recursos e infraestrutura adequadas para o desenvolvimento de todas as linguagens artísticas, como observadas nos países desenvolvidos. A formação e intuição do professor dependerão das suas fontes de formação e experiências, que no cenário brasileiro atual podem ser precárias e de baixa qualidade visto a expansão das universidades de ensino a distância e que obedecendo a uma lógica de mercado, embora facilite o acesso a ela, acabam banalizando a aprendizagem.

Outra grande questão a respeito da qualidade do ensino de arte na educação básica é fato que ainda existem leigos ministrando aulas de arte, principalmente nas redes particulares e na educação infantil, o que dificulta o aprofundamento devido, recaindo na maioria das vezes no “copismo”. Os cursos superiores começaram a estruturar novos currículos mais significativamente na década de 90, impulsionados pelo movimento da arte-educação. Esse movimento possibilitou a democratização do conhecimento e ampliação de estudos, publicações, cursos de graduação e pós-graduação no país (ZAGONEL, 2008, p.54).

Nos últimos anos foram inseridos acréscimos na LDB/96, e no que abrange o ensino de arte muito se tem avançado. Atualmente com a criação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) novas abordagens estão sendo traçadas, sobre uma arte ligada a integralização do indivíduo, mas ainda com muitas fragilidades a respeito da inoperância da aplicabilidade dos programas diante das últimas reformas na estrutura basilar da educação brasileira e mais uma vez marcada pelas lógicas do mercado atribuindo características próprias como conceitos de competências e habilidades⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta análise bibliográfica foi apontar através dos aspectos históricos mais relevantes a ligação entre as tendências sócio pedagógicas ao status de desprestígio que a disciplina de arte se insere dentro o currículo, permeada pela visão geral do aluno,

⁴ Competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BNCC, 2017, p. 8).

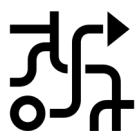


professor, escola e sociedade, experimentada também pela interlocutora que vos escreve. Popularmente, a arte configura-se em duas visões distintas: aos não considerados eruditos é uma vertente profissional desvalorizada e aos poucos elitizados como a mais fina forma da cultura. A arte acaba sendo uma forma de discrepância social, que erroneamente define os “cultos” e “não cultos” iniciado na escola.

Brent Wilson escreve: “Embora a arte-educação seja apenas uma pequena parte do mundo da arte - e aos olhos de muitos, uma parte insignificante - ela é, apesar disso, formada e modelada pelo mundo da arte, e reflete suas crenças” (WILSON, 2005, p.82) quando conclui que as tendências no mundo da arte se refletem diretamente dentro do ensino, como por exemplo a influência modernista e pós-modernista no ensino atual, ora revisitadas por todas as outras num emaranhado estilístico-metodológico.

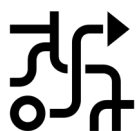
Os quase 500 anos de história da arte e do ensino no Brasil trouxeram avanços e conquistas, mas os principais desafios da disciplina e do arte-educador continuam sendo os mesmos: driblar o preconceito, a desvalorização e as insistentes crises no currículo, contornar a falta de recursos e infraestrutura adequadas em nome da aprendizagem do aluno, e obviamente os demais problemas que todos os educadores das escolas públicas enfrentam: salas superlotadas, sucateamento da educação, cortes de recursos materiais, falta de incentivo na formação de professores e ainda a exigência diante da configuração da polivalência curricular frente as diversas linguagens que a arte possui.

Refletindo sobre os dados e nossa historicidade e após a compreensão de que a arte segue desvalorizada, como ela se fortaleceria nesta atual configuração escolar? A resposta não carece de tempo para ser respondida. É inegável que mais uma vez a disciplina seguirá como desnecessária, permanecendo fortalecida em poucas redes de ensino, resistindo às novas formas de ensinar. Mais uma vez, os professores concernem aqui um papel fundamental. Neste momento, os arte-educadores devem buscar ações e políticas públicas que fortaleçam o acesso dos estudantes ao ensino de arte na educação básica como forma de resistência. Seguir conscientizando o educando da importância da arte na sua formação humana é afirmar o seu papel como professor. Apesar de historicamente o ensino e arte serem relegados, e o cenário ainda não ser promissor, ao arte-educador fica mais um desafio, com ímpeto de esperança: prosseguir os caminhos da educação básica brasileira com a qualidade com que se sonha.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. L. *Origens da escola moderna no Brasil: A contribuição jesuítica*. Rev: *Educação & Sociedade*, vol.26, n.91, p.617-635, 2005.
- AZEVEDO, F. *Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 122 p. – (Coleção Educadores).
- BARBOSA, A. M. *O Ensino das Artes Visuais na Universidade. Estudos Avançados*, São Paulo, vol.32, n.93, p.331-347, 2018.
- BARBOSA, A.M. *Síntese da Arte educação no Brasil: duzentos anos em seis mil palavras*. *Revista Polyphonia*, v. 27, n.2, p. 19-39. 2016.
- BARBOSA, A. M. *John Dewey e o ensino da arte no Brasil*. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- BARBOSA, A. M. *Arte Educação no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- BRASIL. LDB – *Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/ 1996*. Disponível em < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> > Acesso em: 06 jun. 2019.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.
- CAPPELLARI, M. S. V. *A Arte da Idade Média como construtora de um conceito visual de mal. Mirabilia: Rev. Eletrônica de História Antiga e Medieval*, Mar del Plata, n. 12, p. 175-188, 2001.
- COSTA, Lucio. *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*. Revista: ARS, São Paulo, vol.8, n.16, p.126-197, 2010.
- EFLAND, Arthur. *Imaginação na cognição: o propósito da arte*. In: Barbosa, Ana Mae (Org.). *Arte/Educação Contemporânea: consonâncias internacionais*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005, p.318-345.
- FERRAZ, Maria Heloisa C. de T.; FUSARI, Maria Felisminda de R. e. *Arte na Educação Escolar*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Ver. – Campinas, SP: Autores Associados, 2010.
- Saviani, Dermeval. *Escola e democracia*. 41. ed. revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.
- ZAGONEL, Bernadete. *Arte na educação escolar*. Curitiba: Ibplex, 2008.



WILSON, Brent. *Mudando conceitos da criação artística: 500 anos de arte-educação para crianças*. In: Barbosa, Ana Mae (Org.). *Arte/Educação Contemporânea: consonâncias internacionais*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 81-98.


Recebido em: 30/06/2020

Aprovado em: 09/03/2021

O QUE QUER UMA CARTA? UMA SISTEMATIZAÇÃO ACERCA DA EPISTOLOGRAFIA DE INTELLECTUAIS

WHAT DO YOU WANT A LETTER? A SYSTEMATIZATION OF THE EPISTOLOGRAPHY OF INTELLECTUALS

MACIEL, Raquel Silva*

<https://orcid.org/0000-0002-1269-6266> 

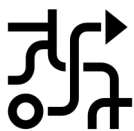
RESUMO: As correspondências se configuram como espaços nos quais não há homogeneidade, sendo permeadas por formações discursivas distintas que perpassam debates de ideias, pedidos de favores, compartilhamento de projetos e outros conteúdos que podem abarcar a trajetória intelectual de um sujeito. Manifestam-se, por isso, como documentos recorrentes em arquivos particulares, apresentando características privadas e públicas, pessoais e relacionais, e refletindo práticas de sociabilidades, assim, buscamos realizar uma sistematização teórica-metodológica direcionada ao desenvolvimento de pesquisas históricas com intelectuais e a epistolografia.

Palavras-chave: Correspondências; epistolografia; intelectuais.

ABSTRACT: Correspondences are configured as spaces in which there is no homogeneity, being permeated by distinct discursive formations that permeate debates of ideas, requests for favors, sharing of projects and other content that can encompass a subject's intellectual trajectory. They manifest themselves, therefore, as recurrent documents in private archives, presenting private and public, personal and relational characteristics, and reflecting sociability practices, thus, we seek to carry out a theoretical-methodological systematization aimed at the development of historical research with intellectuals and epistolography.

Keywords: Letters; epistolography; intellectuals.

* Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC) e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Licenciada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atualmente tem desenvolvido pesquisas e possui interesse em temáticas que contemplem reflexões acerca da trajetória intelectual de Luís da Câmara Cascudo, além de estudos sobre a cultura popular e teoria e metodologia da História. E-mail: quequelpb@hotmail.com.

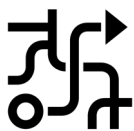


A EMERGÊNCIA DE UMA PRÁTICA

A prática escriturística “assumiu valor mítico nos últimos quatro séculos reorganizando aos poucos todos os domínios por onde se estendia a ambição ocidental de fazer sua história e assim fazer história” (CERTEAU, 1994, p.224), por isso, a ausência de compreensão acerca das sociedades ágrafas, já que somos uma coletividade que se consolida e organiza por meio da escrita, sendo essa utilizada por todos de forma direta e/ou indireta. Em uma sociedade grafocêntrica, quanto maior a familiaridade com a escrita maior será a emancipação e autonomia do sujeito. Processo que acaba por construir um conjunto de desigualdades entre os que sabem ler e/ou escrever e aqueles que não dominam tais técnicas.

Considerando que a cultura escrita compreende “desde o livro ou o jornal impresso até a mais ordinária, a mais cotidiana das produções escritas, as notas feitas em um caderno, as cartas enviadas, o escrito para si mesmo” (GASTAUD, 2009, p.13), podemos conceber a escrita epistolar como uma prática da cultura escriturística, que se desenvolve em um momento no qual a cultura é cada vez mais penetrada pelo escrito e se amplia na medida em que o sistema de alfabetização cresce. Em um universo grafocêntrico, isto é, no qual a cultura da maioria é penetrada pelo escrito, a correspondência se configura como possibilidade de acesso a tal domínio, sendo as práticas missivistas reflexos do desejo de ser aceito, de adequar-se à cultura escrita e usufruir dos poderes atribuídos a essa - de produzir, publicizar, divulgar e distribuir um texto - além do acesso aos livros e conhecimento.

A escrita epistolar se qualifica como um processo de arquivamento, visto que, no momento que os sujeitos passam a organizar suas vidas em papéis há o início de uma construção da sua memória, movimento que acaba por induzir a elaboração de sua posterioridade. No caso dos intelectuais a construção, nas correspondências, de uma ordenação dos acontecimentos e sujeitos a partir de linearidades, continuidades e coerências em sua trajetória, realiza uma espécie de traço da sua biografia e estabelecimento do seu lugar social, por isso há inúmeros silenciamentos. O que refuta a ideia de que as missivas arquivadas refletem uma verdade a respeito do intelectual, manifestando uma pretensa memória individual concreta desses sujeitos, visto que, a imagem que um sujeito fabrica de si mesmo pode ser transmitida por meio da conservação de papéis e livros.



A emergência do século XVII atribui à carta a liberdade necessária para que fosse permitido escrever “à sua maneira”, interpretando-a como produto inventivo e opondo-se a uma escrita premeditada, o que altera a associação da prática epistolar a um gênero normatizado passando a compreendê-la como uma espécie de “antigênero”. Com o século XVIII a prática missivista, tornou-se terreno propício ao desenvolvimento de um pensamento em progresso, assim, “[...] afirma-se como o meio essencial de todos os grandes debates que marcam o século, e impõe-se como o indispensável instrumento formal de uma vasta reflexão epistemológica” (DIAZ, 2016, p.48). O século XIX acaba por direcionar a carta ao espaço íntimo, ligada a eclosão de diversas formas de escrita de si, por isso, tornou-se mais difícil mencionar a existência de um gênero epistolar devido às heterogeneidades que passam a compô-lo, trata-se de uma escrita que ignora as fronteiras, perpassando uma multiplicidade de gêneros.

Portanto, a importância das cartas não abarca uma continuidade, há períodos em que houve o desenvolvimento do gênero e em outros a compressão. O momento de efervescência na troca de correspondências remete aos séculos XI e XII, nos quais tais práticas se intensificam, já na época seguinte há a emergência de um movimento de retraimento. Processo que desencadeou transformações na funcionalidade das cartas, visto que a estrutura política vigente influi nas dimensões dessas mensagens. Em contextos históricos anteriores, por exemplo, as mensagens privadas e/ou confidenciais eram transmitidas de forma oral e às cartas cabia a finalidade de comunicação e/ou representação entre as pessoas, já que a noção de confidencialidade das correspondências só adquire importância quando se manifesta a noção de vida privada. A confidencialidade preterida entre os correspondentes remete ao desejo de estabelecer um território privado, isto é, a formação de espaços íntimos que devido à privacidade permitem que os sujeitos falem de si. Significando ainda a formação de um vínculo que só diz respeito ao destinatário e ao remetente, funcionando como uma espécie de pacto de privacidade, que ao ser estabelecido permite vislumbrar afirmações que os sujeitos dificilmente fariam na vida pública.

Além disso, o contexto histórico influencia não só no conteúdo da carta, mas também na sua recepção. Dessa forma, as funções e a qualidade das cartas variam de acordo com a delimitação histórica, caracterizando-a como gênero heterogêneo, por apresentar tanto uma variedade de formas quanto de atributos. Particularidade que a torna passível a diferentes usos e que a afasta da noção de unidade, portanto, as cartas são sinais de um momento e responsáveis por fixar uma experiência no tempo e no espaço.



AS CORRESPONDÊNCIAS E A CRIAÇÃO INTELECTUAL

Os produtos originários da prática epistolar podem ser vistos como “[...] documento, como um texto¹⁷, como um discurso¹⁸ ou ainda como um fazer, mas na verdade, sempre é tudo isso ao mesmo tempo” (DIAZ, 2016, p.54-55). Classificá-la como documento possibilita compreendê-la como testemunha de uma realidade literária, histórica e política. O artefato escriturístico fabricado por escritores, artistas e/ou intelectuais pode ser analisado a partir de três perspectivas, são elas: a-) a busca por expressões que permitam traçar um perfil biográfico; b-) a compreensão dos bastidores da vida desses sujeitos em determinado período, isto é, a inserção em grupos, elaboração de projetos estéticos e outros; c-) a análise do gênero epistolar como um “arquivo de criação”, abordagem que resulta na sua utilização enquanto gênese de uma obra, ou seja, como uma espécie de “laboratório do trabalho” do escritor, possibilitando acompanhar a maturação e a recepção da obra. Nessa perspectiva, classifica-se como correspondência-laboratório, isto é, aquela na qual se debatem ideias, que fazem parte do processo de trabalho do sujeito, e compartilham projetos, por isso a sua relevância concerne tanto ao conteúdo quanto a função (HAROCHE-BOUZINAC, 2016).

Porém, inicialmente, a carta não se configurava como um espaço propício à realização da criação intelectual, sendo interpretada como um gênero abaixo da literatura e, por isso, considerada como paralela ou inferior à obra. Considerando isso, a escrita epistolar seria restringida a abarcar um papel informativo ou a expor ideias e sentimentos daquele que a produz. No entanto, caracterizá-la como uma espécie de laboratório da obra literária, na medida em que se qualifica como um espaço para “pôr à prova o olhar e a avaliação de outrem” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p.166), permite descobri-la como uma forma de preceder e/ou acompanhar a confecção de uma obra, dessa forma, favorece que o sujeito se assuma enquanto escritor e obtenha reconhecimento social.

As correspondências refletem que a construção de um texto intelectual é um processo de partilha, assim como a própria carta, já que pertence a dois sujeitos e envolve vários correspondentes indiretamente - alguns são nomeados e outros mencionados - construindo uma rede de relacionamentos. Identificar e interpretar tais sujeitos possibilita

¹⁷ Examiná-la enquanto texto é submetê-la ao processo de avaliação estética, tal concepção interpreta a carta como uma espécie de “literatura da alma”.

¹⁸ Pensá-la enquanto objeto discursivo possibilita entender o produtor como um sujeito que projeta, na escrita epistolar, identidades possíveis para si. Atribuindo ao destinatário a responsabilidade de identificá-las e confirmá-las, assim, “a carta serve também para isso: fazer o outro de refém e obriga-lo a assistir à eclosão de um pensamento, de uma identidade e dela participar, queira ou não” (DIAZ, 2016, p.65).



compreender o grupo de contatos no qual estavam inseridos e a partir disso conhecer suas filiações estéticas e políticas, além das relações com outros escritores.

A carta pode tanto contribuir no processo de criação literária quanto é capaz de interferir de modo negativo, caracterizando-se como uma ameaça exterior a obra, o que cria uma espécie de rivalidade entre a correspondência e o escrito que está sendo confeccionado. Processo que intensificaria a incompatibilidade atribuída por alguns ao desempenho das duas tarefas simultaneamente, já que a escrita de cartas passa a ocupar muito do tempo do escritor, identificando um “momento roubado a outras ocupações oficiais e legítimas” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p.163). Porém, ao acompanhar a confecção de uma obra a carta torna-se favorável, pois permite relatar as dificuldades, impressões acerca da escrita, sentimentos – como desânimo, alegria e outros - criando uma espécie de diário da obra.

Ao acompanhar o processo de construção de uma obra a carta atinge sua dignidade genética suprema, possibilitando que por meio da utilização das correspondências de autores no decorrer dos estados de produção intelectual, encontremos traços do sujeito por detrás dos esboços, trata-se de uma espécie de *making off* da trajetória intelectual do sujeito. Classificadas como arquivos de criação, as correspondências possibilitam, em alguns casos, mencionar obras em processo de formação e em outros acompanhar cada etapa do desenvolvimento de uma obra – do projeto até a publicação – além de tecer críticas ao material apresentado.

Considerando tal funcionalidade as cartas podem contemplar tanto a simples menção da obra quanto o envio de rascunhos, roteiros e até trechos dessa. Objetivando, em muitos casos, que o destinatário participe do processo de elaboração, constituindo um diálogo epistolar que possibilita um exame minucioso da criação por meio da indicação de lapsos, falhas de linguagem e outros, assim, a carta se configura como uma espécie de elemento mágico, permitindo que o pensar e o sentir, de um ou mais sujeitos, sejam transportados e revelados. A correspondência entre escritores e/ou aspirantes a tal oportunizam a elaboração de um projeto de escrita, funcionando como uma espécie de aprendizagem do ofício.

A interpretação da escrita epistolar como ferramenta propícia ao desenvolvimento da arte de escrever foi objeto de reflexão de epistológrafos como Mário de Andrade¹⁹ e Luís

¹⁹ Considerado como um dos maiores epistológrafos brasileiros, Mário Raul Moraes de Andrade correspondeu-se com múltiplos interlocutores, solidificando, por meio da escrita epistolar, a amizade com tais sujeitos. Construiu nas páginas das missivas uma espécie de “canteiro de obras”, no qual a criação literária se efetivava em conjunto desde a sugestão de troca de palavras perpassando a reconstrução estrutural da obra e chegando até a obliteração de um escrito. Além disso, nas correspondências enviadas, transparecia a efervescência do



da Câmara Cascudo²⁰, cujas missivas são reconhecidas por seu expressivo volume e potencial biográfico, histórico, literário e político. Além de compreender a epistolografia como um intertexto, que possibilita analisar o processo de criação literária, o literato paulista considera-a como um treinamento para a escrita evidenciando que

escrever, mesmo que sejam apenas cartas, adestra a pena e constrói a mente; para quem sabe se dedicar a ela com um pouco de constância, **a escrita epistolar é um trampolim para outros voos. Em resumo, é escrevendo – cartas – que nos tornamos, às vezes, escritores** (grifo nosso) (DIAZ, 2016, p.101).

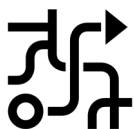
Além disso, Mário de Andrade parece enxergar na relação que estabelecesse com quem se corresponde a oportunidade de antecipar possíveis críticas, evidenciando que “escrever cartas em vez de escrever uma obra imediatamente publicável é proteger-se à sombra do destinatário, evitar o veredito anônimo e, ainda, ser autor” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p.187). Além disso, as críticas podem advir do compartilhamento de obras publicadas, como o faz com Luís da Câmara Cascudo, em 03 de fevereiro de 1926, quando menciona o envio de “[...] uma porrada de coisas pra você. Livro, jornal e brigas²¹. **Desejo que o livro te agrade. Também se não agradar fale e nada de delicadezas comigo [...]** (grifo nosso) (ANDRADE, 1926), o que oportunizava projetar a recepção do escrito e planejar possíveis alterações no processo de reedição da obra.

Já Luís da Câmara Cascudo, ao escrever na coluna Acta Diurna o texto “Responder Cartas”, em julho de 1943, evidencia o seu relacionamento com a prática epistolar e identifica a participação das correspondências no fazer intelectual, afirmando que

movimento modernista e das políticas culturais nacionais. O acervo epistológico do escritor paulista está localizado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), em São Paulo, e disponível para a realização de consultas destinadas ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas.

²⁰ À Luís da Câmara Cascudo é concedido o posto de “Hermes Universal do Nordeste do Brasil” (GICO, s/d) em alusão a divindade grega caracterizada eminentemente por seu ofício de mensageiro, assim, ao folclorista atribui-se a personalidade de internúncio sendo a epistolografia a responsável por consagrar tal associação. Funcionando como espaço que, devido a sua privacidade, possibilitou que o potiguar confidenciasse intimidades e estreitasse relacionamentos, as correspondências cascudianas transparecem a construção de redes de sociabilidades que oportunizaram o desenvolvimento das etapas concatenadas à pesquisa folclórica - coleta, confronto e busca por uma origem - possibilitando a propagação do seu eu-autor além do compartilhamento intelectual e, conseqüentemente, o feito de obras. O acervo epistológico do folclorista norte-rio-grandense está localizado no Ludovicus - Instituto Câmara Cascudo (ICC), em Natal, e disponível para a realização de consultas destinadas ao desenvolvimento de pesquisas com finalidades acadêmicas.

²¹ As brigas mencionadas na correspondência se referem a José Pereira da Graça Aranha e a carta aberta produzida por Mário de Andrade para ele, na qual o critica por fazer aquilo que denomina de “coisas inconfessáveis”, isto é, ataques aos que não concordavam com a sua opinião pessoal, além de utilizar o nome do poeta paulista para afastar o José Oswald de Sousa de Andrade da Revista Estética.



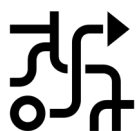
há, naturalmente, cartas que só merecem o silêncio (sic). Outras exigem o cumprimento imediato. **São consultas, por exemplo, que esclarecerão dúvidas. São informações para quem está estudando um assunto [...]** (CASCUDO, 1943) (grifo nosso).

Ao sugerir que a rede de sociabilidade entre intelectuais se efetiva, em alguns casos, mediante o encaminhamento de informações – apresentadas por meio de livros, artigos e outras produções intelectuais – o folclorista norte-rio-grandense sugere o desejo de que o material compartilhado seja lido, conhecido e comentado, além de, por intermédio do seu envio, divulgá-lo e alcançar novos leitores em diferentes regiões. A importância conferida, pelo potiguar, para esse meio de comunicação figura ainda nos prefácios do Dicionário do Folclore Brasileiro, nos quais destaca a participação das missivas no processo de desenvolvimento da obra lexicográfica, visto que, são apresentadas como instrumento de pesquisa para a elaboração do conteúdo dicionarístico²², assim, por meio das missivas solicitava “[...] a vários amigos a redação dos verbetes [...]” (CASCUDO, 1954, p.25). Além disso, por meio das correspondências “[...] enviadas de todos os recantos do Brasil” (CASCUDO, 1979, p.19) o folclorista encadeava, a partir das sugestões dos leitores, a realização de acréscimos, substituições e/ou exclusões no processo de reedição da obra, assim como acessava as opiniões daqueles que tiveram contato com o dicionário, expondo o agradecimento “[...] as vozes generosas de aplausos [...]” (CASCUDO, 1979, p.19), ou seja, aos leitores que se correspondiam com ele.

Considerando que “em todo caso, a amizade e o debate intelectual são, ao mesmo tempo, condição e produto do trabalho entre os correspondentes” (GOMES *apud* OLIVEIRA, 2016, p.173), as correspondências trocadas por intelectuais, como Luís da Câmara Cascudo, são significativas na construção de um círculo que possibilitou a esses sujeitos, tendo em vista o destinatário, compartilharem o processo de criação intelectual, angariando tanto leitores quanto apoiadores.

Nessa perspectiva, a prática epistolar acaba por direcionar os sujeitos para o desenvolvimento da escrita, garantido aos escritores profissionais ou amadores um espaço propício para a invenção, imbuindo o destinatário como mero intercessor entre o epistológrafo e a escrita, atribuindo ao remetente uma função-autor e ao destinatário uma função-leitor - público. Portanto, não se trata de uma exposição unilateral do sujeito, mas

²² A epistolografia ocupa posição relevante no processo de construção do Dicionário do Folclore Brasileiro, denominadas de cartas perguntadeiras, as epístolas eram direcionadas aos amigos, pesquisadores e/ou as instituições para coleta de informações de pesquisa, apresentando pedidos detalhados e, em alguns momentos, a descrição dos passos a serem seguidos, indicando a necessidade de consulta dos acervos das bibliotecas, arquivos, museus e outros espaços situados tanto no Brasil quanto no exterior.



sim uma troca mútua de informações, opiniões, críticas e sugestões. A prática epistolar oferece certo conforto ao promover debates de questões que, talvez, no espaço público não conseguissem. Nesse momento, a correspondência atravessa a esfera íntima, de trabalho confidencial, e atinge o espaço público, assim, as cartas atuam como documentos necessários a compreensão das discussões socioculturais e/ou literárias, possibilitando acompanhar o aparecimento de ideias e o desenvolvimento de projetos, assim como a expressão de sentimentos contraditórios ou difíceis de serem expostos.

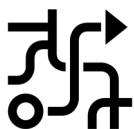
A importância das cartas passa a ser associada à sua inserção no debate intelectual e científico, além de tornar possível o estabelecimento da junção entre a subjetividade e o vínculo social, instituindo equilíbrios diferentes entre o “outro” e o “eu”. Tais características refletem o poder da carta, dessa forma, o domínio da sua escrita leva a um desenvolvimento eficaz na vida social, política e intelectual do sujeito, por isso, podemos compreendê-la enquanto uma encenação de si, visto que a carta diz mais sobre o seu produtor do que sobre os fatos narrados. Trata-se da busca por refletir quem escreve e da representação da relação que o remetente forja com o destinatário, considerando que “o eu, embora carregue a marca da personalidade, deve ser entendido como um outro, ou seja, devemos considerar a existência dos autores múltiplos de um mesmo “eu” (BETTIOL, 2016, p.233).

DECODIFICANDO A CORRESPONDÊNCIA

Compreendendo que ela “[...] dissimula tanto quanto revela” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p.25), verificamos que a atribuição de uma sinceridade ao seu produtor é uma fantasia, visto que o remetente faz uso de máscaras realizando um processo de constante reinvenção diante dos destinatários. Tal dissimulação não está relacionada com a mentira, mas sim com o fato de que aquele que escreve deseja se integrar a um grupo ou já pertence a esse, assim,

por detrás da escrita à primeira vista simplória, figura o inegável trabalho performático e linguístico do missivista para solicitar o interlocutor e, ao se fazer observado, retornar para a sua representação e sua interpretação de si (ROCHA, 2017, p. 23).

Considerando que “em graus variados, toda carta se torna ficcionalização da vida do epistológrafo” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p.197), concebemos que, mesmo que não tenha como finalidade a publicação, as correspondências acabam por transmitir ao destinatário uma imagem daqueles que as produzem, pois, a carta não está isenta da ficcionalidade. Nessa perspectiva, a página em branco inaugura um lugar propício à produção do sujeito



(CERTEAU, 1994), tornando-se projeções simbólicas de quem as escreve e refletindo a situação social que o remetente entende como pertencente ao interlocutor.

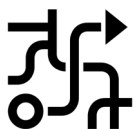
A carta não pode escapar do “eu”, trata-se de direcionar-se para o outro, para, posteriormente, retornar a si, promovendo uma oscilação entre a abertura para o outro e o fechamento para si, por isso, o desenvolvimento da escrita epistolar obriga o remetente a pensar em si e a partir disso se posicionar, visto que ela é responsável por defender posições e garantir conquistas, além de moldar as identidades dos sujeitos traçando contornos delas, fazendo com que eles se tornem presentes, se mostrem e se façam ouvir. Mecanismo que caracteriza a carta enquanto “[...] um testemunho que pode **prejudicar o seu autor**” (grifo nosso) (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p.71), como ocorre na correspondência enviada por Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo em 01 de março de 1935, mencionando que

[...] então não se escreve mais pra este polista com saudade? nem ao menos você está carecendo aí de algum livro **hitlerofachisticocamisavêrdico** pra me mandar pedir e eu ter o gosto de receber letra sua! **Será que nem pra isso o Fachismo serve mais!** (grifo nosso) (ANDRADE, 1935).

A declaração jocosa de Mário de Andrade apesar de ostentar pintadas de ironia evidentes, por exemplo, ao empregar o termo “hitlerofachisticocamisavêrdico” para referenciar alguns dos movimentos políticos em ascensão no período que, inclusive, são alvos de suas críticas ao final da década de 1930²³, destaca não só o estabelecimento de uma prática colaborativa entre ele e Luís da Câmara Cascudo, mas acaba por revelar a proximidade entre o integralismo²⁴ e as ideias fascistas e nazistas e, conseqüentemente, o posicionamento político do folclorista potiguar, visto que, foi integrante da Ação Integralista Brasileira. Além disso, o silenciamento de Luís da Câmara Cascudo, em resposta à missiva, sobre tal associação também é significativo, pois a indicação de certa aproximação com pensamentos e organizações políticas é contraposta a identidade assumida por ele de sujeito apolítico, dessa forma, as cartas são vislumbradas como condizentes a traçar tanto a história de uma obra, quanto a esboçar a trajetória de um sujeito apresentando dados biográficos e psicológicos.

²³ Trata-se de uma conferência realizada em 1939, na qual o poeta, após o início da Segunda Guerra Mundial, tece críticas ao movimento fascista e a política expansionista da Alemanha. Posteriormente, em algumas das crônicas produzidas por ele e publicadas na obra *Os filhos da Candinha* de 1943, evidencia-se certa luta contra os totalitarismos, atacando países, como Portugal, por sua adesão ao regime fascista.

²⁴ A eclosão da Segunda Guerra Mundial acarretou a decepção com tal movimento e conseqüentemente o afastamento entre Luís da Câmara Cascudo e a Ação Integralista Brasileira, como gesto simbólico de tal digressão o potiguar queimou a camisa verde juntamente com os livros que tinha em sua biblioteca.

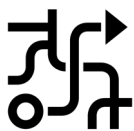


O ato de escrever e receber cartas representa um meio de existir e ser lembrado, uma missiva pode tirar o sujeito da inatividade e privação da presença. Motivação que, acompanhada por questões profissionais, políticas, sociais, econômicas e intelectuais, desperta a prática missivista. Considerando que para nos mantermos vivos precisamos ser lembrados, alguém que não recebe cartas é vislumbrado como invisível e detentor de uma relação social fragilizada. Nessa perspectiva, uma das estratégias utilizadas para a continuidade da correspondência entre os sujeitos epistolares é o emprego de expressões como, por exemplo, “peço-lhe de joelhos”, o que evidencia que a falta de cartas leva o sujeito ao desespero, ocasionando uma frustração. Característica que representa a dupla função da correspondência, isto é, ela ao ser “[...] enviada age, pelo próprio gesto da escrita, sobre aquele que a endereça, assim como age pela leitura e pela releitura sobre aquele que a recebe [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 153).

A confiança recíproca entre aqueles que se correspondem é ocasionada a partir do estabelecimento de uma periodicidade, sinceridade e reciprocidade, visto que a eficácia comunicativa se dá por meio da ida e volta da mensagem, por isso, o produto epistolar é interpretado como escrito a quatro mãos, isto é, a carta recebida deve ser respondida para que o pacto estabelecido entre o destinatário e o remetente não se rompa e que não haja um impedimento do exercício de diálogo, assim, para mantê-lo muitos preferem esperar.

Movimento que acaba por instaurar uma espécie de “identidade em espera”, ou seja, a espera surge junto com a identidade do sujeito, sendo esse aquele que confia e aguarda por algo e/ou alguém, característica que remete a possíveis obrigações do destinatário, isto é, a manutenção de uma constância na resposta das cartas e de uma sinceridade. Mesmo em situação de desespero, ocasionada pela ausência de respostas, o sujeito permanece “em espera”, já que ainda há a expectativa de que não exista o abandono da correspondência, dessa forma, a espera é intrínseca ao gênero epistolar e conseqüentemente ao sujeito que a pratica.

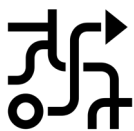
A relação com o “outro” remete, entre outros aspectos, ao fato de que aqueles que se correspondem sempre observam como o outro escreve, adaptando-o ou incorporando-o, portanto, “um dos critérios para que uma correspondência seja bem-sucedida reside na efetiva “incorporação da fala do outro”” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p.139). Integração que alude a evocação da memória de conversas anteriores e ao desenvolvimento de um estilo de escrita específico, respaldado pelo pacto epistolar estabelecido entre ambos.



Porém, tal especificidade não impede que o processo de elaboração das cartas atenda a critérios, indicando que tal material escriturístico segue protocolos²⁵, por isso, há a necessidade de que o tom da carta corresponda ao assunto tratado, isto é, se a carta fala de algo sério é preciso que o estilo dela o acompanhe. Além disso, a carta deve ser agradável, característica que remete a preocupação em desencadear o efeito desejado no destinatário - como agradar, convencer, comover e outros - trata-se de adaptar o estilo da carta ao sujeito, importando a manutenção da relação hierárquica estabelecida entre eles. Nessa perspectiva, as formas de tratamento remetem a posição social e idade dos sujeitos, assim como a relação estabelecida entre o destinatário e o remetente, a princípio é formal, simples, direto e objetivo, só aos poucos o formalismo entre eles vai sendo quebrado.

No caso da assinatura há uma atribuição de origem e filiação para o texto epistolar, visto que, se apresenta como uma marca de autoria. As saudações finais, que, comumente, acompanham a assinatura, englobam certa multiplicidade de categorias, expondo, brevemente, elementos que não foram aprofundados no corpo da carta e que favorecem a representação das relações interpessoais. Nessa perspectiva, podem manifestar: a-) memórias: quando os correspondentes evocam reminiscências de momentos que antecederam a comunicação e expressam sentimentos nostálgicos, como o faz Luís da Câmara Cascudo ao se despedir de Mário de Andrade em 10 de abril de 1931, afirmando ter “**lembranças e saudades grandes** agora que não tenho esperanças de vê-lo comer o bolo de macaxeira nesta sua casa tão cheia de V.” (grifo nosso) (CASCUDO, 1931); b-) observações: diversificam-se no modo como se expressam, os comentários acerca do cotidiano categorizam-se como tal, a exemplo da despedida de Mário de Andrade, em 06 de agosto de 1929, que declara “e pra você, seu mano, **nada menos que os meus setenta-e-cinco quilos atuais de quem está mais magrinho, o pobre!** [...]” (ANDRADE, 1929); c-) solicitações: ocorre quando o remetente pede algo ao destinatário, ou seja, solicita que atenda a um favor. É recorrente na correspondência entre intelectuais quando há o encaminhamento de informações, livros, artigos e outros trabalhos, a exemplo da missiva que Luís da Câmara Cascudo envia para o escritor paulista requisitando, em 08 de outubro de 1931, que [...] Se lhe for possível **mande-me o Stálin Em marcha para o socialismo (Edit. Marenglen. S. Paulo)** que por aqui não acho [...] (grifo no original) (grifo nosso) (CASCUDO, 1931a). Porém, na troca intelectual há ainda os pedidos que não remetem ao ofício, entre o folclorista

²⁵ Apesar de que é o seu formato que nos sugere estarmos em contato com uma correspondência, tanto os específicos – particulares – quanto os gerais.



potiguar e Mário de Andrade, por exemplo, há solicitações para que despache medicamentos, plantas e até mesmo legumes; d-) agradecimentos: isto é, o sentimento de estar grato ao correspondente, vincula-se a categoria anterior, aparecendo, usualmente, na missiva posterior a que se faz a solicitação, exemplifica-se na carta de Luís da Câmara Cascudo enviada em 09 de maio de 1932, na qual menciona que o seu pai “[...] **muito agradece** o sal [...]” (grifo nosso) (CASCUDO, 1932); e-) lamentações: expressão de descontentamento com algo, aparecem na forma de desabaços como retrata a carta, de 10 de novembro de 1934, escrita por Mário de Andrade e recebida por Luís da Câmara Cascudo na qual indica esperar que o remetente “[...] compreenda esta **carta sentida**. Não faça mais assim, eu lhe peço com toda a força da nossa amizade, **porque isso realmente me faz mal**” (grifo nosso) (ANDRADE, 1934), transparecendo a insatisfação de não conseguir corresponder aos convites do potiguar para que o visite; f-) respostas: concede um retorno breve sobre algo que foi posto em missivas anteriores, Mário de Andrade exemplifica tal categoria na correspondência de 11 de novembro de 1931 quando menciona ter esquecido de enviar o livro solicitado, anteriormente, por Luís da Câmara Cascudo indicando ter tomado nota “[...] numa papeleta e **depois amanhã compro e mando** [...]” (grifo nosso) (ANDRADE, 1931), e conferindo uma conclusão para a solicitação; g-) planejamentos: o remetente convida o destinatário a programar o futuro com ele, traçando planos relacionados à si e/ou ao outro que podem relacionar-se com o ofício intelectual ou não. Assim, ao finalizar a carta, em 13 de março de 1933, escrevendo que “**Nós todos estamos ansiosos que V. venha até Natal. Mil planos se delinearão todos derredor de sua vinda** [...]” (grifo nosso) (CASCUDO, 1933), Luís da Câmara Cascudo revela tanto a expectativa pela vinda do amigo, quanto realiza uma espécie de convite para que o poeta compartilhe de tal sentimento.

A escrita epistolar se desenvolve a partir do desejo de se comunicar, mas tal característica não significa que a comunicação seja efetiva, visto que, entre aqueles que se correspondem, há a ilusão da presença e do diálogo. Ao ser identificada como um “discurso dos ausentes”, a carta tem na ausência o sentimento que desperta a sua escrita, sendo motivada pelo desejo de dar um fim ao sofrimento da separação, porém, o preenchimento desse vazio não precisa de uma resposta, mesmo que essa seja desejada, uma vez que só a escrita já preenche a falta e o silêncio que a ocasionou. A partir disso, consideramos que o fazer epistolar, assim como outras práticas escriturísticas, são imbuídas tanto de um poder de fabricar objetos (CERTEAU, 1994), quanto de despertar sensações como, por exemplo, o prazer desencadeado pelas “[...] cartas que chegam, a angústia das cartas que se perdem, a espera pelas cartas que demoram” (GASTAUD, 2009, p.38).



Portanto, a carta seria uma forma de presentificação do sujeito, ou seja, de preenchimento da presença que desejamos e que nos falta, caracterizando-se como a “presença da ausência”, já que, antes de se tornar presença elas evidenciam uma ausência. Além de desencadear a escrita epistolar, a ausência é elemento importante na manutenção do relacionamento entre o destinatário e o remetente, pois mesmo nas cartas que buscam a manutenção de algum cenário, isto é, quando a sua existência não altera nenhuma situação, a falta é considerada uma ofensa grave, portanto, trata-se de permanecer “em contato”, ou seja, o seu fazer destina-se a leitura e, por isso, ao estabelecimento do diálogo, de forma que proporcione uma espécie de “face a face” entre os sujeitos. Além disso, o desenvolvimento da carta deve buscar conceder respostas a indagações anteriores, é assim que pensavam epistológrafos como Monteiro Lobato²⁶, para ele, deve-se dizer escrevendo o que se diria conversando, concepção que interpreta a troca missivista como uma forma de conversa.

Nessa perspectiva, ao refletir acerca da linguagem das cartas, menciona a necessidade de abdicar de fórmulas e ornamentos, desenvolvendo uma conversação sem rodeios e amarras, assim, em correspondência de 07 de novembro de 1904, afirma que, na sua epistolografia não há uma fiscalização gramatical, já que a “[...] língua de cartas é língua em mangas de camisa e pé no chão – como a falada (LOBATO, 1964, p. 79), sugerindo que ao se corresponder transparece ao destinatário a sua verdade, revelando e entregando-se ao outro. Porém, compreender a missiva como similar à conversação é categorizá-la enquanto um objeto espontâneo, não compreendendo que há normas interiorizadas que evitam determinados discursos substituindo-os por aqueles que são socialmente aceitáveis.

A falta de respostas é interpretada como uma negligência tanto com o outro – destinatário - quanto com si - remetente, o intercâmbio entre esses só se torna bem-sucedido se há capacidade e atenção de responder. Portanto, “a carta não só diz do remetente, como abre brechas para o conhecimento do destinatário, expondo-o através de observações, comentários” (BETTIOL, 2016, p.231), permitindo não só exibi-lo, mas identificar a manipulação de identidades realizada por aqueles com quem se corresponde. Nessa perspectiva, a importância e admiração concedida ao destinatário faz com que

²⁶ José Bento Monteiro Lobato, tal como alguns dos intelectuais brasileiros, correspondeu-se com uma miríade de destinatários construindo um acervo epistolográfico que se destaca por sua espontaneidade estilística e capacidade de revelar as facetas do seu produtor, visto que, não se atem ao mero desejo inicial de trocar notícias. Caminho que potencializa o conteúdo missivista e possibilita andarilhar pelos pensamentos lobatianos e apreender a posição que ele assumiu diante da vida e da arte. O acervo epistolográfico de Monteiro Lobato está localizado no Centro de Documentação Cultural (CEDAE) da UNICAMP, em Campinas, e disponível para a realização de consultas.



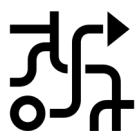
apareçam cuidados em relação à redação das cartas, constituindo-se como uma espécie de cerimônia, visto que se elabora formas de se dirigir ao outro (DAUPHIN, 2000).

Entre os assuntos abordados nas correspondências há quase sempre a recorrência a preocupações relativas à materialidade da escrita que acabam por transmitir sinais não linguísticos que podem ser utilizados de maneira estratégica tanto por aquele que as envia quanto por quem as recebe. Trata-se dos comentários acerca do tipo de papel, tinta, uso ou não da máquina de escrever e outros, características que podem expressar questões acerca da posição social, econômica e política dos correspondentes, visto que, a própria habilidade de enviar cartas se institui como um marcador social²⁷, evidenciando a origem do seu produtor.

Considerando que aquilo que provoca rupturas nos hábitos daquele que escreve promove reflexões no conteúdo das missivas, outra categoria habitual refere-se às dificuldades ligadas ao envio, e, conseqüentemente, a noção de espaço temporal, já que se há rapidez no envio a narrativa se torna mais próxima do instante da expedição, diferente de quando há lentidão desencadeando uma antecipação das notícias. Os comentários acerca do momento da escrita e de possíveis interrupções nesse processo aproxima a carta de uma conversa, na qual se indica acontecimentos em torno daqueles que são registrados. Caracterizando-se como uma “conversa por escrito”, a carta deve registrar todas as interrupções no seu fluxo de produção (BOLONHA et al., 2005).

O tempo epistolar faz com que o remetente esteja sempre situado em um futuro, na medida em que “o presente da escrita remete ao futuro da recepção” (HAROCHE-BOUZINAC, 2016, p.114-115), trata-se da antecipação das reações daquele que irá receber. Já o destinatário está localizado em um passado, que alude a eventos já encerrados. A troca de cartas só é bem-sucedida se os dois correspondentes compreenderem essa defasagem do tempo (HAROCHE-BOUZINAC, 2016), descompasso que em muitos momentos causa angústia naqueles que se correspondem. Portanto, a temporalidade da carta se relaciona com as circunstâncias que as determinam, indicando a existência de um tempo exterior – cronológico - e um tempo interior – impressões, sensações. O espaço temporal permite

²⁷ As cartas são produzidas desde a Antiguidade, mas tal prática teve maior impulso durante o período do Renascimento e a partir do século XVI há um crescimento nesse tipo de publicação, instituindo normas para a estruturação das missivas, dessa forma, ao longo do século XIX - sendo esse período considerado como a época de ouro na escrita epistolar - e XX a capacidade de escrever cartas era algo a ser aprendido, desenvolvido e estimulado por instituições como as de ensino. Movimento que se exemplifica na intensificação da produção e acesso aos manuais de escrita epistolar, revelando ainda o desejo de diminuir a distância entre aqueles que dominam as habilidades para a escrita de uma carta e os que não dominam, porém, assim como com a prática escriturística o acesso a compilação de normas epistolares não era acessível a todos.



compreender o período de troca das correspondências, isto é, se há intervalos e os motivos de tê-los ocasionados – censura, viagens, doenças e outros – o que possibilita compreender que a carta se associa a vários contextos, entre eles o político e o histórico.

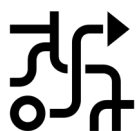
Considerando isso, podemos interpretar a carta como possibilidade de um projeto de dizer e dizer-se que instituem uma durabilidade situada entre o efêmero e o duradouro, evidenciando que antes de ser um objeto de escrita é um objeto de troca, por isso, a dimensão material dela se forma a partir de cada remetente e destinatário que, por sua vez, a toma como propriedade e a submete a diferentes destinos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fazer epistolográfico exige o estabelecimento de um pacto, denominado de pacto epistolar, isto é, um convite à amizade, comprometendo-se a escrever francamente e “dizer tudo”, o que acaba por libertar os correspondentes de qualquer código formal, porém, há ainda a cobrança de que exista uma assiduidade e reciprocidade, caracterizando-se como um acordo em receber, ler, responder e guardar cartas (GOMES, 2004). A camaradagem sugerida pelo pacto epistolar se revela não só na relação entre remetente e destinatário, mas também com outras pessoas que têm acesso a leitura, mas não são os protagonistas das correspondências, a exemplos daqueles que as utilizam com finalidades acadêmicas.

Considerando que “a escrita epistolar é, portanto, uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos” (GOMES, 2004, p.19) a relação afetiva entre os correspondentes determina a forma e intensidade com o qual o remetente irá se revelar, assim, é sua responsabilidade escolher para quem irá transparecer por inteiro, fato que, muitas vezes, destaca certa divergência entre a imagem pública de um sujeito e aquela que constrói na carta.

Apresentando-se como possibilidade que “[...] inclui referências inusitadas, semeia dúvidas, revela contradições, derruba verdades, resgata incongruências, instaura, enfim, um instigante jogo intelectual” (PEREIRA, 2008, p. 27), a troca de correspondências se torna meio propício para o nascimento e fortalecimento das relações de amizade, na medida em que possui uma eficácia afetiva, por isso podem ser lidas como meio de acesso a rede de sociabilidade estabelecida entre sujeitos díspares que dialogam acerca das produções e concepções literárias, políticas e científicas, e acabam por destacar os seus posicionamentos em relação a sua arte e a dos demais. Consequentemente, torna-se um processo importante



para a compreensão dos afetos, impressões literárias e políticas, esmiuçando as experiências entre os sujeitos.

Apesar da modernidade não ter se interessado na confecção de obras que orientassem a escrita de cartas, o meio acadêmico concede um posto privilegiado para as correspondências ao interpretá-las como objetos de pesquisa e, conseqüentemente, como possibilidade de utilização para finalidades históricas e biográficas, visto que, considerar que as referências da época e as formações discursivas dos correspondentes influenciam na escrita de missivas é considerar que nenhuma carta é idêntica a nenhuma outra e que o produto escriturístico nunca é neutro.

REFERÊNCIAS

BETTIOL, Maria Regina Barcelos. Mário de Andrade e a especificidade do gênero epistolar: o esboço de uma teoria. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 65, dez., p. 227-236, 2016.

BOLONHA, Anônimo de; ROTTERDAM, Erasmo de; LÍPSIO, Justo. *A arte de escrever cartas*. Campinas: Editora da UNICAMP. 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: as artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DAUPHIN, Cécile. *Prête-moi ta plume... Les manuels épistolaires au XIXe siècle*. Paris, Klimé, 2000.

DIAZ, Brigitte. *O gênero epistolar ou o pensamento nômade: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores no século XIX*. São Paulo: Edusp, 2016.

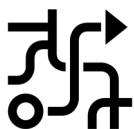
FOUCAULT, Michel. *Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GASTAUD, Carla Rodrigues. *De correspondências e correspondentes: cultura escrita e práticas epistolares no Brasil entre 1880 e 1950*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, 246p.

GICO, Vania de Vasconcelos. *Câmara Cascudo: um Hermes Universal no Nordeste do Brasil*. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/camaracascudo.pdf>. Acesso em 19 abr. 2021.

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

_____. apud OLIVEIRA, Giuseppe Roncalli Ponce Leon. *Correspondências de Luís da Câmara Cascudo: arquivos da criação e redes de sociabilidade intelectual*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2016, 286p.



HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *Escritas Epistolares*. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2016.

PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. A barca de Gleyre, de Monteiro Lobato: uma leitura de saber e/ou fruição. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 2, abr./jun., p. 26-28, 2008.

ROCHA, Vanessa Massoni da. *Por um protocolo de leitura do epistolar*. Niterói: Eduff, 2017.

FONTES

ANDRADE, Mário Raul Morais de. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 03 fev. 1926. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

_____. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 06 ago. 1929. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

_____. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 11 nov. 1931. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

_____. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 10 nov. 1934. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

_____. Carta para: Luís da Câmara Cascudo. 01 mar. 1935. 01 fl. Localizado em: Instituto Ludovicus, Natal.

CASCUDO, Luís da Câmara. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 10 abr. 1931. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

_____. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 08 out. 1931a. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

_____. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 09 mai. 1932. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

_____. Carta para: Mário Raul Morais de Andrade. 13 mar. 1933. 01 fl. Localizado em: Arquivo Mário de Andrade/IEB-USP, São Paulo.

_____. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 1954.

_____. *Dicionário do Folclore Brasileiro* 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

_____. Responder cartas: *A República*, Natal, RN, 07 jul. 1943. (Acta Diurna).


LOBATO, José Bento Monteiro. *A Barca de Gleyre: quarenta anos de correspondência literária entre Monteiro Lobato e Godofredo Rangel*. São Paulo: Brasiliense, 1964. t. 1.

Recebido em: 30/04/2021
Aprovado em: 06/07/2021

A REPRESENTAÇÃO DA ELITE DE COPACABANA, IPANEMA, LEME (CIL) NO JORNAL BEIRA-MAR DURANTE A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

THE REPRESENTATION OF THE ELITES OF COPACABANA, IPANEMA, LEME (CIL) IN BEIRA-MAR NEWSPAPER DURING THE BRAZILIAN PARTICIPATION IN THE SECOND WORLD WAR

KLEVER, Lucas*

<https://orcid.org/0000-0001-5376-9014> 

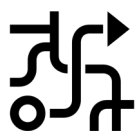
RESUMO: Este artigo pretende discutir a representação da elite de Copacabana, Ipanema, Leme (CIL) durante o período de participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, nas páginas do jornal *Beira-Mar*. A justificativa se dá pelas poucas pesquisas no âmbito da antiga capital federal durante a guerra, além disso, com foco na elite e utilizando esta fonte. Para isso, foi necessária uma breve introdução aos bairros da zona sul, à ditadura estado-novista (1937-45), imprensa daquele período para situar o jornal *Beira-Mar*. Para tanto será feito tanto uma revisão bibliográfica, análise dos anúncios de elite do periódico, quanto será dada atenção para outros documentos da época.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Rio de Janeiro; Beira-Mar;

ABSTRACT: This article intends to discuss the representation of the elite of Copacabana, Ipanema, Leme (CIL) during the period of Brazil's participation in the Second World War, on the pages of *Beira-Mar* newspaper. This research is justified by the small number of researches about the federal capital during the war, focusing on the elite and using this source. For this, it was necessary a brief introduction, to the neighborhoods of the south zone, the Estado Novo (1937-45), press in that period to locate the *Beira-Mar* newspaper. This will be achieved through a bibliographic review, an analysis of the periodical's elite advertisements and other documents of the time.

Keywords: Second World War; Rio de Janeiro; Beira-Mar;

* Bacharel e Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: lucas.k95@uol.com.br.



INTRODUÇÃO

Este artigo pretende discutir a representação da elite de Copacabana, Ipanema, Leme (CIL)¹ nas páginas do jornal *Beira-Mar*. A justificativa se dá pelas poucas pesquisas no âmbito da antiga capital federal durante a guerra, com foco na elite e utilizando esta fonte. Além disso, o Brasil estava sob a ditadura do Estado Novo (1937-45) e o contexto de racionamento de gêneros alimentícios, combustíveis, salários baixos e sobretrabalho. Para isso, foi necessária uma breve introdução aos bairros da zona sul, à ditadura estado-novista, imprensa daquele período para situar o jornal *Beira-Mar*. Para tanto será feito tanto uma revisão bibliográfica, análise de anúncios de elite do periódico².

Durante o início da Segunda Guerra Mundial, em 1º de setembro de 1939, o Brasil vivia um novo projeto de nação, o chamado Estado Novo (1937-45). O novo governo pregava um Estado forte, autoritário e centralizador. Para os intelectuais do regime, como Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Francisco Campos, o ideal de democracia era um poder Executivo forte, ou seja, nas mãos do presidente da Nação. Os objetivos do Estado Novo também incluíam a construção de uma identidade nacional, além de um afastamento das ideologias exógenas (como o fascismo e o comunismo). O governo também investiu fortemente na difusão da sua doutrina através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, fiscalizando as propagandas durante a Segunda Guerra Mundial e coordenando aquelas favoráveis aos aliados através de diversos meios de comunicação: rádio, revistas, jornais, inclusive no campo da educação e nos sindicatos (GOMES, 1996; OLIVEIRA, 1982).

A Segunda Guerra Mundial teve início quando a Alemanha invadiu a Polônia. Getúlio Vargas, segundo Gerson Moura (1991), declarou o Brasil neutro ao conflito. Para o autor, Vargas aproveitou-se da situação através de uma política de barganhas, tentando obter as melhores negociações com o Eixo (Alemanha, Itália, Japão) e também com os Aliados (Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética). Segundo Silva (2009), a Alemanha era o segundo parceiro comercial de maior importância para o Brasil e os Estados Unidos, o primeiro. Os países que participaram diretamente da guerra voltaram seus esforços para si mesmos, diminuindo drasticamente as exportações. O Brasil dependia diretamente da importação de petróleo e combustíveis derivados, dessa forma teve que criar uma política

¹ Vale ressaltar que a abreviação “CIL” para os bairros de Copacabana, Ipanema, Leme foi uma escolha da própria coluna editorial do *Beira-Mar* para referir-se à elite desta região.

² O critério de seleção dos anúncios se deu através daqueles que expunham produtos e/ou serviços dirigidos à elite CIL no período de 1942 até 1945, nas páginas do *Beira-Mar*, demonstrando a incompatibilidade com a política de guerra e a situação de racionamento.



de racionamento de combustíveis. A indústria brasileira dependia de modernização para a sua expansão; contudo, tal feito dependia da importação de maquinários. Getúlio Vargas, diante da escassez de uma série de gêneros (alimentos, combustíveis) e da dificuldade de importação (principalmente com a entrada dos Estados Unidos na guerra, em 1941), teve que criar uma série de decretos para regular o abastecimento pelo país (MOURA, 1991).

O Brasil vivia o tempo da *Belle Époque* na imprensa. Segundo Maria de Lourdes Eleutério (2011), o transcorrer da Primeira República (1889-1930) trouxe: 1) diversificação da imprensa, tal como: a criação de uma ilustração diversificada (charges, caricaturas, fotografias); 2) inovações tecnológicas, com aumento nas tiragens e na qualidade das impressões. A imprensa tornava-se uma grande empresa, capaz de influenciar vários segmentos e circuitos, por exemplo, a lavoura, o comércio, a indústria, as finanças, através das informações e propagandas disponibilizadas nas suas páginas. Nesse meio de comunicações, o telefone e o telégrafo auxiliaram na transmissão de informações e na redação. A censura na imprensa, existiu muito antes do Estado Novo, um exemplo disso é o decreto do Governo Provisório de 23 de dezembro de 1889, que impedia a publicação de palavras, escritos, que conspirassem contra a República. Alguns redatores foram presos nesta época e tiveram suas tipografias destruídas, como, por exemplo: *Diário do Comércio e Correio do Povo*, ambos no Rio de Janeiro (ELEUTÉRIO; LUCA, 2011; BARBOSA, 2010).

Nessa conjuntura de transformações da imprensa, diante do referido histórico do país na época, o jornal *Beira-Mar* constituiu-se como fonte e objeto desta pesquisa. O periódico foi digitalizado há poucos anos pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Segundo Paulo Francisco Donadio Baptista (2007), este jornal quase não foi estudado e passou desconhecido por muitos anos. Deram base para a pesquisa, a dissertação de Baptista, intitulada “*Théo-Filho, Beira-Mar e a vida balneária no Rio de Janeiro dos anos 1920 e 30*” e a dissertação de Daniele Chaves Amado (2012), “*Nem tudo que reluz é ouro: A Última Hora, a Tribuna da Imprensa e a campanha de saneamento moral de Copacabana*”. Já a tese de doutorado de Julia Galli O’Donnell, intitulada “*Um Rio Atlântico: culturas urbanas e estilos de vida na invenção de Copacabana*”, trata dos cronistas do *Beira-Mar*. Esses três trabalhos foram os únicos que encontrei sobre o assunto. Todavia, não tratam do período de participação do Brasil na guerra. Amado (2012) e Baptista (2007) identificam a influência no periódico *O Copacabana – O Novo Rio*, que estreava em 1907, como publicação quinzenal, exaltando a imagem de Copacabana como espaço da aristocracia e ao mesmo tempo da modernidade. Era voltado para o público dos bairros de Copacabana, Ipanema e Leme. Só aceitava colaborações deste grupo, ou seja, daqueles que compartilhavam o mesmo espaço.



O jornal tinha seções sobre saúde, eventos, lazer, modernidade e era de propriedade de Manoel Nogueira de Sá³. As atividades do periódico acabaram em 1919, ficando “um vazio” sobre publicações de temas voltados aos bairros da comunidade CIL (AMADO, 2012).

Tal vazio seria preenchido pelo jornal *Beira-Mar*, fundado por Manoel Nogueira de Sá, em 1922. Era editado semanalmente, com uma média de 15 páginas. Logo em seguida, a sua propriedade foi adquirida pelo escritor Manuel Teotônio de Lacerda Freire Filho⁴. Os seus leitores eram integrantes da comunidade ‘cilense’, dos bairros Copacabana, Ipanema e Leme (CIL), ou seja, a elite carioca. “*Beira-Mar* intentava articular e divulgar uma imagem de distinção e elegância com a qual aquela região já passava a ser referida entre a grande imprensa da capital federal” (AMADO, 2012, p. 37). O periódico lançou a sua última edição em 1946, totalizando 785 edições publicadas desde 1922 e com tiragem mínima de 30 mil exemplares.

Nelson Werneck Sodré (2011), situa o jornal *Beira-Mar* como parte da imprensa urbana, de vida efêmera, mas merecedora de referência:

O terceiro decênio do século foi de grande desenvolvimento da imprensa, particularmente no sentido de consolidar sempre a estrutura empresarial. Os jornais e revistas de vida efêmera são muito mais raros agora; deles não há mesmo caso algum digno de registro destacado, por qualquer particularidade. Merecem referência, entretanto, *O Mé*, de 1921, no agitado clima em que viveu o país quando da sucessão do presidente Epitácio Pessoa; *A Lanterna*, de 1926; *O Papagaio*, de 1928. Duraram mais: *O Juquinha*, de 1921 a 1923; *A Maçã*, de 1922 a 1929; *O Shimmy*, de 1925 a 1928. Outros tiveram vida mais longa: *O Frou-Frou*, de 1923 a 1932; *Beira-Mar*, de 1922 a 1941; *Vida Nova*, de 1926 a 1946; *Excelsior*, de 1928 a 1945; *A Noite Ilustrada*, de 1928 a 1956 (SODRÉ, 2011, p. 372).

Para Baptista (2007), *Beira-Mar* possuía características de revista, com papel couché, opostas às folhas dos jornais (descartáveis, de baixa qualidade). O preço de *Beira-Mar* igualava-se as edições dominicais de *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e era mais caro que *A Noite*, *Diário de Notícias*. *Beira-Mar* não poderia competir com a grande imprensa, pois o seu objetivo dava conta de acontecimentos e assuntos da CIL, ou seja, não interessava a maioria da população carioca. Entretanto, o autor complementa que o seu preço nos anos 30 ainda era mais barato do que uma revista popular como a *Careta*, *Fon-Fon* etc⁵. O próprio

³ Foi um comerciante, investidor, que já tinha ajudado a fundar o extinto jornal *Copacabana*, entre outros.

⁴ Théo-Filho, apelido de Manuel Teotônio Filho, foi um escritor muito lido nos anos 20, tratava da boemia parisiense, vícios da elite brasileira, das praias no Rio de Janeiro etc.

⁵ No campo das revistas, *Kosmos* (1904-1909) propunha uma visão do progresso material e civilizatório. A revista tinha diversas fotografias sobre as inovações tecnológicas, que exigiam impressão colorida. A revista *Careta* (1908-1960), assim como a *Fon-Fon* (1907-1945), foram importantes representantes do modernismo carioca, com



Beira-Mar, no dia 4 de julho de 1942, reconhecia a confusão da denominação revista/jornal: “E foi desse impulso digno dos maiores encômios que em outubro de 1922 nascia esta revista, a princípio com ares de jornal, para se firmar, como se firmou, vitoriosamente no conceito público, pela acolhida amável que nunca nos faltou” (BEIRA-MAR, 4 de julho de 1942, p. 7).

A REPRESENTAÇÃO DA ELITE CIL DURANTE A GUERRA: NAS PÁGINAS DO BEIRA-MAR

A elite da zona sul carioca, autointitulada de “comunidade CIL”, em referência aos bairros de Copacabana, Ipanema e Leme, sustentava a ideia de distinção da economia, higiene, saúde, beleza daquela região do Rio de Janeiro. Acredito que pode ser classificada como uma elite econômica, que eventualmente também ocupava funções dirigentes no Estado Novo. Através dos anúncios do *Beira-Mar*, que veremos ao longo do artigo, percebe-se que este grupo da CIL não poupou capital econômico durante o conflito mundial, consumindo uma série de produtos de luxo, criados exclusivamente para aquilo que Bourdieu (1979) denominou de “consumo de elite”⁶.

Desde que a distinção “faça sentido” (*makes sense*), tudo pode tornar-se capital simbólico de diferenciação frente às classes inferiores. Assim, a elite carioca incorpora o discurso das praias, natureza, da elegância da região e do corpo como parte dessa distinção. Exemplo disso é a matéria do dia 14 de março de 1942, do *Beira-Mar* (figura 1), intitulada “Copacabana, a cidade mais moça e mais bonita do Brasil”. Em página inteira, o periódico afirma que o desenvolvimento de Copacabana é digno de uma prefeitura exclusiva para o local, inclusive elevando o bairro ao patamar de cidade.

Na suposta cidade de Copacabana, os bairros de Ipanema e Leme seriam merecedores de participar, pois também carregavam a elegância e distinção. A visita aos hotéis de Copacabana ou um simples banho de mar naquele local, era carregada de capital simbólico. *Beira-Mar* entrevista o jornalista Brooks, que teria afirmado que até mesmo a temperatura daquele lugar seria diferenciada do restante do Rio de Janeiro. Copacabana, na opinião do jornalista, teria um ar mais fresco e elegante, como um “salão refrigerado”. Além

fotografias de modernos edifícios, avenida Central, flagrantes de transeuntes nas movimentadas ruas do centro da cidade etc. Além destas revistas, outras como *Eu Sei Tudo* (1917-1956), *Revista da Semana* (1906-1962), *O Tico-Tico* (1905-1962), *A Vida Moderna* (1906-1929), trouxeram a representação do progresso através de suas fotografias e ilustrações coloridas, possibilitando através da imagem, o acesso da maioria da população, ou seja, os analfabetos (ELEUTÉRIO; LUCA, 2011).

⁶ Bourdieu na obra “A Distinção – Crítica Social do Julgamento” (1979), esclarece que existem produtos criados para um “consumo de elite”. Tais produtos, desde o seu projeto de criação, seriam destinados às elites.

disso, o bairro tinha todas as condições para ser independente do Rio de Janeiro, visto que possuía grandes hotéis, cinemas, bares, restaurantes, casas comerciais, bancos, farmácias, profissionais de todos os ramos, cassinos. Somados a esses fatores, a alegria, jovialidade, bom gosto, conforto, aristocracia estariam presentes em Copacabana. Não é coincidência que a imagem de anúncio dos “Cigarros Belmont” seja maior que a própria fotografia da orla de Copacabana. Parte desta elegância do bairro também estava condicionada ao consumo conspícuo de cigarros, assim como afirmou Thorstein Veblen (1987).



Figura 1 – Copacabana, a cidade mais moça e mais bonita do Brasil.
Fonte: *Beira-Mar*, 14 de março de 1942, p. 3.

Nesta parte, pretendo reforçar o papel do jornal *Beira-Mar*, visto que o periódico demonstrou ser um instrumento para a construção da imagem da elite e da “distinção”. Dessa forma, parto do conceito de “instância de consagração” de Pierre Bourdieu (1990). O ato de consagração constrói a realidade desejada pela elite, a vinculação da imagem das praias, modernidade, saúde, riqueza à zona sul carioca. Assim como afirma o autor, é a nomeação que dá força a determinada realidade, fazendo ela existir. Entretanto, somente o reconhecimento de tal nomeação faz com que as pessoas, classes, sejam legitimadas.

Ao consagrarmos uma determinada realidade, criamos uma identidade para aquele grupo, que o diferencia dos demais. Tal ato simbólico possui grande importância, pois será a base do reconhecimento ou do não reconhecimento pelos outros que estão fora desta



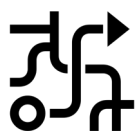
realidade. As elites ou aqueles que estão na posição social dominante, segundo Bourdieu (1990), possuem a capacidade de ditar as regras sociais e construções simbólicas favoráveis.

Em 1943, ao referir-se às praias do Rio de Janeiro, o jornal *Beira-Mar* esclarecia a identidade desejada para a CIL:

Lapa está junto das outras praias, tal como a sombra junto ao sol. [...] Esquecida de tudo e de todos, só o rapazio travesso a procura para a despertar do sono constante, para maltratar a pobrezinha. Flamengo é a praia pequenina, mas tem “charm”, tem “it” e abriga mil e um devaneios entre o amor e a volúpia. [...] Botafogo e Urca são praias com menor personalidade, embora se estabeleça diferenças entre ambas, somente porque Botafogo é adorada pelos colegiais e Urca se submete às carícias da vizinhança. [...] Um deslumbramento de luz sobre a praia escaldante, que recebe afago violento das ondas altaneiras de um mar revoltoso. Corpos nus, corpos bronzeados pelo sol dominador [...] Aristocracia e requinte. Amor educado pelo agri-doce estilo... Eis Copacabana. Ipanema é porventura mais bela que sua irmã Copacabana. Porque é menos “coquette”, menos cuidada e ciosa de gran-finismo. É mais romântica, mais repleta de poesia porque frequentemente vive em solidão, feita pelo Criador para os contemplativos e apaixonados [...]. Leblon é o fim da maravilhosa coleção praiana do Rio de Janeiro alucinante. Talvez seja por isso mesmo que Leblon se nos mostre em aspectos de mistério, na praia orgulhosa do oceano que a abraça [...] (BEIRA-MAR, 30 de outubro de 1943, p. 17)

Nestas descrições, não menosprezam o valor das outras praias cariocas, contudo deixam claro que Copacabana está acima de todas as outras, devido à presença da aristocracia e do requinte. Botafogo e Urca, praias da antiga elite “imperial”, são de menor personalidade, afinal de contas, a elite estava agora instalada na zona sul. Ipanema, integrante da CIL, era menos cuidada e tinha ciúme do grã-finismo de Copacabana, mas era mais calma e romântica. Sem exagerar, a descrição do periódico termina elogiando a praia do Leblon. Em concordância com Zygmunt Bauman (2005), toda “identidade” é uma construção, assim como no caso da construção desta imagem pelo periódico, possuindo um objetivo determinado. Neste caso, consagrar a distinção da CIL.

O *Beira-Mar* destaca a importância dos clubes na construção da identidade de Copacabana, um exemplo disso é a reportagem do dia 28 de março de 1942, intitulada “*Copacabana, o luar e os arranha-céus*”, na qual explicam que até 1930 o bairro era pacato, sem grandes modernidades. Entretanto, existiam dois clubes: o Praia Clube e o Atlântico Clube. Diz o periódico que no Atlântico estaria reunido o “melhor do que possuíamos”. Para pertencer a “fina flor” da sociedade era necessário participar de um destes dois clubes ou ambos. O Atlântico Clube seria mais famoso pela sua antiguidade e seus integrantes que seriam responsáveis por fazer de Copacabana “um céu na terra”, conforme o periódico. O

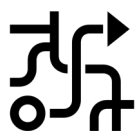


BM noticiava as grandes festas nestes clubes, rainhas dos bailes e acontecimentos marcantes. Presente em todos estes eventos, o jornal seria o “meio oficial” da elite expor sua distinção.

O Atlântico Clube e o Praia Clube eram clubes familiares da região, com sede na Avenida Atlântica. O investimento do jornal na propaganda destes clubes, para Baptista (2007), também se devia à identidade praiana destes clubes, que instalavam grandes barracas na areia de Copacabana, mesmo fora da época de verão, além da promoção de práticas e competições esportivas. É claro que outras associações compunham o quadro dos clubes praianos da zona sul, entretanto, com menor espaço e assiduidade pelos moradores da CIL. Alguns destes clubes eram: Marimbás, no extremo do Posto VI; do Caiçaras, na Lagoa Rodrigo de Freitas; o Colomy, no Leme; o Velo Sportivo Helênico, Oceano F.C., situados em Ipanema; Botafogo de Regatas, com sede também em Copacabana. Já quando o jornal abordava os clubes de Niterói, numa seção específica, os principais clubes eram: Clube Central, Canto do Rio, Icaraí de Regatas, Icaraí Praia Club, o Atlântico, o Gragoatá e o Praia das Flexas. Baptista ainda cita a participação mais rara de clubes portugueses, como o Orfeão Português e o Club Ginástico Português. Apesar de localizados fora da região balneária, o interesse nestes dois clubes, provavelmente, vinha da origem de M. N. de Sá. O autor termina mencionando a importância do Tijuca Tennis Club, que mesmo situado na zona norte, compartilhava o *habitus* de elite.

Baptista (2007) enfatiza que *Beira-Mar* afirmava que os clubes eram elegantes “cercles” da “alta roda”, com os “representantes da fina elite das famílias copacabanenses”. O Praia Club, por exemplo, seria a expressão do prestígio desta elite no mundanismo cilense. Como forma de “dar nome” a esta elite, o jornal identificava moradores que pertenciam a este círculo restrito, publicando seus nomes em listas⁷. Também publicavam fotografias dos moradores da CIL. Todavia, a pessoa precisava residir naquela região ou compartilhar o *habitus* de elite para ter o seu nome vinculado ao capital simbólico de *Beira-Mar*. As festas, aniversários, nos anúncios do *Beira-Mar*, eram outra forma de vincular o nome ao prestígio do jornal. Maria Cecília Spina Forjaz (1988), na sua pesquisa, ressalta que o hábito de festejar os aniversários é bastante difundido, ainda mais no caso dos filhos da elite. O ato de jantar fora e convidar amigos/familiares ou realizar grandes festas na própria residência, configura uma maneira de ostentar a riqueza. O fato de realizarem festejos em casa, segundo

⁷ Exemplo disso é a edição de 27 de janeiro de 1934, p. 6, que apresenta a longa lista com nomes das jovens senhoras, que praticavam o “footing”.

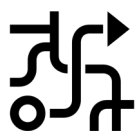


a autora, só é possível porque as residências são amplas, situadas nos bairros ricos, com jardins monumentais, grande número de empregados (*chauffers*, arrumadeiras, cozinheiras, copeiras, faxineiras, babás, mordomos, jardineiros, caseiros, vigilantes). A autora termina o seu pensamento afirmando que as burguesias europeias não possuem tantos empregados e nem esse estilo de ostentar nas moradias. Na seção da vida social, *Beira-Mar* oferece uma série de convites de aniversários de crianças, casamentos e membros da comunidade CIL. O exemplo de Forjaz (1988) sobre convites de aniversário para ir até as residências era comum, como no dia 14 de março de 1942: “Por motivo da passagem do seu 11º aniversário de casamento, que fluirá no dia 19 do corrente, o estimado casal Amelia Daudt Souza-Guilherme Dias de Souza recepcionará seus amigos e admiradores, em sua residência” (BEIRA-MAR, 14 de março de 1942, p. 13).

A DISTINÇÃO DA ZONA SUL NOS ANÚNCIOS DO JORNAL BEIRA-MAR DURANTE A 2ªGM

A seção de anúncios do jornal *Beira-Mar* apresenta uma série de produtos e locais dirigidos para a elite da zona sul. Em muitos desses anúncios o público-alvo da zona sul carioca é definido como elite. No dia 20 de fevereiro de 1943, o *BM* anunciava licores, que deveriam ser escolhidos pela elite: “Os licores da variedade ‘Dubar’ – Devem ser sempre preferidos pela elite. Peça-os diretamente ou nas casas de 1ª ordem. Companhia Antártica Paulista, Filial. 92 – Rua Riachuelo – 92. Telefone: 22-518. Rio de Janeiro” (BEIRA-MAR, 20 de fevereiro de 1943, p. 8, grifos do autor). É como se o periódico fosse responsável por ditar o *habitus* de elite, indicando os melhores produtos, específicos para aqueles três bairros. No dia 17 de abril de 1943, o anúncio da “Casa Hermany”, marcada pelo luxo, viria acrescentar a elegância suprema ao bairro de Copacabana:

Desde 1855 que o “Casa Hermany” vem emprestando o seu concurso ao alto comércio de perfumarias e cutelarias finas. Esse passado vivido até o presente num crescente incremento, deve-se à sociedade carioca que sempre cooperou com ela, animando-a com a sua presença e estimulando-a com as suas aquisições. Por isso, Copacabana vai ter em breves dias uma nova “Casa Hermany”, filial, fruto dessa gentileza da elite que é compreendida pela firma nascida há 88 anos. [...] Os bronzes e cobres, a iluminação privilegiada, o arrojo de linhas, o luxo ornamental a serenidade do equilíbrio e a imponência do conjunto fascinam pela visão moderna da arquitetura em que foi inspirada. Não houve um só detalhe, onde o cinzel mágico do idealizador de tanta maravilha não deixasse marcado todo o esplendor de uma grande instalação [...] E continuando a servir, apoiada na tradição que é um dos seus motivos de orgulho, a “Casa Hermany” de Copacabana será a nota de elegância suprema no bairro da “Cidade Maravilhosa” (BEIRA-MAR, 17 de abril de 1943, p. 3)



Nos anúncios do jornal não faltaram inaugurações das “casas de comércio” dirigidas para esta elite, mesmo durante um conflito mundial. Exemplo disso é que no mesmo dia do anúncio da “Casa Hermany”, o *BM* também anunciava a “Casa Rio-Londres – Sua inauguração a rua Barata Ribeiro, 690-B”. Além de noticiar esta luxuosa casa de comestíveis, líquidos e gêneros de primeira qualidade, o periódico faz questão de afirmar que é “uma das casas preferidas pela elite copacabanense”, resultado da suposta superioridade das suas iguarias. Em 30 de outubro de 1943, temos anúncios de doces: “Geleias da elite – Fórmula inglesa – Produtos Donkin (RJ) – Laranja – Abacaxi – Damasco – Ameixas – Pura Fruta Natural” (BEIRA-MAR, 30 de outubro de 1943, p. 56). Dessa forma, são inegáveis a distinção e o consumo conspicuo, facilmente notados, durante a política de racionamentos advindas da Segunda Guerra Mundial.

Segundo Thorstein Veblen (1987) na obra “*A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*”, o consumo de bens é por excelência a maior prova de riqueza. A incapacidade de comprar na devida quantidade e qualidade no nível dos integrantes da classe superior, torna-se uma marca de inferioridade. O autor continua seu argumento, apontando a importância da respeitabilidade através do acúmulo de riqueza. O anúncio da “Casa Rio-Londres” no *Beira-Mar*, termina com um relato da grande festa de inauguração, com a participação das famílias do bairro de Copacabana, figuras do alto comércio e também com um serviço fino de “buffet”, acompanhado de champagne. Tal fato corrobora com a ideia de Veblen de que o indivíduo é incapaz de demonstrar a própria distinção sozinho, é necessário recorrer aos amigos, rivais, convidando-os para festas dispendiosas. A prova estava no excesso, oferecer bens valiosos para o rival consumir pelo anfitrião, além de servir de testemunha do consumo de bens valiosos. As festas podem ter motivos vinculados à religião, sociabilidade ou apenas para diversão. Todavia a ostentação do consumo visível era a prova necessária e obrigatória para a elite. Veblen afirma a importância da exibição de conhecimentos de etiqueta nestas festas, ou seja, ligadas àquilo que Bourdieu denomina de *habitus* de elite. Somente o gosto refinado, marcado por uma educação diferenciada, seria capaz de unir os dois fatores: consumo conspicuo e *habitus* de elite.

[...] O único meio prático de impressionar esses observadores não simpatizantes da nossa vida cotidiana é a demonstração ininterrupta da nossa capacidade de pagar. Na comunidade moderna há também uma frequência mais assídua de grandes reuniões de gente que desconhece o nosso modo de vida, em lugares tais como a igreja, o teatro, o salão de baile, os hotéis, os parques, as lojas e semelhantes. A fim de impressionar esses observadores efêmeros, e a fim de manter a satisfação própria em face da observação



deles, a marca da força pecuniária da pessoa deve ser gravada em caracteres que mesmo correndo se possa ler. É portanto evidente que a presente tendência do desenvolvimento vai na direção de aumentar, mais que o ócio, o consumo conspícuo (VEBLEN, 1987, p. 42)

O jornal *Beira-Mar* anuncia, no dia 30 de outubro de 1943, os serviços de um fotógrafo: “O fotógrafo da elite de Copacabana. Foto Rafael. Av. N. S. de Copacabana, 558 – Sob. (Esquina da Rua Siqueira Campos) Fone 27-5135”. Como se pode observar no anúncio, os serviços e produtos eram dirigidos para um público muito específico, a elite da CIL. Em 25 de março de 1944, o periódico anunciava a inauguração do Bar Café União do Brasil:

O comércio de Copacabana acaba de enriquecer-se com mais um novo e luxuoso estabelecimento de Bar e Café situado à rua Barata Ribeiro n. 247-B, telefone 27-9933 – Praça Inhangá – um dos pontos mais movimentados e mais aprazíveis deste aristocrático bairro carioca. O Bar Café União do Brasil é propriedade da firma Francisco Xavier & Ferreira, sendo os seus componentes homens de acentuada projeção comercial, conforme o atesta este seu grande empreendimento – o Bar Café União do Brasil – que ofereceram ao povo carioca o penúltimo sábado, o que constituiu um verdadeiro acontecimento. Há neste estabelecimento todos os requisitos indispensáveis a uma casa de primeira ordem, tornando-se assim desta forma digna da frequência das famílias da elite de Copacabana. Instalações luxuosas e artisticamente confeccionadas, dando-lhe grande realce os ricos espelhos que as guarnecem a par dos belos trabalhos marmorísticos e ainda o seu fino mobiliário, dão ao amplo salão do Bar e Café União do Brasil um ambiente magnífico e agradabilíssimo. O Bar Café União do Brasil tem a recomendá-lo não só o luxo de suas instalações e a amplitude de seu salão, mas ainda e não menos importante para os seus frequentadores o excelente serviço de Chá, Lanches, Sorvetes, Pequenos Almoços, e finas bebidas nacionais e estrangeiras, sendo também uma das suas melhores especialidades o saboroso Café União do Brasil – que lhe deu o nome – e é servido em suas mesas por ser o café que melhor corresponde ao paladar dos verdadeiros apreciadores de um autêntico “cafésinho” (BEIRA-MAR, 25 de março de 1944, p. 5, grifos do autor)

O bar destaca o fato da sua instalação no bairro de Copacabana, com as qualidades aprazíveis e aristocráticas da região. É importante ressaltar que tais serviços de luxo eram oferecidos durante uma política de racionamento e com baixíssimos salários no país, realçando o caráter de ostentação desta elite carioca. A construção destas “casas” de entretenimento e diversão revela uma incompatibilidade com uma economia de guerra. Em 28 de outubro de 1944, há anúncio do Salão Fluminense, exclusivo para a elite carioca. Conforme diz, não só os clientes eram da alta sociedade carioca, como os cabeleireiros também fariam parte desta elite, junto ao luxo do estabelecimento.

Estampamos acima uma fachada do Salão Fluminense (Cabeleireiros) uma das mais luxuosas e bem montadas casas de Copacabana, de propriedade do sr. José Asbax e localizado à Avenida N. S. de Copacabana, 1.256. É o Salão Fluminense, especialista em cuidado dos cabelos e da pele, possuindo as mais competentes manicures e pedicures,

recomendando-se à alta sociedade carioca pela arte com que executa os permanentes, penteados e tinturas, servido que é por uma equipe de cabeleireiros de elite e da mais alta classe do país. Seu telefone 27-0582, atende frequentemente a uma infinidade de chamados a inúmeras solicitações de hora para as mais elegantes toilettes (BEIRA-MAR, 28 de outubro de 1944, p. 90, grifos do autor)

Notas de propagandas de cabeleireiros exclusivos para a alta sociedade são recorrentes, sobressaindo a distinção de Copacabana.



Figura 2 – Cabeleireiros para o “Grand-Monde” – Salão Copacabana.
Fonte: *Beira-Mar*, 14 de março de 1942, p. 3.

Além dos anúncios de serviços e produtos em geral para a elite, o *Beira-Mar* oferecia, durante o ano de 1945, o romance “*Anjo de Pedra*”, de Otávio de Faria. Aparentemente um romance comum, relatando a tragédia de um burguês. Chama atenção o fato de ser um livro recomendado para “leitores de elite”, mesmo criticando a escrita do autor, que segundo o jornal teria “deficiência estilística”.

Otávio de Faria – *O Anjo de Pedra (Romance)* – José Olympio, 1944. Um livro gigante [...] Trata-se de um livro profundo [...] Livro para leitores de elite, a única restrição que se lhe possa fazer estriba-se, ainda, na mesma deficiência estilística do seu autor. Porque, infelizmente, o sr. Otávio de Faria escreve, realmente, muito mal (BEIRA-MAR, 1945, grifos do autor)

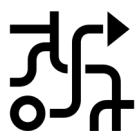
Em 1945, avisos, também de um “estofador da elite”, responsável por fabricar móveis revestidos na Tapeçaria Ipanema. Um dos anúncios mais interessantes daquele ano é o do Cassino Atlântico, que estava instalado dentro do Copacabana Palace Hotel:

A vida social no Rio tem aumentado sensivelmente. E falar em vida social não é possível deixar para o segundo plano o maravilhoso Palácio do Posto 6. O Cassino Atlântico, com as suas grandes atrações, é o refúgio da nossa *haute gomme*. Diplomatas ilustres, cientistas, escritores famosos, homens da mais alta representação ali têm passado os seus melhores instantes. As noites no Cassino Atlântico são de sonho, um sonho real com estrelas autênticas ao alcance da mão. A sociedade carioca fez dessa casa de diversões o seu ponto predileto, o lugar preferido para um simples *tête à tête* ou uma noite de festa a rigor de grande regozijo. O conforto e o luxo, a distinção e a beleza ali excelem e cativam. A elite carioca assiste, enlevada, ao grande desfile de astros. O vulgar e o tosco vivem longe desse ambiente aristocrático, que é o índice de nossa elegância e bom gosto. Afirmar-se, portanto, que uma noite no grill do Atlântico é uma noite bem ganha, é dizer-se uma banalidade, porque é apenas uma inesquecível esquecida das páginas das “Mil e Uma Noites” [...] O Grill do Atlântico é, pode-se dizer com segurança, o refúgio da sociedade carioca, que procura alguma coisa fora do trivial e do comum (BEIRA-MAR, 1945, p. 23, grifos do autor)

O anúncio reforça o caráter do espaço ser reservado para uma “alta sociedade”, composta por diplomatas, cientistas, escritores, homens de grande representação. O lugar faz questão de afirmar que é o ponto da “distinção”, *ipsis litteris* ao que Pierre Bourdieu e Thorstein Veblen definiram como necessidade de ostentar capital simbólico, econômico, para provar a identidade distintiva. No caso do Cassino Atlântico, termina afirmando que é o “refúgio da sociedade carioca”, ou seja, pode-se supor que a sociedade carioca, na visão desta elite, seria composta apenas pela *haute gomme*, provavelmente da comunidade CIL e dos homens de grande representação. Os bairros e homens que não fariam parte da “alta sociedade”, não seriam dignos do título de integrantes da “sociedade carioca”.

A necessidade de expor a riqueza é recorrente nos anúncios de inauguração de novos comércios, que ofereciam luxuosos banquetes com champagne. A “Armarinho Barcellos Novidades”, voltada para tecidos no geral, roupa, casa, ocasiões especiais, anunciava no ano de 1945 a inauguração da sua nova casa, regada por um banquete de doces e salgadinhos, champagne e vinhos finos. Mais do que uma simples abertura de ponto comercial, ao destacar o nome dos seus proprietários (Manoel Ferreira Barcellos, José Ferreira Barcellos Filho e Álvaro Ferreira Barcellos), também servia como demonstração da distinção. Segundo Veblen (1987), as festas eram necessárias para que os outros soubessem que aquela família não consumiria sozinha, necessitava da participação de outras para ajudá-la nesta etapa, prova da identidade de elite.

Uma grande casa vem de ser inaugurada no dia 1º de Outubro em Ipanema: o ARMARINHO BARCELLOS NOVIDADES. Situada magnificamente à Rua Visconde de Pirajá, 551-B, o moderno magazine vem se constituindo na grande atração das nossas elegantes. A inauguração do Armarinho Barcellos marca uma nova época de novidades



em matérias de tecidos. A praiana não precisará mais ir a cidade para adquirir a fazenda da moda. Várias seções emprestam um alto cunho de elegância e bom gosto ao novel estabelecimento que, desse modo, se inscreve entre as nossas grandes casas do gênero. Entre as seções inauguradas anotamos as seguintes: Armário completo, artigos para homem, cama e mesa, vestidos para meninas, enxovais para batizados, sombrinhas e uma incomparável seção de tecidos em geral. Os proprietários do Armário Barcellos, srs. Manoel Ferreira Barcellos, José Ferreira Barcellos Filho e Álvaro Ferreira Barcellos, figuras do maior prestígio em nossa praça, ofereceram a elite de Ipanema, por ocasião da inauguração, uma linda mesa de doces e salgadinhos, regada a champagne e vinhos fino (BEIRA-MAR, 1945, p. 34)

Segundo Thorstein Veblen (1987), a regra da boa reputação também está presente no ato de “oferecer uma rodada” de bebidas, ou seja, pagar aos outros, além da prática costumeira de fumar em lugares públicos. Apesar da construção constante da distinção nas páginas do periódico, é importante evidenciar que os bairros mais modernos do Brasil, segundo o discurso do *BM*, tinham sérios problemas. No dia 20 de fevereiro de 1943, o jornal notificava problemas de policiamento e assaltos em Ipanema, Leblon. Apesar da aparente “tranquilidade” do bairro, existiam diversas dificuldades. Segundo O’Donnell (2011), os bairros ricos da CIL não possuíam um único mercado ou frigorífico, muito menos nos bairros da antiga elite da Glória, Catete, Flamengo, Laranjeiras, Botafogo. A autora observou tais problemas ao analisar fotografias da elite da zona sul, que se dizia “tão moderna”, mas tinha várias ruas sem calçamento apropriado ao título dos bairros mais ricos e modernos do país.

Ao longo das páginas do periódico, observa-se ofertas de seguros para a comunidade CIL, por meio da seguradora “Sul América”. O anúncio do seguro exposto na figura 3 representa aquilo que a elite carioca valorizava: a educação. Parte da distinção vinha da possibilidade do que Bourdieu (1979) denominava de conversão do capital econômico em educação de elite. O anúncio, em outras palavras, cria a imagem de que sem a contratação do seguro e com a morte do “pai da família”, o filho teria um único destino, tornar-se um carregador de malas. Enquanto isso, a elite estaria ao fundo, chegando em seu carro de luxo, cheio de malas. Em tempos de guerra, poderíamos esperar que a propaganda recorresse a esta questão; entretanto, o que observamos é uma preocupação com a educação distintiva em um anúncio preconceituoso.

PODIA ESTUDAR e carregar livros



EVITE que, vindo o Sr. a desaparecer prematuramente, seu filho tenha que abandonar os estudos e cursar a escola da Adversidade. Garanta-lhe, desde já, os recursos que elle vai precisar para se fazer homem instruído

e encarregar-se numa profissão rendosa. Faça um Seguro de Educação na "Sul America". Um Agente da "Sul America" lhe explicará que um seguro desta natureza paga-se commodamente e sem sacrificios...



SUL AMERICA

Companhia Nacional de Seguros de Vida

Caixa Postal, 971 — Rio de Janeiro

Figura 3 – Sul América Companhia Nacional de Seguros de Vida.
Fonte: *Beira-Mar*, 28 de fevereiro de 1942, p. 10.

Em 6 de junho de 1942, o periódico anunciava a loja “Sapato Chic”, voltada para calçados de luxo. O anúncio seguinte possui, no seu canto direito, uma ilustração de mulher maquiada, usando anéis nas duas mãos. Uma interpretação possível é que a loja vendia a imagem de mulher chique da comunidade CIL, junto aos seus sapatos, que adquiriam capital simbólico.



Figura 4 – Loja Sapato Chic.
Fonte: *Beira-Mar*, 6 de junho de 1942, p. 7.

É interessante ressaltar que apesar do jornal *Beira-Mar* ter como público-alvo os bairros de Copacabana, Ipanema e Leme, o periódico não negava o *habitus* de elite de outros bairros, como Botafogo, residência da elite nos tempos imperiais. No periódico, é comum anúncios de bairros que compartilhariam a mesma distinção da CIL, tal qual consta na figura 5. Assim como define O’Donnell (2011), é como se a elite reconhecesse os valores compartilhados pelos seus integrantes em outros bairros. Thorstein Veblen (1987) esclarece esta questão, afirmando que a pessoa pode ter nascido no meio da elite, possuir um título nobre ou ter recebido a educação de elite, todavia não possui um dos principais fatores: o pecuniário. O capital econômico, ao avaliar os anúncios do *Beira-Mar*, estaria reservado aos bairros da zona sul. Isso não impede que os antigos bairros da elite continuem compartilhando do *habitus* de elite, sem o poder econômico. Da mesma forma, o capital simbólico da CIL sempre estaria acima dos outros “bairros de elite”, no discurso desta elite.



Figura 5 – Guarda-móveis Botafogo.
Fonte: *Beira-Mar*, 28 de fevereiro de 1942, p. 10.

O açúcar foi um dos gêneros racionados pelo Estado Novo até o final da Segunda Guerra Mundial, assim como afirma Silva (2009). Cada pessoa teria direito a um quilo do açúcar na sua ficha de racionamento. O curioso é que o jornal *Beira-Mar* continuava anunciando a venda de pacotes do “Açúcar Brasil” com até 5 quilos, vide na figura 6, que segue. Além de não noticiarem sobre as políticas de racionamento ao longo da guerra, os anúncios voltados para a comunidade CIL sugeriam também a ausência de preocupação. É claro que a falta de compromisso com a política de racionamento era responsabilidade da empresa, pois segundo Silva (2009), as empresas poderiam ser multadas por não colaborarem com a economia de guerra. Entretanto, como tais anúncios passavam pela censura de um regime autoritário? O mesmo ocorria com os veículos, que eram anunciados acompanhados do seu cartão de racionamento. Na maioria dos anúncios, os proprietários vendiam os carros em conjunto com este cartão, mesmo sabendo que tal prática era ilegal, pois burlava o racionamento dos combustíveis e não contribuía para as circunstâncias de guerra.



Figura 6 – Alta Qualidade “Açúcar Brasil”.
Fonte: *Beira-Mar*, 8 de julho de 1944, p. 12.

A prática de oferecer festas luxuosas como forma de distinção era comum e destacada nas páginas do *Beira-Mar*, como já referido. Em 14 de março de 1942, o periódico destacava uma festa oferecida pelo sr. William Simão aos seus amigos e conhecidos, pelo motivo do seu aniversário. A comemoração seria da mais alta qualidade e requinte, afirmando as virtudes da dona de casa Mme. Simão e o seu *clan sociali*, segundo o jornal. Então, a festa era uma forma de assegurar a sociabilidade intraclassista destes integrantes da comunidade CIL.

Um dos níveis em que os condicionamentos se manifestam com nitidez é o da harmonização de disposições, que torna mais prováveis, por exemplo, as relações eletivas de tipo intraclassista ou intrageracional. Os enquadramentos institucionais podem igualmente, por seu turno, apertar o círculo de sociabilidades, ao torna-las mais frequentes no seu interior. A família, os espaços físicos e sociais, como o bairro ou a aldeia, os espaços profissionais, como a fábrica ou o serviço, são suscetíveis, na verdade, de operar um tal efeito, ao produzirem diferentes graus de constrangimento no sentido de relacionamentos endógenos (COSTA; MACHADO; ALMEIDA, 1990, p. 199, grifo do autor).

Os jornais, normalmente, possuem colunas sociais divulgando as festas, comemorações da elite e o jornal *Beira-Mar* dedicava várias páginas a esta pauta. Na coluna denominada “Vida Social”, o periódico informava sobre aniversários, comemorações de



bodas, batizados e falecimentos. Além disso, apresentava notas sobre os diversos clubes do Rio de Janeiro. Pode parecer curioso que o jornal de Copacabana, Ipanema e Leme publicava propaganda de clubes de Niterói. Entretanto, tal prática consistia no reconhecimento, ou seja, “dar crédito” a distinção daqueles clubes, que poderiam não ser parte da elite da CIL. Eles reconheciam o seu *habitus* de elite e ofereciam espaço no periódico. Exemplo é o Clube Central, situado em Icaraí, Niterói. O *Beira-Mar* faz referência como “aristocrático clube da praia de Icaraí”, ressaltando a magnífica festa dada ao sábado da Aleluia, no dia 11 de abril de 1942. Na questão da sociabilidade “intraelites”, o periódico sempre enfoca a riqueza e a distinção dos participantes das festas dos clubes de Niterói, em contato com a elite da CIL. No mesmo dia, há relatos das festas do “Clube Central” e “Canto do Rio F. Clube”, denotando tais aspectos distintivos. “[...] O salão apresentava um aspecto deslumbrante, destacando-se as figuras mais representativas da nossa sociedade. [...] O ginásio foi pequeno para conter o grande número de pessoas que compareceram a esta magnífica festa, ostentando ricas e luxuosas fantasias” (BEIRA-MAR, 11 de abril de 1942, p. 11). Em 6 de junho de 1942, o *Beira-Mar* cita o jantar da elegante residência do Leblon, do sr. e sra. Cruz Lima. O jantar seria restrito a um pequeno círculo de relações e amigáveis, com cristais de Veneza na mesa e velhas pratas portuguesas.

O anúncio, a ver na próxima figura 7, da filial da “Perfumaria Carneiro”, em 5 de dezembro de 1942, reforça o caráter do consumo conspicuo durante a Segunda Guerra Mundial e a incompatibilidade com as políticas de racionamento. A perfumaria de elite, instalada na Praça General Osório, em Ipanema, teria riqueza de produtos maravilhosos, importados e com preços convidativos. Chama atenção o fala do proprietário, sr. Hugo Carneiro, ao afirmar que realizavam as entregas mesmo em tempos de crise de combustível:

[...] Enalteceu, na firma a que pertence, uma qualidade ímpar: ser brasileira e ter procurado sempre valorizar o que é nosso; era pois uma vitória da nossa indústria e do trabalho nacionais, aquela nova casa que se abria. Nesta crise tremenda de gasolina, a Perfumaria Carneiro não se limitava a enviar a mercadoria à sua elegante clientela. Levava a própria casa para o bairro que reúne a aristocracia carioca [...] (BEIRA-MAR, 5 de dezembro de 1942, p. 1, grifos do autor)

O fato da comunidade CIL ser referida como “aristocracia carioca” é algo recorrente. Entretanto, é paradoxal que além de realizarem entregas durante o racionamento da gasolina, também instalavam esta luxuosa loja durante o período de uma “ameaça de guerra”.



Figura 7 – A filial de Ipanema da “Perfumaria Carneiro”.
Fonte: *Beira-Mar*, 5 de dezembro de 1942, p.1.

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, pretendi demonstrar como a política de racionamentos do Estado Novo não atingiu a todos de forma equânime, bem como não teve o mesmo significado para todos os segmentos da sociedade brasileira.

A elite de Copacabana, Ipanema e Leme (CIL) utilizava de uma série de práticas para afirmar a sua distinção, que foram divulgadas e representadas no jornal *Beira-Mar*. Festas, eventos, lojas, estabelecimentos, urbanismo e praias da zona sul, divulgadas no periódico, construíam determinada representação da zona sul carioca. No decorrer do estudo ficou evidente que esta elite manteve tais práticas distintivas durante a Segunda Guerra Mundial. A maioria da população, em decorrência do conflito, estava com dificuldades econômicas e com mais horas de trabalho, enquanto o jornal *Beira-Mar* deu continuidade a um discurso promotor da distinção social da comunidade CIL dentro de uma suposta normalidade.

Por fim, observa-se que os anúncios pequenos não deveriam ser caros, conforme Baptista (2007), médicos, dentistas, advogados, professores, também comunicavam no *Beira-Mar*. Por sua vez, os anúncios com fotografias grandes, inaugurações, deveriam ser

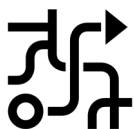


caros, pois ocupavam uma página inteira. Os custos não eram generalizáveis, pois, alguns proprietários poderiam ser amigos de M. N. de Sá e, como compartilhavam do mesmo *habitus* de elite, eram bem-vistos pelo empresário português e contavam com pequenos favores, que valiam como capital de troca no mercado de bens simbólicos.

É possível afirmar que ao longo das páginas do periódico, em vigência das leis de racionamento, os anúncios de jantares “particulares” se repetem, como forma de ostentar capital simbólico e econômico. É conclusivo que a elite realizou um consumo notável de luxo durante todo esse período. No caso do açúcar, como visto, a empresa anunciante e o jornal colaboravam para a venda de vários quilos de açúcar além do permitido, burlando o decreto-lei e a ficha de racionamento. Enquanto isso, muitas pessoas passavam dificuldade economizando tais gêneros alimentícios e poupando recursos durante a guerra. Por fim, a inauguração de uma série de lojas de luxo durante um período de racionamento também ressalta a descontextualização com a situação que o país se encontrava, somado aos baixos salários da maioria da população.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Daniele Chaves. *Nem tudo que reluz é ouro: A Última Hora, a Tribuna da Imprensa e a campanha de saneamento moral de Copacabana*. Niterói: UFF, 2012 (dissertação de mestrado).
- BAPTISTA, Paulo Francisco Donadio. *Rumo à praia: Théo-Filho, Beira-Mar e a vida balneária no Rio de Janeiro dos anos 1920 e 30*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007 (dissertação de mestrado).
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990.
- COSTA, António Firmino da.; MACHADO, Fernando Luís. “Estudantes E Amigos—trajectórias de classe e redes de sociabilidade”. *Análise Social, Portugal*, vol. 25, n. 105/106, p. 193-221, 1990.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. Lazer e Consumo Cultural das Elites. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 3, n. 6, p. 99-113, 1988.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.



LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

O'DONNELL, Julia Galli. *Um Rio Atlântico: culturas urbanas e estilos de vida na invenção de Copacabana*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. RJ: Zahar Editores, 1982.

SILVA, Lucas Silva da. *Porto Alegre e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945): impactos no cotidiano da capital gaúcha*. Porto Alegre: PUCRS, 2009 (dissertação de mestrado).

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

FONTES

Alta Qualidade “Açúcar Brasil”. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 8 de julho de 1944. P. 12.

Aniversário de casamento do casal Amelia Daudt Souza – Guilherme Dias de Souza. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 14 de março de 1942. P. 13.

Armarinho Barcellos Novidades. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. Janeiro – dezembro de 1945.

As praias do Rio de Janeiro. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 30 de outubro de 1943. P. 17.

Assaltos em Copacabana. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 20 de fevereiro de 1943. P. 3.

Casa Hermany. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 17 de abril de 1943. P. 3.

Casa Rio-Londres. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 17 de abril de 1943. P. 3.

Copacabana, a cidade mais moça e mais bonita do Brasil. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 14 de março de 1942. P. 3.

Copacabana, o luar e os arranha-céus. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 28 de março de 1942. P. 2.

Estofador da elite. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. Janeiro – dezembro de 1945.

Foto Rafael, fotógrafo da elite de Copacabana. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 30 de outubro de 1943. P. 56.

Geléias de elite – Produtos Donkin. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 30 de outubro de 1943. P. 56.

Guarda-Móveis Botafogo. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 28 de fevereiro de 1942. P. 10.



- Inauguração do Bar Café União do Brasil. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 25 de março de 1944. P. 5.
- Jantar aos amigos do sr. e sra. Cruz Lima. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 6 de junho de 1942. P. 2.
- Loja Sapato Chic. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 6 de junho de 1942. P. 7.
- Nascia esta revista, a princípio com ares de jornal. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 4 de julho de 1942. P. 7.
- O Clube Central e o Canto do Rio F. Clube. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 11 de abril de 1942. P. 11.
- Os licores da variedade Dubar. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 20 de fevereiro de 1943. P. 8.
- Perfumaria Carneiro. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 5 de dezembro de 1942. P. 1.
- Romance “Anjo de Pedra”. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. Janeiro – dezembro de 1945.
- Salão Copacabana. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 14 de março de 1942. P. 3.
- Salão Fluminense. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 28 de outubro de 1944. P. 90.
- Sul América Companhia Nacional de Seguros de Vida. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro. 28 de fevereiro de 1942. P. 10.


Recebido em: 11/03/2021

Aprovado em: 06/07/2021

UMA CIDADE ENTRE NARRATIVAS: CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A HISTÓRIA DE ORLÂNDIA-SP

A CITY BETWEEN NARRATIVES: HISTORICAL CONTRUCTIONS ON THE HISTORY OF ORLÂNDIA-SP

PEREIRA, Bruno César*

<https://orcid.org/0000-0002-7975-6024> 

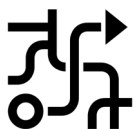
RESUMO: O presente artigo, propõe realizar uma análise de duas narrativas que constroem a história do município de Orlandia, localizado no noroeste do Estado de São Paulo. Em um primeiro momento, analisaremos uma narrativa construída através de importantes memorialistas do município, a qual é compreendida enquanto “oficial” e se encontra preservada nos espaços de memória da cidade (Biblioteca, Casa da Cultura e Museu). Em sequência, analisaremos uma outra narrativa, na qual pode ser compreendida enquanto “marginal”, desenvolvida através de crônicas, que vai na contramão da Orlandia idealizada pelos memorialistas. Neste sentido, buscaremos, ao longo deste texto, compreender estas “duas Orlandias”, de um lado uma cidade enquanto um “moderno de projeto urbanístico”, e de outro, a cidade de “contradições”, marcada pela desigualdade de seus espaços e pela estigmatização de seus moradores. Contudo, como destacaremos, estas narrativas podem ser compreendidas enquanto um conjunto, pois cada uma destas se refere a um espaço e não ao todo.

Palavras-chave: Narrativas; História; Orlandia-SP.

ABSTRACT: This article proposes to carry out an analysis of two narratives that build the history of the municipality of Orlandia, located in the northwest of the State of São Paulo. At first, we will analyze a narrative constructed by important memorialists from the municipality, which is understood as “official” and is preserved in the city’s memory spaces (Library, House of Culture and Museum). In sequence, we will analyze another narrative, in which “marginal” can be understood, developed through chronicles, which goes against the Orlandia idealized by the memorialists. In this sense, we will seek, throughout this text, to understand these “two Orlandias”, on the one hand a city as a “modern urban design”, and on the other, the city of “contradictions”, marked by the inequality of its spaces and by stigmatization of its residents. However, as we will highlight, these narratives can be understood as a set, since each of these refers to a space and not to the whole.

Keywords: Narratives; History; Orlandia-SP.

* Mestrando em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, *Campus Irati*. E-mail: bruno_o8cesar@outlook.com.



INTRODUÇÃO

Todas as cidades, sejam elas grandes, médias ou pequenas, constroem suas narrativas históricas a partir de uma série de momentos os quais são tomados enquanto “marcos históricos”. Sua fundação, as lutas pela emancipação, os atos heroicos de famílias, instituições, grupos ou sujeitos, são componentes chave para a construção das narrativas históricas das cidades.

Contudo, estas narrativas históricas, em sua maioria, optam por certos momentos de sua história. Vangloriam datas, personagens e certos espaços, e, de modo geral, acabam por excluir parte significativa, seja da cidade, como dos sujeitos que a compõem, neste processo de formação e consolidação de sua história.

O presente artigo, busca analisar a construção da narrativa histórica do município de Orlandia, localizado na região nordeste do Estado de São Paulo. Buscaremos, ao longo deste texto, destacar que a construção da narrativa histórica deste município, a qual é tomada enquanto “narrativa oficial”, foi consolidada a partir da escrita de certos sujeitos, bem como a partir da fundação de “espaços de memória” que “guardam” e reproduzem esta narrativa.

Da mesma forma, nossa proposta visa colocar em evidência outras narrativas sobre a história de Orlandia, destacando espaços e sujeitos que foram deixados de lado ou esquecidos na construção da narrativa oficial deste município.

Para a realização deste estudo, partiremos de uma análise bibliográfica. Analisaremos, primeiramente, estudos sobre o histórico da cidade de Orlandia, sua formação, as lutas pela emancipação e sua consolidação enquanto cidade no início do século XX.

Na sequência, partindo desta narrativa histórica, evidenciaremos algumas produções de reconhecidos memorialistas desta cidade, entre eles Cyro Armando Catta Preta (1997/1998/2007), Adélia Diniz Junqueira Bastos (1979/1989/1995) e João Francisco Junqueira (1999). Estes sujeitos, através de poemas, lendas e imagens, partem da narrativa histórica deste município e corroboraram significativamente para a consolidação da “narrativa oficial” da história de Orlandia, na qual compreende esta cidade enquanto “um moderno projeto urbanístico”, caracterizando Orlandia enquanto a “Cidade das Avenidas”.

As produções destes memorialistas, as quais analisaremos, são tomadas como leituras básicas para se conhecer a história de Orlandia, e encontram-se disponíveis para a



consulta através do portal da prefeitura na *internet* e possuem espaço privilegiado nos “lugares de memória” da cidade, como a Biblioteca Municipal Professor Geraldo Rodrigues, Casa da Cultura Cyro Armando Catta Preta e Museu de História e Ensino Lucas Monteiro de Barros.

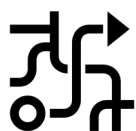
Outrossim, existem outras produções que constroem uma narrativa de Orândia a qual foge da “cidade projetada” construída pelos memorialistas locais. Na busca de conhecermos está “outra Orândia”, partiremos dos livros de crônicas do historiador Luís Serafim, que de modo geral, constrói uma narrativa que se difere por completo da narrativa memorialista. Em suma, sua narrativa parte de uma perspectiva periférica, e, dedica-se a escrever sobre o cotidiano, trabalho e sociabilidade de uma região específica da cidade, a Vila Tatu, que viria a ser o Jardim Boa Vista.

Mesmo não tendo por objetivo escrever a “história de Orândia”, e sim a história sobre a população da Vila, o historiador acaba por narrar aspectos que vão na contramão da narrativa “oficial” construída pelos memorialistas. Neste sentido, o historiador acrescenta a história de Orândia, outros aspectos, como a falta de infraestrutura em sua periferia, segregação urbana e a estigmatização da população periférica, bem como inclui outros sujeitos na história orlandina, como os migrantes, os boias-frias, as mulheres e homens pobres, entre outros indivíduos.

Assim, ao longo deste artigo, buscaremos destacar as narrativas que cercam a história da cidade de Orândia. Uma, centrada em seu centro histórico, a antiga Vila Orlando e atual centro da cidade, e a outra, centrada na antiga Vila Tatu, atual Jardim Boa Vista. Cada uma destas narrativas constroem uma representação e consecutivamente uma narrativa para Orândia. Do lado oeste da antiga linha do trem a “Cidade das Avenidas”, e do Leste a Vila Tatu.

ORLÂNDIA ENTRE NARRATIVAS: UM PASSEIO DO OESTE AO LESTE

Existe uma vasta produção historiográfica que tem debatido acerca do tema cidade (s). Sem dúvida, uma das importantes referências nestes debates no contexto brasileiro é a pesquisadora Maria Stela Martins Bresciani, que, desde a década de 1980, reflete sobre questões como: “a constituição da questão urbana a partir do século XIX [e], sobre a



historiografia que investiga a cidade [...], com destaque para as pesquisas sobre São Paulo” (CARPINTERO; CERASOLI, 2009, p.79).¹

Entre os temas de discussão desta pesquisadora, encontram-se as aqueles que debatem sobre as questões que envolvem as chamadas “cidades modernas”, ou melhor, os projetos de “cidades modernas”. Que, segundo ela, são originários do século XIX, período marcado pelas intervenções urbanísticas de diversos agentes, entre eles: médicos, arquitetos, engenheiros e autoridades sanitárias e político administrativas.

Os projetos de “cidades modernas” iniciam-se nos oitocentos no contexto europeu, mas não se restringiriam apenas ao “velho mundo”, a historiadora Marisa Varanda Carpintero (1997), em importante estudo sobre a formulação da política habitacional brasileira, publicado no final da década de 1990, destacou, entre outras questões, que tais políticas em nosso contexto teriam grande influência europeia.

Contudo, como nos indica Leticia Julião (2011, p. 119) “se no velho continente o urbanismo era convocado para adequar as cidades a uma realidade já constituída, aqui [no Brasil] se fazia o caminho inverso, no qual o urbano deveria antecipar o futuro e ditar uma nova realidade social”.

Neste sentido, destacamos que existe um razoável número de cidades brasileiras construídas desde o final do século XIX – como: Brasília-DF, Belo Horizonte-MG, Goiânia-GO, Maringá-PR, Orlandia-SP, entre outras – que foram construídas a partir de projetos destes agentes, definidos por Bresciani. Estas cidades, projetadas, planejadas, pensadas, como identifica Maria Bernadete Ramos Flores e Emerson César de Campos (2007), tornaram-se um modelo, que se espalhou pelos quatro cantos do mundo.

A cidade passou a ser pensada e construída como um sistema racional, possível de ser pensada como um objeto passível de planificação, apreendido em sua totalidade. Higienistas, médicos e engenheiros são os sujeitos dessa construção. Treinam o olhar, esquadrinham a cidade e visibilizam os corpos dos cidadãos para ter sobre eles o controle sobre sua saúde, sua moradia, seus passos pela cidade, seu trabalho, seu lazer e sua sociabilidade, suas organizações sociais e políticas, seu consumo. Assim, a cidade racionalizada, disciplinada, é ela própria pensada como uma cidade-corpo, objeto de detalhadíssimo olhar do médico e do engenheiro, objetivando construir uma cidade estetizada (pela arquitetura), ou uma cidade reformada (pelas obras de engenharia e topografia), ou uma cidade saneada (pela intervenção do médico). Esse conjunto de equipamentos e intervenções sobre a cidade constituiu um modelo de cidade — a cidade moderna — pautada pela racionalidade técnica e científica dos planejamentos urbanos (FLORES; CAMPOS, 2007, p. 269).

¹ Alguns dos importantes estudos desta historiadora, são: BRESCIANI: 1985; 1991; 1992; 1998.



É nesta mesma perspectiva de “cidade moderna”, descrita por Flores e Campos (2007), que o engenheiro civil Luiz de Mello Marques, a pedido do coronel Francisco Orlando Diniz Junqueira, projetaria os primeiros esboços do que seria a cidade de Orlandia, uma Orlandia “com características urbanísticas modernas e amplas avenidas”.

Esta Orlandia, sonhada pelo coronel e projetada pelo engenheiro, é um dos importantes componentes da narrativa oficial de Orlandia. Que, como poderemos observar, ao longo deste texto, não se refere a Orlandia e sim a chamada Vila Orlando, seu centro histórico.

No início do século XX, os trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (Cia. Mogiana)² despontaram nas terras da fazenda Boa Vista, propriedade do coronel Orlando, e nela, na fazenda, se estabeleceu uma de suas paradas, a estação Coronel Orlando. Esta edificação, de grande importância para os cafeicultores locais, segundo Ivone Salgado e Dirceu Pscinato Júnior (2011, p. 105) “despertou o desejo do próprio coronel Francisco Orlando Diniz Junqueira, mineiro de grandes posses na região, e dos outros fazendeiros vizinhos na implantação de uma cidade”.

Em 1905, o coronel Orlando, a partir da inauguração da estação (em 1901), que levava o seu nome e se encontrava localizado em sua fazenda (Boa Vista), havia iniciado um novo grande empreendimento naquele local, contratando o engenheiro Luiz de Mello Marques³, para que traçasse um plano urbano no entorno da estação. Este projeto buscava fundar uma cidade “caracterizada como um modelo de cidade ideal”, “com características urbanísticas modernas e amplas avenidas” (BASTOS, 1980, p.81-82).

Sobre o projeto de Mello Marques, o pesquisador Kauê Felipe Paiva (2017) explicita que:

Para o plano de Orlandia, o engenheiro propôs, a partir da estação ferroviária e acompanhando o alinhamento da longa reta originada pela linha dos trilhos, uma malha ortogonal formada por 28 quadras de mesma dimensão (80 por 100 metros) – sendo uma destas destinada à praça da Igreja – que, divididas em 10 lotes cada, formaram um conjunto inicial de 270 datas. Todas as vias foram dimensionadas (22 metros de largura) como avenidas retilíneas e com canteiro central. A implantação do traçado fora desenhada, à maneira costumeira dos patrimônios fundados à época, em um sítio de

² A Cia. Mogiana, fundada em 1872, com sede na cidade de Campinas, seria uma das principais estradas de ferro do Estado de São Paulo, ligando inicialmente Campinas a Mogi Mirim, em 1886 chegaria a Ribeirão Preto e posteriormente cortaria todo o nordeste paulista atingindo no início do século XX a região do Triângulo Mineiro.

³ O primeiro esboço, a “planta das datas dos terrenos” da Vila Orlando foi um desenho elaborado por José Luiz Ventura, porém, o seu trabalho foi desenvolvido sobre o projeto elaborado por Mello Marques (SALGADO, PSCINATO JUNIOR, 2011, p. 105).



encosta suave, com declividade pouco acentuada, desenvolvida em direção ao córrego dos Palmitos e ao ribeirão do Agudo. A nomenclatura dispensada às ruas e avenidas do plano urbano confirmam, ainda mais, a racionalidade empreendida no desenho, pois, apesar de todas as vias serem formadas por binários – avenidas de duplo sentido de tráfego –, àquelas desenvolvidas paralelamente ao eixo da ferrovia deram-se os nomes de “Avenida” seguido por um numeral ordinal: Av. Primeira, Av. Segunda, Av. Terceira, e, assim, sucessivamente. Já as vias perpendiculares, foram denominadas pelo prefixo “Rua” seguido de um numeral cardinal: Rua Um, Rua Dois, Rua Três, etc. (PAIVA, 2017, p. 150).

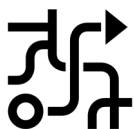
Paiva (2017), em estudo sobre as disputas políticas pela mudança da Comarca na região da Alta Mogiana – nordeste do Estado de São Paulo (que até então se encontrava no município de Nuporanga), destaca que, devido ao município sede, até então, em meados do início do século XX, não possuir acesso a uma rede ferroviária, os políticos locais levantaram a possibilidade de mudança da Comarca para uma localidade que tivesse acesso à rede. As possibilidades de mudança eram os distritos de Sales Oliveira, São Joaquim e a recém-criada Vila Orlando.⁴

Entre os anos de 1904-1909, ocorreria uma grande disputa entre as elites locais de São Joaquim e Vila Orlando na busca por se tornarem a sede da comarca.⁵ Paiva (2017, p. 154), destaca que o Coronel Orlando, estando como presidente da câmara municipal de Nuporanga, desde 1904, buscava, através de sua posição, usar “a máquina pública no sentido de dotar a embrionária Vila Orlando de toda a infraestrutura necessária à uma cidade ‘salubre e progressista’”. Assim, após cinco anos de intensas disputas entre as elites políticas, em 1909, a Comissão de Estatística do Congresso Estadual de São Paulo, elaboraria um parecer favorável aos requerimentos de pedido de mudança da comarca, nesse mesmo ano, o Congresso Legislativo do Estado decretaria a transferência da comarca e da sede do município, de Nuporanga, para a Vila Orlando.

Com a consolidação enquanto sede da comarca e município, a Vila mudou seu nome para Orlandia. Com estas mudanças, a ex-sede da comarca e município Nuporanga, por sua vez, perdeu “muitas de suas casas comerciais e pequenas indústrias, que acabaram por

⁴ A decisão de mudança da Comarca se daria pois, um “de lei que tramitava no Congresso Estadual, em 1904, e propunha uma reforma no poder judiciário, que, por sua vez, extinguiria algumas comarcas e transferiria outras para núcleos urbanos que apresentassem alguns requisitos mínimos previstos neste processo. Dentre os quesitos necessários à manutenção das comarcas, enquadravam se alguns princípios de salubridade e higiene, como, por exemplo, já ter implantado a rede de esgotos e, como fator preponderante, estar conectado à rede ferroviária” (PAIVA, 2017, p. 146-147).

⁵ Sobre as questões que envolvem as disputas entre as elites locais na Alta Mogiana ver: ARAÚJO, 1999.



migrar para Orlandia. Os imóveis urbanos da cidade tiveram o seu valor diminuído e vários deles foram abandonados ou mesmo demolidos” (PAIVA, 2017, p. 162).

A Vila, agora município de Orlandia, crescia consideravelmente seu perímetro urbano desde 1909, excedendo o projeto de Mello Marques em 1910. A Câmara Municipal de Orlandia, ao longo deste período de crescimento do perímetro urbano, promulgaria “uma série de leis [...] autorizando os chefes do executivo à adquirirem por compra da Sociedade Cooperativa Orlando [...] terrenos necessários à ampliação do perímetro urbano da cidade, porém, seguindo o rígido traçado urbano ortogonal” (PAIVA, 2017, p. 165). Estas compras de terrenos, por parte do poder público, ocorreriam novamente nos anos subsequentes.

O poder público, buscaria, desde o início do século XX, a partir de seus Códigos de Postura Municipal bem como os Planos Diretores, demarcar as novas ruas e quarteirões a partir das delimitações propostas pelo projeto urbanístico de Mello Marques, ou seja, os “alinhamentos originais” deveriam ser preservados.

Para além das determinações acerca do traçado das ruas, havia outras exigências por parte do poder público, em especial, para a construção das casas. Para estas, eram definidos uma série de exigências como,

[...] para o levantamento de qualquer edificação era preciso, dentre outras coisas, alvarás de construção e de alinhamento e nivelamento, projeto do prédio a edificar-se, planta de cada um dos pavimentos que comportar o edifício e suas respectivas dependências, alicerces firmados sobre uma camada de concreto ou outro qualquer material conveniente, departamentos garantidores das condições higiênicas do prédio, e emprego de cal e areia nas argamassas (PEREIRA, 2005, 112 Apud. PAIVA, 2017, p. 167).

Com estas prerrogativas, Paiva (2017, p. 168) destaca que isto contribuiria para

[...] o fato de que apenas aqueles moradores que pudessem arcar financeiramente com tais exigências é que teriam condições para erguer os seus imóveis próprios. Possivelmente, a construção de moradias para serem alugadas deve ter sido um rendoso negócio promovido pela elite local, pois, em breves palavras, Almeida Prado [1963, p. 85], ao discorrer sobre o progresso alcançado pela iniciativa do coronel Orlando, afirma que ‘pouco a pouco, o lugarejo ganhava configuração urbanística’ e ‘os Junqueiras também entraram nessa arrancada inicial, construindo prédios de aluguer e de moradia própria’.

Com esta série de rígidas normas, o poder público buscaria assim manter o projeto de “cidade ideal” em pleno funcionamento, ou seja, as avenidas manteriam os “alinhamentos originais” de Mello Marques, assim como as residências a serem construídas seguiriam o desejo de seu fundador, o Coronel Orlando, de uma cidade “moderna”, “salubre” e “progressista”, com as mais modernas “características urbanísticas”.



Contudo, a cidade de Orlandia cresceria, e estas “rígidas normas”, em especial aquelas que ditavam acerca das construções das residências, seriam flexibilizadas, pois, nem todos seus moradores, em especial aqueles que correspondiam as classes menos abastadas, conseguiriam seguir tais normas.

Mas, sua “representação”, enquanto “cidade moderna”, “planejada” seria perpetuada. Todavia, tal Orlandia, não corresponderia a sua totalidade, apenas uma fração, o seu centro histórico, a antiga Vila Orlando.

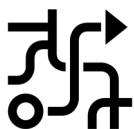
Esta Orlandia, “cidade moderna”, se consolidaria através das expressões “cidade das avenidas”, “cidade jardim”, cidade “projetada” e “planejada”, o “sonho do coronel”. Tais expressões remeteriam a representações acerca de sua história, encontradas nos diversos livros sobre a história do município. São expressões que se encontram presentes na narrativa oficial, que remetem a uma representação de Orlandia, na qual se idealiza um belo passado. Esta cidade, ou melhor, a história desta cidade, cheia de belos adjetivos, foi escrita através de alguns memorialistas, entre eles: Cyro Armando, Adélia Diniz, Oswaldo Ribeiro, João Francisco Franco, entre outros, que serviriam de base para se conhecer a “história de Orlandia”.

A narrativa destes memorialistas pode ser observada a partir de uma pesquisa nos espaços que guardam as “memórias da cidade”, entre estes espaços, destacamos: a Biblioteca Municipal Professor Geraldo Rodrigues, Casa da Cultura Cyro Armando Catta Preta e o Museu de História e Ensino Lucas Monteiro de Barros.⁶

Compreendemos tais locais como “lugares de memória”, a partir da perspectiva de Pierre Nora (1993), que salienta que estes espaços guardam fragmentos do passado (fotos, objetos, textos, pinturas, bem como os monumentos) e contribuem de forma significativa para a produção de saberes sobre o passado. Estes “lugares de memória” buscam produzir e construir significados para os sujeitos e, da mesma forma, permitem certas identificações e associações que servem enquanto locais de construção e preservação de certas identidades e representações culturais (NORA, 1993).

Nestes espaços de memória de Orlandia, estão guardados um enorme acervo de fotos sobre os primeiros moradores, as primeiras empresas, escolas, imagens de festas, comícios e inaugurações. Encontramos nestes locais recortes de jornais com reportagens sobre as datas comemorativas, matérias sobre algumas figuras “ilustres” da cidade (como o

⁶ Outros espaços que também consolidam esta memória são os monumentos (especificamente nas praças) do centro histórico do município.



coronel, prefeitos, primeiros comerciantes e empresários), encontramos ainda as plantas da cidade, o “projeto visionário” do engenheiro civil Luiz de Mello Marques, revistas comemorativas (do cinquentenário e centenário). Este material, melhor dizendo, os temas deste acervo, de maneira geral, podem também ser encontrados através de citações nos *Sonetos* de Cyro Armando, assim como é apresentado nas *Lendas e Tradições* contadas por Adélia Diniz, e podem ser vistos através da *Memória Fotográfica* de Orlandia, construída por João Francisco.

Contudo, cabe destacar que esta história oficial de Orlandia, escrita por estes memorialistas corresponde a uma “representação” (PESAVENTO, 2007) de Orlandia, uma Orlandia “idealizada” e “sonhada”. Neste sentido, esta narrativa é só mais uma entre tantas outras narrativas sobre a cidade. Em especial, esta Orlandia, não corresponde a todos os espaços da cidade, pois, esta narrativa dedica-se a uma parte de Orlandia, o bairro Centro (antiga Vila Orlando) e seus moradores.

Entre estes memorialistas, que consolidaram a “Orlandia moderna”, destacamos Cyro Armando Catta Preta. Professor, ex-vereador e ex-prefeito da cidade, dedicou parte de sua vida em escrever, ou como ele se expressa, “transcrever” parte da história de Orlandia. Através de seu livro, *Querença: um pouco da história de Orlandia contadas em sonetos* publicado em 1998, o poeta e memorialista conta histórias da fundação de Orlandia, de seus logradouros, dos pioneiros, das personalidades, das instituições que fizeram e trouxeram progresso, da natureza e de “seus fatos marcantes”. Seu livro, distribuído em 107 sonetos se concentra em realizar “singelas aquarelas, mosaicos da história recolhidos em antigos jornais [...], colhidos na tradição oral, no manuseio de velhas fotografias, ou vividos, nos meus mais de sessenta anos de Orlandia [...]”, através de seu livro, Cyro Armando busca uma “restauração de raízes” (PRETA, 1998, p. 07).

Mesmo que Cyro declare que não possui a pretensão de “fazer história”, suas produções, como *Querença*, *Orlandia de Tempos Idos* e *Orlandia de Outros Tempos* são obras que cristalizaram uma narrativa sobre a história do município, uma narrativa tomada como oficial em/de Orlandia. Em minha pesquisa em meio aos “espaços de memória” de Orlandia, seus livros se encontram como base para a história do município.⁷

⁷ Em um dos arquivos de aço que “guarda a história” de Orlandia, encontravam-se revistas comemorativas e livros deste autor.

Analisando um de seus sonetos, podemos observar o caráter fundacional que opera para a construção e consolidação da narrativa oficial de Orlandia, na qual se pauta na figura do coronel, a estrada de ferro, a estação e futuramente a cidade.

Resfolegando fagulhas/ sobre os trilhos avançando/ a Mogiana com seus trens/ foi a paisagem mudando/ plantando sua estação/ na terra de Cel. Orlando/ Da Estação veio a cidade,/ que foi crescendo febril/ atraindo muita gente/ de outros cantos do Brasil, / mãos dadas com imigrantes,/ logo amando o chão gentil / (PRETA, 2007, p. 103-104).

Cabe destacar ainda, que esta narrativa fundacional também privilegia um certo grupo de moradores, sobretudo, imigrantes. Em seus sonetos *Imigrantes e Negociantes*, Preta (1998, p. 19-20) destaca e representa os imigrantes enquanto os responsáveis pelo desenvolvimento e o progresso da recém-fundada cidade.

Lembrados sejam na pouca História// os Mei, Dojas, Garbim, a Veneziana/ dos Miele, Degiovani são memória/ de Orlandia comercial, quando a Mojiana/ o comércio supria. Invocatória também: os Gali, Bordignon de Gana,/ a pinga dos Gaioto, meritória/ pelo gosto. O artesão de filigrana./ em móveis, Vitalino, marceneiro./ O Vicari de grande Padaria/ jarreta, sapateiro, o carpinteiro// Marchi-Augusto, Felício do Sabiá/ o Zequinha da agulha que fazia/ ternos... /e outros que a História contará! (PRETA, 1998, p. 20).

No soneto acima, destacam-se os sobrenomes de origem italiana. A representação deste grupo de imigrantes possui certo destaque na narrativa memorialista da cidade. Mesmo que outros grupos, como sírios, libaneses, japoneses, portugueses e lituanos também façam parte dos estrangeiros que migram para esta região na mesma época, os italianos possuem uma maior representatividade nos escritos memorialistas. Estes, os italianos, sempre são mencionados como os desbravadores, corajosos, responsáveis pelo desenvolvimento e progresso da cidade e da região da Alta Mojiana, em contraponto pouco existe na narrativa oficial sobre os demais grupos de imigrantes, bem como, pouquíssimas foram as menções a população nacional.⁸

Esta mesma “Orlandia de Cyro” narrada através da poesia, pode ser encontrada também em meio as fotografias da obra *Orlandia de Antigamente: uma memória fotográfica*, de José Francisco Franco Junqueira, que reúne fotografias da coleção particular da família

⁸ Existe uma considerável produção acadêmica que vem destacando a representação de imigrantes no contexto paulista. Estes estudos têm evidenciado a criação de narrativas que excluem e silenciam certos grupos étnicos. Sobre esta questão, da exclusão de certos grupos na constituição das narrativas oficiais, indicamos a leitura do estudo *Por uma história do negro em Itapira: antiga Vila da Penha do Rio do Peixe (1869-1888)*, que corresponde a dissertação de mestrado em História de Cristiane da Rosa Elias, defendida no PPGH da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO) no ano de 2020.

Junqueira e de Faustino Cidades. Esta obra, se encontra disponível para *download* no site da prefeitura (na área destinada a história do município).

Na obra citada acima observamos uma narrativa de Orlandia que se refere apenas a uma parte dela, seu centro histórico, a antiga Vila Orlando, projetada por Mello Marques. Nas fotografias expostas nesta obra, passeamos pela inauguração do teatro municipal (atual sede da prefeitura) em 1931, conhecemos a fundação da cidade, as festas e os esportes (como o pólo e o futebol) na Associação Atlética Orlandia (AAO) e no Club Recreativo Orlandia (CREO), conhecemos também as primeiras turmas do Liceu Municipal de Orlandia (LMO) e os primeiros estabelecimentos comerciais (como a Casa Mei, Casa São João, Casa Ítalo-Brasileira, Oficina de Pedro Massaro, entre outros espaços). Boa parte das fotos distribuídas em seu livro remetem, utilizando expressões de seu autor, a “famílias ilustres” e a “personalidades marcantes” da história de Orlandia.

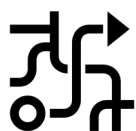
Imagem 1: Município de Orlandia, 1922



Fonte: Acervo de imagens históricas de Orlandia de Faustino Cidades (JUNQUEIRA, 1999, p. 33)

A imagem acima, pode ser tomada enquanto ilustrativa do período a qual o autor retrata, Orlandia das primeiras décadas do século XX. Na imagem, podemos observar que a cidade ainda possuía pouquíssimas quadras (quarteirões) que acompanham a linha do trem e possui suas avenidas e ruas no formato definido pelo projeto de Mello Marques.

De maneira geral, esta “memória fotográfica” construída por Junqueira, e que mesmo não seguindo uma ordem cronológica - o autor inicia sua obra falando sobre Orlandia na década de 1930, e em certos momentos traz fotografias e histórias que remontam a fundação da cidade, as lutas pela emancipação, a importância do coronel e de



outros sujeitos – corrobora para a construção e consolidação da narrativa oficial de Orlandia.

Observa-se, que os principais memorialistas da cidade, que possuem certo destaque nos espaços de memória de Orlandia, com exceção de Cyro, possuem ligação direta com o coronel Orlando, fundador do município. Estes sujeitos, que fazem parte de uma elite social e econômica deste município, ao construir suas narrativas sobre a história de Orlandia, escrevem em tom de biografias familiares, ou seja, escreve-se sobre seus “ancestrais” (tios, avós, bisavós etc.).

Como já destacado, esta Orlandia, narrada através da poesia, vista através das fotos e contada através de lendas, é uma narrativa centrada no centro histórico do município, a antiga Vila Orlando. Da mesma forma, tal narrativa é centrada em um pequeno recorte temporal, que se estende da fundação da Estação Orlando, o desenvolvimento do projeto da Vila Orlando pelo engenheiro Melo Marques na primeira década do século XX até o final da década de 1930. Este período, representa uma “primeira fase” do desenvolvimento urbano do município⁹.

Cabe destacar que esta narrativa oficial de Orlandia, escrita por estes memorialistas e preservada nos espaços/lugares de memória deve ser compreendida enquanto uma narrativa de “fundação” que visa criar um “mito fundador” a esta cidade.

Como destaca Marilena Chauí (2000):

[...] a fundação se refere a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido. A fundação pretende situar-se além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca sob a multiplicidade de formas ou aspectos que pode tomar (CHAUI, 2000, p. 5).

Estas narrativas fundacionais oferecem

[...] um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo) (CHAUI, 2000, p. 06).

⁹ Como é destacado por Paiva 2017, o crescimento do perímetro urbano da cidade de Orlandia pode ser dividido em três momentos, o primeiro de 1909-1938 caracterizado pela ampliação da Vila Orlando em sentidos norte e sul, acompanhando a linha do trem, o segundo 1939-1965 destaca-se o crescimento da cidade em sentido leste e oeste, e, por fim, de 1966-2020 com destaque para seu crescimento em sentido leste, a partir da construção de uma série de conjuntos de habitação social.



Neste sentido, devemos destacar que existem outras narrativas sobre Orlandia, narrativas que fogem a Orlandia moderna, projeto visionário.

Uma delas, que mesmo não tendo destaque entre os “lugares de memória” de Orlandia, e merece menção neste artigo, é a narrativa construída pelo historiador Luís Serafim, presente em seus livros de crônicas: *Vila Tatu* (1997) e *Meninos das Quebradas* (2010).¹⁰

Em contraponto a “narrativa oficial”, suas crônicas tratam acerca do cotidiano, sociabilidade, festas, trabalho e o preconceito que os moradores da “Vila Tatu” (atual Jd. Boa Vista) sofriam na cidade de Orlandia. Seus personagens são pessoas comuns, nada de “heróis”, são os migrantes (paulistas de outras cidades, mineiros e nordestinos), os boias-frias, as mulheres, as prostitutas, os negros, de maneira geral, são a “ralé”, o “zé povinho”, são Mané, Ritinha, Nêgo, Zé Laranja, entre outros. Sua narrativa destaca outros espaços na cidade de Orlandia, para além de seu centro histórico, espaços omitidos na narrativa oficial, localizados para “lá da linha do trem”.

O palco de suas crônicas, a “Vila Tatu”, não possui data de nascimento, é como se sempre existisse ao lado da cidade moderna¹¹, e é tudo que esta não queria, ou queria esconder, era jogado, colocado na vila. A Vila, era o local onde moravam os “pobres”, lugar caracterizado até então como a “região periférica” de Orlandia.

A fina flor do mato, na encosta da Colina, a Vila Tatu vai brotando de esgueio, entremeio a vegetação debilitada de árvores tortas, contrastando com verdes lagartos e cobras lentas e apalermadas. Formando uma expectativa de espantos, naquela incômoda visão de se formar um ajuntamento. Um as árvores maroleiras cingiam um pequeno cerrado, envolvendo os matos vassourinha, gabioba, mamica de cadela, milho-de-grilo, carrapicho, timbete, espinho três pontas e alguns pés de coqueiro, que se esforçavam para sobressair num ensaio melancólico de plantas miradas” (SERAFIM, 1997, p.17)

Serafim busca ir contra o discurso oficial da “cidade moderna”, evidenciando que esta cidade narrada pela história oficial se encontrava pra “lá da linha do trem”, a Estrada de

¹⁰ Diferente do seu primeiro livro, *Vila Tatu*, sua segunda obra, *Meninos das Quebradas*, trata especificamente sobre os jovens, em sua maioria da Vila Tatu, mas também com personagens em outras cidades, como Franca, São Paulo, Santos e Ribeirão Preto. Crianças e adolescentes que em comum possuem marcas, estigmas. Sobretudo, o que se destaca em sua obra é o racismo, as descrições do cotidiano de uma população pobre, marginalizada e estigmatizada.

¹¹ Não conseguimos datar com exatidão a criação da Vila enquanto bairro, partindo dos estudos de Paiva (2017), no qual analisou mapas sobre a cidade, poderíamos dizer que esta vila foi consolidada enquanto bairro entre o final da década de 1930 e início dos anos de 1960, momento em que este espaço pode ser visto nos mapas do município.



Ferro Mogiana (atual avenida do café), ou seja, a cidade compreendida aqui era a antiga Vila Orlando. Na cidade, do lado de lá da “fronteira”, era caracterizada como:

[...] não tem mais estradas de terra, só ruas, umas de paralelepípedos, outras de asfalto. Nem barranco, nem choro de criança, muito menos vizinho brigando. Aqui, ninguém cria galinha. Imagina porco! O povo da cidade gosta de andar de nariz em pé, aguentavam o fedor? Claro que não! Tem até gente da Vila lavando a calçada deles, varrendo as ruas, catando o lixo, que põem para fora, apenas pegando na lata com dois dedos. É nojo da sujeira deles próprios, olham para a gente como se fôssemos cachorros-vira-latas, daqueles cheio de bicheiras (SERAFIM, 1997, p. 35).

Já a Vila, não possuía saneamento básico, suas ruas, mesmo que em estilo avenidas, possuindo os “alinhamentos originais”, não eram asfaltadas e nem de “paralelepípedos”. A vila, como descrita, possuía ruas de terra “esburacadas”, “cheias de calombo”, “mal-acabadas”, “disformes”. Seu nome, “Vila Tatu”, devia aos seus moradores, segundo a visão dos moradores do centro, “viverem sujos em seus barracos”.

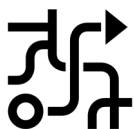
As ruas da Vila Tatu, onde já se nota pelas dezenas de casas, apresentam um aspecto ligeiramente natural, combinando com a cidade planejada, orgulhosa de seu traçado. As avenidas, singularmente sujas, tomadas pelos matos que aglomeram em sua extensão. O panorama assim construído, acarreta uma necessidade natural de cortar caminho. Sem colocações de cercas divisórias, a meda das casas gera confusão e rebuliços. Casas meio água, outras germinadas, todas erguidas no solo pelas próprias mãos (SERAFIM, 1997, p. 25-26).

Serafim (1997) ainda acrescenta a descrição das habitações que estas “nunca se encontram terminadas”, se levantam “somente o importante”, “fica adiada a complementação [...] depois de controlada as necessidades, é feita mediante os ajustes das dificuldades” (SERAFIM, 1997 p. 26). Por fim, o cronista evidencia que o principal material usado era madeira. A descrição de Serafim, evidencia outras formas de construções, para além daqueles definidos pelos códigos de postura, evidencia-se assim, que a cidade cresce a revelia dos códigos.

Em meados dos anos 1980, a Vila seria batizada pelo poder público de Jardim Boa Vista, contrariando a vontade de seus moradores, que desejavam que o bairro fosse batizado com o nome de um “ilustre morador” da Vila (Paulo Jurca)¹². Porém, mesmo que os moradores da Vila desejassem este nome

[...] a gente [os moradores da Vila] mesmo amolecendo os miolos, sabe que o prefeito vai mudar o nome, de Vila Paulo Jurca, para Vila Jardim Boa Vista, tá na cara, os vereadores são do lado dele [do prefeito]. O Zé Povinho sabe que as homenagens são apenas para os homens ilustres, bons de grana, ricos

¹² Paulo Jurca dono e treinador de time de futebol da Vila, na perspectiva de Serafim era um homem, cordial, honesto e conhecido por todos. Atualmente um Centro Social no Jardim Boa Vista carrega o seu nome.



[...] a gente não diz, mas a gente sabe de onde vem as tradições” (SERAFIM, 1997, p.17).

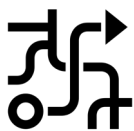
Assim, observamos que as crônicas de Serafim divergem da narrativa oficial da cidade de Orlandia, e pode ser considerada enquanto uma “narrativa marginal”, na qual se esforça em dar sentido e voz a sujeitos excluídos da narrativa histórica do município.

Partindo da perspectiva de Anna Paula Ferraz Dias Vieira e Milton Esteves Junior (2018) observamos nas crônicas de Serafim (1997/2010) uma narrativa marginal que opera na contramão das narrativas oficiais. Se por um lado, existe um esforço por parte dos memorialistas em criar uma “Orlandia idealizada”, repleta de belas características, seja para sua população, bem como para sua arquitetura, Luís Serafim, em *Vila Tatu* (1997) e *Meninos das Quebradas* (2010), ao descrever a Vila e seu cotidiano, a identifica apenas como possuindo as avenidas, ou seja, possuía apenas os chamados “alinhamentos originais”. Mas, ao descrever como elas eram as caracteriza como “esburacadas”, “cheias de calombo”, “mal-acabadas” e “disformes”. Bem como, ao falar sobre as casas na Vila, em crônicas como “Almas penadas”, “A Vila” “A linha que divide a Vila” e “Gosto amargo de lama e barro” utiliza-se de adjetivos como “taperas”, “buracos” e “barracos”, casas que, de maneira geral, não correspondiam àquelas estipuladas pelas rígidas normas dos Códigos de Postura e Planos Diretores.

O cronista, em sua narrativa, evidencia uma Orlandia repleta de contradições, uma Orlandia que não se difere de outras cidades brasileiras, em especial por possuir problemas como: a desigualdade social, a falta de investimentos nas zonas periféricas e a estigmatização de certos grupos e espaços.

Neste sentido, observa-se que a narrativa de Serafim não busca contribuir para a narrativa oficial no sentido de reforçar a representação de cidade “ideal”, pelo contrário, o autor constrói uma nova narrativa, na qual inclui aqueles deixados de lado por ela. Sua narrativa, de fato, destoa da oficial, parece estar “fora do lugar” (LEHNEN, 2015), não pertencer a Orlandia escrita por Cyro, Adélia ou Junqueira. Contudo, poderíamos dizer que estas narrativas se completam.

Salientamos que, não desconsideramos as narrativas memorialistas, ou seja, não desconsideramos a narrativa oficial, contudo, devemos destacar que esta narrativa se encontra centralizada em um período, a formação e consolidação de Orlandia enquanto município. Da mesma forma que a narrativa de Serafim se constrói sobre outro espaço, “para lá da linha do trem”, em um período posterior a narrativa oficial.



Ao retomarmos as discussões de Paiva (2017) acerca do histórico de construção e consolidação do município de Orlandia, o autor destaca que após a década de 1930, a cidade se expande consideravelmente nos sentidos leste e oeste. Todavia, estes novos espaços são desconsiderados pela narrativa oficial, sobretudo o sentido leste, a Vila Tatu. Mantendo sua história centrada na região histórica, antiga Vila Orlando e sua ampliação a oeste.

Neste sentido, as narrativas destes memorialistas, escritas nas décadas finais do século XX, tendo como base os acervos dos espaços de memória deram destaque apenas a narrativa que cerca o centro histórico da cidade.

As menções aos novos espaços, em especial a região leste, e novos sujeitos, migrantes (de outras cidades e estados) ocorrem por meio de uma narrativa marginal, a narrativa das crônicas de Serafim.

Mas, salientamos que estas Orlandias, apresentadas e exaltadas através de poemas, lendas, fotografias, e das crônicas, mesmo divergindo entre si, podem ser compreendidas como um todo, pois Orlandia, não é mais a Vila Orlando, e não tão somente foi a Vila Tatu.

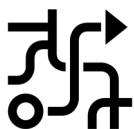
De modo geral, conforme a malha urbana orlandina cresceu, em especial no sentido Leste e Oeste, criou-se avenidas e ruas. Atualmente a leste suas avenidas chegariam, no início da década de 1990 as letras Z, a oeste a avenida mais longínqua da antiga Vila Orlando chegaria ao número 21.

Porém, quanto mais longe nos afastamos da Vila Orlando (atual centro da cidade de Orlandia), menos conhecemos de Orlandia. Se chegarmos somente até as primeiras letras do alfabeto, no sentido leste, conhecemos a Orlandia de Serafim, mas, ao sairmos dela... pouco se sabe, pouco se conhece.

Assim, ao apresentarmos estas duas narrativas, uma “oficial” e outra “marginal”, tivemos como objetivo evidenciar que ambas privilegiam um espaço da cidade, bem como privilegiam alguns sujeitos e grupos.

Reforçamos, que nossa proposta não se concentra em desvalorizar a narrativa construída através dos memorialistas, pelo contrário, nossa proposta é ampliarmos tal narrativa a partir das crônicas do historiador Luís Serafim. Neste sentido, nosso objetivo é dar luz a uma narrativa marginalizada, incluir novos sujeitos e espaços na história da cidade de Orlandia, trazer uma certa representatividade a sujeitos que por décadas estiveram à margem da história desta cidade.

Contudo, caba ressaltar, que mesmo realizando tal processo, não podemos assumir que a história de Orlandia está acabada. Como evidenciado estas duas narrativas dedicam-se a uma história de pouco mais de seis décadas (1905-1970), e a cidade de Orlandia desde a



década de 1970 cresceu consideravelmente, seja sua malha urbana como população. Esta cidade após tal década, 1970, viveria um atenuado crescimento devido aos projetos federais e estaduais de “interiorização do desenvolvimento” (BAENIGER, 2002), que acarretaria numa “onda migratória” de paulistas e nordestinos para a região, entre as décadas de 1970-2010 Orlandia dobrou sua população¹³.

Novos espaços nascem a partir da chegada destes novos sujeitos, e com estes, novas memórias e novas representações sobre Orlandia. Mas, como discutido em parágrafos acima, ainda pouco se sabe sobre estas representações. Ainda a um longo caminho a ser trilhado para conhecermos as variadas representações e narrativas que cercam o município de Orlandia, seja sobre os espaços consolidados como palco da narrativa oficial, Vila Orlando, bem como os espaços marginais, como a Vila Tatu e os conjuntos habitacionais e novos loteamentos construídos no final do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

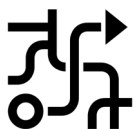
O presente artigo, propôs realizar uma análise de duas narrativas que constroem a história do município de Orlandia, localizado no noroeste do Estado de São Paulo. Em um primeiro momento, nos preocupamos em contextualizar a consolidação desta cidade, dedicando atenção aos aspectos históricos de sua consolidação.

Em sequência, analisamos uma narrativa construída através de importantes memorialistas do município, a qual é compreendida enquanto “oficial” e se encontra preservada nos espaços de memória da cidade (Biblioteca, Casa da Cultura e Museu).

Em um segundo momentos, destacamos uma outra narrativa, na qual pode ser compreendida enquanto “marginal”, desenvolvida através de crônicas do historiador Luís Serafim, e, de modo geral, tal narrativa vai na contramão da Orlandia idealizada pelos memorialistas.

Buscamos ao longo deste texto, compreender que estas “duas Orlandias”, dedicam-se a espaços diferentes da cidade de Orlandia, de um lado uma cidade enquanto um “moderno de projeto urbanístico”, e de outro, a cidade de “contradições”, marcada pela desigualdade de seus espaços e pela estigmatização de seus moradores.

¹³ Em 1970 a cidade de Orlandia possuía pouco mais de 15 mil habitantes, já no início da década de 2010 este município mais que dobrou sua população, chegando a pouco mais de 38 mil habitantes (PAIVA, 2019).



Contudo, como destacamos, estas narrativas podem ser compreendidas enquanto um conjunto, pois cada uma destas se refere a um espaço e não ao todo. Da mesma forma, a proposta de colocar em evidência, esta narrativa marginal, construída através de crônicas, é, de modo geral, dar destaque a sujeitos que se encontravam até então as margens da história de Orlandia.

Outrossim, destacamos que a cidade nas últimas décadas cresceu consideravelmente, seja sua malha urbana como população. E, estes novos sujeitos e espaços, ainda se encontram excluídos da história da cidade de Orlandia.

Estes novos sujeitos e espaços, encontram-se cada vez mais ao leste e oeste das antigas vilas Tatu e Orlando. Os novos espaços, sujeitos, bairros e avenidas, construídas pós 1970, tem grande importância na construção histórica desta cidade, tanto quanto os espaços e sujeitos nas antigas Vila Tatu e Orlando. Porém, se conhecer a Vila Tatu foi algo complicado, pela escassez de materiais nos “lugares de memória”, conhecer um pouco mais da história dos espaços e sujeitos pós 1970 é ainda pior.

Neste sentido, reforçamos que ainda são necessários outros estudos, em suma, aquelas que abordem outras formas de fontes, em especial as orais, que possibilitaria a construção de memórias sobre estes espaços desconhecidos. Assim, concluímos que existe um longo caminho a ser trilhado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Karina de. *Orlandia na belle époque: um sonho do coronel*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), Franca: Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, 1999.

BAENIGER, Rosana Baeninger. São Paulo no contexto dos movimentos migratórios interestaduais. In: _____. *Regiões, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes – Brasil 1980-1996*. Tese (Doutorado em Sociologia), Campinas: Universidade de Estadual de Campinas – UNICAMP, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280774>. Acessado em: 13 de maio/2020.

BRESCIANI, M. S. M. *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)*. *Revista Brasileira de História*, v. 05, n. 08-09, 1985.

_____. *As sete portas da cidade*. *Espaço & Debates*. Dossiê: Cidade e História, n. 34, 1991.



_____. Permanência e ruptura nos estudos da cidade. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras (Orgs.). *Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador: FAU-UFBA, 1992, p. 11-26.

_____. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos César de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Ed. USF-Contexto, 1998, p. 237-258.

CARPINTERO, Marisa Varanda T. *A construção de um sonho: os engenheiros, arquitetos e a formulação política habitacional no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1997.

CARPINTERO, Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI, Josianne Francia. A cidade como história. *História: Questões & Debates*, n. 50, 2009, p. 61-101. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15672/10413>. Acessado em 15 de julho/2020.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. Fundação Perseu Abramo, 2000.

FLORES, Maria Bernadete Ramos; CAMPOS, Emerson César de. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 53, 2007, p. 267-296. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000100012>. Acessado em: 15 de julho/2020.

JULIÃO, Leticia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da capital de Minas Gerais. *História (São Paulo)*, v. 30, n. 01, 2011, p. 114-147. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a06.pdf>. Acessado em: 15 de julho/2020.

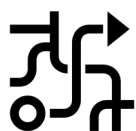
LEHNEN, Leila. Narrativas fora do lugar. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 45, 2015, p. 13-20. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2316-40184523>. Acessado em: 14 de julho/2020.

PAIVA, Kauê Felipe. *Urbanização e planejamento: a produção do espaço em pequenas cidades do eixo rodoferroviário da Alta Mogiana - Triângulo Mineiro*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2017.

_____. Urbanização não-metropolitana no nordeste paulista: a reprodução do espaço intra-urbano em pequenas cidades contíguas à rodovia Anhanguera. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Natal: *Anais XVIII ENANPUR*, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais/>. Acessado em: 24 de julho/2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, v. 27, n. 53, 2007, p. 11-23. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000100002>. Acessado em: 16 de julho/2020.

SALGADO, Ivone; PSCCINATO JUNIOR, Dirceu. O saber técnico de profissionais das engenharias na conformação do urbano no nordeste do Estado de São Paulo. Estudos de caso: Cristais Paulista e Orlandia. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, v. 11, n. 02, 2011, p. 95-111. Disponível em:



<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/6065>. Acessado em 15 de julho/2020.

VIEIRA, Anna. Paula Ferraz Dais; ESTEVES JÚNIOR, Milton. Cidade e Narrativa: Discurso e direito à cidade nos espaços opacos. *VIRUS [online]*, n. 17, 2018, s./p. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus17/?sec=4&item=5&lang=pt>. Acessado em: 14 de julho/2020.

FONTES

BASTOS, Adélia Diniz Junqueira. *Lendas e tradições da família Junqueira*. Ribeirão Preto: Ed. Hucitec., 1979.

_____. *O que tia Adélia não contou mm lendas e tradições da família Junqueira*. Orlandia: Edição do Autor, 1989.

_____. *Os filhos da invernada: família Junqueira*. Orlandia: Edição do Autor, 1995.

JUNQUEIRA, João Francisco Franco de. *Orlândia de Antigamente: Uma Memória Fotográfica*. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1999.

PRETA, Cyro Armando Catta. *Querença: um pouco da história de Orlandia contada em sonetos*. Orlandia: Edição do Autor, 1998.

_____. *Orlândia de Tempos Idos*. Orlandia: Edição do Autor, 1997.

_____. *Orlândia de Outros Tempos*. Orlandia: Editora Folha de Orlandia Ltda, 2007.

SERAFIM, Luís. *Vila Tatu (Crônicas)*. Franca: Fundação Mario de Andrade, 1997.

_____. *Meninos das Quebradas: os meninos de pés sujos*. São Paulo: Clube de Autores, 2010.


Recebido em: 18/08//2020

Aprovado em: 07/06/2021

FIDEL CASTRO E SALVADOR ALLENDE: RELAÇÕES POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS DO CARIBE AO CONE SUL (1959-1972)

FIDEL CASTRO AND SALVADOR ALLENDE: POLITICAL AND INSTITUTIONAL
RELATIONSHIPS FROM THE CARIBBEAN TO THE SOUTHERN CONE (1959-1972)

ALVES, Hélio Augusto de Souza*
<https://orcid.org/0000-0002-3777-9201> 

SOARES, Amanda Beatriz Riedlinger**
<https://orcid.org/0000-0002-5746-6659> 

RESUMO: Nesse trabalho, investigamos e discutimos aspectos que marcaram a relação política e institucional de dois personagens de destaque na cena latino-americana: Fidel Castro e Salvador Allende. Essa relação, que aproximou Cuba e Chile em perspectiva institucional, começou em 1959, quando o então senador chileno pousou na ilha para acompanhar os desdobramentos da revolução. Destacamos a importância desse evento em 1959 uma vez que percebemos uma lacuna historiográfica em reflexões acerca do tema, já que a historiografia dedicou maior atenção à chegada de Fidel no Chile em novembro de 1971, com pouca ou nenhuma atenção às relações estabelecidas previamente. Para compreender a fraternidade e, sem dúvida, as tensões que permearam essa amizade, nos embasamos em fontes impressas da esquerda de Cuba e do Chile. Selecionamos os seguintes órgãos de imprensa para a análise: o periódico cubano *Revolución*; a revista cubana *Bohemia* e a revista chilena *Punto Final* a partir dos quais trabalhamos em torno da hipótese de que a prévia relação entre os líderes, documentada pela imprensa, viabilizou uma aproximação entre as duas nações.

Palavras-chave: Fidel Castro; Salvador Allende; imprensa de esquerda.

ABSTRACT: This work aims to discuss aspects related to the political and institutional sphere which have marked Fidel Castro and Salvador Allende's relationship during the second half of the 20th Century. This relationship, which made possible an approach between Cuba and Chile from an institutional perspective, began in 1959 when the then Chilean Senator arrived in Cuba to observe the paths of the Cuban revolution. It is important to highlight that this event has marked the beginning of a friendship between Castro and Allende, since we have identified that exists a historiographic gap on this subject, considering that historians focused their interests on Castro's visit to Chile, in November 1971, and practically ignoring the previous contacts and its importance. To make our reflections as understandable as possible, presenting the fraternity, tensions, and any other aspects that surrounded this relationship, we focused this work on analyzing both the Cuban and Chilean press at that time. In this way, we have selected some organs as the Cuban newspaper *Revolución*, the Cuban magazine *Bohemia*, as well as *Punto Final*, a Chilean political magazine, from which we will work on the hypothesis that the previous personal relationship between both leaders, registered by the press, made easier an approach between their nations.

Keywords: Fidel Castro; Salvador Allende; Left-wing press.

* Mestrando em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP Assis. E-mail: helio.alves@unesp.br.

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis (UNESP), desenvolve sua pesquisa sob orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto Sampaio Barbosa. A pesquisa, intitulada "Políticas culturais da Unidade Popular: as relações estabelecidas entre cultura e governo a partir da revista La Quinta Rueda (1972-1973)", conta com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail para contato: amandariiedlinger@hotmail.com.



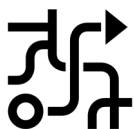
INTRODUÇÃO

Em outubro de 2008, quando o historiador norte-americano Peter Winn escrevia a introdução de *A Revolução Chilena* (2010) encomendado pela Editora Unesp e parte da coleção organizada por Emília Viotti da Costa, muito pertinentes foram as palavras, análises e reflexões do autor acerca do tema, de seu legado e das relações, aproximações e afastamentos entre o caso chileno e o caso cubano. Desde o primeiro momento de seu trabalho, bem como dos de tantos outros autores, não é difícil perceber que do Caribe ao Cone Sul, Cuba e Chile encontram-se e dialogam através de seus processos revolucionários.

Contudo, se àquela época parecia óbvio dizer que a Revolução Chilena – pelo caminho democrático que a caracterizou – parecia mais relevante do que a Revolução Cubana para a América Latina do século XXI (até então quase toda governada por presidentes à esquerda), hoje em dia, passada mais de uma década, seria preciso refletir novamente e verificar que o caminho democrático que impulsionou os presidentes da esquerda latino-americana nos últimos anos mostrou-se insuficiente para a sustentação do grupo nas estruturas de poder de seus respectivos países. A retomada de tendências conservadoras e, em alguns casos, do golpismo¹, em pouco tempo, reconfiguraram o cenário político latino-americano devolvendo ao poder, com efusivo apoio da imprensa, representantes do capital estrangeiro com suas conhecidas agendas neoliberais que há décadas tem marcado a história da região.

Nesse sentido, mostra-se urgente para o campo das Ciências Humanas lançar luz a temas que permitam um entendimento ampliado e aprofundado dos usos políticos da imprensa, encontrando pistas, caminhos e respostas que viabilizem a compreensão de seu papel na construção de projetos políticos e na difusão de ideias. Assim, resta fundamental articular dois dos mais importantes projetos revolucionários de esquerda para a América Latina no século XX, tendo como eixo basilar o papel desempenhado pelas mídias impressas de esquerda de Cuba e do Chile naquele momento.

¹ Cumpre notar que, a despeito das múltiplas interpretações que cabem ao conceito de golpe de Estado, nos valem da noção de “golpe branco” debatida por Michel Goulart da Silva (2020) em que o autor, em diálogo com outros intelectuais, observa nesse tipo de golpe – utilizado em diferentes momentos na América Latina, inclusive em alguns casos mais recentemente – a marcante característica do uso da mobilização popular como instrumento de pressão aos governos causando mudanças na institucionalidade. Em tempo, destaca-se a ponderação de Silva em torno do fato de que o entendimento contemporâneo de golpe não é o mesmo que se tinha em outros momentos históricos, portanto alertamos que não se pode transpor a definição em tela a outros contextos de maneira indiscriminada.



Para tanto, é importante considerar e, como não, tomar como ponto de partida algumas considerações de caráter introdutório que, por básicas que possam ser, se fazem indispensáveis para a compreensão da discussão que pretendemos levar a cabo.

Primeiramente, há de se pontuar que a Revolução Cubana (1959) se produziu através de um processo armado que contestava uma ditadura militar, reclamava o poder e não possuía um programa socialista e, menos ainda, comunista em si – muito embora, segundo Fidel Castro, os dirigentes do *Movimiento Revolucionario 26 de Julio* (M-26/7) fossem, desde àquela época, socialistas (MENCÍA, 1985, p. 139). Pelo contrário, e é preciso muito bem situar o grupo que chegou ao poder em 1959, eram, isso sim, nacionalistas e mantiveram essa tendência ao menos em seus primeiros anos de poder.

No Chile, por sua vez, o movimento que levou Salvador Allende ao poder através das eleições de 1970 era aberta e marcadamente socialista. A própria Unidade Popular (UP), coalizão de partidos que lançou e apoiou a candidatura de Allende, era composta, dentre outras siglas, pelos partidos Socialista e Comunista. Ademais, como já citado, o processo encontrado naquele país foi oposto à via armada cubana – que nos anos 1970 era já parte integrante do Bloco Socialista no contexto da Guerra Fria.

Em que pese essas considerações iniciais e o intervalo de mais de uma década entre as duas revoluções, o ponto de intersecção entre elas está não na relação estabelecida entre as duas nações a partir da vitória de Allende nas urnas, e menos ainda na controversa visita de Fidel Castro ao Chile em novembro de 1971: a compreensão do estabelecimento de relações entre Cuba, Chile e suas revoluções passa, mormente, pela relação estabelecida entre os dois líderes latino-americanos ainda em 1959, desenvolvendo-se durante os anos 1960 e estreitando-se, enfim, a partir da vitória de Salvador Allende no início dos anos 1970. Em 1972, Salvador Allende retornou a Cuba, em um encontro que reafirmou a solidariedade estabelecida entre os dois líderes e os dois países.²

Nosso objetivo com o presente trabalho está, portanto, em preencher uma lacuna histórica que temos identificado em nossas investigações ao percebermos que os debates a respeito das trocas e influências político-culturais entre Cuba e Chile, muitas vezes, deixam

² A esse respeito, é cabível pontuar que houve, para além da relação supramencionada entre Castro e Allende, um contato e uma conexão bastante importantes entre partidos, movimentos sociais e intelectuais no eixo Cuba-Chile, sobretudo considerada a importância da revolução cubana como modelo para diferentes países do continente. Entretanto, entendemos que o ponto alto dessa relação e seu estreitamento passa, de forma inquestionável e de maneira fundamental, pela relação pessoal entre os dois líderes.



passar a importante e sólida relação entre o comandante Castro e o então senador Allende, cujo potencial revolucionário era percebido já em 1959 pela imprensa cubana.

É cabível, portanto, que, retomando as considerações de Peter Winn (2010, p. 17), nos sintamos na obrigação de concordar com sua percepção e ir além: Cuba e Chile dialogam através de seus processos revolucionários, mas é preciso que se lance luz sobre esses intercâmbios e influências entre as duas nações passando também e antes de mais nada pela relação entre suas respectivas lideranças, no sentido de compreender os caminhos que levaram à influência de uma revolução em relação a outra, analisando o período que antecede a vitória de Salvador Allende no Chile.

Dessa maneira, naturalmente, inserem-se debates, considerações e reflexões a respeito da imprensa cubana e chilena, as quais nos servirão de fonte para dar suporte ao nosso objetivo e demonstrar, uma vez mais, o papel das mídias – no nosso caso, impressas – no âmbito das disputas políticas e da difusão de ideias. Não por outra razão, o presente trabalho cederá espaço para órgãos de expressividade nacional e internacional que, sediados em Cuba e no Chile, davam a conhecer aspectos sobre as visitas de Allende a Cuba, sobre a visão da imprensa ante as relações entre os dois países e, ainda, sobre a visita de Castro ao Chile em 1971.

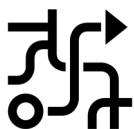
Assim, em diálogo com autores que nos darão embasamento teórico, figuram em posição de destaque o periódico *Revolución*³, órgão oficial do Movimento Revolucionário 26 de Julho; a revista *Bohemia*⁴, importante veículo de informação de Cuba e do Caribe e a revista *Punto Final*⁵, órgão de esquerda no Chile cuja atuação transcendeu o próprio fim do século XX.

Discursos públicos e entrevistas de Allende e Castro também ocupam lugar de relevância em nosso trabalho, tendo em vista serem reveladores de muitos aspectos da relação política e pessoal entre os líderes que, com efeito, abrem caminho para a compreensão e contextualização das visitas e demais relações entre ambos e as respectivas nações latino-americanas.

³ As edições e materiais de *Revolución* utilizadas e/ou reproduzidas no presente artigo foram obtidas através de consulta ao acervo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP/UNESP/Assis).

⁴ As edições e materiais da revista *Bohemia* utilizadas e/ou reproduzidas no presente artigo foram obtidas através de consulta ao acervo da Latin American and Caribbean Collection (University of Florida/Gainesville).

⁵ As edições de *Punto Final* utilizadas e/ou reproduzidas no presente artigo foram obtidas através de consulta ao acervo do website da revista *Punto Final*, cujo responsável é o Centro de Investigación y Documentación Chile Latinoamerica. Disponível em: <http://www.puntofinal.cl/>. Acesso em: 01/11/2020.



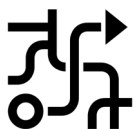
Finalmente, conclusas as considerações iniciais de nosso trabalho e partindo do pressuposto de que as relações entre as revoluções cubana e chilena materializaram-se no marco da viagem de Salvador Allende à Havana em janeiro de 1959, quando Cuba vivia o início de sua revolução e o Chile a tinha, ainda, como um projeto embrionário, devemos nos debruçar sobre esse evento na medida em que ele nos dará subsídios para compreender como esse contato se estreitou no decorrer da década de 1960 e culminou com a conformação de um programa de governo socialista da Unidade Popular para o Chile caracterizado, em grande parte, pela intenção de aproximação com Cuba.

SALVADOR ALLENDE E A REVOLUÇÃO CUBANA: RELAÇÕES PESSOAIS E POLÍTICAS COM FIDEL CASTRO

Médico de formação, Salvador Allende adentrou na vida política na década de 1930. Participou da fundação do Partido Socialista no Chile em 1933, foi deputado, assumiu o Ministério da Saúde e Previdência Social no governo de Pedro Aguirre Cerda (1938-1941), foi senador durante 25 anos e, após diversas tentativas frustradas para o mais alto cargo do executivo chileno, tornou-se finalmente o Presidente da República em 1970 (PRADENAS, 2008, p. 30-33). Sua relação com Cuba e com os dirigentes da revolução cubana começou em 1959, momento em que Allende pousava na ilha no contexto do triunfo revolucionário.

Em 1971, Salvador Allende concedeu uma entrevista ao escritor e filósofo francês Régis Debray⁶, publicada em *Punto Final*, revista de publicação quinzenal desde o seu surgimento em 1965, voltada para assuntos políticos e alinhada aos setores mais radicais da esquerda, como ao Partido Socialista e o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). No encontro Allende abordou, entre outras questões, o contexto que o levou a pousar em Cuba e suas impressões sobre a revolução naquele momento. A visita não foi planejada com antecedência, ao contrário, foi fruto das possibilidades que se abriram naquela conjuntura. Allende estava na Venezuela, havia pousado no país para acompanhar a posse presidencial de Rómulo Betancourt e naquele momento, segundo ele, “*me ocurrió, porque tenía unos dólares de más, ir a ver Cuba. Ya Fidel Castro había entrado en La Habana. [...] Pues bien, yo*

⁶ Segundo Adriane Vidal Costa (2013, p.65), nas décadas de 1960 e 1970, Régis Debray foi considerado um intelectual modelo por conseguir combinar teorias e práticas políticas: postulava que o intelectual deveria ser, além de um homem “de ideias”, um homem “de ação”. Para ele, “o segredo do valor intelectual não residia apenas no que esse pensava, mas na relação entre o que pensava e o que fazia”. A entrevista concedida por Allende à Debray deu origem ao documentário *Compañero Presidente* (1972), do cineasta chileno Miguel Littín.



llegué a Cuba el 20 de enero y llegué en un momento muy curioso".⁷ Esse foi, segundo Allende, o seu primeiro contato com a revolução cubana.

O curioso para Allende foi um desfile que tomou as ruas naquela tarde que chegou em Cuba. O então senador acompanhou esse desfile desde o seu hotel, um desfile que para ele

no sólo fue impactante, sino sencillamente fue una cosa increíble. Ese desfile estaba encabezado por 200 policías de Miami e iba en un auto abierto el Alcalde de Miami y, me parece, el Alcalde de La Habana. Entonces, yo al día siguiente pensé tomar el avión y regresar a Chile, cuando me encontré con Carlos Rafael Rodríguez, a quien había conocido en Chile y me dijo: ¿qué estás haciendo acá? Le dije: "Vine a ver esta revolución, pero como no hay tal revolución, me voy". ¿Qué revolución va a ser ésta cuando están los policías de Miami? Entonces me dijo: "Cometes un error, Salvador, quédate aquí, conversa con los dirigentes" [...]⁸

Allende se surpreendeu com a presença de policiais norte-americanos e do prefeito de Miami⁹ no desfile de uma revolução que se presumia anti-imperialista, pautada nos interesses nacionais. Na entrevista, Allende declarou que estava prestes a voltar para o Chile, quando por insistência de seu amigo Carlos Rafael¹⁰ optou por permanecer na ilha, sob condição de que Carlos o colocasse em contato com os dirigentes revolucionários.

O pedido de Allende foi prontamente acolhido. Na mesma tarde, Allende foi informado pela secretária de Che Guevara que um automóvel o buscaria para o encontro. Ao chegar no *Cuartel de la Cabaña* Allende se deparou com Ernesto Guevara, *el Che*, que

Estaba tendido [...] y en ese momento tenía un fuerte ataque de asma. Estaba con el inhalador y yo esperé que se le pasara, [...] entonces le dije: "Comandante", pero me dijo: "Mire, Allende, yo sé perfectamente bien quién es Ud. Yo le oí en la campaña presidencial del 52 [...]. Así es que conversemos con confianza, porque yo tengo una opinión muy clara de quién es Ud." Después me di cuenta de la calidad intelectual, el sentido humano, la visión continental que tenía el Che y la concepción realista de la lucha de los pueblos [...]¹¹

⁷ *Punto Final*. Entrevista Allende-Debray. Santiago, n° 126, 16 de março de 1971, p. 32.

⁸ *Punto Final*. Entrevista Allende-Debray. Santiago, n° 126, 16 de março de 1971, p. 32-33.

⁹ Em que pese a presença de autoridades norte-americanas naquela ocasião, essa informação decorre da entrevista de Salvador Allende ora referenciada, ainda que em nossa bibliografia e estudos não tenhamos obtido quaisquer dados ou notícia sobre o ocorrido.

¹⁰ Carlos Rafael Rodríguez (1913-1997) foi um cubano, ministro do Governo Revolucionário. Presidiu em novembro de 1970 a Delegação Cubana na Transmissão do Mandato Presidencial no Chile. Chile e Cuba reestabeleceram relações diplomáticas em dezembro de 1970, quebradas desde 1964 quando Jorge Alessandri acatou a ordem emanada da OEA, no acordo de Punta del Este, que previa o isolamento de Cuba dos países irmãos de América Latina. *Punto Final*. Entrevista Allende-Debray. Santiago, n° 126, 16 de março de 1971, p. 32.

¹¹ *Punto Final*. Entrevista Allende-Debray. Santiago, n° 126, 16 de março de 1971, p. 33.



A partir desse encontro estava estabelecido o contato político e pessoal entre Allende e o comandante Che Guevara. Os dois personagens compartilharam não somente o amor pela medicina – eram médicos de formação –, mas também, e principalmente, concepções políticas e humanas que se tornaram o alicerce dessa amizade.

Em nome dessa amizade, o comandante Guevara presenteou Allende com um exemplar de *La Guerra de Guerrillas*, presente que para Allende “tem um valor inestimável” e que ele guarda “como um tesouro” em seu escritório. O exemplar traz uma dedicatória que diz: “A Salvador Allende, que por outros meios trata de obter o mesmo”¹². A dedicatória comporta todas as divergências táticas entre os dois caminhos propostos: de um lado, Che Guevara, apostando na revolução pela via armada, de outro, Allende, acreditando que a estabilidade política do Chile sustentaria sua ousada proposta. Enfim, divergências que marcaram as décadas de 1960 e 1970 a partir de leituras distintas da realidade. Debray questionou Allende sobre o motivo que o levou a seguir assumindo a bandeira de Che Guevara e da revolução cubana, se eram propostas políticas distintas das suas. Allende respondeu que o motivo estava expresso na própria dedicatória do exemplar: “*había diferencias indiscutiblemente, pero formales. En el fondo, las posiciones eran similares, iguales*”.¹³

Salvador Allende e Che Guevara voltaram a se reunir em 1961, dessa vez em Montevideu, no Uruguai. Os dois foram convidados por organizações anti-imperialistas uruguaias para uma reunião em resposta àquela realizada em Punta del Este.¹⁴ Na entrevista a Debray, Salvador Allende relembra o encontro: “*Al salir, luego de la charla del Che, éste me dijo: ‘Salvador, salgamos separados para no dar un sólo blanco en caso de atentado’. Abandonamos separados el lugar. Después nos enteramos que se produjo un atentado [...]*”.¹⁵

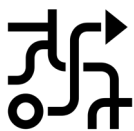
Foi a partir do primeiro contato com Che Guevara que Allende foi apresentado a Raul Castro e, logo em seguida, a Fidel Castro. Em entrevista a Debray em 1971, Allende relembra que ficou impressionado com a inteligência e franqueza de Fidel naquele encontro de 1959. A amizade entre ambos, segundo o próprio Allende, foi uma amizade permeada por

¹² *Punto Final*. Entrevista Allende-Debray. Santiago, n° 126, 16 de março de 1971, p. 33. Ainda segundo Allende, esse deveria ser o segundo exemplar, pois o primeiro Che Guevara dedicou a Fidel Castro.

¹³ *Punto Final*. Entrevista Allende-Debray. Santiago, n° 126, 16 de março de 1971, p. 35

¹⁴ Sobre essa reunião, ver a nota número 12.

¹⁵ *Punto Final*. Entrevista Allende-Debray. Santiago, n° 126, março, 1971, p. 34.



“discussões profundas e fortes”, mas com franqueza sempre.¹⁶ A partir desse contato entre os dois líderes, “Castro, *gran conocedor de la naturaleza humana, consideró a Allende como alguien de confianza para él, en el sentido de que le sería fiel y de que mostraba la necesaria obstinación revolucionaria*”. Anos mais tarde, na década de 1970, essa confiança de Fidel em Allende seria expressa em sua solidariedade com o processo revolucionário chileno. Segundo Castro, quando a revolução chilena quisesse e precisasse, poderia contar não somente com os recursos de Cuba, mas com o próprio sangue cubano (FERMANDOIS, 2013, p. 195 e 525).

Intenso e decisivo para os rumos que tomaria a política revolucionária chilena que mais tarde viria à tona, o primeiro encontro entre Fidel Castro e Salvador Allende foi registrado pelo periódico cubano *Revolución*, órgão oficial do Movimento Revolucionário 26 de Julho, datado de 28 de fevereiro de 1959.

Embora tenha desembarcado em terras cubanas em meados de janeiro, Castro e Allende viriam a ser apresentados e reunir-se tão somente cerca de um mês após a chegada do então senador chileno, ocasião na qual o povo cubano pôde conhecer a realidade do país andino exposta por Salvador Allende em uma conferência de imprensa na qual, de acordo com a publicação, ocupou-se também de tecer comentários sobre a revolução que acabava de triunfar em Cuba.

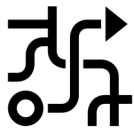
Ainda, resta claro o profundo interesse de alinhamento entre a revolução triunfada em Cuba e a revolução pretendida no Chile, haja vista o fato de a viagem de Allende figurar, dentre outras coisas, como um estudo de campo a respeito do desenvolvimento da revolução cubana e um aceno do senador chileno à Fidel, no sentido de buscar o estabelecimento de relações mais estreitas para o futuro. Através de um trecho da reportagem de Ricardo Marín sobre esse evento histórico conseguimos já visualizar uma síntese do episódio:

El doctor Allende ha venido a Cuba a estudiar el desarrollo de la revolución cubana, a ver de cerca el proceso de estabilización de los principios revolucionarios y a traer al pueblo de Cuba y a sus actuales gobernantes el testimonio de la fervorosa adhesión del pueblo chileno a la lucha emprendida en nuestro país por el establecimiento de un régimen de justicia social y libertades económicas.¹⁷

Tamanha a importância da visita de Allende e do encontro com Fidel Castro que a edição em questão trazia estampada na porção superior de sua capa uma imagem dos dois

¹⁶ *Punto Final*. Entrevista Allende-Debray. Santiago, n° 126, 16 de março de 1971, p. 33.

¹⁷ *Revolución*. De enorme trascendencia en América Latina la Revolución Cubana. La Habana, n. 72, 28 de fevereiro de 1959, p. 6.



líderes que, pelo tamanho, destacava-se ante as demais. Lado a lado, vê-se Castro e Allende sentados à mesa no Palácio Presidencial de Cuba.



Revolución. De enorme transcendencia en América Latina la Revolución Cubana. 28 de fevereiro de 1959, capa.

Com o clássico uniforme verde oliva, o agora recém nomeado Primeiro-Ministro de Cuba¹⁸ aparece na porção direita da imagem, ocupando metade do plano e olhando em direção à outra extremidade, local em que, próximo a ele, está Salvador Allende vestido em seu terno e correspondendo ao olhar de Castro no que parece ser um diálogo em meio a uma refeição, cuja mesa está posta. A importância do encontro é complementada pela porção

¹⁸ Apesar da importância e do protagonismo que assumiu Fidel Castro na etapa insurrecional da revolução cubana (1953-1958) na liderança do M-26/7 e na derrocada de Fulgencio Batista, após triunfada a revolução em janeiro de 1959, assumiu a presidência da República Manuel Urrutia e o cargo de primeiro-ministro José Miró Cardona, que tão somente se afastaria dessas funções no mês seguinte, ocasião na qual Castro, aos 16 dias do mês de fevereiro, assumia o cargo.



final da legenda que logo abaixo da fotografia pode ser lida: Allende convidou Fidel a visitar seu país.

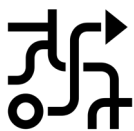
Todavia, a presença de Salvador Allende em Cuba não ficaria restrita apenas a essa viagem. Luiz Alberto Moniz Bandeira dá conta do retorno de Allende a Cuba novamente no ano de 1962, por ocasião da Segunda Declaração de Havana, em 05 de fevereiro. Evento esse no qual, vale lembrar, o embaixador brasileiro em Havana, Luís Bastián Pinto, relatava que, pela primeira vez, o governo revolucionário de Cuba se lançava evidentemente em meio às disputas e tensões da Guerra Fria, já que a partir daquele momento Havana assumia o papel de orientação das lutas revolucionárias que deveriam ser levadas a cabo no continente (BANDEIRA, 2009, p. 373). E lá estava Allende, em mais uma demonstração de suas intenções para com Fidel Castro e a revolução cubana.

FIDEL CASTRO E A REVOLUÇÃO CHILENA: OLHARES DA IMPRENSA SOBRE A VISITA

Em 1970 o Chile passou a ser o foco das atenções mundiais. O país, apostando em uma alternativa sem precedentes históricos, iniciou uma experiência inédita com o triunfo de Salvador Allende nas eleições presidenciais em 4 de setembro daquele ano. Allende foi eleito sustentado pela Unidade Popular, uma coalizão política que reunia partidos de esquerda e centro-esquerda¹⁹, com o objetivo de lançar as condições básicas favoráveis ao estabelecimento do socialismo no país. A proposta ousava ao buscar a conquista do socialismo a partir dos meios legais e de reformas institucionais graduais, o que ficou conhecido como “a via chilena ao socialismo”. A esquerda chilena de 1970 apostou na democracia como suporte para o seu projeto revolucionário, atitude que pode ser sintetizada na expressão *nuestra sierra es la elección*, indicando que, enquanto em Cuba a revolução se fez a partir das lutas e conflitos das montanhas, no Chile a revolução seria feita a partir da eleição e da própria democracia.

Em entrevista à Debray, Allende lembrou a reação de Fidel Castro ao ser informado que a Unidade Popular havia vencido as eleições presidenciais do Chile. Segundo Allende, confirmada a vitória da UP, Fidel o enviou uma manchete do diário *Granma*, portavoz oficial da revolução cubana, constando a notícia da vitória eleitoral. A publicação

¹⁹ De acordo com Alberto Aggio (2002, p.15), além dos partidos Socialista (PS) e Comunista (PC), a Unidade Popular abrigava também o Partido Radical (PR); Social-Democrata (PSD); Ação Popular Independente (API) e o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU).



destacava que o triunfo da Unidade Popular representava a vitória do Chile sobre o imperialismo e apresentava uma saudação de Fidel ao processo revolucionário desencadeado no país a partir daquela vitória.²⁰ Na manhã do dia 5 de setembro, a primeira chamada que Salvador Allende recebeu do estrangeiro veio de Cuba, de Fidel Castro. Desde o dia anterior, Fidel estava na redação do diário *Granma* aguardando informações sobre o resultado eleitoral do Chile (FERMANDOIS, 2013, p. 427).

Consolidada a vitória eleitoral da Unidade Popular em 1970, Fidel comunicou a Allende que o Chile não precisava estabelecer relações imediatas com Cuba, considerando que o governo popular recém-instaurado ainda precisava de bases de sustentação que permitissem um diálogo com a oposição. No entanto, nove dias após a vitória, Allende reestabeleceu relações e mostrou sua solidariedade com Cuba, rompendo definitivamente com as resoluções da OEA. Naquele contexto, surgiram rumores que Fidel iria para o Chile para a cerimônia de posse de Allende. No entanto, o líder cubano, em uma atitude sensível ao contexto peculiar do processo chileno, optou por não trazer problemas imediatos para Allende, quando o seu nome e a sua presença causavam tanto incômodo na oposição (FERMANDOIS, 2013, p. 520).

A partir de uma leitura realista da conjuntura do Chile, Allende concordou que a chegada de Fidel no início de seu governo poderia trazer problemas incontornáveis à Unidade Popular. Por isso, atrasou a viagem de Fidel até que estivesse consolidado o seu governo no país e consistente as boas relações do Chile com outros países da América Latina (GARCÉS, 1993, p. 140). A avaliação de Allende considerou, finalmente, o ano de 1971 como o momento oportuno para a visita. Nesse primeiro ano de governo, a Unidade Popular adquiriu maior força eleitoral²¹ e conseguia sustentar, até certa medida, um diálogo com outros setores políticos fora do espectro da esquerda.

Relações diplomáticas e comerciais entre Chile e Cuba já estavam previstas no Programa de Governo da Unidade Popular, espécie de livreto que veio a público em 1969, no contexto da campanha eleitoral, trazendo toda a plataforma política que sustentava a candidatura de Allende. Na sessão “Política Internacional do Governo Popular”, o programa afirmava que “*se reforzarán las relaciones, el intercambio y la amistad con los países*

²⁰ *Punto Final*. Entrevista Allende-Debray. Santiago, n° 126, março, 1971, p. 33.

²¹ De acordo com Alberto Aggio (2002, p. 117), a força eleitoral adquirida pela Unidade Popular foi expressa nas eleições municipais de abril de 1971, em que os candidatos vinculados à UP conseguiram atingir quase 50% dos votos.



socialistas. [...] Del mismo modo [el programa] se solidarizará en forma efectiva con la *Revolución Cubana*".²²

Embora a Unidade Popular pretendesse, em 1969, o intercâmbio, a amizade e a solidariedade do Chile com Cuba em perspectiva formal e institucional, a relação entre as esquerdas dos dois países já havia se estabelecido em 1959 e se desenvolvido durante a década de 1960, em âmbito político e pessoal, figurada na amizade estabelecida entre Salvador Allende e Fidel Castro.

A relação política formal estabelecida entre a Unidade Popular e Cuba, bem como a relação de amizade pessoal construída entre Allende e Castro, permitiram que o líder revolucionário cubano pousasse no Chile em 10 de novembro de 1971, para acompanhar os desdobramentos do processo revolucionário no país desencadeado por Allende. Em 1959, Allende havia pousado em Havana com o mesmo objetivo: acompanhar a revolução.

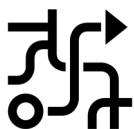
Sobre esse assunto, Richard Gott pontuou:

Salvador Allende, partidário e amigo íntimo de Fidel Castro, muitas vezes candidato à presidência pelo Partido Socialista Chileno, foi eleito presidente do Chile em 1970 [...] Castro chegou a Santiago do Chile em novembro de 1971, para ver o novo regime por si mesmo e trocar experiências com seus velhos amigos (GOTT, 2006, p. 281).

Desse modo, mais de uma década após o convite de Allende estampado em *Revolución*, Fidel Castro aterrissava no Chile para sua primeira viagem após quase uma década sem sair da ilha, chegando no país em pleno curso do primeiro ano do governo Allende, momento em que a Unidade Popular adquiria maior força política, conforme mencionado. No entanto, o bom desempenho da Unidade Popular nas eleições municipais não impediu a gestação de sérias dificuldades que, dois anos mais tarde, em 11 de setembro de 1973, colocariam fim ao governo popular a partir do ataque das forças armadas ao Palácio Presidencial de *La Moneda*.

Fidel pousou no aeroporto de Pudahuel, que naquele momento se assemelhava a uma base militar ocupada por equipes de segurança de Cuba e do Chile. Allende e outras autoridades civis, militares e eclesiásticas esperavam Fidel Castro na recepção oficial. No entanto, o presidente do Senado, Patricio Aylwin, e o presidente da Câmara dos Deputados, Fernando Sanhueza, ambos da Democracia Cristã, não estiveram presentes no ato protocolar de recepção (FERMANDOIS, 2013, p. 521). Essa ausência correspondia às

²² Programa basico de Gobierno de la Unidad Popular. Santiago, 1969. p. 32-34.



questões e conflitos internos da política chilena: após o assassinato de Pérez Zujovic²³, o Partido Democrata Cristão começou a se afastar do programa de governo da Unidade Popular, buscando aliança com a direita, representada pelo Partido Nacional. A revista chilena *Punto Final*, em uma reportagem que refletiu a visita de Fidel no Chile, questionou a ausência do poder judiciário e do poder legislativo no cerimonial. Isso indicava, segundo a revista, o controle exercido pela direita sobre esses setores, que se automarginalizaram da recepção.²⁴

Na viagem, o líder cubano percorreu o país de norte a sul, com uma agenda intensa e agitada, de inúmeras conferências, discursos, diálogos e reuniões com trabalhadores e estudantes universitários. Durante as três semanas que permaneceu no Chile, Fidel foi hóspede dos trabalhadores e buscou estabelecer contato direto com o setor operário, conhecendo minas, sindicatos e oficinas de trabalho.

Desde Havana, Fidel revelou que no Chile buscava conhecer a realidade dos mineiros do cobre, “seguro de su creencia de que en los trabajadores del cobre se encuentra gran parte del secreto de la suerte del tránsito chileno al socialismo”. Os trabalhadores afirmaram a um periodista, enviado especial de *Punto Final* para cobrir a viagem do Primeiro-Ministro cubano ao norte do país, que “Fidel no es como los políticos que hablan de pura política y no le preguntan nada a los obreros”, ao contrário, Fidel demonstrava interesse pelas formas de organização e produção desses trabalhadores do cobre e do salitre.²⁵

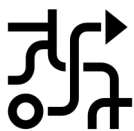
Os veículos de imprensa opositores ao governo popular utilizaram a visita de Fidel Castro como instrumento de propaganda contrarrevolucionária, alimentando o medo de setores da direita e do centro, que temiam que o Chile pudesse chegar a ser uma nova Cuba.²⁶ Para a imprensa contrarrevolucionária, a visita de Fidel era prova de uma “identidade compartilhada” entre as revoluções, ainda que naquele momento o posicionamento de Cuba no cenário internacional muito mais se aproximasse do Partido Comunista Chileno – pelo alinhamento com Moscou – do que da Unidade Popular de Allende.

²³ Pérez Zujovic foi ministro do governo do democrata cristão Eduardo Frei (1964-1970). Em junho de 1970 foi assassinado pelo grupo de extrema esquerda Vanguarda Organizada do Povo (VOP), não vinculado à Unidade Popular. Apesar disso, após o ocorrido, as relações entre DC e UP foram afetadas.

²⁴ *Punto Final*. Reflexiones sobre la visita de Fidel. Santiago, n° 144, 23 de novembro, 1971, p. 2.

²⁵ *Punto Final*. Fidel en Chile: Algunas impresiones e ideas de Fidel Castro. Santiago, n° 144, 23 de novembro, 1971, p. 27-28.

²⁶ O jornal expoente da imprensa opositora a Allende no Chile foi *El Mercurio*. Segundo Joan Garcés (1993, p. 140), em 1971 *El Mercurio* recebeu US\$ 700 mil de doação do Comitê Quarenta, grupo empresarial dos EUA.



No entanto, não podia deixar de fazer aquela visita e de expressar a solidariedade e o apoio de Cuba àquele governo, sobretudo depois de toda a solidariedade prestada por Allende à revolução cubana desde 1959. É importante, nesse contexto, recordar que na década de 1960 Salvador Allende havia sido, juntamente com seu partido, um dos patrocinadores da Organização Latinoamericana de Solidariedade (OLAS), cujo objetivo consistia no apoio cubano às guerrilhas da América Latina, muito embora não tenha sido esse o caminho adotado pelo próprio Allende (GOTT, 2006, p. 281).

Dessa maneira, em Cuba ecoava o feito histórico da visita de seu líder histórico ao Chile. Após mais de uma década sem viajar pela América Latina, esse fato virou notícia na ilha e uma das mais importantes vozes da imprensa cubana e, como não, caribenha, deu espaço ao tema. Àquela época dirigida por Ángel Guerra, a edição da revista *Bohemia* de 12 de novembro de 1971 levava em sua capa uma fotomontagem espetacular, em cuja composição verificava-se no primeiro plano os retratos de Salvador Allende e Fidel Castro, lado a lado, sendo a imagem do líder cubano timidamente sobressalente. Ambos com as vestimentas formais que lhes caracterizava – Allende, de terno; Castro, fardado –, miravam o horizonte com aspecto de serenidade e altivez. Acima de suas imagens, as bandeiras cubana e chilena, ambas num tamanho significativamente menor. Enquanto isso, ao fundo da montagem figuravam imagens desfocadas que demonstravam pessoas em aparente comemoração. O encontro dos líderes era um evento histórico.



Bohemia. Chile – “Vivir con honor o morir con gloria”: Un esbozo de Historia del país que visita Fidel. 12 de novembro de 1971, capa.

Em seu conteúdo, a edição de *Bohemia* supramencionada não faltou em dar a conhecer ao povo de Cuba informações sobre a história do Chile, através do artigo *Chile – “Vivir con honor o morir con gloria”: Un esbozo de Historia del país que visita Fidel*, publicado na famosa seção *En Cuba* da referida revista, dedicada, naquela ocasião, à visita de Fidel Castro ao Chile. Na matéria de 10 páginas, a revista aborda a origem do nome do país, suas raízes históricas, colonização, emancipação e importância para a América Latina, concluindo, finalmente, com aspectos sobre a chegada de Allende ao poder e seu governo,



em cuja página lê-se uma frase de Allende sobre Fidel Castro: “*Si yo invito a Fidel Castro a visitar Chile es porque el Pueblo de Chile quiere a Cuba*”.²⁷

No Chile, entretanto, Fidel Castro se viu sob vigilância constante da direita. Por isso, autolimitou seus atos e palavras, assumindo atitude cautelosa em suas intervenções públicas a fim de que nada que falasse ou fizesse pudesse ser utilizado contra a Unidade Popular.²⁸

Em contrapartida, os veículos de imprensa ligados a grupos de esquerda saudaram a chegada de Fidel e utilizaram a visita para instigar e mobilizar as massas, apresentando a vitalidade do pensamento revolucionário na América Latina, de Cuba até o Chile, como é o caso da já mencionada *Punto Final*. Os discursos e diálogos que compuseram o itinerário de Fidel Castro no Chile foram amplamente publicados em *Punto Final*, que dedicou um número inteiro à visita e trouxe as palavras proferidas por Fidel no Chile em versão integral, com transcrições textuais de gravações realizadas, para maior fidelidade ao discurso.²⁹

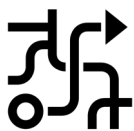
As palavras de Castro no Chile impactaram principalmente a esquerda radical do país, que tinha como inspiração o modelo revolucionário cubano, pautado em realizar a revolução a partir da luta armada. Fidel compreendia a força de suas palavras sobre a esquerda radical, e por isso, em suas intervenções, se referiu a esse setor com muita cautela. Seus discursos levaram a esquerda para uma reflexão vigorosa, sobretudo as palavras proferidas em uma reunião com universitários em Antofagasta. Nessa reunião, Fidel alertou sobre o perigo que o sectarismo representava dentro das esquerdas para a continuação do governo popular. Esse foi um dos problemas de maior relevância para o caso chileno, segundo a avaliação de Fidel, e de acordo com *Punto Final*, “*la voz de alerta que lanzó el compañero Fidel Castro merece ser escuchada*”.³⁰

²⁷ *Bohemia*. Chile – “Vivir con honor o morir con gloria”: Un esbozo de Historia del país que visita Fidel. La Habana, ano 63, nº 46, 12 de novembro de 1971, p. 58-67.

²⁸ *Punto Final*. Reflexiones sobre la visita de Fidel. Santiago, nº 144, 23 de novembro, 1971, p. 3.

²⁹ A edição que homenageia a presença de Fidel no Chile é a nº144, de 23 de novembro de 1971. A capa da edição apresenta uma fotografia de Fidel e de Allende, ambos em aparente reverência um em relação ao outro. Essa edição apresenta um suplemento que continua a saudar a visita de Fidel Castro e a publicar suas principais intervenções em território chileno. A edição nº 145 da revista, que também traz os discursos de Fidel, teve sua publicação no Chile adiantada em alguns dias, tendo como justificativa a “necesidad de dar a conocer ampliamente el pensamiento político del Primer Ministro cubano y el éxito de nuestra anterior edición, que contenía los discursos pronunciados por él en la zona norte, nos llevaron a tomar esta medida que, creemos, responde al interés de nuestros lectores. [...] Nuestros compañeros, conscientes de la necesidad de adelantar este número de PF, aportaron entusiasta trabajo para atender en breve plazo el requerimiento popular por los discursos de Fidel Castro”. *Punto Final*. Editorial. Santiago, nº 145, 30 de novembro, 1971, p. 1.

³⁰ *Punto Final*. Reflexiones sobre la visita de Fidel. Santiago, nº 144, 23 de novembro, 1971, p.3.



A força exercida pelas palavras de Fidel sobre a esquerda radical do Chile pode ser percebida no posicionamento de *Punto Final*. De tendência radical e defensora da via armada, *Punto Final*, ao publicar as considerações de Fidel Castro sobre o sectarismo nas esquerdas, adotou um discurso dialógico com a esquerda reformista, afirmando a necessidade de união revolucionária, condição imperativa para a condução do caminho para o socialismo. Dessa forma, *Punto Final* afirma estar disposta a dar sua contribuição no sentido de superar essas divergências táticas entre as esquerdas, para que não “*se pierda esta oportunidad histórica de atacar y vencer al verdadero enemigo*”.³¹ *Punto Final* destacou a importância das contribuições de Fidel para a unidade das esquerdas do Chile. Segundo a revista:

Creemos que en estos difíciles momentos del proceso chileno, cuando es más necesaria que nunca la unidad y la voluntad combativa de las fuerzas revolucionarias, [...] [que] los discursos de Fidel Castro en Chile sirven a ese propósito. Avanzar hacia el socialismo para atajar al fascismo [...] Sólo así mereceremos la confianza y solidaridad que nos brindan pueblos revolucionarios como el de Cuba.³²

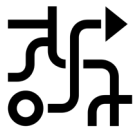
Se voltarmos nossa atenção para a imprensa cubana naquele momento, resta infalível visualizar a repercussão e o impacto da presença de Fidel no Chile e seus desdobramentos na mídia chilena. Por estranha que possa parecer essa colocação, ela expressa literalmente o que queremos dizer: revista *Bohemia*, em edição de 19 de novembro de 1971, com mais informações vindas do Chile do que em sua edição anterior, deu lugar às notícias da viagem de Castro com um rico material que visava traduzir a euforia do povo chileno que esperava Fidel Castro nas ruas daquele país e, mais do que isso, demonstrar como o assunto era tratado com atenção, cuidado e honras pela imprensa chilena.

Ganham notável espaço imagens que, mais do que as letras, exprimem a essência da visita: a união entre Cuba e Chile, chancelada pelas massas chilenas e referendada pelos órgãos de imprensa.

A já destacada seção *En Cuba* aparecia novamente como responsável por unir todas as informações e dados sobre Castro no Chile. Tal qual em edição anterior - porém dessa vez com um material mais completo e bem estruturado - *Bohemia* se dedicava a levar para a opinião pública cubana a importância daquele contato e, para isso, nada melhor do que demonstrar todos os aspectos positivos a esse respeito, excluindo estrategicamente toda a tensão com grupos opositores de Allende.

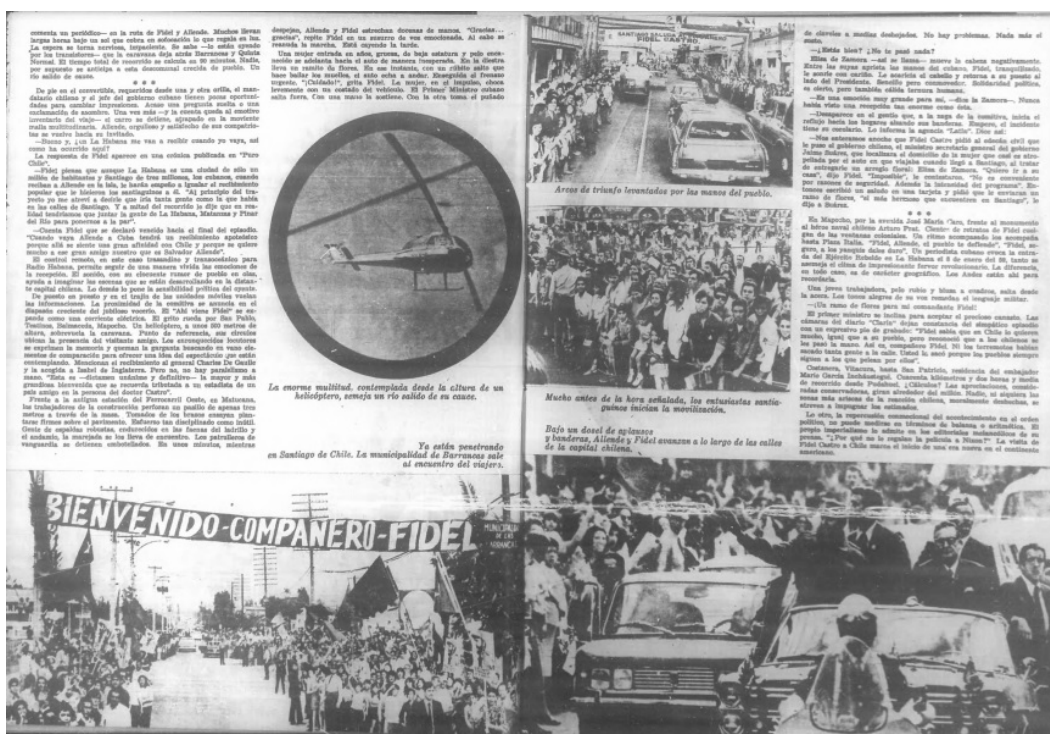
³¹ *Punto Final*. Reflexiones sobre la visita de Fidel. Santiago, n° 144, 23 de novembro, 1971, p.5.

³² *Punto Final*. Editorial. Santiago, n° 146, 7 de dezembro, 1971, p. 1.



Sob o título *El viaje de Fidel*, a revista cubana iniciava a primeira de uma sequência de 28 páginas apenas sobre a visita de Fidel Castro e seus reflexos no Chile e em Cuba. A quantidade de fotografias chama a atenção, embora seu uso fosse uma tendência já conhecida em *Bohemia*. Isso porque o público leitor foi tomado por uma avalanche de aproximadamente 30 imagens especificamente sobre Fidel Castro (com ou sem Salvador Allende) nas referidas 28 páginas, fora outras que retratavam mais especificamente outros cenários.

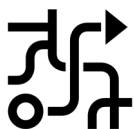
Dessas, destacam-se algumas pelo seu significado naquele momento:



Bohemia. El viaje de Fidel. 19 de novembro de 1971, p. 54-55.

Ocupando parte significativa das páginas 54 e 55 daquela edição, as imagens chamam mais a atenção do que o próprio texto e apresentam ao leitor já por meio da mensagem visual o que longas páginas escritas buscam dizer: o entusiasmo popular era evidente. Na porção inferior da página 54 vê-se uma multidão, separada por um corredor vazio e carros ao longe enquanto, acima do povo, destaca-se a faixa: *Bienvenido compañero Fidel*. Por entre o povo, alude-se, passaria o carro aberto que levava Fidel Castro e Salvador Allende.

Na página seguinte, a revista completava a informação por meio da mensagem visual: na parte inferior de sua página 55 destacavam-se Fidel Castro e Salvador Allende em



carro aberto no primeiro plano da fotografia, seguidos por carros e por homens ao fundo que, a despeito da importância de ambas as figuras, poderiam ser responsáveis por sua segurança. A frente do veículo que transportava os líderes latino-americanos, um batedor em sua motocicleta. Fidel Castro, em pé no carro aberto, olhava e acenava para a multidão que completava a composição fotográfica à margem esquerda da imagem.

O texto, por sua vez, já dava indícios do tratamento dado à Fidel Castro pela imprensa chilena – especificamente pelo extinto periódico chileno de esquerda *Clarín*. O tom descritivo e entusiasmante de *Bohemia* prendia o leitor à “magia” daquela viagem, comparando-a com a atmosfera da entrada dos rebeldes em Havana em 1959.

Un ritmo acompasado los acompaña hasta Plaza Italia. “Fidel, Allende, el pueblo te defiende”, “Fidel, seguro, a los yanquis dales duro”. Un periodista cubano evoca la entrada del ejército rebelde en La Habana el 8 de enero del 59, tanto se asemeja el clima de impresionante fervor revolucionario. La diferencia, en todo caso, es de carácter geográfico [...] Una joven trabajadora, pelo rubio y blusa a cuadros, salta desde la acera. Los tonos alegres de tu voz remedan el lenguaje militar: ¡Un ramo de flores para mi comandante Fidel! [...] Las cámaras del diario “Clarín” dejan constancia del simpático episodio con un expresivo pie de grabado: “Fidel sabía que en Chile lo quieren mucho, igual que a su pueblo, pero reconoció que a los chilenos se les pasó la mano. Así es, compañero Fidel. Ni los terremotos habían sacado tanta gente a la calle. Usted lo sacó porque los pueblos siempre siguen a los que pelean por ellos”.³³

Com efeito, resta claro o papel desempenhado pela imprensa e sua força de atuação no campo da política e das ideias em ambos os países. Em conformidade com o que Maria Helena Rolim Capelato (2015, p. 115) já colocou a respeito dos interesses em jogo que envolvem a produção de um jornal, compreendemos ser cada vez mais indispensável, ao nos debruçarmos sob órgãos de imprensa - sobretudo no caso de uma imprensa militante -, observar os interesses envolvidos entre órgão e fato, sendo esses fatores determinantes na construção da narrativa adotada e publicizada, já que, do ponto de vista político, busca-se produzir um efeito nas massas através da opinião pública.

Não por outra razão, historicizar a fonte, como proposto por Tania de Luca, é importante em nosso caso para, dentre outras coisas, a averiguação e compreensão do que foi escolhido pelo órgão e por quê. Assim, podem-se observar os interesses em jogo, e compreender, para além da função social dos órgãos de imprensa a que tomamos como fonte, também sua função política através da opinião pública (LUCA, 2008, p. 135).

³³ *Bohemia*. El recibimiento – delirante entusiasmo popular. La Habana, ano 63, nº 47, 19 de novembro de 1971, p. 55.



AMIZADE, PODER E REVOLUÇÃO: TENSÕES E CONTRADIÇÕES ENTRE SALVADOR ALLENDE E FIDEL CASTRO

No Chile, os discursos de Fidel foram articulados com objetivos precisos. Além de buscar a organização das esquerdas, unindo forças reformistas e rupturistas³⁴ com base no objetivo compartilhado de conquistar o socialismo, Fidel também pronunciou um discurso direcionado para as mulheres chilenas, no Estádio Santa Laura. Rodeado pelo público feminino, Fidel questionou o papel de subordinação das mulheres no sistema capitalista e apontou para o horizonte promissor que as novas sociedades socialistas e comunistas apresentavam para esse segmento da sociedade.³⁵

Para compreender o sentido utilitário desse discurso, é preciso recordar que no primeiro dia de dezembro de 1971, enquanto o líder cubano ainda estava no Chile, uma manifestação protagonizada pelas mulheres tomou as ruas do país, mobilizadas pelo “poder feminino”.³⁶ As mulheres saíram às ruas de Santiago com panelas vazias, batendo-as enquanto desfilavam, em protesto contra a escassez de alimentos, o governo popular e à presença de Fidel no Chile.³⁷

Uma grande manifestação hostil realizou-se em Santiago, organizada por partidos de direita, constituída na maior parte por mulheres dos subúrbios afluentes que batiam em panelas e frigideiras vazias [...] para sugerir que o socialismo era um arauto da fome. “Não queremos Castro aqui” era o slogan menos ofensivo (GOTT, 2006, p. 281).

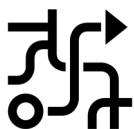
No contexto da chamada “marcha das panelas vazias”, Fidel Castro questionou a inação das mulheres de esquerda, que não estavam nas ruas confrontando as opositoras, e as convocou a lutar em defesa da revolução. Naquele momento, Allende foi informado que nos bairros populares, haviam mulheres organizadas e dispostas a “marchar sobre o centro da cidade e mostrar às da burguesia o que significava para elas ‘panelas vazias.’” (FERMANDOIS, 2013, p. 142). No entanto, as mulheres de esquerda foram dissuadidas de marchar pelas ruas de Santiago sob orientação de Allende, que avaliou e concluiu que um

³⁴ Para uma discussão mais aprofundada sobre as divergências táticas entre as esquerdas do Chile nesse período, ver: VALLEJOS, Julio Pinto. Hacer la revolución en Chile. In: Cuando hicimos historia: la experiencia de la Unidad Popular. VALLEJOS, Julio P. [coord.]; MOULIAN, Tomás. [et al.]. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

³⁵ *Punto Final*. Fidel en Chile: a las mujeres chilenas. Santiago, n° 146, 7 de dezembro, 1971, p. 36-37.

³⁶ Organização financiada pelos serviços de inteligência dos EUA (GARCÉS, 1993, p. 168).

³⁷ De acordo com Femandois (2013, p. 530), as mulheres protestavam com palavras de ordem que diziam: “No hay carne, fúmate un habano”; “Calabaza, calabaza, Fidel para tu casa!” e “Chile sí, Cuba no!”, em evidente descontentamento com a presença de Fidel no país.



enfrentamento entre civis era precisamente o que a direita esperava, para que fosse justificada a intervenção das forças armadas.

Nesse sentido, é possível perceber a intencionalidade do discurso de Castro, direcionado especificamente para um setor que, naquele momento, estava no auge do conflito da luta de classes, bem como resta evidente a contradição que se impunha entre ele e Allende, apesar de toda a aproximação pretérita que caracterizava sua relação.

Naquela ocasião, o decreto de Allende que colocou o país em Estado de Emergência em resposta à marcha das “panelas vazias” foi objeto de crítica por parte de Fidel Castro, que considerava a necessidade de uma medida mais enérgica do governo chileno diante da situação. Segundo Alberto Aggio, Allende teria então respondido a Castro por meio de um emissário: “Diga a Fidel, com suavidade, que aqui no Chile quem resolve essas coisas sou eu, de acordo com meu leal saber e entender” (AGGIO, 2003, p. 161).

A visita de Fidel, que estava prevista para durar apenas 10 dias, se estendeu até 4 de dezembro de 1971 e a própria mudança de planos para a permanência no país mostrava o sentido de sua viagem: “ele queria ter uma sólida visão da experiência socialista de Allende” (SZULC, 1987, p. 739).

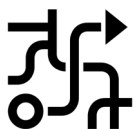
Após o seu retorno a Cuba, *Punto Final* publicou algumas cartas de cubanos que agradeciam a hospitalidade e boa recepção do Chile. Um dos correspondentes, após solicitar o exemplar de *Punto Final* em homenagem a Fidel, agradeceu o cuidado e carinho que o líder cubano recebeu no país.

Debo confersarle, querido compañero, que cuando Fidel se fue para su patria yo estaba un poco recelosa. Pero han sido Uds. tan buenos y lo han recibido con tanto cariño que me han hecho la idea que él estaba en una provincia de Cuba. Siento que Uds. los chilenos son mis hermanos y que lo quieren y lo cuidaron como lo queremos nosotros, pues tiene Ud. que saber que Fidel Castro en Cuba no necesita escolta. El pueblo de Cuba siempre ha querido a Chile, pero ahora sentimos como si nuestras fronteras crecieran y estuviéramos unidos hasta por la tierra.³⁸

Esse, porém, não pode ser tomado como o sentimento geral da nação e nem mesmo das esquerdas do Chile, sobretudo diante de descompassos entre a política adotada por Salvador Allende e aquela defendida por Fidel Castro.

Em que pese a discordância entre alguns autores no que tange à visão que Fidel Castro levou do Chile, se por um lado é cabível destacar os apontamentos de Tad Szulc ora citados no sentido de sua satisfação com a estadia e calor recebido, por outro lado, é

³⁸ *Punto Final*. Correo: Cartas de Cuba. Santiago, n° 148, 4 de janeiro, 1972, p. 2 e 33.



pertinente observar que, para Richard Gott, além de considerar Allende muito teimoso, “Castro guardou uma visão pessimista do futuro do Chile” pela sua incapacidade de compreender “a relutância de Allende em armar a classe trabalhadora” (GOTT, 2006, p. 282).

Alberto Aggio, de maneira bastante perspicaz, observou e ponderou a respeito dessa questão. Para o autor, embora Castro tivesse se comprometido a não se intrometer em assuntos internos do Chile, acabou por fazer justamente o oposto e, nesse sentido, apenas o episódio da marcha das “panelas vazias” já nos daria essa certeza. Contudo, outros foram os fatos que poderíamos elencar com o intuito de comprovadamente afirmar as tensões e discordâncias entre os dois personagens históricos.

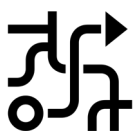
Em discurso no Estádio Nacional para milhares de pessoas, Fidel Castro não perdeu a chance de mostrar sua pretensa grandeza política comparada à figura de Allende, afirmando que aquele ato não se comparava aos que ele poderia convocar em Havana, além de, em outra ocasião, ter aproveitado um de seus discursos para relativizar a revolução chilena e, enfim, questionar sua autenticidade, numa explícita demonstração de discordância com a chamada via chilena pelo seu caráter pacífico e democrático (AGGIO, 2003, p. 162).

Entretanto, divergências de ordem procedimental em nada podem confundir-se com a relação nutrida por décadas entre ambos e, menos ainda, minar a importância e o simbolismo dessa viagem. Se, por um lado, Gott observa que Salvador Allende “achou a presença de Fidel debilitante”, em contrapartida o autor não deixa de reconhecer que “a visita era necessária e inevitável” (GOTT, 2006, p. 281).

No ano seguinte, em 1972, Allende retornou a Cuba, com cobertura da revista chilena *Punto Final*. A revista destacou a solidariedade da ilha em relação ao processo revolucionário chileno, que passava por um momento crucial após as paralisações de outubro. Na ocasião da visita, em ato público, Fidel Castro sugeriu que cada habitante da ilha cedesse parte de sua cota alimentícia, que seria convertida em ajuda revolucionária ao Chile de Allende. A estimativa era que esse ato pudesse gerar 40 mil toneladas de açúcar cubano, que seria doado ao Chile. Salvador Allende, presente nesse ato público, considerou a ajuda revolucionária de Cuba uma expressão significativa de que “*Chile no está solo*”.³⁹

Cumprir notar que o cenário do país que Allende visitara naquele ano em muito diferia daquele que, nos idos de 1959, visitou. A última visita do presidente chileno a Cuba se dava já em um contexto de intenso alinhamento da ilha caribenha com a URSS e no calor da

³⁹ *Punto Final*. La visita a Cuba, por Mario Diaz Barrientos, n° 173, 19 de dezembro, 1972, p. 6-7.



Guerra Fria, o que, nem de longe, inibiu Allende, ainda que tal gesto pudesse representar uma afronta aos interesses de Washington na América Latina.

Ainda que autores, como Alberto Aggio (2003), tenham buscado atribuir à visita de Castro ao Chile em 1971 algum peso de responsabilidade sobre a queda de Allende, bem como apontar para um suposto mal-estar entre essas duas figuras políticas, causado pela “insólita” visita do mandatário cubano ao país andino, parece natural perceber que Allende assumiu os riscos que uma aproximação com Cuba podia representar desde que visitou a ilha em 1959, bem como que, em que pese as tensões da visita de Fidel Castro, sequer houve um completo mal-estar entre ambos, já que, após ser convidado por Allende em 1971, Castro tornaria a receber o colega no ano seguinte em Havana com ares de normalidade na relação bilateral entre seus países.

Diferente do apontado por Aggio (2003, p. 153), se por um lado o Chile passou a ser considerado um país diferente depois da visita de Fidel Castro, de forma alguma a visita do mandatário cubano foi responsável por introduzir qualquer elemento de questionamento do sistema político chileno que já não existisse antes. As tensões que enfrentava Allende, entendemos, decorriam de uma oposição bastante forte e estruturada dentro do Chile desde a derrota da direita nas urnas e intensificada em meados de 1971, segundo bem observa Sergio Guerra Vilaboy (2014, p. 418). Para o destacado professor cubano, a direita chilena vinha utilizando já de todos os meios disponíveis para combater o governo eleito de Salvador Allende, tendo em suas mãos 70% da imprensa escrita do país e 105 das 115 emissoras de rádio. Desse modo,

Entre agosto de 1971 y enero de 1972, la burguesía usó las más variadas tácticas, dentro de una creciente unidad de propósitos para debilitar, y si era posible derrocar, al gobierno de Salvador Allende [...] Fue también el momento de la visita del comandante Fidel Castro, quien al recorrer el país pudo palpar la adhesión del pueblo chileno a la Unidad Popular (VILABOY, 2014, p. 418).

Ante o exposto, é possível concluir que nas décadas de 1960 e 1970, Cuba e Chile marcaram os limites geográficos da construção de um novo homem e de uma nova sociedade na América Latina. Fidel e Allende, condutores de dois processos revolucionários distintos, souberam aproveitar o potencial dessa amizade para superar as dificuldades impostas. Naquele momento, a construção de um novo Chile e de uma nova Cuba passava, irremediavelmente, por essa relação construída com base na vontade revolucionária, apesar das divergências que se impunham entre ambos.



Allende era, para Fidel Castro, o mais importante aliado de esquerda no cone Sul. Dessa maneira, sua visita e a extensão de sua permanência no país tinham a ver com sua busca por inflamar setores de esquerda no sentido de mostrar a importância da luta armada com o objetivo de firmar as bases do socialismo no Chile, na contramão das estruturas de Estado democrático-burguesas, já que considerava a luta contra o imperialismo na América Latina um de seus maiores objetivos.

A estreita relação que, como demonstramos, teve seu estabelecimento muito anterior a essa viagem, manteve-se apesar de toda a polêmica que envolveu a passagem de Castro pelo Chile. Allende, como mencionado, voltaria a Cuba em visita oficial em dezembro de 1972, numa ocasião em que Fidel Castro teria expressado a felicidade em lhe dar as boas-vindas (GOTT, 2006, p. 393).

O desfecho trágico do governo de Allende no Chile, assim, representou para Cuba uma indigesta realidade e para Fidel Castro, pessoalmente, a perda de um inestimável companheiro. Serviu também para reforçar a retórica de Fidel e de setores mais radicais da esquerda, que afirmavam a importância da luta armada naquele país, além de comprovar suas desconfianças em relação ao sucesso da chamada via chilena ao socialismo, fundada em bases democráticas, o que Fidel expressou através da frase: “Os chilenos agora sabem que não existe outro caminho” (AGGIO, 2003, p. 164). Por outro lado, devemos alertar novamente que, em que pese a discordância de autores nesse sentido, compreendemos não ter sido a presença de Castro no Chile, nem tampouco sua relação com Allende, os fatores que determinaram a queda do presidente chileno em 11 de setembro de 1973. Muitos poderiam ser os fatores a serem elencados para justificar tal tragédia, como o próprio aceno político a Cuba que, por diversas vezes, partiu de Allende ou a própria conjuntura política do continente que já vivia a implantação de ditaduras militares no cone-Sul sob o patrocínio estadunidense.

Em 1971, durante sua estadia no Chile, Fidel Castro foi categórico ao afirmar: “ser revolucionário é não ser dogmático”. Para o líder cubano, naquele momento, ser revolucionário não significava prescrever ou seguir receitas prontas, e isso Allende também tinha muito claro. Segundo Fidel, ser revolucionário é ser realista e aproveitar todas as oportunidades que a realidade apresenta⁴⁰, e a experiência chilena demonstrou que Allende e a Unidade Popular souberam aproveitar as possibilidades históricas que se abriram para o Chile naquela conjuntura. Para além de receitas, divergências e contrapontos, os anos de

⁴⁰ *Punto Final*. Diálogo con los dirigentes de la CUT. Santiago, n° 145, 30 de novembro, 1971, p. 38.



1960 e 1970 da América Latina marcaram a construção de uma sólida amizade que ecoou do Caribe ao Cone Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo**: a experiência chilena. São Paulo: Annablume, 2002.

AGGIO, Alberto. **Uma insólita visita**: Fidel Castro no Chile de Allende. *História*, São Paulo, n° 22, 2003, p. 151-166.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel**: A Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CAPELATO, Maria Helena. A Imprensa como fonte e objeto de estudo para o Historiador. In: PRADO, Maria Lígia Coelho; VILLAÇA, Mariana Martins (Orgs.). **História das Américas**: fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas/CAPES, 2015.

COSTA, Adriane Vidal. **Intelectuais, política e literatura na América Latina**: o debate sobre revolução e socialismo em Cortázar, García Márquez e Vargas Llosa (1958-2005). São Paulo: Alameda, 2013.

FERMANDOIS, Joaquín. **La revolución inconclusa**. La izquierda chilena y el gobierno de la Unidad Popular. Santiago de Chile: Andros Impresores, 2013.

GARCÉS, Joan. **Allende e as armas da política**. São Paulo: Scritta, 1993.

GOTT, Richard. **Cuba**: uma nova história. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

PRADENAS, Edmundo Serani. Salvador Allende Gossens. Una biografía política. In: AMAR, Mauricio [et al.]. **Salvador Allende**: Vida política y parlamentaria 1908-1973. Santiago de Chile: Ediciones Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, 2008.

SILVA, Michel Goulart. **Golpe de Estado**: história e usos do conceito. *Boletim de Conjuntura*, Boa Vista, n° 12, 2020, p. 131-139.

SZULC, Tad. **Fidel**: um retrato crítico. São Paulo: Best-Seller, 1987.

VALLEJOS, Julio Pinto. Hacer la revolución en Chile. In: **Cuando hicimos historia**: la experiencia de la Unidad Popular. VALLEJOS, Julio P. [coord.]; MOULIAN, Tomás. [et al.]. Santiago: LOM Ediciones, 2005.

VILABOY, Sergio Guerra. **Nueva Historia Mínima de América Latina**. La Habana: Ediciones Boloña, 2014.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: EDUNESP, 2010.



FONTES

Bohemia. Chile – “Vivir con honor o morir con gloria”: Un esbozo de Historia del país que visita Fidel. La Habana, ano 63, nº 46, 12 de novembro de 1971, capa.

Bohemia. Chile – “Vivir con honor o morir con gloria”: Un esbozo de Historia del país que visita Fidel. La Habana, ano 63, nº 46, 12 de novembro de 1971, p. 58-67.

Bohemia. El viaje de Fidel. La Habana, ano 63, nº 47, 19 de novembro de 1971, p. 46-73.

Programa básico de Gobierno de la Unidad Popular. Santiago, 1969.

Punto Final. Entrevista Allende-Debray. Santiago de Chile: Prensa Latino-americana S.A. nº 126, 16 de março de 1971.

Punto Final. La visita a Cuba, por Mario Diaz Barrientos. Santiago de Chile: Prensa Latino-americana S.A. nº 173, 19 de dezembro, 1972, p. 6-7.

Punto Final. Reflexiones sobre la visita de Fidel. Santiago de Chile: Prensa Latino-americana S.A. nº 144, 23 de novembro, 1971.

Punto Final. Fidel en Chile: Algunas impresiones e ideas de Fidel Castro. Santiago de Chile: Prensa Latino-americana S.A. nº 144, 23 de novembro, 1971, p. 27-28.

Punto Final. Editorial. Santiago de Chile: Prensa Latino-americana S.A. nº 146, 7 de dezembro, 1971, p. 1.

Punto Final. Fidel en Chile: a las mujeres chilenas. Santiago de Chile: Prensa Latino-americana S.A. nº 146, 7 de dezembro, 1971, p. 36-37.

Punto Final. Correo: Cartas de Cuba. Santiago de Chile: Prensa Latino-americana S.A. nº 148, 4 de janeiro, 1972, p. 2 e 33.

Punto Final. Diálogo con los dirigentes de la CUT. Santiago de Chile: Prensa Latino-americana S.A. nº 145, 30 de novembro, 1971, p. 38.

Revolución. De enorme trascendencia en América Latina la Revolución Cubana. La Habana, n. 72, 28 de fevereiro de 1959, Capa.

Revolución. De enorme trascendencia en América Latina la Revolución Cubana. La Habana, n. 72, 28 de fevereiro de 1959, p. 6.


Recebido em: 23/04/2021

Aprovado em: 06/07/2021

BRASIL E PARAGUAI: O AGRAVAMENTO DAS TENSÕES E O PRELÚDIO DA GUERRA

BRAZIL AND PARAGUAY: THE ESCALATION OF TENSIONS AND THE PRELUDE TO WAR

MONTEIRO, Alexandre Borella *

<https://orcid.org/0000-0002-9527-8106> 

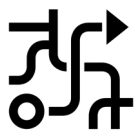
RESUMO: O presente artigo pretende analisar o cenário que antecedeu à Guerra do Paraguai. Com isso, adentraremos na questão sobre o agravamento das tensões envolvendo Brasil e Paraguai que desencadeariam a guerra travada entre 1864 e 1870. O objetivo é demonstrar a escalada nas divergências existentes entre ambos os países que foram se transformando em animosidade e desembocaram o Paraguai sofreria grande destruição. A metodologia aplicada neste artigo será a revisão bibliográfica sobre o assunto, abordando desde livros atuais e clássicos, bem como dissertações produzidas nos dias atuais. Com isso, pretende-se dissertar sobre a Guerra do Paraguai, abordando duas de suas causas: questões de navegação e a de limites entre Paraguai e Brasil, que se agravaram a partir de 1840 e principalmente depois da queda de Rosas em Buenos Aires. A estabilidade política alcançada com a ascensão de Dom Pedro II, o fim das rebeliões regenciais (a Revolução Farroupilha termina em 1845) dão ao Brasil condições de passar para uma política de imposição no continente sul-americano. Sobretudo com o fim da era Rosas em Buenos Aires e da possível ameaça que ele representava, o Império brasileiro passa a pressionar o Paraguai para impor suas reivindicações quanto à navegação dos rios internos deste país e quanto a consolidação das fronteiras de acordo com seus entendimentos. Entretanto, conforme sabemos, essa situação acabaria por desencadear a guerra em 1864.

Palavras-chave: Fronteiras; Geopolítica; Navegação.

ABSTRACT: This article intends to analyze the scenario that preceded the Paraguayan War. With that, we will enter into the question about the aggravation of the tensions involving Brazil and Paraguay that would trigger the war fought between 1864 and 1870. The objective is to demonstrate the escalation in the existing divergences between both countries that were turning into animosity and that ended Paraguay would suffer great undoing. The methodology applied in this article will be the bibliographic review on the subject, covering current and classic books, as well as dissertations produced today. With this, we intend to talk about the War of Paraguay, addressing two of its causes: questions of navigation and the limits between Paraguay and Brazil, which became worse after 1840 and mainly after the fall of Rosas in Buenos Aires. The political stability achieved with the rise of Dom Pedro II, the end of the regime rebellions (the Farroupilha Revolution ended in 1845) gave Brazil the conditions to move towards an imposition policy on the South American continent. Especially with the end of the Rosas era in Buenos Aires and the possible threat it posed, the Brazilian Empire began to pressure Paraguay to impose its demands on the navigation of the country's internal rivers and on the consolidation of the borders according to its understandings. However, as we know, this situation would eventually trigger the war in 1864.

Keywords: Borders; Geopolitics; Navigation.

* Alexandre Borella Monteiro. Graduado em História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialização em Humanidades - área de concentração em História, pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). Mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutorado em andamento em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Vínculo Institucional: Técnico Administrativo em Educação no Instituto Federal Farroupilha Campus de Frederico Westphalen (RS). E-mail: alexandre_borella_monteiro@hotmail.com.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo analisará a relação entre Brasil e Paraguai no intervalo de 1840 a 1864 e como o agravamento das divergências entre ambos os países acabou levando-os ao conflito armado que conhecemos como Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864 e 1870. O objetivo é verificar como questões de fronteira e navegação dos rios foram se agravando até se tornarem uma das causas para um confronto bélico. Não pretendemos, afirmar categoricamente que a Guerra do Paraguai foi causada unicamente por estas divergências, mas sim, apontar que elas foram dois fatores dentre muitos, que causaram este conflito armado na segunda metade do século XIX.

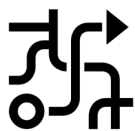
A metodologia aplicada para a confecção deste artigo será a revisão bibliográfica de livros escritos por historiadores sobre o tema. Abordaremos autores que vão de Joaquim Nabuco a atuais como Francisco Doratioto e Mário Maestri que dissertam sobre o tema, bem como dissertações de Mestrado que abordam esta questão.

As divergências entre Brasil e Paraguai no tocante às fronteiras referiam-se à região compreendida entre o Rio Branco e o Rio Apa. Para os imperiais, este território pertenceria ao Brasil. Entretanto, os paraguaios defendiam que fossem respeitadas as marcações do Tratado de Santo Ildefonso (1777).

Em 1854, há uma primeira ameaça de guerra. Em 1853, o plenipotenciário brasileiro no Paraguai, Felipe José Pereira Leal, é expulso. Em seu lugar, é enviado Pedro Ferreira de Oliveira com os objetivos de: exigir satisfações pela expulsão do plenipotenciário anterior; além de colocar em pauta as reivindicações brasileiras quanto às fronteiras e a navegação. Ele iria acompanhado de esquadra militar e armamentos. A guerra não ocorre por detalhes. Acordos foram feitos, mas as questões sobre fronteiras e navegabilidade dos rios não eram resolvidas de forma cabal, sendo apenas postergadas. Como ninguém cedia, não havia como encerrar as discussões apenas no campo diplomático. A guerra era iminente e inevitável.

BRASIL E PARAGUAI. O AGRAVAMENTO DAS TENSÕES

Neste tópico, veremos como a relação entre o Império brasileiro e a República do Paraguai foi ganhando contornos bélicos e como a tensão foi crescendo até chegar à guerra. Esta tensão passou a existir, sobretudo, com a queda de Rosas quando questões de fronteiras e navegabilidade dos rios não resolvidas ou com desfechos protelados, acabaram por selar o destino da nação paraguaia.



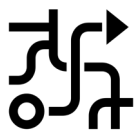
De 1811 a 1840, o Paraguai se caracterizou por um enclausuramento. Uma política de pouco contato com seus vizinhos. Isso se deu pela necessidade de se manter independente. Teve como consequência um desenvolvimento diferenciado de seus vizinhos. Moniz Bandeira, em seu livro “*O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança*”, escreve que:

Dentre os Estados que se desmembraram do Vice-Reino do Rio da Prata, apenas o Paraguai não passara pela experiência da guerra civil e não se imiscuíra nas contendas da região, durante pelos menos, trinta anos da Ditadura de D. José Gaspar Rodriguez de Francia. Localizado na mesopotâmia da Bacia do Prata, à margem das correntes internacionais do comércio, contraía-se, qual molusco dentro da concha, ao deparar-se com óbices que Buenos Aires lhe antepôs às exportações de erva-mate, madeira e tabaco, a partir de 1810. Não lhe restara como alternativa senão enclausurar-se e, na medida do possível, tornar-se auto-suficiente, a fim de manter-se praticamente autônomo. Neste particular, a geografia favoreceu-se, por também dificultar acesso ao seu território. [...] O insulamento do Paraguai, menos desejado do que imposto pelas contingências, condicionou a solidificação de um tipo de economia, em que o Estado representava o principal agente de produção e do comércio, fomentando ou regulamentando, rigorosamente, todas as atividades. Esta economia, que não ultrapassara a fase pré-monetária, modelara-se nas ruínas remanescentes do sistema colonial e da República Guarani. (BANDEIRA, 1995, pp.118-119)

Durante o governo de José Gaspar Rodrigues de Francia (1766-1840), os paraguaios tiveram de lutar para manter a independência de seu país. Buenos Aires tratava-o como província rebelde e ao se defender da pressão portenha, o Paraguai acabaria encontrando apoio no Brasil imperial. Apoio este, que teria fim após a Batalha de Monte Caseros (1852) que culminou com a derrota de Juan Manuel de Rosas (1793-1877). A partir de então, Paraguai e Brasil entrariam em rota de colisão. Aquele pretendia fixar as fronteiras com o Império, uma vez que seu território ao norte era constantemente invadido pelos súditos de Dom Pedro II, que estabeleciam posses irregulares. Já este país exigia a livre navegação do rio Paraguai, pois era fundamental para poder acessar a província do Mato Grosso. (TEIXEIRA, 2012, pp.19-20).

Entre 1824 e 1829, o cônsul do Império Antônio Manuel Correia da Câmara fez viagens diplomáticas ao Paraguai, apesar de não reconhecer este país como nação soberana, por temer retaliações de Buenos Aires. O Brasil e o Paraguai tinham pretensões divergentes quanto às fronteiras. Os imperiais pretendiam fixá-las incorporando ao Império as terras à margem direita do Alto Paraguai entre o rio Apa e o rio Branco, utilizando o princípio do *uti possidetis*⁸⁸. Os paraguaios desejavam manter as fronteiras baseadas no Tratado de Santo

⁸⁸ *Uti possidetis*: Princípio do direito internacional que reconhece a legalidade e a legitimidade do Estado que ocupa e que tem o controle político e militar de uma região em disputa. Disponível em:



Ildefonso (1777). A questão que motivaria a ida da expedição bélico-diplomática ao Paraguai em 1854 seria a navegação dos rios interiores paraguaios. (TEIXEIRA, 2012, p.43).

O Império brasileiro tinha como objetivo em sua política no rio da Prata definir as fronteiras com os vizinhos, bem como garantir a navegação nos rios internacionais da região. Isso seria assegurado, pelo pensamento da década de 1840, garantindo que nem o Uruguai, nem o Paraguai fossem anexados ao poder de Buenos Aires, sob o governo de Rosas. Havia o temor que caso ocorresse esta anexação, o Estado imperial acabaria ficando vulnerável frente às forças rosistas. (DORATIOTO, 2014, pp.31-32).

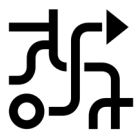
A política paraguaia se altera em 1840, com a morte de Francia e o início do governo de Carlos Antonio López (1790-1862). López passou a retirar o Paraguai de seu isolamento, colocando-o na política platina. Segundo escreve Francisco Doratioto em seu livro *Conflito com o Paraguai*:

Sob Francia, o Paraguai, isolado, desenvolveu a agropecuária, destacando-se o cultivo de tabaco, a criação de gado e a exploração de erva mate. O reconhecimento argentino da independência paraguaia, na década de 1850, pôs fim às dificuldades de navegação para o país guarani e Carlos López pôde, gradualmente, retirá-lo de seu isolamento. Foi então promovida a exportação de produtos primários, para que a economia paraguaia obtivesse recursos monetários para importar manufaturados. (DORATIOTO, 1996, p13)

E como a questão de fronteiras evoluiu para a beira de um conflito armado em 1854? Em 1844, o Brasil enviava a Assunção o diplomata José Antonio Pimenta Bueno para tratar do reconhecimento da independência paraguaia e firmar uma aliança contra o governante de Buenos Aires, Juan Manoel de Rosas. Dentre outras coisas, ficou reconhecida a fronteira entre os dois países, a fixada pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. A princípio, os dois países se tornavam aliados contra um inimigo comum. Entretanto, o tratado assinado entre o Brasil imperial e o Paraguai expiraria em janeiro de 1852. (TEIXEIRA, 2012, p.48).

Em 1850 a relação Brasil – Paraguai quase terminou em guerra, depois de um incidente diplomático. A fronteira entre os dois países no Mato Grosso permanecia em constante tensão e ambos os países passaram a criar fortificações militares. Neste ano, foi estabelecido um forte militar na localidade de Fecho dos Morros, na colina o Pão de Açúcar, sendo desalojado pelo exército paraguaio. A guerra só não ocorreu nesta data, por causa do inimigo em comum: Rosas. Não interessava ao Brasil a queda do Paraguai às mãos do governante de Buenos Aires e este país necessitava de apoio para manter-se independente. Neste clima, foi assinado o tratado de 25 de dezembro, onde o Império e o Paraguai

<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/uti%20possiditis/> pesquisado em 01/10/2020, às 19:35.



esqueciam por enquanto as diferenças e se aliavam contra Buenos Aires. Dentre outras coisas, o tratado previa proteção mútua em caso de ataque de Buenos Aires, a livre navegação do rio Paraguai até o rio da Prata, além da troca de armamentos. Entretanto, após a queda de Rosas, a relação entre Brasil e Paraguai passou a se modificar. (TEIXEIRA, 2012, pp.50-51).

Sobre este incidente, temos a narrativa do engenheiro inglês George Thompson, em seu livro “*A Guerra no Paraguai*”, publicado pela primeira vez em 1869, que discorre da seguinte maneira:

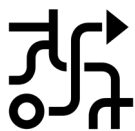
As primeiras diferenças com o Brasil começaram na fronteira norte em 1850, quando o Brasil reivindicava o Rio Apa como sua fronteira, e o Paraguai reivindicava o Rio Branco. O Brasil ocupou o Pão de Açúcar, uma colina no território disputado, e foi expulso pelos paraguaios. A disputa ficou em suspensão aqui, e um tratado foi feito, deixando a questão fronteiriça em aberta. Desde então, o Paraguai sempre ocupou o território disputado. (THOMPSON, 2014)

Em 1851 o governador de Entre Rios Justo José de Urquiza rompe com Juan Manuel de Rosas e assina um tratado com o Brasil de aliança. Seu alvo inicial foi Manuel Oribe, objetivando pacificar o Uruguai. Previa-se retaliação do aliado oriental em Buenos Aires, Rosas. E após a rendição de Oribe, Rosas declarou guerra ao Império. Então este assinou um tratado com as províncias de Entre Rios e Corrientes para derrotarem o governador de Buenos Aires. E em 1852, a aliança formada pelo Império e Urquiza derrota Rosas na batalha de Monte Caseros. Após isso, o governante de Buenos Aires pede asilo político na Inglaterra, onde passou seus últimos anos de vida, vindo a falecer em 1877. (DORATIOTO, 2014, pp.32-33).

Conforme mencionado, em 1852 expirava o tratado entre Brasil e Paraguai, onde ambos países se aliavam contra Rosas. Neste mesmo ano, ocorreu a batalha de Monte Caseros, onde Juan Manoel de Rosas é derrotado, colocando fim a uma era no Rio da Prata. Findava também a ameaça representada pelo governante de Buenos Aires e o motivo pelo qual Brasil e Paraguai não entravam em guerra.

O FIM DA AMEAÇA ROSISTA E O PRELÚDIO DA GUERRA

Com a derrota de Juan Manoel de Rosas na batalha de Monte Caseros, o governante de Buenos Aires deixa de ser uma ameaça ao Paraguai. Também deixa de representar um problema, pois não seria mais tão significativa a ameaça de Buenos Aires dominar o Paraguai, desequilibrando as forças na Bacia do Rio da Prata.



Com o fim da ameaça que pairava sobre Paraguai e Brasil, voltaram à tona as questões referentes às fronteiras entre estes países. Segundo escreve o historiador Francisco Doratioto:

Para alcançar todos os seus objetivos faltava ao Estado monárquico obter que a Confederação e o Paraguai aceitassem definir as fronteiras com o Brasil a partir do critério do *uti possidetis*. Quanto ao Paraguai, durante a década de 1840, por constituir Rosas ameaça comum, os governos brasileiro e paraguaio, de Carlos Antonio López, estreitaram relações, mas com a queda desse ditador, em 1852, elas se tornaram difíceis. Isso decorria, principalmente, da discordância quanto à definição de fronteira, que para o Paraguai, baseando-se em títulos da época colonial, era o rio Branco, enquanto para o Império, recorrendo ao *uti possidetis*, era o rio Apa. O governo de Carlos Antonio López condicionou a livre navegação do rio Paraguai às embarcações de bandeira brasileira à aceitação pelo Império do rio Branco como fronteira. (DORATIOTO, 2014, p.36).

Em 1852 foi nomeado Felipe José Pereira Leal como plenipotenciário no Paraguai, com o objetivo de ajustar as questões de limites e fronteiras entre os dois países. Foi exigida a livre navegação do rio Paraguai e a fixação da fronteira na margem direita do rio Apa. Como resposta, o governo paraguaio lhe devolveu os passaportes e expulsou-o em 1853. (TEIXEIRA, 2012, p.54).

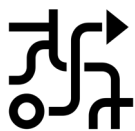
É claro que esta ação do governo paraguaio não passaria sem uma resposta do governo imperial. Era necessário ajustar os termos com o Paraguai, como as fronteiras litigiosas, além da navegação dos rios internos. Além disso, somava-se agora o fato de o Império exigir satisfações pela expulsão do plenipotenciário Felipe José Pereira Leal.

Em 10 de dezembro de 1854, partiu do Rio de Janeiro uma expedição naval, com mais de trinta navios de guerra, armados com cerca de 150 canhões e aproximadamente três mil soldados, rumo ao Paraguai. A “missão Pedro Ferreira de Oliveira” [nome do novo plenipotenciário no Paraguai], assim chamada pelo parlamento imperial na época, tinha como principal objetivo obter a livre navegação do rio Paraguai e ajustar as fronteiras com o Paraguai. (TEIXEIRA, 2012, p.58)

A relação entre os dois países dava sinais de guerra iminente. Nenhum dos dois países parecia disposto a ceder. Segundo Fabiano Barcellos Teixeira:

Pedro Ferreira de Oliveira foi instruído a por fim às desavenças com o Paraguai. A guerra seria provável, pois, conforme visto, os dois Estados não recuavam nas suas maiores intenções: o Império desejava a completa navegação pelo rio Paraguai e o governo da nação guarani condicionava tal direito mediante a revisão das fronteiras litigiosas, algo que o Império nem cogitava, a não ser sob suas condições. (TEIXEIRA, 2012, p.73)

Depois de 72 dias de viagem, a esquadra chegou à fronteira com o Paraguai. Entretanto, o plenipotenciário e chefe da esquadra imperial Pedro Ferreira de Oliveira foi advertido pelo capitão paraguaio Pedro Ignazio Meza a se dirigir com apenas um dos navios, sob pena de haver confronto. O almirante brasileiro aceitou a intimação. Ocorre também



que o navio que transportava o plenipotenciário brasileiro encalhou, precisando inclusive ser rebocado pelos paraguaios. (TEIXEIRA, 2012, p.79).

O plenipotenciário no Paraguai, Pedro Ferreira de Oliveira aceitou a intimação de Pedro Ignazio Meza e se dirigiu no navio deste até Assunção, onde levaria as negociações a que se propunha no Paraguai. Fora recebido e o primeiro objetivo foi de pronto alcançado: o pedido de desculpas pela expulsão de Felipe José Pereira Leal em 1853. Os outros pontos, entretanto, seriam mais delicados. O primeiro, dizia respeito à fronteira entre os dois países, uma vez que o Império sustentava o conceito do *uti possidetis*, para justificar a posse sobre as terras entre o rio Apa e o rio Branco. Para o representante do governo paraguaio na ocasião, Francisco Solano López, filho do então presidente Carlos Antonio López, este princípio gerava interpretações dúbias a respeito da posse das terras em questão. O representante imperial não aceitou esta afirmação, salientando que a posição do Brasil não deixava espaço para dúvidas, nem para interpretações dúbias. Pedro Ferreira de Oliveira destacava ainda, que a demora na assinatura de um tratado de comércio e navegação causaria prejuízos a um país que até então fora pacífico e amigo da República do Paraguai. (TEIXEIRA, 2012, p.94).

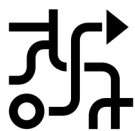
Assim, o plenipotenciário do governo imperial considerou mais prudente não forçar a situação e optar pela diplomacia ao invés da força, o que seria alvo de críticas posteriormente no Brasil. Segundo Teixeira:

Pedro Ferreira de Oliveira possuía experiência em assuntos políticos, mas não era diplomata de carreira. O almirante era um militar mais experiente em combate do que nas relações exteriores. Portanto, as conferências assinalaram a vitória da diplomacia paraguaia contra a estratégia bélica inadequada do império do Brasil. O comandante imperial teve poucas opções, só restou a tentativa pacífica de acordo. Seria um possível suicídio invadir o Paraguai com a esquadra navegando a baixa ou nula velocidade. As conferências deram fortes indícios de que o império do Brasil e a república do Paraguai não se entenderiam amistosamente. (TEIXEIRA, 2012, p.101)

Joaquim Nabuco em *Um estadista do Império*, de 1899, dá um panorama geral sobre todo o episódio em questão, desde a expulsão do plenipotenciário Felipe José Pereira Leal até a expedição liderada por Pedro Ferreira de Oliveira nas seguintes palavras:

A paz só podia ser fruto de uma contínua vigilância e de uma consumada prudência. Um momento esteve ela ameaçada. Com efeito, no Paraguai o gabinete herdava uma situação perigosa. Em agosto de 1853 López I⁸⁹ tinha mandado os passaportes ao ministro brasileiro, Leal, acusando-o em nota de “dedicar-se à intriga e à impostura em ódio ao Supremo Governo do Estado” e de levantar atrozes calúnias contra ele. Estava assim aberta entre os dois países uma questão que podia levar à guerra, e de fato, bastava ter

⁸⁹ Aqui Joaquim Nabuco está se referindo a Carlos Antonio López, presidente do Paraguai. O autor faz uma alusão às Monarquias, certamente pelo fato de que a presidência passaria para o filho do então presidente do Paraguai, Francisco Solano López.



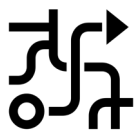
sido encaminhada de outro modo pelos próprios acontecimentos, para ter levado à guerra. Para exigir uma satisfação do Presidente do Paraguai pela ofensa feita ao nosso ministro o governo mandou a Assunção uma esquadra sob o comando do chefe Pedro Ferreira, que ia como plenipotenciário. A esquadra parou, por intimação, na embocadura do Paraguai, seguindo o chefe em um só vapor, o Amazonas o qual encalhou antes de Assunção. Trocou-se então uma singular correspondência entre o Enviado Brasileiro e o governo paraguaio, acabando este por permitir a subida de vapores menores para safar o Amazonas. Com tais começos a missão estava fadada a nada conseguir. A atitude de Pedro Ferreira foi muito censurada na época: provavelmente, porém, ele fez o que era mais prudente e avisado quando desistiu de forçar a subida do Paraguai [o rio] diante da intimação de López. [...] O espírito do gabinete era de ação e energia; as dificuldades, porém, de uma campanha contra o Paraguai, mesmo nesse tempo, foram melhor apreciados pelo próprio Almirante que preferiu a condescendência ao rompimento. A missão Pedro Ferreira, foi em todo o caso, um desastre diplomático. (NABUCO, 1899, pp.218-219)

Não somente o plenipotenciário brasileiro no Paraguai foi criticado, como os acordos firmados com Francisco Solano López, que representava o governo paraguaio não foram aceitos pelo governo imperial. Em 27 de abril de 1855 foi assinado o tratado de amizade e comércio entre Pedro Ferreira de Oliveira e Francisco Solano López. Entretanto, o governo imperial não aceitou as condições do mesmo, desautorizando os acordos pactuados. O governo brasileiro insistia no direito à plena navegação e discordava das exigências territoriais paraguaias. O tratado foi rechaçado. (TEIXEIRA, 2012, p.102).

Em 1856, José Berges, substituindo Francisco Solano López, foi enviado ao Brasil negociar um novo tratado, após o anterior ser rechaçado pelo governo imperial. E este tratado foi assinado, liberando a navegação do rio Paraguai, às embarcações comerciais do Brasil até o porto de Corumbá, ligando Mato Grosso ao Rio de Janeiro; passagem de dois barcos de guerra de no máximo 600 toneladas. Entretanto, as questões de fronteiras continuavam sem ser resolvidas, até porque com os tratados, a região entre os rios Apa e Branco se valorizaram. Em 1858, novo tratado assinado entre o ministro imperial José Maria da Silva Paranhos e Francisco Solano López adiou a questão sobre a fronteira até 1862. Ficou acertado que até três navios de guerra imperiais poderiam transitar pelo rio Paraguai, sem limites de armamento ou de peso. Teriam, entretanto de passar por inspeção, comprovando sua nacionalidade, procedência e destino quando passassem pelo Forte Olimpo e por Humaitá. (TEIXEIRA, 2012, pp.107-108).

O CAMINHO PRA GUERRA

A situação geopolítica na bacia do rio da Prata mudou no início da década de 1860. No Paraguai, morre o presidente Carlos Antonio López em 1862 e sucede-o seu filho, Francisco



Solano López. A política paraguaia, durante o governo Francia, se caracterizou pelo isolamento, visando manter a independência nacional. Carlos Antonio López procurou fazer o oposto, colocando o Paraguai no jogo político da bacia do rio da Prata. Foi, contudo, principalmente a partir de 1860, que o Paraguai passou a tencionar exportar produtos primários para o mercado mundial e regional e para isso, precisaria acessar o oceano Atlântico. (DORATIOTO, 2014, p.39)

O engenheiro inglês George Thompson menciona, que a guerra contra o Brasil era vista no Paraguai como inevitável, após os eventos narrados. Segundo podemos ler:

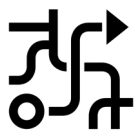
O modo como o Presidente López começou a guerra com os argentinos foi ultrajante, mas com o Brasil a guerra era aparentemente inevitável, e se ele não tivesse começado a guerra naquele momento, o Brasil teria pego o Paraguai desprevenido. (THOMPSON, 2014)

O próprio Thompson reconhece que o governo paraguaio já havia advertido Mitre a respeito do seu comportamento na revolução liderada por Venâncio Flores para depor o presidente Aguirre, aliado paraguaio.

No mesmo ano, o governo paraguaio enviou uma nota ao governo argentino reclamando da assistência e apoio dado por aquele governo ao rebelde Flores, e pedindo explicações sobre o armamento na Ilha de Martin Garcia. Esta é uma ilha na boca dos Rios Paraná e Uruguai, e comanda a navegação em ambos – e, conseqüentemente, a navegação do Paraguai. Na cabeça de López, a Ilha de Martin Garcia teria sido para o Paraguai o que Humaitá era para o Mato Grosso. Por sua posição geográfica ela pertencia à Banda Oriental, mas era (e ainda é) dominada por Buenos Aires. O governo argentino prometeu explicações, mas em 10 semanas eles não as enviaram, e o Paraguai escreveu novamente. Buenos Aires, entretanto, se evadiu da questão. Estas ocorrências não serviram para melhorar os sentimentos entre os dois governos que nunca foram bons. (THOMPSON, 2014)

Mas por que a rebelião de Flores no Uruguai iria desencadear uma guerra envolvendo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai? Acontece que neste momento, a política interna uruguaia não era somente a política interna uruguaia. Dela dependia o equilíbrio de forças no rio da Prata e a navegabilidade dos rios internacionais, como o da Prata. Além disso, para o Paraguai, significava poder utilizar o porto de Montevideu para ter acesso ao Oceano Atlântico, algo que ficaria impossível, caso Buenos Aires e a Banda Oriental estivessem sob o controle de inimigos do governo paraguaio. Sobre este assunto, Doratioto escreve que:

[...] o caudilho colorado Venancio Flores, vindo de Buenos Aires, iniciou uma rebelião para derrubar o governo *blanco* do presidente Bernardo Berro. Este se relacionava com Justo José Urquiza, líder da oposição federal argentina, o qual, por sua vez, mantinha contatos com Francisco Solano López, que assumiu a chefia do Paraguai em 1862, após a morte de seu pai. Portanto, no conflito uruguaio havia forças interessadas na organização dos Estados Nacionais na Argentina e no Uruguai e durante a luta aproximaram-se os *blancos* uruguaio, Francisco Solano López e Urquiza, enquanto os governos argentino e o brasileiro, ambos governados por adeptos do pensamento liberal, se aproximavam, interessados na vitória de Flores. Atendendo a demandas de



fazendeiros gaúchos com interesses no Uruguai e buscando equilibrar a influência de Mitre junto aos colorados, o governo imperial interveio a favor dos rebeldes colorados. A intervenção foi possível porque havia a convergência ideológica e de interesses entre Mitre e os novos governantes brasileiros, com estes deixando claro que não tinham interesses em relação ao Estado Oriental que fossem prejudiciais a Buenos Aires. Solano López, por sua vez, via favoravelmente o governo *blanco* uruguaio, um aliado que controlava Montevideú, porto alternativo ao da capital argentina para o comércio externo paraguaio. (DORATIOTO, 2014, p.42)

Thompson menciona a solicitação feita por López a Bartolomé Mitre para cruzar o território argentino, antes da invasão do território e declaração de guerra.

Em 5 de fevereiro de 1865, despachos de López para o General Mitre, então Presidente da Confederação Argentina, chegaram a Buenos Aires, pedindo permissão para um exército paraguaio marchar através da província de Corrientes. Mitre recusou este pedido e pediu explicações a respeito da grande força paraguaia que estava se concentrando em suas fronteiras. (THOMPSON, 2014)

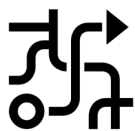
E segue mencionando que Francisco Solano López considerava que:

Afirmou-se que Buenos Aires virtualmente declarou guerra ao se recusar a dar passagem às tropas paraguaias por meio de Corrientes, enquanto ela formalmente tinha permitido que os brasileiros subissem o rio e ameaçassem o Paraguai. (THOMPSON, 2014)

Não podemos desconsiderar o fato de que no ano de 1857, foi publicado um estudo sobre o Paraguai na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, intitulado “*Diário da diligência do reconhecimento do Paraguai*”, escrito por Ricardo Franco da Almeida Sierra, engenheiro militar português. O que é este estudo? Trata-se de um diário de viagem feito ao território do que viria a ser o Paraguai. Viagem esta, ocorrida em 1786. A viagem durou de abril a novembro deste ano, perfazendo seis meses e foram percorridas 600 léguas. A expedição fez profundas descrições do terreno paraguaio, dos rios, da vegetação e das dificuldades que se pode encontrar ao percorrer o país guarani. Inclusive, em momentos do relato, são citadas doenças que os expedicionários em questão tiveram de enfrentar até o fim da viagem. A citada expedição se encontra no Tomo 20, impressa no terceiro trimestre de 1857. Lembrando que as hostilidades entre Brasil e Paraguai teriam ocorrido entre 1854 e 1855.

Jorge Caldeira, no livro “*Mauá: empresário do Império*”, de 1995, nos mostra a visão de que Mitre estaria interessado em criar as condições para o Império intervir no Uruguai e no Paraguai, para alcançar seus propósitos.

Os alvos foram logo definidos: o Uruguai, sempre o Uruguai, com seu porto concorrente e ameaça permanente para o monopólio da capital sobre as províncias do interior, e também o Paraguai, uma espécie de fortaleza permanente da política federalista, nação obrigada a se fechar contra o exterior como forma de sobreviver à ameaça eterna do barramento de sua única via de comunicação com o mundo, o rio que passava por Buenos Aires. Para cada um desses adversários Mitre preparou uma política bem a seu estilo:



efetiva, maquiavélica ao extremo, com mensuras na superfície e golpes por baixo da mesa. (CALDEIRA, 1995, p.403)

Segundo Caldeira, longe de manter sua neutralidade, Mitre teria manipulado a ação no Uruguai, por intermédio de Venâncio Flores, possibilitando a queda de Aguirre.

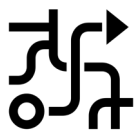
As ações contra o Uruguai, apesar da permanente proclamação de ‘neutralidade’ em relação aos seus adversários do governo uruguaio viviam em Buenos Aires, e Mitre empregava alguns em seus próprios exércitos. Deixando-os soltos para conjurar – embora sempre afirmando ao governo uruguaio seu mais total apoio à legalidade – o presidente argentino começou a alimentar um clima de tensão entre os dois países. Um desses emigrados lhe interessava especialmente: Venâncio Flores, ex-presidente da República, e homem estreitamente ligado aos fazendeiros do interior – mas também aos gaúchos [sic] [fazendeiros] do Rio Grande do Sul, pois estivera ao lado deles nos tempos da Revolução Farroupilha. Alimentando seus projetos, Mitre estimulou-os a buscar apoio no interior, fornecendo uma base de apoio discreta e cuidando com carinho de todos os pedidos. E quando sentiu alguma chance, apesar de todas as suas proclamações de neutralidade, armou, equipou e fez desembarcar o exército guerrilheiro de Flores no território uruguaio, em abril de 1863. (CALDEIRA, 1995, pp.403-404).

A referência do autor a Bartolomé Mitre circunscreve não apenas a figura do presidente da Argentina, mas principalmente à classe que ele representava, os comerciantes da oligarquia importadora de Buenos Aires e, secundariamente, os grandes criadores e charqueadores de Buenos Aires.

Caldeira escreve que o presidente argentino teria manipulado o governo imperial, levando-o a atacar os uruguaios, alegando que a honra do país havia sido ferida. Além disso, teria explorado uma rivalidade latente existente entre Mauá, que defendia o progresso pela industrialização, e o Imperador, que acreditava em uma política mais conservadora, ligada à agricultura monocultora e escravista de exportação:

[...] em janeiro, mandou um emissário especial, o embaixador Marmól, ao Rio de Janeiro. Sua missão: dizer ao imperador que, embora neutra, a Argentina veria com muito bons olhos uma intervenção brasileira no Uruguai que salvasse a honra ferida do imperador e os “direitos ofendidos” dos brasileiros. E para oferecer argumentos adicionais contra o maior inimigo brasileiro do projeto, tratou de intrigá-lo: mandou publicar algumas cartas secretas de Mauá a Flores e ao governo argentino, escritas na época em que tentava o acordo de paz. O conteúdo dessas cartas era pouco claro, mas isto vinha a propósito para sustentar a interpretação de que o banqueiro metia o nariz onde não deveria [...]. Enquanto colhia resultados no Brasil, Mitre reforçou a política de provocações e pequenos incidentes diplomáticos no Uruguai para ter mais munição nas manobras de acossar o governo vizinho e vender ao governo brasileiro a versão de que eles, e não os argentinos eram os agressores na região. Quando vinham reclamações uruguaias, manifestava sempre sua “mais completa neutralidade” nas questões internas do país – e mandava cópias delas para Marmól usar no Brasil. (CALDEIRA, 1995, p.410)

O Brasil estaria em uma crise econômica após a política de Itaboraí de restringir a circulação de moedas, contrariando a ideia de Mauá. A política econômica do gabinete conservador liderado por Itaboraí se revelou completamente equivocada. A restrição à

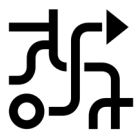


circulação de moedas demonstrou que o Império marchara em direção à crise que estourou na metade da década de 1860 com a falência da casa bancária de Antônio José Alves Souto. Junto com a casa, Souto e muitas outras empresas seguiram o caminho da falência e até Mauá acabou sendo chamuscado pelo incêndio. O governo teve de esquecer a política conservadora de contenção elaborada por Itaboraí e emitir dinheiro. Mas do Prata vieram notícias que mudaram as atenções do país. Uma delas foi a vitória de Flores em 20 de fevereiro de 1865. Mas uma notícia ainda iria ser, para muitos, a sua salvação. A apreensão do navio Marquês de Olinda em 12 de novembro de 1864 por ordens do presidente paraguaio Solano López. Notícia, também, que muito convinha ao presidente argentino Mitre. (CALDEIRA, 1995).

O presidente do Paraguai, Francisco Solano López, era a grande vítima da invasão. Sem o Uruguai, temia cair de vez em mãos argentinas; com o rio aberto, temia o progresso do Mato Grosso, concorrente em tudo o que produzia. Para se livrar dos perigos, ousou: invadiu o Mato Grosso e a Argentina. Não eram grandes invasões, mas mais escaramuças de fronteira, que em outras circunstâncias se resolveriam facilmente depois de umas tantas conversas diplomáticas. Mas naquele momento, transformaram-se na grande oportunidade para desviar a atenção da crise, calar as discussões que começavam, suspender a corrente mudancista, revigorar a força dos amigos do governo. A política de agir para fora para livrar-se das discussões internas se justificavam mais do que nunca. O próprio imperador, depois de duas décadas e meia de um governo entremeadado por conferências e deleites intelectuais, sentiu que tinha de agir pessoalmente para fazer o desvio [...]. Não que ele gostasse muito da ideia, mas sabia que não poderia ser diferente. Era melhor jogar o futuro de seu reinado nesta aventura que enfrentar a borrasca em casa. (CALDEIRA, 1995, pp.422-423)

Segundo Caldeira, para o Imperador convinha manter as atenções contra um inimigo externo, pois, assim, os erros da política interna ficariam camuflados. Se bem que as necessidades políticas conjunturais do Império contribuíram certamente para a guerra, não foram as determinantes, em um processo que, como vimos, expressava políticas e necessidades gerais e antigas do grande Estado escravista.

Também para Bandeira, as reivindicações do Paraguai sobre o Mato Grosso não eram despidas de razão, pois haviam sido terras claramente pertencentes àquele país, no período colonial, ocupadas pela expansão da fronteira luso-brasileira. Dando lastro a essa assertiva, em seu livro *“El Mariscal López”*, o historiador paraguaio Juan Emiliano O’Leary escreve que, quando da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777) entre Portugal e Espanha, os territórios ocupados pelos portugueses foram devolvidos ao Paraguai. Seus domínios avançariam ao sul dos limites do Mato Grosso. A partir daquele momento, os paraguaios seriam donos daquela região territorial de fato e de direito. No entanto, sucessivamente, o Estado português, luso-brasileiro, e brasileiro sempre quiseram estender seus domínios até o rio Apa. (O’LEARY, 1921).

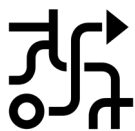


Mário Maestri nos dá mais motivos para a preocupação do presidente paraguaio com o fato de que Montevideu poderia cair nas mãos de aliados do Brasil e da Argentina.

A exteriorização do Paraguai, através do comércio exterior, era uma necessidade premente para a reorientação mercantil implementada por Carlos Antonio López e prosseguida por seu filho. Uma bacia do rio da Prata controlado por Buenos Aires – ou pelo Império – significava o fim do livre acesso ao mercado do Prata e mundial e a dissolução das bases materiais e sociais da reorientação empreendida após a morte do doutor Francia, com o possível fim da própria ordem lopista. Não havia exagero na proposição de que a autonomia da República do Paraguai dependia da autonomia do porto de Montevideu. (MAESTRI, 2017, p.52)

Acompanhando a disputa entre Argentina e a República Oriental do Uruguai, o presidente Solano López, depois de ser repetidas vezes notificado pelos uruguaios a respeito das intenções argentinas com a militarização da ilha de Martin Garcia, solicitou ao governo Mitre explicações a respeito de suas atitudes. Entretanto, diante das seguidas solicitações de justificativas por parte do governo paraguaio, os argentinos ou respondiam com evasivas ou sequer davam qualquer resposta. O governo uruguaio chegou a solicitar uma arbitragem internacional, que foi recusada pelo fato de eles quererem incluir entre os árbitros, Francisco Solano López, além do imperador Dom Pedro II. Caso essa exigência uruguaia fosse atendida, López e o Paraguai entrariam como parte interessada no litígio envolvendo Uruguai e Argentina. E era exatamente isso o que tanto Mitre como os imperiais queriam evitar, deixando o Paraguai isolado na questão. Apenas em início de 1864, Francisco Solano López enviou formalmente solicitação para que o governo Argentino explicasse a situação da ilha Martin Garcia, ressaltando que a independência uruguaia era imprescindível para o equilíbrio de forças na América do Sul e que a militarização da referida ilha poria em risco a República Oriental. Somente neste momento, López iniciou os preparativos para uma intervenção contra o governo de Bartolomé Mitre, contando para tanto, receber auxílio de Justo José de Urquiza. Porém, quando Solano López obteve autorização do parlamento paraguaio para declarar guerra à Argentina de Mitre, encontrou outro inimigo: o Império do Brasil e um cenário que já lhe era totalmente desfavorável, caindo em uma armadilha meticulosamente armada por Mitre, onde o Paraguai entrava em uma guerra que não poderia vencer. A essa altura, o Uruguai, sob comando de Venâncio Flores já estaria alinhado aos imperiais e à Argentina. (MAESTRI, 2017, pp.52-55).

Então, qual a importância da intervenção brasileira no Uruguai para o início da Guerra do Paraguai? Seria ela o início do conflito entre o Paraguai e a Tríplice Aliança? Existe essa relação entre a intervenção brasileira e o ataque paraguaio ao Mato Grosso? Ou estes dois eventos ocorreram de forma independente? Esta questão é bastante polêmica,

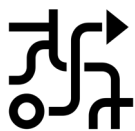


pois dependendo da resposta, fica clara a posição historiográfica de quem está escrevendo. Ao adotar a visão de que o Paraguai invadiu o Brasil, sem levar em consideração a intervenção brasileira no Uruguai, tem como objetivo justificar a ação brasileira nos atos seguintes, bem como a guerra, apresentando o Paraguai como agressor. Esta visão foi passada pelos argentinos na invasão de Entre Rios e Corrientes, sem, entretanto, mencionar o pedido feito pelo presidente paraguaio para cruzar o território. E basta lembrar-se também, de que esta visão foi propalada desde a guerra, para, no Brasil, conseguir dar popularidade ao conflito e conseguir com isso, que as pessoas se alistassem nos batalhões de Voluntários da Pátria. Mas esta visão corresponde à verdade?

Em nosso ponto de vista, vemos que o Paraguai tinha no presidente Anastasio Cruz Aguirre (1801-1875), um aliado. Desde o governo Carlos Antonio López (1790-1862), o país vinha se modernizando, mas precisava de um porto. E havia o medo de que caso o Uruguai ficasse sob o comando do partido *Colorado*, este acesso lhe fosse dificultado, em virtude da relação mais amigável deste grupo político com o Brasil, com quem o Paraguai tinha divergências, já mencionadas neste artigo. Na Argentina, o poder estava também nas mãos dos liberais-unitários de Buenos Aires, agora no governo do país com Bartolomeu Mitre. López acabou se vendo rodeado de potenciais inimigos, sendo que o presidente argentino não perdia a oportunidade de apoiar os inimigos dos seus inimigos, como fez no Uruguai, armando Venâncio Flores para que este tomasse o poder.

Ao Paraguai, era fundamental manter pelo menos um aliado que lhe garantisse acesso ao mercado internacional. Sendo assim, manter Aguirre no poder naquele país era uma questão muito importante. Por isso, Francisco Solano López ameaçou que caso o Brasil interviesse no Uruguai, este ato seria encarado como um ato de guerra contra o Paraguai. E caso este ato fosse levado a cabo, haveria represálias. Havia sim uma clara ameaça do presidente paraguaio ao Brasil, que mesmo assim, resolveu atacar o Uruguai. O imperador D. Pedro II atacou o Paraguai deliberadamente provocando o vizinho, com quem já tinha divergências, ou o governo imperial não levou a sério as ameaças paraguaias?

Saraiva primeiro procurou suavizar a proposta de intervenção militar imperial no país oriental, dando a eles condições para cumprir as exigências impostas. Esclarecia que o bloco político social com os quais pretendia construir sua iniciativa seria composto por cidadãos moderados dos *blancos*, os *colorados* e os estrangeiros. Ao mesmo tempo, José Antonio Saraiva fechou acordo com a Argentina de Bartolomé Mitre contra o nacionalismo do partido *blanco* e posteriormente contra o Paraguai. Já haveria, portanto, consciência por parte dos imperiais que uma intervenção no Uruguai, acabaria resultando em uma reação

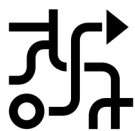


paraguaia, deixando mais uma vez clara nossa inclinação de que os imperiais tinham consciência de que ao colocar Flores no governo uruguaio, estavam provocando Solano López. Segundo nossa interpretação, este é o passo inicial da Guerra do Paraguai. Antes mesmo de apresentar o ultimato, o Império já se preparava para o conflito, visto que, liderado por Joaquim Marques Lisboa, o futuro Barão de Tamandaré, armou uma vasta frota naval na baía de Montevideu. Com o ultimato, seriam propostas 63 reclamações, consideradas desmedidas pelo governo uruguaio, sendo inclusive que muitas teriam sido cometidas durante o governo Flores. Saraiva se negou a discutir as reclamações do governo uruguaio, que mencionavam, sobretudo o roubo do gado de seu país para o Rio Grande do Sul, de propriedades e a utilização do trabalho escravizado. Saraiva demonstrava em sua missão, que tencionava impor suas condições pela força ou arrumar um pretexto para a intervenção no Uruguai com a conseqüente troca de governo. (MAESTRI, 2017, pp.68-70).

Em primeiro lugar, conforme já foi citado, havia já desde o ano de 1857, um estudo meticuloso a respeito da topografia, do clima e das doenças existentes no território paraguaio, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Por que foi feito este estudo e para quem? Em segundo lugar, não nos parece lógico que um governo não levaria a sério uma ameaça de ataque militar. Principalmente em se tratando de um país com quem já havia divergências e questões mal resolvidas por causa de fronteiras e da navegação dos rios. E em terceiro lugar, nos parece sim, seguindo interpretações do historiador Francisco Doratioto, em *“Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai”*, de 2002, que o governo brasileiro considerava sim a possibilidade de ter de se defender e entrar em uma guerra contra o Paraguai, mas acreditava que venceria facilmente, pela ausência de bons comandantes militares no potencial inimigo, além de ter como certa a aliança com Argentina de Mitre. Ou seja, não é que o Brasil acreditava que o Paraguai estava blefando quando ameaçou atacar, mas sim, podemos dizer que o governo imperial subestimou o inimigo. Dessa forma, somos levados a crer que a intervenção imperial no Uruguai foi o primeiro passo da Guerra do Paraguai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme colocado na premissa, o objetivo deste artigo foi analisar a crescente tensão existente entre Brasil e Paraguai, principalmente a partir da década de 1850 até o desencadeamento da guerra, ocorrida entre 1864 e 1870. Divergências cujas resoluções foram sendo postergadas até chegarem a um ponto em que não haveria como resolvê-las de



forma pacífica. E nesse caso, a guerra foi usada como braço da diplomacia. É claro que as divergências apontadas no desenrolar do texto não foram as únicas, como fica claro na parte final do artigo, mas não podemos duvidar que tiveram uma importância significativa.

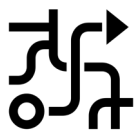
Como foi possível averiguar, tomando como base a revisão bibliográfica dos autores que escrevem sobre as questões políticas e econômicas da região do Rio da Prata no século XIX, bem como sobre a Guerra do Paraguai, podemos considerar que as relações entre os governos brasileiro e paraguaio foram agravando as divergências até elas não poderem mais ser resolvidas no campo diplomático.

Em um primeiro momento, o Paraguai se manteve isolado para sustentar sua independência. Entretanto, com o fim do governo de José Gaspar Rodrigues de Francia, o novo governante, Carlos Antonio López passou a pensar em inserir o país na geopolítica platina. Mas ainda havia o risco de uma investida de Buenos Aires sobre a república paraguaia, personificado na figura do governante da antiga capital do Vice-Reinado do Rio da Prata, Juan Manoel de Rosas. Seu governo iria terminar em 1852 e marcaria um divisor de águas.

Até então, o Brasil não havia agido de modo mais incisivo sobre as questões referentes à navegação dos rios platinos, nem sobre a fronteira com o Paraguai, pois havia Rosas como inimigo comum. O Paraguai precisava sustentar sua independência e ao Brasil não interessava que seu vizinho caísse sob domínio do governante de Buenos Aires. Mas após a queda deste, as divergências entre Brasil e Paraguai foram se tornando cada vez mais agudas, ao ponto de quase terem saído do campo diplomático para o militar ainda em 1854. Tratados seriam assinados, mas a solução fora apenas postergada, sem nunca chegar a um termo.

Destacamos também, que não foram estas as únicas causas da Guerra do Paraguai. O Brasil passava por momento em que a escravidão era atacada dentro e principalmente fora do Brasil (1850 é assinada a Lei Eusébio de Queirós, interrompendo o tráfico transatlântico de escravos). Tornava-se útil encontrar um inimigo externo para voltar as atenções e forjando um motivo para suscitar um sentimento de unidade nacional. E uma guerra contra outro país acabou servindo em partes para este objetivo, pelo menos em um primeiro momento.

Havia o problema no Uruguai, onde brasileiros ocuparam a parte setentrional deste país e viam seus privilégios de poderem trazer o gado sem pagar impostos serem cerceados pelo governo Aguirre. Com isso, imperiais passaram a apoiar o golpe de Flores contra o presidente constitucional. O Brasil interviu no Uruguai, mesmo sendo advertido pelo



presidente paraguaio Francisco Solano López de que isso significaria um ato de guerra também contra o Paraguai. Mesmo com a ameaça paraguaia, o Brasil levou a intervenção no Uruguai adiante, o que nos leva a crer que poderia estar buscando com isso, um confronto com o Paraguai.

Consideramos que a Guerra do Paraguai passou a ser inevitável após 1850. A pergunta não era se ela iria ocorrer, mas quando. As constantes divergências, a dificuldade em se chegar a um acordo, a protelação de questões que poderiam ser resolvidas, mas que só se agravavam com o tempo, como a das fronteiras e da navegação dos rios platinos, bem como posteriormente a questão uruguaia, fizeram com que a guerra fosse um fim do qual não se poderia fugir. Poderia ser adiado, mas não evitado.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos estados na Bacia do Prata: da colonização à guerra da tríplice aliança*. 2a São Paulo: Ensaio; Brasília, DF; Editora da Universidade de Brasília, 1995.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *O conflito com o Paraguai*. São Paulo: Ática, 1996.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.
- MAESTRI, Mario. *Guerra sem fim: a Tríplice Aliança contra o Paraguai: a campanha ofensiva (1864-1865)*. Passo Fundo: FCM, 2017.
- MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. *Viagem ao Paraguai em fevereiro e março de 1869*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 36(47):5-53, 1873
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Nabuco de Araújo. Sua vida. Suas opiniões, sua época, Tomo Primeiro 1813-1857. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1899.
- O'LEARY, Juan E. *El Mariscal Solano López. Asunción: Casa America - Moreno HNOS*, 1921.
- TEIXEIRA, Fabiano Barellos. *A Primeira Guerra do Paraguai: a expedição naval do Império do Brasil a Assunção [1854-5]*. Dissertação de Mestrado, Passo Fundo, 2012.
- THOMPSON, George. *A Guerra no Paraguai*. Rio de Janeiro: RCMP, 2014. (Edição para Kindle).




Recebido em: 19/02/2021

Aprovado em: 04/06/2021

“PROSTRADA AOS REAIS PÉS DE VOSSA MAJESTADE”. ESMOLAS DE D. JOSÉ I, REI DE PORTUGAL, NA PÁScoa DE 1758*

"KOWTOWED AT HIS MAJESTY'S FEET": ALMS BY D. JOSÉ I, KING OF PORTUGAL, EASTER OF 1758

BRAGA, Paulo Drumond**

<http://orcid.org/0000-0003-4036-6755> 

RESUMO: Neste artigo, estudam-se alguns pedidos de esmola dirigidos na Páscoa de 1758 a D. José I, rei de Portugal. Entre as diversas formas que os pobres tinham, na época, de obter auxílio, encontrava-se a solicitação, por escrito, de uma esmola, quer a Misericórdias, quer a outras confrarias, quer a particulares poderosos, nomeadamente membros da família real. Esses pedidos eram frequentemente atendidos positivamente, uma vez que a ajuda aos desvalidos da fortuna integrava o arquétipo do bom cristão da época e, por outro lado, visava, por parte de quem esmolava, alcançar a vida eterna, surgindo a caridade e a assistência como complementos de outras formas de intercessão salvífica, nomeadamente a celebração de missas e a instituição de capelas.

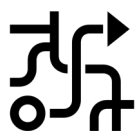
PALAVRAS-CHAVE: pobreza; petições de pobres; esmolas.

ABSTRACT: This paper aims to study some requests for alms addressed at Easter 1758 to D. José I, king of Portugal. In the Early Modern Period, among the various ways that the poor had to get help, there was the request for alms, either from Misericórdias, from other brotherhoods, or from powerful individuals, namely members of the royal family. These requests were often answered positively, since aid to the poor was part of the archetype of the good Christian. On the other hand, charity and assistance was complementary to other forms of salvific intercession, namely the celebration of masses and the institution of chapels.

KEYWORDS: poverty; poor petitions; alms.

* Artigo elaborado no âmbito das atividades de dois projetos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, *Hospitalis. Arquitetura Hospitalar em Portugal nos Alvares da Modernidade: Identificação, Caracterização e Contextualização* (PTDC/ART-HIS/30808/2017) e *Pombalia. Para a construção de um corpus pombalino: Parte I - Os Escritos Historiográficos Pombalinos* (PTDC/HAR-HIS/32197/2017).

** Licenciado em História e mestre em História da Idade Média pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e doutor em História, especialidade de História dos Descobrimientos e da Expansão, pela Universidade Nova de Lisboa. É investigador do Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, da Cátedra CIPSH de Estudos Globais (Universidade Aberta) e do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL) (Universidade de Lisboa). É autor de mais de centena e meia de artigos e comunicações a congressos, assim como de 24 livros. E-mail: pdrumondb@gmail.com.



1. AS PETIÇÕES DE ESMOLA

Na Época Moderna, pobre era todo aquele que se achava temporária ou permanentemente privado de formas de sustento, incluindo aquele que vivia do seu trabalho, porque, estando ausentes mecanismos de segurança social, a qualquer momento, por doença, velhice ou invalidez, podia cair na indigência (GUTTON, 1971, p. 1-46; LOPES, 2010, p. 19.20; HESPANHA, 2010, p. 233-234). Por isso há historiadores que se referem a pobreza absoluta e a pobreza relativa (CRAWFORD, 2010, p. 6). Assim sendo, muitos eram os que se viam obrigados a estender a mão à caridade.

Entre as diversas formas de obter auxílio encontrava-se a solicitação, por escrito, de uma esmola, quer a Misericórdias, quer a outras confrarias, quer a particulares poderosos, nomeadamente membros da família real. Esses pedidos eram frequentemente atendidos positivamente, uma vez que a ajuda aos desvalidos da fortuna integrava o arquétipo do bom cristão da época e, por outro lado, visava, por parte de quem esmolava, alcançar a vida eterna, surgindo a caridade e a assistência como complementos de outras formas de intercessão salvífica, nomeadamente a celebração de missas e a instituição de capelas (ROSA, 2000, p. 4185)60-461). A esmola era, pois, um direito dos pobres e um dever dos ricos (LOPES, 2006, p. 68).

As petições de esmolos são fontes extremamente ricas, até porque não é muito comum conseguir ouvir-se os pobres (SEABROOK, 2015, p. 105-109). Constituem, no dizer de Maria Antónia Lopes, um

“grito de dor pungente que atravessa a espessura do tempo e o anonimato opaco da miséria e vem fender a couraça profissional do historiador. Inesperadamente, das massas silenciadas de um mundo obscuro que se adivinha mas permanece nebuloso, surgem vozes, feixes de luz que o iluminam: testemunhos ditados pelos próprios famintos” (LOPES, 2010, p. 185).

Claro que, como já foi notado, os textos eram, pelo menos em parte, redigidos por outrem, mas os interessados não deixavam de ser seus coautores, fornecendo ao redator as informações necessárias (LOPES; 2010, p. 185).

Só muito recentemente as petições de esmola começaram a ser trabalhadas pelos historiadores portugueses, podendo ser referidos os estudos de Maria Antónia Lopes (LOPES, 2000, p. 271-277; LOPES, 2010, p. 185-191), Marta Lobo Araújo (ARAÚJO, 2002; ARAÚJO, 2003), Isabel Drumond Braga (BRAGA, 2014) e Paulo Drumond Braga (BRAGA, 2013; BRAGA, 2021).



2. ESMOLAS DE D. JOSÉ I

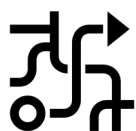
D. José I (1714-1777) foi rei de Portugal entre 1750 a 1777. Escolheu, assim que subiu ao trono, uma equipa governativa de que fazia parte, como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo. Oriundo da baixa nobreza, tinha sido representante diplomático de Portugal em Londres e em Viena, e veio a ganhar prestígio e a total confiança do rei pela forma como lidou com dois magnos problemas, o terramoto de Lisboa (1755) e o atentado contra a vida de D. José I (1758). Em 1757, ascendeu a Secretário de Estado do Reino e Mercês. Gradualmente, sobretudo entre 1756 e 1761, foi afastando todos os que lhe podiam fazer sombra. O rei fê-lo conde de Oeiras (1760) e, posteriormente, marquês de Pombal (1770).

Não tem hoje significado a velha polémica sobre o papel de D. José I nas decisões políticas tomadas durante o seu reinado, uma vez que já foi sobejamente mostrado o quanto a sua intervenção esteve longe da irrelevância que durante séculos se lhe atribuiu. Seja como for, o monarca, que preferia ocupar o tempo em divertimentos como a caça e a música, optou por deixar nas mãos do valido as mil e uma tarefas diárias da governação.

Uma das imagens de marca do tempo de D. José I é a de uma violência algo desusada, que está presente na repressão da revolta do Porto contra a instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1757), no processo dos acusados da referida tentativa de regicídio (1759), na execução de um genovês que supostamente procurou assassinar o marquês de Pombal (1775) e no incêndio da aldeia piscatória da Trafaria (1777).

Associa-se habitualmente este reinado ao triunfo do despotismo esclarecido ou iluminado em Portugal. Empreenderam-se várias reformas – de que as da Universidade de Coimbra (1772) e da Inquisição (1774) são apenas dois exemplos –, criaram-se numerosas instituições – Junta do Comércio (1755), Intendência Geral da Política da Corte e do Reino (1760), Erário Régio (1761), Real Mesa Censória (1768), etc. – e tomaram-se várias outras medidas – por exemplo, a expulsão de Portugal da Companhia de Jesus (1759).

No tempo de D. José I, pese embora o bom relacionamento com a Espanha, sobretudo ao nível das famílias reais, a orientação da política externa foi muito mais pró-inglesa. No quadro da Guerra dos Sete Anos, rebentou mesmo um curto conflito bélico entre Portugal e Espanha, a “Guerra Fantástica” (1762). Uma novidade em termos diplomáticos foi a assinatura de um tratado de paz com Marrocos (1774), permitido pelo facto de Portugal ter entretanto abandonado Mazagão (1769), a última praça-forte que possuía no Norte de África.



O excessivo poder do marquês de Pombal suscitou ódios, invejas e inimizades diversas. A princesa herdeira e seu marido e tio, os futuros reis D. Maria I e D. Pedro III, parecem ter polarizado os descontentes. Dias antes da sua morte, o próprio D. José I revogou algumas decisões anteriormente tomadas⁹⁰.

De regresso ao universo em estudo, esclareça-se que D. José I recebeu, em março de 1758, doze petições de pobres residentes em Lisboa. Despachou favoravelmente todos esses requerimentos, gastando um total de 112\$000 reais.

Tratando-se de uma abordagem meramente exploratória, optei por me cingir, neste artigo, a estudar essa pequena amostragem, escolhendo aleatoriamente as doze petições referidas entre tantas outras que jazem esquecidas num riquíssimo fundo documental do principal arquivo português⁹¹.

3. QUEM PEDE ESMOLA?

Maria Antónia Lopes escreveu: "Procurai os pobres, achareis mulheres" (LOPES, 2010, p. 153). Por isso não nos causa espanto que onze dos doze peticionários em estudo fossem do sexo feminino e somente um do masculino.

Residiam todos em Lisboa e sabemos algo sobre as freguesias ou bairros onde habitavam sete deles. Dois indicaram genericamente as freguesias de Nossa Senhora da Encarnação e S. Sebastião da Pedreira, um terceiro apontou o bairro de Alcântara, da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, e um outro a Cotovia, que se estendia por duas freguesias, São Mamede e Mercês. As igrejas das Chagas (freguesia de Santa Catarina) e de Nossa Senhora do Monte do Carmo (freguesia das Mercês), ambas arrasadas pelo terramoto de 1755, foram tomadas como pontos de referência por dois peticionários. Pelo testemunho de um pároco, sabe-se, finalmente, que uma das mulheres residia na freguesia de Santa Isabel.

Em termos de situação matrimonial, e centremo-nos agora no caso específico do sexo feminino, havia duas solteiras, Maria Madalena e Rita Quitéria de Sotomaior. Já outra situação era a das viúvas, frequentemente idosas, o que lhes tornava a vida mais gravosa. Assim se achavam oito peticionárias, a saber, Antónia do Espírito Santo, Antónia de S. Bernardo, Catarina de Sousa e Almada, Josefa Maria do Espírito Santo, Maria da Reya

⁹⁰ Sobre esta figura, cfr., por todos, MONTEIRO, 2006. Por seu turno, o marquês de Pombal tem suscitado enorme interesse historiográfico. Veja-se, apenas como exemplo, a recente contribuição de SENA-LINO, 2020.

⁹¹ A.N.T.T., Casa Real, caixa 3585. Os documentos tratados no presente artigo, acham-se todos nesta mesma caixa e não estão numerados, pelo que me dispense de a voltar a citar.



Tavares, Maria Teresa, Maria Teresa Xavier e Teresa Inácia da Silva. Recorde-se que a mulher só, fosse solteira ou viúva, era por princípio considerada como desprotegida e vulnerável (SÁ, 2000, p. 406).

Neste conjunto de onze mulheres, encontramos apenas uma casada, Joana Micaela. Contudo, era cega e provavelmente idosa, vivendo em grande pobreza com o marido envelhecido e três filhas donzelas. Ou seja, ainda que com o cônjuge vivo, como este não podia trabalhar, a vida em casa não era menos desafortunada do que as das mulheres solteiras ou viúvas.

Quanto ao único homem do universo em estudo, João Batista de Macedo, tratava-se de um "varredor dos Passos de Sua Magestade", que vivia com "munta pobreza e doença que exprimenta em huma cama padecendo grandes necessidades". Pode ter sido alguém que trabalhou no paço da Ribeira, arrasado pelo terramoto de 1755, ou já nas residências subsequentes, nomeadamente as "reais barracas" do alto da Ajuda, feitas de madeira, e onde D. José e a família se instalaram em março de 1757 (MONTEIRO, 2006, p. 84-85, 213; ABECASSIS, 2009).

Algumas mulheres também recordaram, em abono dos seus pedidos a D. José I, serviços diversos à Coroa de alguns elementos da família, todos do sexo masculino. Catarina de Sousa disse que "todos os seus parrentes tem seruido a Sua Magestade nos postos Militares". O marido, já falecido, de Antónia do Espírito Santo morrera aos 35 anos depois de mais de duas décadas num regimento de cavalaria. Maria de Reya Tavares era viúva de um capitão de cavalos e tinha dois filhos que serviam o rei como militares. Maria Madalena, neta de um capitão que durante mais de 40 anos prestou serviço à Coroa em "campanhas e embarques". Maria Teresa Xavier era viúva de um capitão e Teresa Inácia da Silva de um homem que serviu o rei "toda a sua vida, com grande disvello e prontidão chegando a perdella no real serviço nos Estados da Indya". Guerra e serviço militar, pois, como fatores de relevância social (COSTA, 2004, p. 93-101). Diferentes foram os casos de Josefa Maria do Espírito Santo, viúva de um homem que durante 54 anos foi oficial do arquivo da Coroa, a Torre do Tombo (RIBEIRO, 2003, pp. 59-117), e de Rita Quitéria, filha legítima de um secretário da Mesa do Desembargo do Paço, o tribunal superior do reino (SUBTIL, 1996). E até o único homem peticionário recordou que era filho e neto de criados "que toda sua vida servirão Vossa Magestade".



4. VELHOS E DOENTES

Se João Batista de Macedo se achava acamado, Joana Micaela estava totalmente cega "e muito adiantada em annos". Antónia do Espírito Santo era "muito doente" e não podia trabalhar. Uma outra das peticionarias, Antónia de S. Bernardo, vira-se obrigada, por necessidade, a ser criada de servir em casa "onde contrahio queixas gravíssimas". Já Teresa Inácia da Silva especificou que há algum tempo os "muitos achaques" a têm impossibilitado "de todo o trabalho".

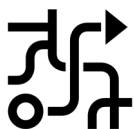
Ou seja, a doença impedia a labuta séria e honesta, quer do homem que havia sido varredor do paço real, quer de várias mulheres. Se apenas uma delas referiu ter sido criada de servir, nada de concreto se fica a saber sobre as demais, se bem que várias fossem as atividades manuais que serviam de ganha pão a muitos elementos do sexo feminino: costurar, cozinhar, escamar peixe, lavar roupa, vender de porta em porta, etc. (REIS, 2001; SÁ, 2005, p. 108-110).

Várias das peticionárias aludiram a parentes que tinham a seu cargo, o que, naturalmente, lhes agravava a situação: Catarina de Sousa e Almada referiu os pais idosos e um número não identificado de irmãos; Joana Micaela, o marido impossibilitado para o trabalho e três filhas donzelas; Josefa Maria, uma filha também já viúva; Maria de Reya Tavares, uma filha "em huma cama, muito enferma, e sem remedio algum para lhe poder assistir". Pior era a situação de Maria Teresa, mãe de quatro filhas, "huma sega e aleijadinha e sempre em huma cama padecendo muntas necessidades".

5. MULHERES HONRADAS E RECOLHIDAS

Apenas três das onze mulheres do universo em estudo invocaram uma vida sem mácula de espécie alguma. Antónia de S. Bernardo disse-se "pessoa honesta e recolhida e de louváveis procedimentos" e Catarina de Sousa e Almada "pesoa recolhida [*sic*] e de honesto porcidimento". Já Maria Teresa Xavier assinalou que vivia "das suas portas adentro com muita honestidade e recolhimento".

Tal não causa espanto, sobretudo numa época em que a honra feminina era um valor fundamental e que a mesma dependia de um comportamento moralmente irrepreensível (LOPES, 1989, p. 21-25, 174-178). Apenas se estranha que um tão escasso número de peticionárias tenha recorrida a este argumento.



6. "SUMMA MIZERIA"

Assim classificou Antónia do Espírito Santo a sua situação. Entretanto, quase todos os demais peticionários se disseram pobres ou muito pobres, apelando à régia misericórdia. Teresa Inácia da Silva ou alguém por ela recorreu à expressão "lamentavel desamparo".

Nesta amostragem, é interessante notar a particularidade de seis peticionarias argumentarem que viram os bens ou as casas onde moravam destruídos pelo sismo de Lisboa de 1 de novembro de 1755. Joana Micaela, por exemplo, disse ter ficado em "deplorável mizeria pelo insendio sucessivo ao Terremoto". Por outro lado, Maria Madalena especificou que ardera a casa onde vivia na Rua de S. Francisco. Novos dados para a história do mais conhecido abalo telúrico da história de Lisboa, de resto, com tantas e diversas consequências em Setecentos⁹².

Já Josefa Maria do Espírito Santo pediu expressamente ajuda para pagar o "aluguel das cazas que habita". Brevíssima chega para uma história ainda em grande parte por fazer, a do arrendamento de casas de habitação na Lisboa da segunda metade do século XVIII (ACCIAIUOLI, 2015, p. 88-103).

7. TENTAR CONVENCER D. JOSÉ I

Para obter a esmola tão desejada, alguns dos peticionários recorreram a diferentes tipos de argumentação. Como se estava em período pascal – nesse ano o domingo de Ressurreição calhou a 26 de março – Catarina de Sousa e Almada, Joana Micaela, Josefa Maria do Espírito Santo, Maria Madalena, Maria de Reya Tavares e Maria Teresa Xavier aludiram à paixão e morte de Cristo e D. Joana Micaela recordou que o rei habitualmente esmolava na quinta feira de Endoenças, ou seja, na véspera da sexta-feira da Paixão.

Entretanto, Maria Teresa prometeu, se lhes fosse dada a desejada esmola, rezar pela família real portuguesa. Foi a única peticionária que o fez, ao contrário do que aconteceu com outros casos já estudados, nomeadamente com as esmolos de D. Pedro III (BRAGA, 2021).

É evidente que tudo isto se prendia com um formulário mais ou menos estereotipado dos pedidos, que, como anteriormente recordei, muitas vezes nem sequer eram redigidos pelos requerentes.

⁹² Entre a muita bibliografia sobre o evento, cfr., meramente como exemplo, ARAÚJO, 2005.



8. AS ESMOLAS

Antes de se proceder à atribuição de esmolas a estes desvalidos da fortuna, alguém se assegurou que eram verdadeiras as alegações feitas. Os párocos de Alcântara, de Santa Isabel e de S. Sebastião da Pedreira e o coadjutor da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação certificaram as situações de quatro das onze mulheres deste universo, a saber, Antónia do Espírito Santo, Maria Madalena, Maria Teresa e Maria Teresa Xavier. Só se estranha que tal não tenha sido comum a todos os peticionários, como acontecia frequentemente (BRAGA, 2021).

À semelhança do que ocorre com as esmolas de D. Pedro III, apenas para dar um exemplo entre os vários que merecerem o interesse dos historiadores (BRAGA, 2021), as quantias destinadas por D. José I aos pobres variaram. Cinco dos peticionários receberam 6\$400 reais e dois 9\$600. Com apenas um caso cada, temos valores de 3\$200, 12\$800, 19\$200 e 25\$600.

Não se entende de forma cabal a razão das discrepâncias: Maria Madalena, a que coube a quantia mais elevada, era neta de um capitão que serviu a Coroa durante mais de quatro décadas. Rita Quitéria, a quem foram destinados 19\$200 reais, era filha de um secretário da mesa do Desembargo do Paço. Já Teresa Inácia da Silva, que o rei esmolou com 12\$800 reais, era viúva de um homem que servira no Estado da Índia. Por outro lado, 9\$600 foram atribuídos ao único homem, varredor dos paços reais, e a Maria Teresa Xavier, viúva de um capitão.

Aparentemente, o serviço à Coroa pesou nas decisões tomadas. Assim se explicariam os meros 6\$400 atribuídos a quem nada mais argumentou do que a extrema pobreza, como Antónia de S. Bernardo, Joana Micaela e Maria Teresa. Mas o raciocínio não bate certo quando se vê que a mesma quantia foi destinada a Antónia do Espírito Santo, viúva de um militar de cavalaria, a Catarina de Sousa e Almada, com vários parentes que serviram militarmente a Coroa, e a Josefa do Espírito Santo, viúva de um oficial da Torre do Tombo.

9. PARA QUE SERVIAM 6\$400 REAIS?

Considerando a esmola mais comum do universo em estudo, ou seja, 6\$400 reais, cabe perguntar: para que servia tal quantia na Lisboa de 1758? Se adquirisse um quilo de bacalhau, uma dúzia de sardinhas, uma galinha e um quilo de toucinho (<http://pwr->



portugal.ics.ul.pt)⁹³, tudo produtos mais ou menos básicos na dieta alimentar da época (FERRO, 1996; BRAGA, 2000), e se ainda lhe juntasse um quilo de carvão e outro de velas de sebo (<http://pwr-portugal.ics.ul.pt>), gastava mais de 600 reais. Dir-se-ia que ainda restava muito. Mas importa ter em linha de conta variáveis como o número de bocas a alimentar e o tempo que duravam cada um dos bens. Convém ainda não esquecer que nada garantia que a esmola se repetisse no mês seguinte ou em qualquer outra ocasião. Havia, por isso, que a rentabilizar.

EM CONCLUSÃO

Com o panorama aqui apresentado, o historiador vê-se confrontado com pungentes histórias de vida, que jaziam há mais de dois séculos no silêncio do principal arquivo histórico português. Ficámos a conhecer algo sobre dez mulheres e um homem que entenderam ter de estender a mão à caridade de D. José I. Como tantos outros, neste e em outros tempos, em Lisboa ou fora dela, tiveram a sorte de beneficiar da graça de alguém que, tendo muito, entendeu, seguramente pelos motivos não totalmente altruístas que anteriormente se explicitarem, dever ajudar quem pouco ou nada tinha. Os 112\$000 reais entregues a estas doze pessoas pobres em março de 1758, foram uma gota de água para o rei de Portugal, que não olhava a despesas quando se tratava, por exemplo, de manter cantores, cavalos e falcões, já que era conhecida a sua paixão pela ópera e pela caça, nunca tendo qualquer crise vivida do tesouro significado qualquer morigeração ou diminuição de gastos (MACEDO, 1989, p. 132; TOMAZ, 1988). Mas fizeram seguramente a diferença para quem os recebeu. Talvez a diferença entre ter ou não o que comer.

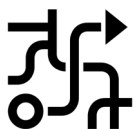
REFERÊNCIAS

ABECASSIS, Maria Isabel Braga, *A Real Barraca: A residência na Ajuda dos reis de Portugal após o Terramoto (1756-1974)*. Lisboa: Tribuna da História, 2009.

ACCIAIUOLI, Margarida, *Casas com escritos: Uma história da habitação em Lisboa*. Lisboa: Bizâncio, 2015.

ARAÚJO, Ana Cristina, *O Terramoto de 1755: Lisboa e a Europa*. [Lisboa]: Clube do Colecionador dos Correios, 2005.

⁹³ Na época, estes e outros produtos eram, obviamente, vendidos com base nos pesos então vigentes, nomeadamente alqueires e arráteis para sólidos e almudes para líquidos. A sardinha, tal como outros peixes, era disponibilizada à unidade. Para facilitar a compreensão dos dados, optei por converter tudo ao sistema métrico decimal.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Aos pés de vossa alteza sereníssima: as pobres do arcebispo bracarense D. José de Bragança. *Cadernos do Noroeste*, Braga, vol. 17, n.º 1-2, p. 103-123, 2002.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Portugal à Mesa: Alimentação, Etiqueta e Sociabilidade. 1800-1850*. Lisboa: Hugin, 2000.

BRAGA, Isabel Drumond, A irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estêvão de Alfama e a assistência à pobreza (1806-1820). *Revista Tempo. Niterói*. vol. 20, p. 1-19, 2014.

BRAGA, Paulo Drumond, Os pobres dos 'Meninos de Palhavã'. Esmolas para gentes de Lisboa. *Lusíada. História*. Lisboa, vol. 9 / 10, p. 145-156, 2013a

BRAGA, Paulo Drumond, *O rei esquecido: D. Pedro III (1717-1786)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013b.

BRAGA, Paulo Drumond, *Pois não tem de quem se valer senão de Vossa Majestade que é mãe das órfãs pobres honradas*. Esmolas de D. Maria I, rainha de Portugal [artigo no prelo, a sair em 2021].

COSTA, Fernando Dores. Milícia e sociedade. O estatuto social dos militares. In BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.). *Nova História Militar de Portugal*. vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 93-101.

CRAWFORD, Patricia, *Parents of Poor Children in England: 1580-1800*. Oxford: University Press, Oxford, 2010.

FERRO, João Pedro. *Arqueologia dos Hábitos Alimentares*. Lisboa: Dom Quixote, 1996.

GUTTON, Jean-Pierre. *La société et les pauvres: L'exemple de la généralité de Lyon*. Paris: Les Belles Lettres, 1971.

HESPANHA, António Manuel. *Imbecilias: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

LOPES, Maria Antónia. *Mulheres, espaço e sociabilidade: A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz das fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

LOPES, Maria Antónia. *Pobreza, assistência e controlo social: Coimbra (1750-1859)*. Viseu: Palimage, 2000.

LOPES, Maria Antónia. *Protecção social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

MACEDO, Jorge Borges de. *A Situação Económica no Tempo de Pombal: Alguns Aspectos*. 3.^a edição. Lisboa: Gradiva, 1989.



MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José na sombra de Pombal*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.

REIS, Maria de Fátima. A mulher e o trabalho no espaço urbano nos séculos XVII e XVIII. In *A mulher na História: Actas dos colóquios sobre a temática da mulher*. Moita: Câmara Municipal da Moita, 2001, p. 203-214.

RIBEIRO, Fernanda. *O acesso à informação nos Arquivos*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

ROSA, Maria de Lurdes. A religião no século: vivências e devoções dos leigos. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 423-510.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Pobreza. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. vol. III, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 456-461.

SÁ, Isabel dos Guimarães. O trabalho. In LAINS, Pedro, SILVA, Álvaro Ferreira da. *História Económica de Portugal: 1700-2000*. vol. I. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2005, p. 93-121.

SEABROOK, Jeremy. *Pauperland: Poverty and the poor in Britain*. Londres: Hurst & Company, 2015.

SENA-LINO, Pedro. *De quase nada a quase rei: Biografia de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal*. Lisboa: Contraponto, 2020.

SUBTIL, José. *O Desembargo do Paço: 1750-1833*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1996.

TOMAZ, Fernando. As finanças do estado pombalino: 1762-1776. In *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Sá da Costa, 1988, p. 355-388.

FONTES

Fonte manuscrita

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Casa Real, caixa 3585

Fonte digital

Prices, wages and rents in Portugal. 14th-20th centuries. <http://pwr-portugal.ics.ul.pt> [acedido a 8 de setembro de 2020].


Recebido em: 30/12/2020
Aprovado em: 09/03/2021

ENSAIO DE GRADUAÇÃO

NORMA E NORMAN?: MATERNIDADE NA SÉRIE BATES MOTEL (2013-2017)

NORMA AND NORMAN?: MATERNITY IN THE BATES MOTEL SERIES (2013-2017)

REGAGNAN, Isabela Rodrigues*

<https://orcid.org/0000-0001-6891-3533> 

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de discutir o audiovisual em formato de série como fonte histórica. Para isso foram analisadas as relações de gênero e a ideia do feminino – enfatizando a figura materna – na série estadunidense Bates Motel (2013 – 2017). A série traz no seu enredo a figura da mãe, Norma Bates, que é construída na atualidade como se construíam personagens nos séculos passados, sendo esta mãe devotada, esposa dedicada e dona de casa, exaltando também seus traços de feminilidade. Outro aspecto é que esta personagem foi criada pelo olhar masculino, o que nos possibilita problematizar a constituição feminina na série. Desse modo, o presente trabalho questiona os estereótipos ainda tão presentes no meio do audiovisual, dando destaque a uma nova linguagem – a série –, mostrando como a personagem Norma foi relacionada à família e a sexualidade.

Palavra-chave: Audiovisual. Maternidade. Bates Motel.

ABSTRACT: This article aims to point out the results of the discussion on audiovisual media in series format as a historical source. For this purpose, gender relations and the idealization of women were analyzed - emphasizing the maternal figure - in the American TV program Bates Motel (2013 - 2017). The series brings in its plot the maternal figure Norma Bates, who is built today as the characters were built in the last century: as a dedicated mother and dedicated housewife, praising her femininity. Another aspect is that this character was built based on the male look, allowing to problematize this female construction in the series. Therefore, the present work questioned the stereotypes still present in the audiovisual medium - highlighting the series as a new language - showing Norma's relationship with the family and sexuality.

Keywords: Audiovisual. Maternity. Bates Motel.

* Acadêmica de História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL). Bolsista no Programa de Educação Tutorial - PET História Conexões de Saberes. Voluntária do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC). Editora da Revista Eletrônica do Programa de Educação Tutorial – Três Lagoas/MS. Integrante do grupo de pesquisa História, Mulheres e Feminismo (HIMUFE). Tem experiência de pesquisa na área de História, atuando principalmente nos seguintes temas: História, Gênero, Mulheres, Feminismo, Audiovisual e Ensino de História. E-mail: isabelaregagnan@hotmail.com.



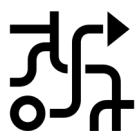
INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa que se propunha analisar a construção da personagem feminina e da maternidade na série Bates Motel (2013 – 2017). Antes da pesquisa ser iniciada, havia hipóteses em que a figura da mãe Norma Bates foi construída na atualidade com a mesma visão que se construía as personagens femininas dos séculos anteriores, construção essa baseada no modelo ocidental, enfatizando os Estados Unidos da América – onde a série é produzida -, que exaltava a feminilidade das mulheres, além de recuperar o modelo de maternidade do século XIX. Deve-se levar em conta também que a série foi criada por Anthony Cipriano, mas é um *spin off* do filme Psicose (1960) do diretor Alfred Hitchcock. Sendo assim, a personagem feminina protagonista da série, foi construída nas duas vertentes e nas duas temporalidades por um “olhar masculino”, como salienta Mulvey (2018).

A partir desse pressuposto pretendíamos analisar a personagem de Norma Bates, como essa se portava enquanto mãe e os estereótipos que carregava consigo. Cabe pontuar, como já dito, que a fonte utilizada nessa pesquisa é a série Bates Motel. Dessa forma, indagávamos, por que a maternidade de Norma era tão exagerada? Por que ela abandonou um filho e amou outro de forma tão fugaz? Por que ela foi construída com características das mulheres do século XIX no século XXI? Ela se encaixa nos padrões de feminilidade?

Essas indagações nos levaram a obter resultados que confirmavam as hipóteses que foram levantadas, isso após analisar a fonte da pesquisa. Primeira observação a destacar é que, na maioria dos episódios, a série constrói a maternidade de Norma de forma exagerada, com excesso de cuidado, obsessão e até mesmo uma relação abusiva, o que nos leva a pontuar que o objeto de análise buscou vincular a forma de ser mãe da personagem a abusos e estupros que a mesma sofreu em sua vida. Outro ponto que deve ser observado é o de que Norma utilizou a gravidez do primeiro filho como forma de resistir e sair da casa dos pais, onde sofria agressões e estupros por parte do irmão, entretanto, essa relação com o primeiro filho se tornou conturbada justamente por ele ser fruto de uma violência. Tal constatação permite levantar outra hipótese: a de que a maternidade foi representada, também, como signo de força.

Por meio dos episódios analisados, compreendemos que a personagem se encaixa perfeitamente no padrão de feminilidade exigido pela sociedade patriarcal. Ela é uma mulher cuidadosa consigo mesma, ganhando destaque nas cenas por estar muito bem



vestida e arrumada, uma maquiagem sutil e o cabelo sempre penteado, reforçando o padrão de feminilidade exigido para as mulheres. A personagem acaba por ser a projeção do que os homens esperam que ela seja.

A construção da figura feminina foi um ponto importante para essa pesquisa. Desse modo é relevante destacar que, a partir dos anos 1970, marcados pela intensificação dos movimentos feministas, os estudos de gênero passaram a analisar o papel que as mulheres ocupavam nos enredos da mídia audiovisual, constatando que esses papéis estavam correntemente voltados à criação do homem em um olhar masculino (GUBERNIKOFF, 2009, p. 65, 66). Elizabeth Kaplan (1995) vai distinguir que na produção de um filme e desse modo de uma mídia audiovisual, existem três olhares masculinos: o olhar da câmera na situação que está sendo filmada; o olhar do homem dentro da narrativa e o olhar do espectador. Através dessa afirmação, podemos perceber que são raros os filmes dessa época – e ainda no presente – em que as mulheres desempenham o papel principal e se destacam por algum ato dito heroico ou que seja admirado. Abordagens como essas, nos ajudaram a refletir sobre o lugar das mulheres no audiovisual e permitiram compreender levantes recentes de diretoras e atrizes que questionam as expectativas de gênero em relação a sua atuação.

Autoras como Teresa De Lauretis (1987) nos ajudaram a pensar questões acerca da composição das mulheres no audiovisual e as desigualdades de gênero neste campo, sendo a imagem da mulher carregada de estereótipos, além de ser silenciada.

Afirma-se que o cultural é uma área de intervenção da ideologia, e se a imagem representada da mulher é uma imagem estereotipada, pode-se dizer que a construção social da mulher, aquela trabalhada pelas diferentes mídias (seja por revistas e anúncios, seja por cinema e televisão) é baseada em critérios preestabelecidos socialmente e impõe uma imagem idealizada da mulher (LAURETIS, 1978, p. 28).

Espreitamos por meio da citação e dos estudos de Kaplan (1995), que ao ser composta a figura da mulher nos filmes, ela vem acompanhada de opressão, submissão sendo ligadas a sexualidade e família. E é dessa mesma maneira que a personagem Norma Bates é retratada na série Bates Motel.

Para essa análise, enfatizamos a discussão sobre audiovisual como fonte histórica, a partir de autores como Marcos Napolitano (2006) e Marc Ferro (1975), que ajudam a pensar questões referentes ao uso da série enquanto audiovisual para pesquisa histórica. Vale destacar que, mesmo o cinema, apesar de sua longevidade, ainda é visto como uma fonte nova para os estudos históricos, sendo, portanto, um desafio permanente (NAPOLITANO, 2006). A série, produção ainda mais recente, enquanto fonte histórica, é um campo a ser



explorado, muito embora seja fonte ainda mais complexa que o cinema para o trabalho histórico.

Essa mídia audiovisual surge como uma fonte para o historiador, assim como o cinema se tornou uma fonte histórica no decorrer do século XX. “[...] as séries são um vasto campo de aprendizagem e o conhecimento por elas abordado é bem mais extenso do que o que é fornecido pela cultura oficial” (ESTEVES, 2014, p. 21). Por ser produto da indústria cultural, e por configurar-se como cultura de massa, uma vez que é assistida e consumida por milhares de pessoas, a série acaba por reforçar modelos de sociedade e comportamentos que são impostos, ao mesmo tempo em que responde os anseios de determinada sociedade, como é o caso da série aqui pesquisada – Bates Motel – ao tratar da maternidade.

A maior parte da bibliografia que discute o audiovisual como fonte histórica, aborda a análise de filmes longa metragem ficção ou os documentários. Essa produção como fonte histórica é pouco referenciada na historiografia, daí a necessidade de tentar criar uma metodologia que adaptasse alguns meios de análise do cinema à série.

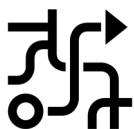
Com base nessa metodologia utilizada na pesquisa, percebemos que a série permitiu observar um movimento de reforço do papel materno e da feminilidade, insinuando um desejo de recuperação de velhos modelos de maternidade, ao mesmo tempo em que articula esses modelos a distúrbios psicológicos e desvios de comportamento. Norma e Norman, ao mesmo tempo em que protagonizam os vícios de uma relação conturbada entre mãe e filho, parecem (re)criar modelos de maternidade e feminilidade existentes em pleno século XXI.

FONTES AUDIOVISUAIS NA HISTÓRIA

O surgimento do cinema marcou o século XIX e com seu desenvolvimento tecnológico e metodológico, passou a ser, além de uma mídia de entretenimento, um mecanismo de comunicação e cultura. Por ser um meio de registro de experiências humanas por áudio, imagem, som, e cores o audiovisual passou também a ser uma ferramenta e/ou fonte para a pesquisa histórica.

Trata-se, pelo que tudo indica, de um legítimo ‘documento histórico’ de nascença, pela sua própria intenção e natureza, como suporte visual programado para registro de informações, cuja historicidade, à primeira vista, não parece oferecer graves obstáculos à identificação e à análise (MENESES, 2003, p.132).

Marcos Napolitano aponta que as fontes audiovisuais ganharam um crescente espaço no que tange a pesquisa histórica. “Do ponto de vista metodológico, são vistas pelos historiadores como fontes primárias novas, desafiadoras” (2006, p. 235). Ferro (1975) destaca



que desde o nascimento do cinema, os meios de discutir história se transformaram também, e foi em 1970 que o cinema passou a ser valorizado de fato como uma fonte para a história, sendo reconhecida como documento detentor de veracidade, contendo muitos fatores que poderiam ser de grande utilidade se analisados corretamente:

Nessas condições, empreender a análise de filmes, de fragmentos de filme, de planos, de temas, levando em conta, segundo a necessidade, o saber e o modo de abordagem das diferentes ciências humanas, não poderia bastar. É necessário aplicar esses métodos a cada substância do filme (imagens, imagens sonoras, imagens não sonorizadas), às relações entre os componentes dessas substâncias; analisar no filme principalmente a narrativa, o cenário, o texto, as relações do filme com o que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime. Pode-se assim esperar compreender não somente a obra como também a realidade que representa (FERRO, 1975, p. 06)

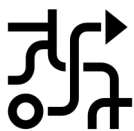
Por trás do filme existe toda uma construção de imagens, som, figurino, cenário e contexto a ser analisado, pontos esses que nos apresentam respostas à qual, muitas vezes, vão além do que um documento escrito pode apresentar.

No decorrer do século XX com a evolução do cinema e o desenvolvimento da televisão – aparelho que passa a compor os lares de várias famílias – originou-se o desenvolvimento de séries e seriados, denominados por Silva (2014) de “cultura de série”, transmitidos e assistidos por milhares de pessoas. Com isso o cinema junto da televisão passou a ser um dos maiores mecanismos de transmissão de histórias e de informações, já que o aparelho trouxe uma maior possibilidade de contato do público com o audiovisual, como mostra Camila Esteves (2017):

[...] com a chegada do entretenimento audiovisual nas casas, a televisão teve que se adaptar e produzir seu conteúdo de uma maneira completamente diferente do cinema. Assim, baseando-se no cinema e no teatro, a televisão foi capaz de produzir programas curtos e fragmentados que conseguiam chamar a atenção do espectador e mantê-lo interessado por tempo suficiente sem gerar um cansaço ou desinteresse (ESTEVEVES, 2017, p. 17).

É essa nova produção de conteúdo que permite o surgimento das séries e seriados. A série tem um caráter internacional, ou seja, está presente no mundo todo, tendo diversas categorias de público, variando o seu conteúdo. As séries seguem mais o caminho de formatação de um episódio complementar a outro, desenvolvendo uma temporada que compõe o conjunto da obra.

Nos anos 2000 houve mais uma transformação tecnológica que impactou na produção e disseminação do audiovisual. A televisão ainda era o maior aparelho de destaque, mas ganharam forças também o uso de computadores e aparelhos celulares. Nos dias de hoje, a imagem que antes existia somente na televisão, está presente e é transmitida



por meio de aparelhos celulares, *notebooks*, *tablets*, entre outros eletrônicos. Isso fez com que aumentasse ainda mais o consumo das séries, bem como diversificasse a produção incluindo as “independentes” por fora das grandes corporações. Alguns outros fatores também marcaram esse fluxo consumista de séries, sendo esse o caso do *streaming*, uma ferramenta que possibilitou receber e transmitir conteúdos através da rede de internet, como é o caso de plataformas como *Netflix*, entre outras: “Através da tecnologia de *streaming*, o consumidor possui uma multiplicidade de tipos de conteúdo, os quais ele pode acessar como e no lugar que ele quiser” (SILVA e DALL’ORTO, 2017, p.3).

Para quem é consumidor de conteúdos dessas plataformas sabe que a variedade de séries, filmes, telenovelas e afins é gigantesca. É a partir de mudanças desde o advento da televisão, até as plataformas de *streaming* na atualidade, que a série – fonte utilizada nessa pesquisa – ganhou espaço e se tornou parte da vida de cada telespectador, fazendo com que estes se sintam parte do que está sendo transmitido. Além disso cabe salientar no que diz respeito a série dessa pesquisa, que *Bates Motel* foi transmitida pela rede de televisão A&E nos EUA e no Brasil pelo canal aberto Rede Record. Depois passou a compor plataformas de *streaming* como é o caso da *Netflix*. Por ter sido transmitida em canais, a série conquistou ainda mais público, pois dessa forma milhares de pessoas tiveram acesso de fato ao seu conteúdo. Ao analisar a ficha técnica de *Bates Motel*, notamos que o público-alvo é composto por jovens e adultos, na faixa etária de 16 anos a adultos de 49 anos. E que o interesse desse mesmo público em respeito à série é diversificado, isso mostra a ampla gama de temáticas que essa produção audiovisual aborda, cativando tanto os adolescentes, quanto as pessoas mais velhas, que talvez busquem no *spin-off* uma pitada do filme que marcou época.

Como método de análise da série desenvolvido para essa pesquisa, construímos uma tabela para ser um material de consulta que visava ter o maior número de informações possíveis sobre os episódios, sendo uma forma de materialização do conteúdo analisado. Foram utilizados os termos “Relevante” e “Irrelevante” para demarcar qual a importância dos episódios para a pesquisa, tendo no horizonte o fato da categoria gênero ser a lente primordial de análise da fonte. Os episódios marcados como “relevantes” consistem em episódios que trazem temas em destaque para a pesquisa, como: maternidade, feminilidade, olhar masculino sobre a personagem feminina, desigualdade de gênero. Esses temas, de alguma forma compõe a série de maneira geral, mas recebem destaques maiores e – mais importantes para a pesquisa – em alguns episódios do que em outros, episódios esses que são atribuídos como “irrelevantes”.

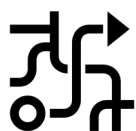
Já os “irrelevantes” são episódios que podem ter alguma cena interessante para a pesquisa, mas que de maneira geral não tratam de assuntos que interessavam diretamente a este projeto. Com o intuito de sistematizar melhor os dados, foi importante localizar informações específicas dos episódios e das temporadas na tabela, tais como: título, direção, uma breve descrição, a relevância e o porquê o mesmo era relevante. Essa metodologia facilitou a análise dos episódios, permitiu uma melhor memorização dos temas, além de conter informações necessárias para as análises. Destacamos, por fim, que a construção da tabela proporcionou uma visão macro da fonte, possibilitando a visualização de panorama de abordagens e conteúdos possíveis de serem tratados a partir da série Bates Motel.

EPISÓDIO E TEMPORADA	TÍTULO	DIRIGIDO POR	DESCRIÇÃO	RELEVÂNCIA
Temporada 3 – Episódio 5 6 de abril de 2015	"The Deal" "(O Acordo)"	Nestor Carbonell	Norma descobre o que tem no Pen Drive e vai atrás de um acordo.	Irrelevante
Temporada 3 – Episódio 6 13 de abril de 2015	"Norma Louise"	Phil Abraham	Norma foge e tenta recomeçar uma vida em Portland, mas percebe que precisa voltar e fazer o “necessário” pelos filhos.	Relevante - Episódio da ênfase em Norma, no seu passado e em atitudes do presente como mãe.
Temporada 3 – Episódio 7 20 de abril de 2015	"The Last Supper" "(A Última Ceia)"	Ed Bianchi	Norma se resolve com Caleb, ajuda Romero e faz uma ceia para a família jantar.	Relevante - Mostra o lado afetivo de Norma como mulher e como mãe.

Tabela 1: Identificação e descrição de episódios analisados. Elaboração própria.

Na tabela 1, há o exemplo de como a ela foi elaborada e três episódios que foram analisados da série. Nesse exemplo, podemos ver que há um episódio atribuído como “irrelevante”, justamente por não trazer de maneira tão direta elementos que a pesquisa buscava analisar. Já os outros dois são considerados “relevantes” por trazerem esses elementos. Nesses episódios “relevantes” vemos a personagem Norma sendo protagonista do episódio em si. Fazendo uma relação com o tempo daquilo que ela era, com aquilo que ela se tornou. Muitos elementos do passado que foram ressaltados no episódio, nos ajudam a analisar o seu presente enquanto essa mãe devota. No outro episódio, vemos justamente esse lado afetivo da maternidade dela.

Para facilitar a análise e síntese da série, foi feito um breve fichamento de cada episódio, dando destaque as questões da linguagem cinematográfica. Por meio da descrição



dos episódios as cenas foram analisadas e capturadas com mais detalhes, dando ênfase no figurino, nos contrastes das cenas, no plano e até mesmo na trilha sonora. Apesar desses elementos não estarem presentes na tabela, eles também foram analisados, na hora de elaborar o fichamento. O esforço de sistematização das falas, das cenas, dos personagens permitiu que elementos sutis fossem transformados em objetos de análise e reflexão histórica, reforçando a ideia que trabalhar com audiovisual não se configura como ato de assistir filmes ou séries, uma vez que o trato metodológico diferencia o trabalho de pesquisa do consumo de “entretenimento”.

Através da realização de leituras, da feitura de fichamentos, da construção das diferentes tabelas que permitiam um tipo de olhar sobre a fonte, conseguimos analisar e conseqüentemente perceber a intensidade dos temas fundamentais para essa pesquisa dentro da série. Vemos que há um reforço da maternidade, trazendo à tona um modelo de maternidade do século XIX, e também um reforço da feminilidade tão exigida pelos homens, movimento paralelo ao de articulação entre maternidade e distúrbios psicológicos e de comportamento. A série (re)cria Norma como uma mãe controladora e obsessiva.

Ao longo da análise foi possível perceber que a maternidade recuperada do século XIX foi representada como uma maternidade que agride psicologicamente da mãe e do filho, já que ambos apresentam desgastes e até mesmo transtornos psicológicos durante a série.

NORMA BATES, A MATERNIDADE E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO AUDIOVISUAL

As mulheres, foram produzidas, recorrentemente, no audiovisual de maneira a exaltar sua sexualidade e sexualização, ou com estereótipos, como o de boa mãe, esposa, dona de casa, modelo esse que tem relação direta com a branquitude, – realçando o ideal de mulher branca e pura presente na era vitoriana do século XIX –; ou sendo reduzidas a papéis em que aparecem como a histérica, louca, com pouca capacidade intelectual, como é o caso da personagem Norma Bates, na série Bates Motel. Como afirma Elizabeth Kaplan,

As mulheres tem sido relegadas a ausência, ao silêncio e à marginalidade, elas também foram até certo ponto, relegadas para fimbria do discurso histórico, se não for para uma posição totalmente fora da história (e da cultura); que tem sido definida como a história do homem (via de regra da classe média) branco[...]em termos de narrativa dominante no cinema, na sua forma clássica, as mulheres, de modo como têm sido representadas pelos homens nesses textos, assumem uma imagem de que têm um status “eterno” que se repete, em sua essência, através das décadas: superficialmente, a representação muda de acordo com a moda e o estilo – mas se arranhamos a superfície, lá está o modelo conhecido (KAPLAN, 1995, p.17).

A personagem apresenta essas características apontadas por Kaplan (1995). A maternidade de Norma segue o modelo de maternidade eternizado do século XIX e transportado para o século XXI e nesse contexto a personagem tem sua identidade presa à figura materna. Mesmo sendo representada em outro século, quando paramos para analisar essa construção, ela está lá, do mesmo jeito que era representada antes pelos homens.

Outro fator que merece nossa atenção, diz respeito aos códigos cinematográficos. De acordo com Teresa De Lauretis (1987), os métodos cinematográficos constroem a mulher como um objeto de olhar (*voyeurista*), sendo esta uma crítica ao discurso psicossocial, estético e subjacente a representação do prazer visual. No que tange ao prazer visual, Mulvey (2018) faz uma crítica da imagem, apontando essa como um produto predominante do olhar masculino, onde a imagem da mulher é construída como um objeto passivo do olhar. Na série, fica claro que Norma é construída como esse objeto de olhar. Toda sua produção, desde o figurino, a trilha sonora que a acompanha nos faz compreender essa representação do prazer visual. É nítido também, nas cenas em que ela aparece trocando de roupa, como ela é objeto de olhar do diretor, do filho e do espectador, como é o caso da figura 1.

Nessa cena, temos Norma se trocando para ir em um encontro. Ela aparece diretamente na cena com uma vestimenta que traz um ar de sensualidade a personagem. Através do enquadramento da câmera, vemos que Norman fica em uma posição em que está de perfil, mas conseguimos perceber que de uma maneira tímida, ele observa a mãe se trocar, sendo ela um objeto de olhar para o filho. No mesmo enquadramento temos Norma sendo enquadrada diretamente no ângulo da câmera, mostrando sua expressão ao se trocar e os seus seios, sendo objeto do olhar do diretor e também do espectador.



Figura 1: Segundo episódio da primeira temporada. Captura de tela feita pela autora.



Ao falar sobre a construção das personagens femininas no cinema, Laura Mulvey também aponta a questão do *voyeurismo*, sendo as mulheres retratadas como imagem, enquanto o homem seria o portador do olhar. Na perspectiva de Mulvey,

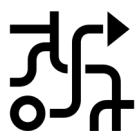
O plano estático, presente tanto na primeira como na segunda forma de apresentação, denotaria a fragilidade dessas personagens. As personagens masculinas, ao contrário, nos são mostradas em movimento: a câmera segue-as; o que seria a tentativa cinematográfica mais próxima possível do olho humano e nos revelaria uma característica fundamental deste cinema: as mulheres seriam retratadas como “imagens”; enquanto os homens seriam os “portadores do olhar”. Esta apresentação está diretamente relacionada ao papel desempenhado pelas personagens principais. As personagens femininas desempenham um papel ambíguo: são freqüentemente as que transgridem certas normas e convenções sociais e estão, sobretudo, relacionadas à trama a partir dos sentimentos que despertam nas personagens masculinas (OLIVEIRA FILHO, 2012, p.41)

Como expresso na citação, Norma se adequa à imagem que remete ao prazer do olhar, sendo o seu filho Norman o portador do olhar. Assim como apresentado na figura 1, em outras cenas ela é enquadrada, ou o seu figurino condiz com a sensação que remete a esse objeto do olhar. Oliveira Filho (2012) toca em um ponto importante analisado e retratado na série: o sentimento que as personagens femininas despertam nas personagens masculinas. Vemos nessa produção a relação que a mãe tem com os sentimentos que desperta no filme, e como este a vê.

Essa relação de mãe e filho significa muito na série, como é o caso dos nomes dos personagens, Norma e Norman: “O nome do filho, Norman, é uma extensão do nome da mãe, Norma, além de ser a versão masculina do mesmo” (ALVES, 2017, p.3). Essa relação dos nomes é indagada em uma cena do primeiro episódio da temporada, quando o xerife questiona os nomes e diz que não é algo comum.

Para pensar a maternidade de Norma é preciso analisar alguns aspectos apontados por Badinter (1985). A autora propõe uma reflexão sobre o discurso do amor materno das mulheres francesas entre os séculos XVIII-XIX, no qual constatam-se elementos válidos de serem ressaltados: a maternidade e o instinto materno são construções sociais, culturais e políticas.

Quando paramos para pensar nas mulheres de classes abastadas no século XVIII, é possível notar que muitas delas não estavam dispostas a realizar algumas de suas funções maternas, ou como Badinter destaca, não estavam dispostas a sacrificar a sua vida social e “mundana” para a criação de filhos, e o primeiro ato de rejeição que se encontra é a recusa do aleitamento (BADINTER, 1985)



O discurso sobre maternidade começa a mudar ainda no século XVIII, operando uma espécie de revolução das mentalidades, em que a imagem da mãe e seu papel passa a ganhar importância, se modificando radicalmente. Badinter (1985) aponta que no decorrer dos anos de 1760 abundantes publicações recomendavam que as mães cuidassem pessoalmente dos seus filhos e os amamentassem. A autora destaca também que o amor materno sempre existiu, porém, o que é novo nesse século, é a exaltação do mesmo.

Moralistas, administradores, médicos puseram-se em campo e expuseram seus argumentos mais sutis para persuadi-las a retornar a melhores sentimentos e a "dar novamente o seio". Parte das mulheres foi sensível a essa nova exigência. Não porque obedecessem às motivações econômicas e sociais dos homens, mas porque um outro discurso, mais sedutor aos seus ouvidos, esboçava-se atrás desse primeiro. Era o discurso da felicidade e da igualdade que as atingia acima de tudo (BADINTER, 1985, p.145).

É possível perceber que a maternidade em si sempre foi um tema de debate entre homens detentores do saber científico. Discursos do ideal materno perpassaram diversos séculos, tendo seu auge no século XIX, quando estudiosos baseados em um modelo rousseanista propunham uma maternidade perfeita, definindo como mulheres-mães deveriam se portar diante da função de cuidados com seus respectivos filhos. "Rousseau (2004), que introduziu a ideia de amor fraternal, fundada no amor maternal, transferindo à mulher a responsabilidade absoluta do cuidado com a criança" (CALAFATE e PARENTE, 2013, p. 8).

Nessas problemáticas, a figura da personagem Norma Bates, enquanto mãe no século XXI, se adequa ao papel ideal exigido para as mulheres entre a metade do século XVIII e principalmente no século XIX, sendo este de esposa, educadora, mãe, dona de casa. Ela é construída por uma visão masculina, sendo uma mãe devotada, dona de casa, que vive em função do seu filho.

Na cena do episódio 10 da segunda temporada, Norma prepara um jantar para Norman, seu filho mais novo, e diz que adora cozinhar para ele. Ao analisarmos, vemos que a mãe faz de tudo para agradá-lo, tais ações implicam também no próprio bem-estar dela, pois, quando agrada o filho, acaba agradando a si mesma diante da felicidade dele. Desse modo, como apontado por Beauvoir, a mãe tratará o filho como um bebê mesmo ele estando crescido, pois, quer o filho só para si, "a fim de que seja realmente seu, ela se esforça para reduzi-lo à sua realidade imanente" (BEAUVOIR, 2009, p. 285)

A personagem acaba por seguir um padrão de feminilidade e de mãe que respeita sua "própria natureza". Natureza essa que é imposta às mulheres desde a infância, quando seu desenvolvimento está direcionado ao ser mãe, atribuindo às mulheres um "instinto"

materno e uma obrigação biológica: “Da infância, as mulheres-mães lembram brincadeiras de bonecas, cuidados dos/as irmãos/ãs e, freqüentemente, trabalhos como cuidadoras de outras crianças, dependendo de suas condições sociais. Em comum, fica-lhes determinado o futuro papel a desempenhar” (GRISCI, 1995, p.14 e 15).

Esse modelo de mãe seria o ideal para muitos homens. As mulheres que não seguissem esse padrão eram dadas como histéricas: “A imagem da mulher enquanto mãe representa uma norma e quando esse papel lhe é negado, esta pode ser impelida a extremos psicóticos perversos” (LAROCCA, 2014, p. 12).

É no que diz respeito à representação de Norma para os personagens masculinos da série, que percebemos como ela é moldada para servir e agradar. Isso é nítido no primeiro episódio da quinta temporada, quando, logo após Norma morrer, o filho começa a ter alucinações com a mãe e ela sempre aparece na cozinha ou limpando a casa. Podemos notar por meio da figura 2 o uso das cores para expressar esse sentimento materno. Na cena, Norma está na cozinha, as cores utilizadas trazem tons amarelados e brancos, significando certa paz e prosperidade. Já a cena real, em que ela não está presente de fato, as cores são utilizadas em tons mais escuros, o que dá um contraste ao ambiente como algo sombrio, mórbido e de certa forma caótico, condizendo com a situação real do personagem do Norman no momento.



Figura 2: Primeiro episódio da quinta temporada. Captura de tela feita pela autora.

Outro ponto que podemos ver através da figura 2, é que a casa, enquanto Norma está, é sempre limpa e bem arrumada. A visão que Norman tem da mãe é marcada pela dominação de gênero e pelas exigências feitas a uma mãe e dona de casa. Ele não consegue vê-la de outra maneira que não seja essa. Em outros episódios em que a mãe aparece como uma alucinação do filho mais novo, ela também está reduzida a afazeres domésticos. Quando presente em alucinações, a mesa está posta, tudo está muito bem arrumado.

Através da figura 3, vemos o uso de cores escuras no restante da casa, mas uma luz amarelada vinda da vidraça da porta, perto de onde está Norma. A personagem está vestindo uma saia escura, mas uma camisa de cor clara e o uso do avental. Novamente observamos que o uso dessas cores, seja no cenário ou no figurino, tenta nos passar uma sensação de paz e pureza, ou até mesmo algo místico, como se Norma fosse agora uma divindade. Quando ela não está mais ali, a casa está suja e desarrumada, e os tons das cores e iluminação são sempre mais escuros.



Figura 3: Primeiro episódio da quinta temporada. Captura de tela feita pela autora.

No decorrer da série, com a intenção de se dedicar só para o filho Norman, Norma rompe seu relacionamento. Mais uma vez podemos ver que a maternidade está em primeiro lugar, mesmo ela sofrendo com a situação. Sobre a maternidade, Simone de Beauvoir pontua que “de costume, maternidade é um estranho compromisso de narcisismo, de altruísmo, de sonho, de sinceridade, de má-fé, dedicação e cinismo.” (BEAUVOIR, 2009, p. 280). Além disso, a autora afirma que é através do filho que a mãe compensa a frustração que sente nos outros âmbitos de sua vida. No caso de Norma, essas frustrações poderiam ser os relacionamentos abusivos que ela teve.

No episódio 6 da terceira temporada, intitulado “Norma Louise”, Norma briga com os filhos e decide sair de casa. Ao sair, pega seu carro e segue para Portland, onde busca recomeçar sua vida. Como forma de recomeço e em busca de sua identidade, Norma compra novas roupas, muda de carro e vai a um bar. Nessas cenas, analisamos que a personagem está em busca de se reconstruir como mulher, deixando um pouco de lado apenas seu papel como mãe, que está sendo reforçado de maneira recorrente no decorrer da série.

A imagem 4 nos mostra Norma em uma loja de roupas tentando encontrar seu “novo eu”. O enquadramento e o ângulo da câmera nos fazem enxergar essa dualidade entre o antigo e o novo eu. Isso porque a personagem está de costas ao mesmo tempo que reflete sua

imagem no espelho. Conseguimos enxergar a “antiga Norma”, com seu vestuário florido, atribuído como recatado, simples e sutil. Ao mesmo tempo que vemos a “nova Norma”, com uma jaqueta que chama mais atenção e até mesmo dá um “ar” mais juvenil a personagem, desconectando-a da figura materna.



Figura 4: Sexto episódio da terceira temporada. Captura de tela feita pela autora.

No que tange a identidade, Betty Friedan (1971) pontua que a mística feminina construiu a determinação de mulher mãe e dona de casa, que não podia possuir uma formação, usar do intelecto e ter outro papel no mundo. Era impossível ser dona de casa e mãe e ser uma mulher com uma formação. As mulheres fora do ideal da mística eram representadas como sendo masculinas. Para Friedan (1971) o problema feminino não era de ordem sexual e sim de identidade, a cultura americana não permitia as mulheres aceitar ou cogitar a necessidade de se pensarem como ser humano, impedindo as mulheres de atingir certa maturidade. Norma representa a mística que aprisiona as mulheres em seus papéis de mães e esposas e que, quando rompida, anuncia a existência de uma identidade outra, a de mulher.

No episódio 6 Norma volta para casa e sua primeira aparição é na cozinha, durante uma arrumação. No episódio 7 da terceira temporada, como em outros, Norma está sempre muito bem arrumada e maquiada, exaltando sua feminilidade. Ao analisarmos conseguimos perceber que além da personagem ser um modelo de mãe, ela também é um modelo de feminilidade e isso é enfatizado sempre:

No cinema a mulher é igualmente, como seu verdadeiro ser, uma mulher real, elevada ao segundo nível de conotação, o mito; ela é representada como sendo aquilo que ela representa para o homem e não em termos do que ela realmente significa (KAPLAN, 1995, p. 37).

Desse modo, ao analisar as cinco temporadas da série Bates Motel algumas hipóteses que antes foram levantadas foram respondidas, além de termos feito descobertas com a série, como por exemplo, a construção da personagem Norma, seu papel enquanto



mãe e a relação que a ela foi atribuída com o transtorno e complexo do seu filho Norman. Ademais, conseguimos perceber que a personagem também foi enquadrada no padrão de construção de personagens femininas trazido pelas teóricas aqui citadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que Norma Bates foi construída nos dias atuais como uma dona de casa, mãe devotada, que faz de tudo para e pelo seu filho Norman, o protegendo de tudo aquilo que o fará mal, sendo essa vigilante o tempo todo. Sua maternidade, ao ser exaltada pela série é também acusada de ser danosa ao filho. Desse modo, ela pode ser descrita a partir de alguns critérios cinematográficos aqui levantados. Como pontuado por Kaplan (1995), ao serem representadas no audiovisual, as mulheres aparecem ligadas a contextos domésticos, relacionadas ao casamento, sexualidade e família. É interessante notar, ainda, o desejo de consumo dessas representações que não apenas constroem modelos de feminilidade, como também respondem às expectativas de gênero da sociedade.

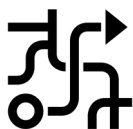
Cabe também destacar a importância e complexidade da série para a pesquisa histórica, cabendo muito bem como fonte, uma vez que permite reflexões sobre expectativas da sociedade e discursos que são ou não historicamente aceitos. Apesar de as pesquisas com séries serem recentes, e por isso acarretar certa dificuldade em encontrar bibliografia, o uso da mesma é em suma muito importante e relevante.

É nítido quando analisamos a série a desigualdade de gênero retratada na mesma. Os filmes hollywoodianos revelam um olhar masculino dominante com seu poder político e econômico que além de sexual, relega a mulher a ausência, o silêncio e marginalidade (KAPLAN, 1995). Esse debate levantado por Kaplan (1995) serve também para as séries, cultura de massa que tem na sua produção uma forte condução pelo olhar masculino. Sendo assim, compreendemos que a série Bates Motel traz em sua composição elementos essenciais para a análise das questões de gênero no audiovisual, principalmente para reflexão sobre a recuperação de velhos discursos sobre o ser mulher e mãe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Carolina. Melillo. de Camilo. *Norma, o nome-da-Mãe: a foraclusão do nome-do-Pai e a constituição da estrutura psicótica*. São Paulo: Site: Centro de Estudos Psicanalíticos, 2017.

ANELO, Cláudia R. Ferreira. Globalização e História da TV: A tecnologia e a democracia do telespectador. In. *3º Encontro Centro-Oeste de História da mídia*, 2016, Campo Grande.



Encontro Centro-Oeste de História e mídia, 2016. V. V. 1. P.01-15. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/centro-oeste/3o-encontro-2016/historia-da-midia-audiovisual-e-visual/globalizacao-e-a-historia-da-tv-a-tecnologia-e-a-democracia-do-telespectador/at_download/file. Acesso em: 19/03/2020.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*. 2ª Edição. 1998.

BEAVOUIR, Simone. *O segundo sexo*. Tradução Sergio Millet. – 2º Edição – Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2009

CALAFATE, Jaqueline Medeiros S. PARENTE, Temis Gomes. O "Instinto Materno": Uma discussão acerca da apropriação do Estado no "desejo" de amamentar. *Anais Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios Atuais dos Feminismos*. (2013 Florianópolis – SC). UFSC, 2013, p. 12. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1384979187_ARQUIVO_JaquelineMedeiros.pdf. Acesso em: 22/03/2020.

DALL'ORTO, Felipe. Campo.; SILVA, Mariana. Zaché. Streaming e sua influência sobre o Audiovisual e o Product Placement. *Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. (2017, Curitiba – PR) v. 2757, p. 1-15, 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2757-1.pdf>. Acesso em: 15/11/2020.

ESTEVES, Camila Maestri. *NORMA(N) BATES: Estratégias narrativas na construção do personagem de Bates Motel*. Trabalho de conclusão de curso (Biblioteconomia e comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017, 93 p.

OLIVEIRA FILHO, José Hildo de. O cinema narrativo, a psicanálise e o feminismo sob a perspectiva de Laura Mulvey. *Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 38 - 49, agosto 2012. Semestral.

FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Editora Vozes Limitada, 1971.

GRISCI, Carmem. Lígia. Iochins. Mulher - mãe. *Psicologia: Ciência e Profissão (Impresso)*, Brasília, v. 15, n.1,2 e 3, p. 12-17, 1995.

GUBERNIKOFF, Giselle. A Imagem: A Representação da Mulher no Cinema. *Revista Conexão UEPG*, v. 8, p. 65-77, 2009.

KAPLAN, Ann. *A Mulher e o Cinema: Os dois lados da câmera*. 1 edição: Editora Rocco. Rio de Janeiro, 1995.

LAROCCA, Gabriela. Müller. O Corpo Feminino no Cinema de Horror: Representações de Gênero e Sexualidade nos filmes *Carrie*, *Halloween* e *Sexta-Feira 13* (1970 - 1980). In.: *ANAIS DO XV ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SC 1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado*. (2014, Florianópolis – SC). UFSC, p. 15. V. 1. Disponível em: http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1405613859_ARQUIVO_TrabalhoCompletoGabrielaLarocca.pdf. Acesso: 10/03/2020.



LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. *Technologies of gender*, Indiana University Press, 1987. p. 1-30.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A fotografia como documento. Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. *Tempo - Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 7, n.14, p. 131-142, 2003.

MULVEY, Laura. Prazer Visual e o Cinema narrativo. In: XAVIER, Ismail. (Org). *A experiência do cinema*. 1ª Edição. São Paulo: Paz & Terra, 2018.

SILVA, Marcel Vieira. Barreto. Cultura das séries: forma, contexto e consumo de ficção seriada na contemporaneidade. *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 27, p. 241-252, jun. 2014.

Recebido em: 15/02/2021

Aprovado em: 07/06/2021